

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CIONE MARTA RAASCH MANSKE**

**A VENDA POMERANA NO ESPÍRITO SANTO: LUGAR SOCIOPOLÍTICO,  
ECONÔMICO E IDENTITÁRIO (1857-2021)**

VITÓRIA

2021

CIONE MARTA RAASCH MANSKE

**A VENDA POMERANA NO ESPÍRITO SANTO: LUGAR SOCIOPOLÍTICO,  
ECONÔMICO E IDENTITÁRIO (1857-2021)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cristina Dadalto.  
Coorientação: Prof. Dra. Renata Siuda-Ambroziak,  
University of Warsaw, Polônia, Universidade do estado do Rio de Janeiro.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

M286v Manske, Cione Marta Raasch, 1973-  
A venda pomerana no Espírito Santo: lugar sociopolítico, econômico e identitário (1857-2021) / Cione Marta Raasch Manske. - 2021.  
232 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Dadalto.  
Coorientadora: Renata Siuda-Ambroziak.  
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Pomeranos. 2. Imigração. I. Dadalto, Maria Cristina. II. Siuda-Ambroziak, Renata. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

---

**CIONE MARTA RAASCH MANSKE**

**A VENDA POMERANA NO ESPÍRITO SANTO: LUGAR SOCIOPOLÍTICO,  
ECONÔMICO E IDENTITÁRIO (1857-2021)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 11 de maio de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Maria Cristina Dadalto (Orientadora)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dra. Renata Siuda-Ambroziak (Coorientadora)  
Universidade de Varsóvia, Polônia; Universidade do estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dra. Adriana Pereira Campos (Membro Titular Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dra. Vânia Alves Martins Chaigar (Membro Titular Externo)  
Universidade Federal do Rio Grande

---

Prof. Dr. Sergio Luiz Marlow (Membro Titular Externo)  
Faculdade Unida de Vitória

---

Prof. Dra. Fabiene Passamani Mariano (Membro Titular Externo)  
Instituto Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (Membro Suplente Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dra. Patrícia Pereira Pavesi (Membro Suplente Externo)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Membro Suplente Externo) Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Adilson Silva Santos (Membro Suplente Externo) Instituto Federal do Espírito Santo

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas. Juntos, iniciam um novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história de vida de todos aqueles com quem ele entra em contato. (ARENDDT, 2007, p. 196).

## AGRADECIMENTOS

Ao me dedicar aos agradecimentos, refleti sobre a minha trajetória. Lembrei-me das indicações de pesquisas, livros e artigos, que na maioria das vezes se tornaram o cerne da construção de uma ideia; dos caminhos trilhados para chegar a um entrevistado ou de como eles compartilharam suas histórias de vida com alguém que nem mesmo conheciam; e das infindáveis horas dedicadas à leitura e a escrita da tese. O interessante é que nesses, e em muitos outros momentos que vieram à tona, até mesmo naqueles em que quase me convencia de que a solidão era a única a me acompanhar, alguém sempre estava comigo. Por esse motivo, agradeço a todos os partícipes da minha história nesse período.

Agradeço aos meus pais, Alberto Alípio Raasch e Maria José Machado Raasch, irmãos Sonia Maria Raasch Timm e Carlos Alberto Raasch, e às suas famílias, por estarem sempre comigo, compartilhando uma cotidianidade que nos aproximou da nossa origem pomerana.

Ao meu eterno amor, Nivaldo Manske, que, inúmeras vezes, abdicou do nosso tempo juntos e intensificou a nossa cumplicidade, trazendo sempre consigo um afago, um carinho, um consolo e uma motivação nos momentos difíceis.

Minhas queridas, filha, Luiza Raasch Manske, e sogra, Wilma Manske, agradeço o apoio e o entendimento das minhas ausências.

As minhas adoradas, Maria Cristina Dadalto, que além de me orientar durante todo o longo caminho, tornou-se amiga e companheira, e Renata Siuda-Ambroziak, que trouxe luz aos instantes mais titubeados.

Aos amigos José Rodrigo do Rosário Santos, André Effgen de Aguiar e Verônica Teixeira Parreira pelo incentivo, companheirismo e compreensão do meu distanciamento.

Aos meus entrevistados, pela receptividade e atenção dedicada à pesquisa e por compartilharem suas lembranças e suas histórias de vida.

## RESUMO

Esta tese aborda a relação dos pomeranos e descendentes com as vendas em Santa Maria de Jetibá, estado do Espírito Santo (Brasil). Toma-se como objeto de análise as vendas como lugares de sociabilidade, de economia, de poder e de reconhecimento étnico e identitário desses imigrantes e de seus descendentes. A tese da pesquisa entende que a identidade étnica, trazida na bagagem dos imigrantes da Pomerânia, no deslocamento para o Espírito Santo nos Oitocentos e no assentamento em Santa Maria de Jetibá, permanece sendo tecida na memória e no cotidiano das vendas até a contemporaneidade. As relações socioculturais, a economia e as negociações de poder entre os membros desse grupo integram-se a essa convivibilidade. O uso das línguas pomerana, alemã e o português, esteve presente como fator de apoio e agregação dos vendeiros com os imigrantes e seus descendentes de forma contínua durante todo o processo de tessitura do ordenamento e de permanência dos imigrantes e descendentes pomeranos no território de Santa Maria de Jetibá. Os vendeiros, dado o poder sociopolítico e econômico que tinham sobre os imigrantes e descendentes, viviam relações conflituosas com os pastores luteranos. Esses sempre foram partícipes ativos da integração do grupo e símbolos da manutenção dos valores religiosos carregados nos baús da travessia atlântica. Os pastores luteranos, dirigentes da Igreja a que a maioria dos pomeranos era filiada, ao mesmo tempo, alcançam repercussão nas disputas com os vendeiros por espaço de poder socioeconômico e político. A análise dessa constituição é fundamentada no corpo documental da pesquisa por meio das fontes escritas, bibliografias, e fontes orais. Conclui que memória, identidade e etnia consubstanciam o lugar das vendas nas histórias de vida e nas trajetórias dos pomeranos e descendentes em Santa Maria de Jetibá.

**Palavras-chave:** Pomeranos; Vendas Pomeranas; Santa Maria de Jetibá; Poder; Identidade étnica.



## ABSTRACT

The present thesis addresses the relationship of the Pomeranians and their descendants with general stores in Santa Maria de Jetibá, state of Espírito Santo (Brasil). The object of the analysis are the general stores as places of sociability, economy, power and ethnic and identity recognition of these immigrants and their descendants. The thesis of the research understands that the ethnic identity, brought by immigrants from Pomerania, during the movement to the state of Espírito Santo back in the XIX century and in the settlement in Santa Maria de Jetibá, remains woven in the memory and in the daily of general stores to the contemporaneity. The social-cultural relations, the economy and the power negotiations between the members of this group are part of this conviviality. The current use of German, Pomeranian and Portuguese languages was present as a factor of support and aggregation of the salesmen with the immigrants and their descendants continuously throughout the process of structuration of the organization and of the Pomeranian immigrants and descendants in the territory of Santa Maria de Jetibá. The sellers, given the socio-political and economic power they had over immigrants and descendants, lived in conflicting relations with the Lutheran pastors. These have always been active participants in the integration of the group and symbols of the maintenance of religious values carried in the chests of the Atlantic crossing. The Lutheran pastors, leaders of the church to which the majority of the Pomeranians were affiliated, at the same time, reached repercussion in the disputes with the sellers for socioeconomic and political power. The analysis of this constitution is based on the documentary body of the research through written sources, bibliographies, and other oral sources. It concludes that memory, identity and ethnicity embody the place of sales in the life stories and trajectories of the Pomeranians and descendants in Santa Maria de Jetibá.

**Keywords:** Pomeranians; General Pomeranian Stores; Santa Maria de Jetibá; Power; Ethnic Identity.

## RESUMEN

Esta tesis trata la relación de los pomeranos y descendientes con las ventas en Santa Maria de Jetibá, provincia de Espírito Santo (Brasil). Se adopta como objeto de análisis las tiendas como espacios de sociabilidad, de economía, de poder y de reconocimiento étnico e identitario de esos inmigrantes y de sus descendientes. La tesis de la investigación entiende que la identidad étnica, traída en el bagaje de los inmigrantes de Pomerania, en el desplazamiento hacia el Espírito Santo en los Ochocientos y en el asentamiento en Santa Maria de Jetibá, sigue siendo tejida en la memoria y en el cotidiano de las ventas hasta la contemporaneidad. Las relaciones socioculturales, la economía y las negociaciones de poder entre los miembros de ese grupo se involucran con ese convivir. El uso de las lenguas pomeranas, alemana y el portugués, estuvo presente como factor de apoyo y agregación de los tenderos con los inmigrantes y sus descendientes de forma continua durante todo el proceso de la tesitura del ordenamiento y de la permanencia de los inmigrantes y descendientes pomeranos en el territorio de Santa Maria de Jetibá. Los tenderos, debido al poder sociopolítico y económico que tenían sobre los inmigrantes y descendientes, vivían relaciones conflictivas con los pastores luteranos. Esos siempre fueron partícipes activos de la integración del grupo y símbolos de la manutención de los valores religiosos cargados en los baúles del traslado atlántico. Los pastores luteranos, directivos de la Iglesia a la que la mayoría de los pomeranos hacía parte, al mismo tiempo, alcanzan repercusión en las disputas con los tenderos por el espacio de poder socioeconómico y político. El análisis de esta constitución es basado en el cuerpo documental de la investigación por medio de fuentes escritas, bibliográficas y fuentes orales. Concluye que memoria, identidad y etnia consustancian el espacio de las tiendas en las historias de vida y en las trayectorias de los pomeranos y descendientes en Santa Maria de Jetibá.

**Palabras-Clave:** Pomeranos; Tiendas Pomeranas; Santa Maria de Jetibá; Poder; Identidad Étnica.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Província da Pomerânia em 1939 .....	35
Figura 2 - Império Germânico de 1024-1125 .....	36
Figura 3 - O crescimento da Prússia até 1786 .....	39
Figura 4 - Mapa de 1866 das colônias capixabas de Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo .....	54
Figura 5 - Contrato de colono (parte I) .....	57
Figura 6 - Contrato de colono (parte II) .....	58
Figura 7 - Desembarque de imigrantes .....	70
Figura 8 - Colônia de Santa Leopoldina .....	74
Figura 9 - Croqui da colônia imperial de Santa Leopoldina em 1878 .....	76
Figura 10 - Expansão da ocupação imigrante na colônia de Santa Leopoldina em 1860 .....	77
Figura 11 - Mutirão para construção de estrada .....	82
Figura 12 - Mapa das terras quentes e frias da ocupação alemã no Espírito Santo .....	85
Figura 13 - Mapa planialtímetro dos municípios que surgiram do desmembramento de Santa Leopoldina .....	87
Figura 14 - Centro da colônia de Santa Leopoldina em 1888 .....	96
Figura 15 - Porto de Santa Leopoldina .....	97
Figura 16 - Canoeiros fazendo o transporte de pessoas e de mercadorias ao porto de Santa Leopoldina .....	99
Figura 17 - Rua do comércio de Santa Leopoldina .....	100

Figura 18 - Tropa em frente ao comércio de Santa Leopoldina em 1920 .....	104
Figura 19 - Primeira capela escola do vilarejo do distrito de Jetibá .....	113
Figura 20 - Primeira igreja e a escola capela do vilarejo do distrito de Jetibá .....	114
Figura 21 - Caminhos utilizados pelas tropas .....	118
Figura 22 - Frederico Grulke (à esquerda), a esposa, genro, filha e Netas .....	119
Figura 23 - Registro de entrada de Friedrich Grulke no Espírito Santo .....	120
Figura 24 - Vista parcial do vilarejo do distrito de Jetibá em 1927 .....	123
Figura 25 - Vista parcial do vilarejo do distrito de Jetibá .....	124
Figura 26 - Venda no distrito de Jetibá no começo do século XX .....	129
Figura 27 – Roteiro das tropas, ferrovias e vias fluviais do Espírito Santo .....	163
Figura 28 - Vista parcial do vilarejo do distrito de Jetibá em 1964 .....	165
Figura 29 - Transporte de pessoas e de produtos agrícolas do distrito de Jetibá .....	170
Figura 30 - Vista parcial do vilarejo do distrito de Jetibá em 1974 .....	174
Figura 31 - Venda do distrito de Jetibá em 1984 .....	181
Figura 32 - Vista parcial de Santa Maria de Jetibá em 1985 .....	182
Figura 33 - Mapa do município de Santa Maria de Jetibá .....	184
Figura 34 - Salão do Reino das Testemunhas de Jeová .....	189
Figura 35 - Placas localizadas na cidade-sede do município .....	191

Figura 36 - Praça da cidade de Santa Maria de Jetibá .....	191
Figura 37 - Cidade de Santa Maria de Jetibá .....	193
Figura 38 - D. H. e o filho no plantio de sementes para a horticultura .....	198
Figura 39 - Plantação de horticultura na propriedade de D. H. ....	198
Figura 40 - Balcão da venda de H. F. ....	201
Figura 41 - Bar da venda de V. S. ....	203
Figura 42 - Cartas de proteção da venda de V. S. ....	204
Figura 43 - Entradas da venda e do bar de V. S. ....	207
Figura 44 - Venda de H. F. ....	210

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Procedência e região de assentamento de alguns grupos alemães no Brasil entre 1824 e 1878 .....	56
Tabela 2 - Entradas de alemães no Espírito Santo de acordo com as regiões de origem no período de 1846-1957 .....	59
Tabela 3 - Entrada de imigrantes pomeranos no Espírito Santo entre 1850 e 1950.....	60
Tabela 4 - Local de assentamento dos pomeranos no Espírito Santo .....	61
Tabela 5 - Profissão dos 2.272 imigrantes pomeranos cadastrados na base de dados do arquivo Público do Espírito Santo (Incluindo os prontuários da Polícia Civil) .....	80
Tabela 6 - População da colônia de Santa Leopoldina de 1858 a 1873 .....	101
Tabela 7 - Sobrenomes, região de origem e número de imigrantes que deram origem à cidade de Santa Maria de Jetibá .....	112
Tabela 8 - Nível de instrução dos participantes da pesquisa de Regina Rodrigues Hess no distrito de Jetibá na década de 70 .....	178
Tabela 9 - Religião em Santa Maria de Jetibá .....	190

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
Sobre a pesquisa.....	26
<b>1. DA POMERÂNIA À SANTA LEOPOLDINA</b> .....	34
1.1 No berço da etnicidade.....	34
1.2 O Brasil na espera da imigração europeia.....	43
1.3 Processo imigratório pomerano.....	55
<b>2. O POMERANO, O DESCENDENTE E A COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA</b> .....	70
2.1 A colônia Santa Leopoldina .....	70
2.2 Imigrantes pomeranos na região .....	94
2.3 Onde o senhor constrói uma igreja, o diabo ergue uma capela ao lado ...	108
<b>3. OS POMERANOS E DESCENDENTES EM SANTA MARIA DE JETIBÁ</b> .....	115
3.1 O agricultor, o vendeiro e o pastor.....	115
3.2 Na cotidianidade das vendas, confiança e sociabilidade.....	127
3.3 Die vende .....	142
<b>4. MUDANÇAS POLÍTICAS, SOCIOECONÔMICAS E IDENTITÁRIAS ENTRE OS POMERANOS E DESCENDENTES</b> .....	162
4.1 Do café à avicultura: a possibilidade de manter-se na terra. ....	162
4.2 Entre o pastor e o vendeiro, o mais relevante é o vendeiro. ....	173
4.3 O comércio citadino e a venda pomerana .....	185
<b>CONCLUSÃO</b> .....	211
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	219
<b>APÊNDICE</b> .....	229

## INTRODUÇÃO

Em Santa Maria de Jetibá, um município situado na região serrana do estado do Espírito Santo, distante cerca de 80 km de Vitória, capital, parcela majoritária da população é descendente de imigrantes pomeranos. Eles mantêm no cotidiano a língua de seus ancestrais, a identidade étnica e as tradições vindas na bagagem cultural da longa travessia do Atlântico.

Com uma área de 734 Km<sup>2</sup> e população total de 34.176 em 2010 e estimada em 41.015 em 2020 (IBGE), Santa Maria de Jetibá foi fundada como distrito de Jetibá na Colônia Santa Leopoldina e transformada em município em 1988. Período em que os imigrantes e descendentes construíram formas de reinventar, identificar e reivindicar a etnia pomerana no território capixaba. O acervo da memória rememorada no processo da construção identitária é o lugar de origem dos imigrantes: a Pomerânia.

Destaca-se, entretanto, que esse território histórico e geográfico, situado ao norte da Polônia e da Alemanha, inexistia nos tempos da imigração do seu povo para as terras brasileiras como Estado independente. Historicamente, a Pomerânia fazia primeiro parte do Estado Brandemburgo, posteriormente foi anexada à Prússia, e mesmo após a fundação do Império Alemão em 1701, continuou como província do Reino da Prússia. Segundo Rölke (1996), após a Segunda Guerra Mundial, a parte ocidental da região da Pomerânia foi anexada à Alemanha Oriental e a oriental passou a pertencer à Polônia. A condição de ausência da Pomerânia como Estado não desempossou do grupo imigrante as lembranças do lugar de origem dos antepassados e um forte sentido de identificação com as raízes culturais da região.

A Pomerânia continuou sendo reafirmada na memória no movimento intergeracional de valorização da construção da identidade étnica (BALDASSAR, 2001). No distrito de Jetibá foram partícipes do mencionado processo os vendedores, os pastores da Igreja Luterana, imigrantes e descendentes, personagens que por mais de um século teceram as redes de sociabilidade, política e economia que entremearam as ações e estratégias do grupo com vistas aos hábitos, valores e crenças carregados nas malas e baús dos



antepassados.

Haesbaert e Limonad (1999, p. 10) designam o território como construção histórica, detentora de dimensão mais subjetiva, e que se constitui na identidade territorial em alguns casos. Haesbaert (2007) entende que os indivíduos que têm a vantagem de desfrutar de um território, têm também a prerrogativa de se identificar positivamente e de se assenhorar dele. Deve-se considerar, no entanto, que tais sentimentos estão relacionados ao poder simbólico e à dominação e apropriação sociedade e espaço. Para Haesbaert (2004, pp. 95-96), é possível que o território “desdobre-se ao longo de um continuum que vai da dominação política econômica mais concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica”.

Nesse sentido, a apropriação simbólica, política e econômica do território do distrito de Jetibá possibilitou ao grupo a reinvenção de uma identidade,<sup>1</sup> cujo alicerce era a Pomerânia imaginada pelos descendentes dos imigrantes, que continua assumindo especial relevância no presente do grupo em Santa Maria de Jetibá.

A identificação com o lugar da imigração pomerana foi o que inspirou A. G. (26/01/2018), um dos entrevistados para esta pesquisa, a realizar uma viagem à Polônia em 2011, em parte do antigo território da Pomerânia. Ele acredita que aquele é o provável local de onde seus familiares partiram com destino ao Brasil, segundo relatos guardados na memória. Na narrativa sobre sua viagem, detalhou o que sentiu:

Olha, é, a gente sente algo quando você pensa assim: “Não, daqui partiram os meus familiares, os meus antepassados... aliás, daqui eles vieram, daqui eles saíram”. Então você sente alguma coisa como se tivesse alguma relação com aquela terra, embora eu nunca tenha visto, não é? Então a geografia totalmente diferente, tudo muito plano, infinitamente plano, próximo ao litoral, vamos dizer assim; então... museus antigos que retratam a história, você sempre acaba assim meio imaginando: “Será que alguns desses artefatos aqui, algumas dessas questões, ou por algumas dessas ruas, alguma igreja,

---

<sup>1</sup> Utilizo o conceito de reinvenção da tradição a partir da perspectiva de Hobsbawm e Ranger, ao explicitá-la como “Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBBSAWM; RANGER, 1984, p. 09).

passou algum antepassado meu?” Então a gente tem sempre essa sensação.

Na narrativa de A. G. (26/01/2018), realidade, imaginação e sentimento são partes de uma mesma composição, em que faz pensar em sua história de vida, nos relatos escutados de bisavós, avós, pais e como ele aconchegou em seu coração o desejo de conhecer a terra imaginada. Para Baldassar (2001), muitas vezes, os indivíduos proferem discursos de retorno à terra de seus antepassados construídos por narrativas originadas numa necessidade psicológica de reconhecimento identitário.

Tendo em vista a relação dos descendentes com o lugar de origem dos antepassados, Renata Siuda-Ambroziak, pesquisadora da imigração e dos descendentes poloneses no Brasil, propõe o conceito de “Polônia do outro lado do espelho”. Nessa perspectiva, a Polônia refletida é uma imagem da Polônia existente somente na memória coletiva e no imaginário dos descendentes do Brasil, o que difere da imagem que os poloneses atuais têm de seu território (SIUDA-AMBROZIAK, 2014).

A descrição de A. G. (26/01/2018), deixa transparecer que os descendentes pomeranos também possuem uma imagem da Pomerânia construída pela memória coletiva do grupo. Para ele, as paisagens, os artefatos e a geografia só fazem sentido se relacionados às histórias de sua família. Simultaneamente, A. G. (26/01/2018), busca reconhecer na Polônia traços que lhe permitam ressignificar a sua própria história e a de seus ancestrais e o lugar da imigração, ou seja, a Pomerânia.

Para Nora (1993, p. 21), um lugar de memória só se constitui se a imaginação o investe de simbolismos. Conferindo valor simbólico à imigração de seus antepassados, A. G. (26/01/2018), o associa à contação das histórias sobre as práticas sociais da Pomerânia no cotidiano de sua família, desde o assentamento dos pioneiros naquele território.

Como A. G. (26/01/2018), presume-se que os demais descendentes pomeranos da localidade compartilhem histórias e memórias coletivas, porque a tendência de vincular o cotidiano às lembranças do lugar de origem e às práticas socioculturais dos antepassados é situação posta no município. É o que indicam

as observações registradas nos relatos de viagem do jornalista alemão Klaus Granzow durante sua estadia no Brasil, na década de 1970.

Granzow percorreu os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo visitando os descendentes dos imigrantes pomeranos que chegaram ao país no século XIX. Em sua trajetória pelo Espírito Santo - de Vila Pavão, município mais ao norte, a Domingos Martins, região centro-sul do estado – ele descreve com entusiasmo e saudosismo os sentimentos despertados: “Agora já passei seis semanas no Espírito Santo e muitas vezes tive a impressão de que estivesse em casa, na Pomerânia. Principalmente pela língua materna que me levou de volta ao passado [...]” (GRANZOW, 2009, p. 85).

Granzow também evidencia como o seu contato com os descendentes pomeranos capixabas acionou suas lembranças da antiga Pomerânia. De semelhante forma, percebeu que a sua presença despertava o mesmo sentimento nostálgico de retorno às origens entre os descendentes dos pomeranos de Santa Maria de Jetibá:

[...] Quando olhamos nos olhos confiantes e as expressões de alegria nos rostos marcados pelo tempo, notamos a felicidade deles por estarem perante uma pessoa que tinha vindo da Alemanha e que falava o idioma deles. Neste momento se convenceram de que não estavam totalmente abandonados no interior do Espírito Santo. [...] (GRANZOW, 2009, pp. 66-67).

A observação de Granzow destaca a felicidade manifestada por aqueles indivíduos ao reconhecê-lo descendente pomerano. Demonstra, ainda, que mesmo sendo cidadãos brasileiros, e passados 110 anos do início da imigração,<sup>2</sup> a origem étnica indica a construção de uma identidade pautada na língua e na ligação do grupo com a memória sobre a terra de origem na Pomerânia (CANDAU, 2011).

Reinventada e reivindicada no presente, a memória coletiva imigrante é um dos atributos que permite a elaboração da identidade étnica dos descendentes, porque “[...] uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos [...]”

---

<sup>2</sup> Em 2019 foi comemorado 160 anos de imigração pomerana no Espírito Santo.

(WOODWARD, 2000, p. 11).

De acordo com Halbwachs (1990), a memória coletiva mantém do passado o que ainda vive na consciência do grupo que a preserva. Do mesmo passado emerge o encantamento de A. G. (26/01/2018), e de outros descendentes pela herança étnica do lugar de origem dos ancestrais.

Também é resultado do exposto processo o município de Santa Maria de Jetibá ser “considerado, pelos diferentes alemães, o mais pomerano de todos” (BAHIA, 2011, p. 19). Essa peculiaridade sistematizada entre os descendentes possibilitou que diferentes grupos de origem germânica, no Espírito Santo, distinguíssem essa etnia daquele território, porém a singularidade mencionada já foi motivo de estigmatização sofrida pelo mesmo grupo:

Perguntados sobre suas origens, os alunos, no caso os descendentes dos imigrantes alemães, logo negavam qualquer possibilidade de serem pomeranos. Não queriam ser identificados como “alemães chuchos, comedores de brot (pão) azedo, caipirões, que falam uma língua ininteligível, que pararam no tempo e no espaço, não evoluíram e por demais supersticiosos”. Ao contrário dos pomeranos, os descendentes dos alemães do Hunsrück “falam alemão de verdade” e “não dialeto”, são “mais civilizados, acessíveis, porém menos alemães que os pomeranos, porque falam mais o português e são considerados, portanto, menos camponeses”. (BAHIA, 2011, p. 18).

A análise das referências étnicas creditadas aos descendentes pomeranos nos faz pensar no que Ricoeur (2007, p. 94) considera a causa de fragilidade da identidade em relação à resposta à pergunta ‘quem eu sou’, considerando o que somos e por que somos desse jeito e não de outro. A resposta depende, segundo Ricoeur, do confronto com o outro e de como ele é percebido:

[...] É um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanto a do nós, como a do eu. Certamente isso pode constituir uma surpresa: será mesmo preciso que nossa identidade seja frágil a ponto de não conseguir suportar, não conseguir tolerar que outros tenham modos de levar sua vida, de se compreender, de inscrever sua própria identidade na trama do viver juntos, diferente dos nossos? Assim é. São mesmo, as humilhações, os ataques reais ou imaginários à autoestima, sob os golpes da alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à expulsão. (RICOEUR, 2007, pp. 94-95).

Entretanto, além do confronto, a fragilidade da identidade étnica é disposta ainda pelo tempo, porque “[...] é preciso mencionar sua relação difícil com o tempo; dificuldade primária que, precisamente, justifica o recurso à memória, enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro [...]” (RICOEUR, 2007, p. 94).

Assim, apresentar-se descendente dos imigrantes pomeranos, no contexto do distanciamento temporal da imigração nos meados do século XIX, considerando essa etnicidade como sua, é um dos desafios que o tempo e o confronto com o outro impõem à resposta que determina quem sou/somos em Santa Maria de Jetibá.

É bem verdade que a resposta depende, em grande parte, da memória, da história e da identidade pomerana constituídas ao longo dos anos, o que remete a importância da família. É no seio familiar que as histórias da Pomerânia são rememoradas, possibilitando aos mais novos o contato e a formação de vínculos com seus ancestrais e com o território da imigração (BALDASSAR, 2001). Contudo, cabe ressaltar, que a imagem da Pomerânia reconhecida pela família descendente de pomeranos no Brasil é a tradicional e já muito fictícia, compreensível e aceita apenas entre os membros desse grupo no país (SIUDA-AMBROZIAK, 2014).

Há de se considerar, todavia, que coube somente aos imigrantes a incumbência de iniciar o processo de construção do mito fundador da identidade étnica pomerana em Santa Maria de Jetibá. Recordar e contar essas histórias exigiu também dos indivíduos e da comunidade como um todo a superação da dor da distância, das dificuldades da travessia, do medo, do aprendizado sobre a nova terra, da nostalgia.

Os principais motivos da imigração dos pomeranos para o Espírito Santo foram a incerteza econômica e a instabilidade sociopolítica promovidas pelas mudanças na Província Prussiana da Pomerânia entre o início e meados do século XIX (RÖLKE, 1996). As transformações trouxeram consigo a proibição do trabalho de crianças abaixo de 9 (1839) e 12 anos (1853) e o desemprego dos servos – motivado pela expulsão das terras dos nobres com a mudança na lei

de reforma agrária (1816) e pela introdução de novas técnicas agrícolas a partir de 1850 (RÖLKE, 1996).

As divergências religiosas também são apontadas como justificativa da imigração. De acordo com Rölke (1996, pp. 30-31), quase toda a população da Província Prussiana da Pomerânia professava a fé luterana. No entanto, durante o reinado de Frederico Guilherme III, rei da Prússia, a adoção da união (1817) e da uniformização da liturgia dos cultos (1822) da Igreja Reformada – que tem sua origem no Calvinismo – e da Igreja Luterana impulsionou uma acirrada oposição à citada política. Em consequência, muitos pomeranos passaram a buscar liberdade religiosa em outros territórios.

Se para o pomerano do século XIX a imigração era uma opção às condições sociopolíticas, econômicas e religiosas enfrentadas na Pomerânia, para o Brasil, no mesmo período, a imigração representava as mudanças necessárias impostas pelas transformações as quais o sistema capitalista impunha aos países de base escravocrata.

O governo considerava imperiosa a adoção do modelo econômico até então em curso, uma vez que a nação era possuidora de mão de obra predominantemente escrava. Ao mesmo tempo, a implementação de um sistema com trabalhadores livres endossava a defesa das áreas ocupadas e o empreendimento da agricultura em áreas despovoadas, o que ampliaria o desenvolvimento do país (FAUSTO, 2004).

À vista disso, o governo brasileiro intensificou a criação de leis que permitissem a instituição de um projeto de atração para a imigração. Entre os aparatos legais estabelecidos, a Lei de Terras, promulgada em 1855, garantia a posse da terra por meio de compra e venda (FAUSTO, 2004). Com o incentivo, a propaganda de imigração para o Brasil chegava a diversos países e empolgava as pessoas em busca de melhores condições de vida.

Entre os vários navios que ancoravam nos portos brasileiros do Rio de Janeiro e de Santos durante o século XIX e início do XX, muitos transportavam a bordo grande número de imigrantes estrangeiros oriundos de diversas partes da Europa, da Ásia e do Oriente Médio. Na viagem para a América, traziam consigo

a família, a esperança de êxito nas novas terras, bem como os percalços da pobreza, da superpopulação e da incerteza do futuro para os filhos nos países originários. Mas também, eventualmente, havia aqueles que vieram por motivos políticos (FAUSTO, 2004; PETRONE, 2004).

De semelhante forma ocorreu na região da antiga Pomerânia. Famílias inteiras de pomeranos se encontravam entre os muitos imigrantes que vieram para o Brasil nesse período.

No estado do Espírito Santo, os imigrantes desembarcaram no porto de Vitória (RÖLKE, 1996). Os pomeranos assentados no território capixaba faziam parte de uma leva que prosseguiu também para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para se estabelecerem em colônias de povoamento (FAUSTO, 2004).

Nas terras capixabas, os pomeranos foram encaminhados à colônia de Santa Leopoldina e fixados no mesmo território, entre os anos de 1858 e 1860, juntos com luxemburgueses, austríacos, hessenianos, holandeses e badenses (Rocha, 2000). Todos se depararam com duras condições de vida e, em meio a administradores corruptos, se sentiam enganados pela realidade não condizer com os discursos na Europa.

Os colonos lidaram, ainda, com o ambiente desconhecido, a localização em áreas não demarcadas no meio das matas, a falta de meios de comunicação, a ausência de apoio à saúde e a falta de padre ou pastor (GROSSELLI, 2009). No caso dos pomeranos assentados no lugar onde hoje é Santa Maria de Jetibá, situada em maior distância do centro da colônia, eles ficaram mais isolados em meio às matas capixabas.

Um dos resultados desse transcurso foi a manutenção da língua de origem, inviabilizando a comunicação do grupo com os brasileiros e demais imigrantes, contudo o isolamento aproximou o grupo. A vicinalidade permitia as lembranças das histórias vividas em diferentes espaços na terra de origem e com elas a reinvenção da tradição em outro destino. A esse respeito, Thum assevera que

O mundo da vida é rememorado pelos sujeitos, através da memória. Nesse sentido, a presença na lembrança, de fatos, situações e símbolos do passado faz com que eles sejam reconfigurados à luz do presente; portanto, a memória também silencia, recompõe o ontem, a partir dos signos da atualidade, e em alguns casos, com os olhos do futuro. Estes silêncios precisam ser levados em conta, porque dizem muito do processo do mundo da vida: dizem, em alguns casos, sobre a reinvenção ousada no presente; dizem sobre o esquecimento intencional de um sujeito sobre determinados fatos [...] (THUM, 2009, pp. 89-90).

Segundo Pollak (1989, p. 4), o silêncio muitas vezes é uma estratégia que se impõe a partir de lembranças dos momentos traumáticos, podendo acontecer mediante as lembranças boas ou ruins as quais podem tornar-se insuportáveis. Elas trazem consigo o esquecimento, o que Halbwachs (1990) considera resultado de experiências que desapareceram de uma memória coletiva.

O fato é que o silêncio e o esquecimento são manifestações que contribuíram com a minimização ou mesmo a desconexão dos eventos decorridos na imigração, na história de vida dos imigrantes e descendentes. Thomson (1998, p. 289), também alega que a insistência dos indivíduos em rever as histórias do passado, além de ser um recurso da afirmação individual e pública do valor da vida, é uma busca pelo reconhecimento da família e do grupo.

Em busca de reconhecimento e convivendo com a dualidade do lembrar e do esquecer, os imigrantes pomeranos se apegaram à identidade de origem “como forma de sobreviverem em um país desconhecido para o qual haviam sido trazidos, com muita frequência, com passaporte e passagem só de ida” (DROOGERS, 2008, p. 20).

Sobre o apego identitário, Siuda-Ambroziak (2011) destaca que cada grupo e cada cultura se expressam de um modo particular, baseados nos costumes e histórias comuns, o que impulsiona o delineamento de seus valores culturais. Entretanto, conforme afirma Bosi (2003, p. 31), se a memória individual escolhe os fatos a serem lembrados, a coletiva tende a intensificar aqueles que assumem simbolismo para o grupo.

Podemos compreender que a memória coletiva foi o meio pelo qual a Pomerânia e as suas histórias chegaram às muitas gerações em Santa Maria de Jetibá.



Transformado em ícone, o lugar de origem impulsionou o grupo a reportarem-se à terra de origem como um lugar de identidade, de memória e de história.

Para Marcus (1991, p. 217), a construção de uma identidade étnica, tal como a pomerana, não depende de “uma nostálgica pedra fundamental da tradição ou da comunidade”, mas ela surge, “criativamente, das mesmas condições desconstrutivas que ameaçam desintegrá-la, desestabilizar o que já foi conquistado”.

Seyferth (2012) avalia que no transcurso de elaboração identitária vinculada à etnicidade germânica<sup>3</sup>, no Brasil, são sistematizadas peculiaridades simbólicas de uma pressuposta germanidade que se mantém ao longo dos anos. Tal constatação, se avaliada entre os descendentes pomeranos de Santa Maria de Jetibá, não se faz diferente.

Na sistematização da identidade surgem os discursos que, para Hall (2000), se constituem específicos. Hall assevera ainda que,

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2000, pp. 109-110).

A perspectiva de Hall (2000) indica a necessidade de identificação dos lugares específicos onde são construídas as identidades e, nesse ínterim, reconhecer ali as especificidades que assumem os discursos utilizados no jogo de poder. Portanto, a análise do papel da venda entre pomeranos e descendentes, a rede que teceu as relações de sociabilidade entre vendeiros, Igreja Luterana e comunidade, da imigração à contemporaneidade, permitirá, nesta pesquisa, a compreensão da constituição da identidade étnica e das relações de poder

---

<sup>3</sup> No Espírito Santo, muitos autores da história pomerana consideravam a origem dos pomeranos e descendentes como germânica, alemã, o caso de Willems (1946) e Wagemann (1949).

estabelecidas Santa Maria de Jetibá.

### Sobre a pesquisa

O meu interesse pelas vendas pomeranas de Santa Maria de Jetibá como objeto de pesquisa vem do meu fascínio pela história desse grupo étnico no Espírito Santo. A minha ascendência pomerana e a intensa participação nas atividades da Igreja Luterana ao longo da minha história sempre propiciaram o meu contato com membros do grupo de diversos municípios e, também, o reconhecimento das permanências da tradição concretizadas nas danças folclóricas, no brot<sup>4</sup>, no bilinguismo do português com o pomerano, entre outros.

Contudo, a latência desse fascínio somente foi potencializada em 2011, quando ingressei no mestrado em Ciências Sociais da Universidade de Vila Velha, UVV. Ao estudar a história da educação e da religião entre os pomeranos e descendentes em Santa Maria de Jetibá, fiz o recorte no programa de educação escolar bilíngue, desenvolvido desde 2005, e conduzi a pesquisa sobre a religiosidade do grupo.

A conclusão do estudo, em 2013, evidenciou o reduzido acervo historiográfico disponível no estado para a análise dos imigrantes e descendentes no Espírito Santo e, mais especificamente, no município, e revelou a importância da continuidade da pesquisa em Santa Maria de Jetibá.

A temática surgiu num diálogo familiar sobre a tradição pomerana em Santa Maria de Jetibá. Na ocasião, minha irmã, que habitou a região e conviveu com os descendentes da localidade, enfatizou que as vendas pomeranas menores e distantes da cidade-sede municipal possuíam diversidade de produtos, inclusive objetos antigos não encontrados facilmente em outras localidades, e os frequentadores falavam a língua pomerana, diferente dos comércios citadinos.

Ao tratar do assunto, detalhou cada objeto que lembrava, bem como a sua localização no interior da venda, do teto ao canto. Era o fascínio por essas vendas que lhe empolgava. Apesar do meu, até então, reduzido contato com

---

<sup>4</sup> O brot é um pão tradicionalmente feito de milho e/ou inhame e/ou cará (BAHIA, 2011), muito apreciado entre os pomeranos e descendentes.

esses comércios, tais argumentos me impulsionaram a refletir sobre o papel das vendas e dos vendeiros pomeranos e descendentes na construção da sociabilidade e da tradição da comunidade no território de Santa Maria de Jetibá.

Isso posto, ao encontrar o lugar das vendas como lócus de extremo interesse para esta tese, identifiquei que elas aparecem nos registros produzidos pelos visitantes estrangeiros, especialmente os de origem germânica. Entretanto, surgem de forma difusa e somente num determinado recorte histórico temporal que não explora o tempo presente e sua inter-relação com a tessitura identitária.

Assim, justifica-se a realização desta pesquisa que tem por objetivo a busca por entender o papel assumido pelas vendas na história do passado e do presente de pomeranos e descendentes em Santa Maria de Jetibá. Para tal, investiga-se como as vendas se constituíram em lugares de sociabilidade, de poder e de reconhecimento, reinvenção étnica e identitária do pomerano e de seu descendente, preenchendo, desse modo, a lacuna importante da historiografia capixaba.

A hipótese norteadora da pesquisa entende que as relações de sociabilidade e de poder estabelecidas entre os vendeiros e agricultores nas condições de assentamento no território e do modelo socioeconômico adotado significavam não somente a intermediação dos comerciantes nas negociações da produção, mas também possibilitaram a (re)construção identitária pomerana e o reconhecimento da pomeranidade em Santa Maria de Jetibá, contribuindo, junto com a atuação dos pastores da Igreja Luterana, para a constituição da cultura étnica dos pomeranos e descendentes naquele território.

Para atingir os objetivos da pesquisa, pretendo responder a uma série de perguntas norteadoras, entre elas às três básicas, que formam o eixo do trabalho, justificando a sua construção interna: quais as condições de assentamento e de ocupação da região de Santa Leopoldina, entre o século XIX e início do XX, que permitiram a instituição das vendas e de traços culturais étnicos entre os pomeranos e descendentes no interior da colônia?; qual a configuração da relação sociopolítica, econômica e identitária dos pomeranos e descendentes com as vendas e vendeiros de Santa Maria de Jetibá?; qual a

relevância das vendas pomeranas para a construção da identidade étnica no passado e no presente?

O referencial teórico metodológico tem como suporte as categorias da memória e a identidade étnica. As heranças memoriais se constituem em recursos de significações que são mobilizados por grupos e indivíduos para dar vida às suas identidades (CANDAU, 2011), o que entre os pomeranos e descendentes se vincula também à etnicidade.

A etnia é o que permitiu que eles se reconhecessem e se identificassem e fossem identificados como pomeranos ou descendentes (LIEBKIND, 1999). Assim, memória, identidade e etnia se complementam na constituição da história que tem a venda um fator importante na sociabilidade do grupo.

Entendo não ser possível falar das memórias e do cotidiano dos descendentes pomeranos sem a abordagem da história oral. A memória e a história oral possibilitam um campo de experiências compartilhadas (PORTELLI, 1996). À vista disso, foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas de história de vida. A escolha dos entrevistados acompanhou alguns critérios: ser descendente pomerano residente no município de Santa Maria de Jetibá; ser descendente pomerano não residente no município de Santa Maria de Jetibá com história de vida relacionada às vendas dessa localidade; ter história de vida relacionada às vendas de Santa Maria de Jetibá. Utilizei também uma metodologia de bola de neve; um entrevistado, ou um parente do entrevistado, me indicava outro. As entrevistas foram gravadas e transcritas entre janeiro de 2018 e outubro de 2020, exceto a realizada em 2012 durante o mestrado. A única adversidade que tive durante a realização da pesquisa de campo foi a necessidade da presença de uma tradutora das línguas portuguesa e pomerana numa das entrevistas com um descendente que somente falava a língua pomerana.

Dos participantes, um é descendente de alemães, os demais têm como antepassados os imigrantes pomeranos. Todos residiam/residem no município de Santa Maria de Jetibá, na cidade-sede ou nas localidades de Rio Lamego, Alto São Sebastião, Rio Possmoser e Caramuru onde foram realizadas as entrevistas. Em maioria são bilíngues, português e pomerano, porém há quem

seja trilingue, português, pomerano e alemão. A relação dos pesquisados encontra-se a seguir:

Iniciais	Sexo	Idade	Profissão	Local	Data
A. G.	M	45	Diácono da Igreja Luterana	Santa Maria de Jetibá (sede)	26/01/2018
D. H.	M	26	Agricultor	Alto São Sebastião	04/10/2020
E. V.	M	70	Pastor luterano (aposentado)	Caramuru	17/01/2012
H. D.	M	75	Filho de vendeiro/transportador de mercadorias (aposentado)	Santa Maria de Jetibá (sede)	07/02/2020
H. F.	M	75	Vendeiro	Rio Lamego	24/01/2018
M. P. P.	F	81	Vendeira (Aposentada)	Rio Possmoser	30/01/2020
O. P.	M	50	Vendeiro	Alto São Sebastião	20/12/2018
R. S. H.	F	27	Agricultora	Alto São Sebastião	04/10/2020
S. B. S.	F	78	Avicultora	Santa Maria de Jetibá	14/03/2020
S. K. S.	F	33	Agricultora	Alto São Sebastião	26/01/2018
V. S.	M	38	Vendeiro	Alto São Sebastião	30/04/2018
W. B.	M	79	Avicultor	Santa Maria de Jetibá (sede)	14/03/2020

Na tese, os entrevistados são identificados por letras e pela data da entrevista, a fim de garantir o sigilo pessoal conforme estabelecem os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos dos Comitês de Ética em Pesquisa, CEP, e Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, CONEP, vinculados ao Ministério da Saúde.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE (ver apêndice I). A aprovação da pesquisa pelo CEP, número 14591219.6.0000.5542, reforça a importância da participação dos entrevistados na compreensão das vendas como personagens que compõem a história do

grupo pesquisado.

A diversidade dos participantes, comerciantes, agricultores, avicultores, diácono e pastor da Igreja Luterana, e a faixa etária, entre 26 e mais de 81 anos, objetivou oportunizar narrativas que revelassem a cotidianidade das vendas numa tessitura de temporalidades que se complementam na construção da história dos imigrantes e de descendentes. Essas fontes orais, documentos vivos de uma história intensa, projetaram as relações pessoais (PORTELLI, 1997) tecidas em Santa Maria de Jetibá.

A interação com os entrevistados e a escrituração das histórias contadas acompanharam a longevidade da pesquisa, à exceção da entrevista de 2012. Ao mesmo tempo, envolvida pelas alegrias, as tristezas e os saudosismos que as histórias traziam aos participantes, por vezes construí o cenário das histórias do qual também fiz parte dele. A respeito de ocupar o lugar do outro, Favret-Saada corrobora,

Se afirmo que é preciso aceitar ocupá-lo, em vez de imaginar-se lá, é pela simples razão de que o que ali se passa é literalmente inimaginável, sobretudo para um etnógrafo, habituado a trabalhar com representações: quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis. Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159).

O fato de eu mesma ser descendente pomerana e partilhar da Igreja Luterana contribuíram, com certeza, para a disponibilidade e a vontade dos entrevistados de compartilharem comigo as suas histórias. Sem solicitação, muitas vezes mostravam também fotos, bíblias, cadernos escolares e lembranças de batismos escritos em alemão. As memórias do luteranismo enraizadas nas imagens e nos objetos (NORA, 1993, p. 9) entremearam inúmeras entrevistas. As fotos, tiradas por mim durante a pesquisa, complementam o material analisado.

Com relação ao acervo bibliográfico sobre a imigração pomerana em Santa Maria de Jetibá, utilizei como pilares fundamentais as obras de Ernst Wagemann, de Hugo Wernicke, Jean Roche, Ernst Struck, Regina Rodrigues Hess e André Droogers. Cabe ressaltar que em algumas obras de referência os pomeranos

são apresentados como alemães ou germânicos, o que agregou dificuldade à construção da história pomerana no Espírito Santo e em Santa Maria de Jetibá.

Ernst Wagemann, em *A colonização alemã no Espírito Santo*, descreve o resultado de uma viagem de quatro meses que fez pelas regiões onde os alemães foram instalados no Espírito Santo. O relato dividido em quatro partes: a terra, a gente, o trabalho e o modo de vida dos colonos, destaca o papel da venda e do vendeiro entre os alemães.

*Viagem pelas colônias alemãs do Espírito Santo, a população evangélico- alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil*, de Hugo Wernicke, retrata as viagens que o autor fez às colônias alemãs entre o final do século XIX e início do XX. No texto, indica diversos comércios do distrito de Jetibá caracterizando-os como “venda”<sup>5</sup> alemã.

Na obra de Jean Roche – *A colonização alemã no Espírito Santo* – fruto de pesquisa realizada em 1961 nas regiões de ocupação alemã no estado, são detalhados aspectos gerais da localização e do cotidiano dos colonos. Ele destaca a relação do comerciante com a comunidade externa que desperta atenção:

os agentes do fisco, os magistrados ou oficiais de justiça, os funcionários, os homens de negócios que têm de tratar com os colonos nunca o fazem sem consultar o comerciante; geralmente preferem encarregá-lo de resolver a questão. (ROCHE, 1968, p. 242).

Regina Rodrigues Hess, em *Santa Maria de Jetibá: uma comunidade teuto-capixaba*, publicação que resultou de sua tese de doutorado, explicita a relação dos donos das vendas com a comunidade local. Em relação aos vendeiros, Hess apresenta-os como “indivíduos que têm ascendência sobre a população circunvizinha” gozando ainda do prestígio político e sendo “verdadeiros cabos eleitorais” (HESS, 2014, p. 122).

No texto *Colonização germânica nos núcleos coloniais de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá*, Ernst Struck retrata o desenvolvimento econômico das regiões desde a imigração germânica até a década de 1980. Ele considera Santa

---

<sup>5</sup> Destaque em aspas feito pelo autor.

Maria de Jetibá, “[...] uma pequena cidade alemã-pomerana.” (STRUCK, 1989, p. 70). Sobre o desenvolvimento inicial do território, afiança que,

Em Santa Maria, por volta de 1900, um lugar para uma capela luterana foi comprado pelos colonos, em cujo lugar foi construída uma igreja em 1918. Os lotes adjacentes pertenciam a dois colonos (Dettmann e Arnold), um dos quais tinha construído uma venda. Onde quase todas as tropas (até mesmo Afonso Cláudio e Baixo Guandu no Rio Doce) faziam a última corrida antes de S. Leopoldina. [...] (STRUCK, 1989, p. 67).

Dessa forma, mesmo assumindo uma categoria complementar nas pesquisas, o que se destaca são os aspectos sociopolíticos das vendas e dos vendeiros. A leitura de Struck (1989) apresenta, ainda, a importância dada pela comunidade à Igreja e à venda. Ele considera os locais mencionados como os fundadores da cidade de Santa Maria de Jetibá.

Também sobre os espaços sociopolíticos, a Igreja e a venda, André Droogers analisa a religião luterana, a origem étnica e a segurança ontológica na construção da identidade dos pomeranos e descendentes na região e expõe as relações de poder que entremeavam as ações de pastores e vendeiros.

Feitas as ponderações, o primeiro capítulo desta tese apresenta o contexto histórico da Pomerânia, considerando os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, que incidiram na luta pela identidade étnica dos pomeranos, assim como abordada as mudanças que a transição da escravidão ao trabalho assalariado provocaram no Espírito Santo culminando na imigração estrangeira e, conseqüentemente, na chegada, entre outros, dos pomeranos.

No segundo capítulo, são reproduzidas as condições de assentamento dos imigrantes na colônia de Santa Leopoldina, a ocupação do interior da região pelos pomeranos e descendentes e analisadas as relações socioeconômicas e as de poder que foram estabelecidas por comerciantes e administradores da colônia da segunda metade do século XIX ao início do século XX.

No mesmo período, destaco a importância dos mutirões na formação de comunidades luteranas e na realização de tarefas específicas entre os pomeranos e descendentes. Tais ações, pressuponho, foram essenciais para a manutenção da língua e das tradições pomeranas. Explico o surgimento das



vendas e debato a relação de vendeiros com pastores da Igreja Luterana.

No terceiro capítulo, pormenorizo a tessitura que engendrava tanto a relação econômica, sociopolítica e identitária entre os pomeranos, descendentes e vendeiros do distrito de Jetibá, como a relação desses vendeiros com os demais comerciantes e as autoridades de outras localidades do estado. Nele, abordo a tensão das relações de poder entre pastores da Igreja Luterana e vendeiros.

No quarto capítulo, discuto a relação dos descendentes pomeranos com os vendeiros no presente, tendo como base a mudança do modelo econômico implementado depois da chegada dos imigrantes em Santa Maria de Jetibá, analisando também as informações descritas nos capítulos anteriores sobre a constituição da sociabilidade, das relações de poder e de etnicidade entre os descendentes dos pomeranos.

## 1. DA POMERÂNIA À SANTA LEOPOLDINA

Os descendentes dos imigrantes pomeranos do município de Santa Maria de Jetibá instituem práticas socioculturais e simbólicas que singularizam o cotidiano de suas experiências de vida no município. Elas permeiam as cerimônias fúnebres, os enlances matrimoniais, a relação familiar, a educação escolar bilíngue, a alimentação, a interface entre a religiosidade cristã e a crença em magia, a presença marcante das línguas pomerana, portuguesa e alemã e o vínculo dos habitantes com as vendas da localidade.

O reconhecimento dessas práticas permite que os descendentes identifiquem a cultura pomerana por meio da distinção étnica. Tal processo se configura na ênfase dada às perguntas: “você é de origem (pomerana)?” e “você é de que família?” aos que chegam, em especial, ao interior do município e não são moradores desse território.

Portanto, a história do pomerano constitui uma parte importante do processo por meio do qual a identidade étnica foi elaborada, primeiro na Pomerânia, depois no movimento imigratório e, finalmente, no Brasil, nas condições de assentamento desses imigrantes no Espírito Santo, tendo como alusão a memória coletiva do grupo.

### 1.1 No berço da etnicidade

A história pomerana começou a se desenhar do outro lado do Oceano Atlântico, em Pomorje<sup>6</sup>, onde o continente europeu é banhado pelo Mar Báltico, conforme a figura 1 a seguir.

---

<sup>6</sup> A área ocupada pelos wendes recebeu o nome de Po-morje, palavra que na língua wende significa “a terra perto do ou junto ao mar”, e que mais tarde foi nomeada Pomorania ou Pomerânia (em latim, Pomerania), Pomorze (em polonês) e Pommern (em alemão) (TRESSMANN, 2005).

**Figura 1 - Província da Pomerânia em 1939**



Fonte: Granzow (2009)

A região de Pomorje começou a ser ocupada por volta do ano 600 d.C., quando os wendes, povo nômade de língua eslava, fixaram-se na região formando vilas agrícolas, as quais eram organizadas por vínculos parentais que tinham no patriarca o comando dos grupos familiares e mobilizavam a crença em divindades ligadas à natureza por meio de superstições, oferendas e sacrifícios humanos (RÖLKE, 1996). Em relação à língua, falavam o wendes e o cassúbio, línguas indo-europeias da família eslava e subfamília eslava ocidental (TRESSMANN, 2005).

A sedentarização dos wendes foi acompanhada de inúmeras disputas territoriais com povos invasores, dentre eles os dinamarqueses, noruegueses, poloneses e suecos. Rölke (1996) assevera que um dos principais motivos dos conflitos era a tentativa de dominar uma passagem do continente para o mar e das terras além-mar para o continente. As disputas, sempre acompanhadas de devastação, instituíram uma incessante busca por proteção e permitiram a consolidação do feudalismo na região (RÖLKE, 1996).

O sistema feudal nas regiões da atual Alemanha, onde também se localizavam os pomeranos, permitiu a ligação de áreas distantes a um centro interligado por redes subordinadas, o que manteve a importância da família, ou da dinastia,

substituindo em parte o poder das tribos (FULBROOK, 2016).

Apesar das mudanças sociopolíticas e econômicas promovidas pela feudalização, a intensidade das disputas que pretendiam o controle da Pomerânia não sofreu alterações. Durante o século XII, 22 guerras foram travadas pela obtenção da parte ocidental da Pomerânia (RÖLKE, 1996).

Defender a posse do território ficava cada vez mais dispendioso para os nobres pomeranos; fato que levou a nobreza a se aproximar, no ano de 1128, da Saxônia, reino integrante do Sacro Império Romano Germânico. A escolha pelos saxões pode ter ocorrido pela imponência do Império Germânico e pela proximidade com o território da Saxônia. Esses dois apontamentos podem ser observados na figura 2.

**Figura 2 - Império Germânico de 1024-1125**



Fonte: Fulbrook (2016)

A relação que se formou entre a Pomerânia e a Saxônia atendeu tanto ao

interesse comercial e protecionista da nobreza pomerana como às intenções germânicas de influenciar a região (TRESSMANN, 2005). Ao mesmo tempo, sob a insígnia de salvaguardar a região, os saxões chegavam ao território pomerano abrindo espaços para a introdução da língua germânica e da religião cristã.

Em relação à implantação de uma língua de origem germânica na Pomerânia, Tressmann (2005, p. 60) afirma que as línguas eslavas vão sendo cada vez menos faladas quando vai sendo instituído o Pomerisch, ou pomerano, língua formada a partir do baixo-saxão<sup>7</sup> que se constituiu numa língua wende pomerana germanizada.

Quanto à crença, a tradição wende passou a disputar o campo de atuação com o catolicismo cristão, religião adotada por algumas comunidades pomeranas a partir do contato com a Saxônia católica. Assim, a partir do ano de 1124, iniciou a cristianização dos pomeranos através do Bispo Otto Bamberg da Baviera (RÖLKE, 2016.)

Segundo Rölke (1996), a aproximação com os saxões produziu o enfraquecimento da nobreza local, o que permitiu aos Cavaleiros Teutônicos Brandemburgueses<sup>8</sup> o domínio do sul da Pomerânia. No entanto, a mudança do comando para Brandemburgo não suprimiu a influência germânica, uma vez que esse também era um reino do Sacro Império Romano.

A relação instituída entre os pomeranos e os brandemburgueses permitiu a assinatura de um importante tratado em 1529, em que os brandemburgueses assumiram o compromisso de manter a autonomia dos pomeranos e estes se comprometeram em transferir o território da Pomerânia a Brandemburgo após a morte do último nobre wende/pomerano (RÖLKE, 1996).

A tessitura desse acordo apresenta algumas questões que merecem ser desveladas. A primeira refere-se à negociação da autonomia pomerana diante do domínio brandemburguês, pois entendiam ser imperioso resistir ao controle e

---

<sup>7</sup> O baixo-saxão se configura da variedade linguística falada ao norte da atual Alemanha, parte da Holanda e norte da Bélgica (TRESSMANN, 2005).

<sup>8</sup> A partir de 1226, os Cavaleiros da Ordem Teutônica, numa cruzada religiosa contra os pagãos eslavos, ocuparam a região nordeste fora dos domínios germânicos, formando um amplo e poderoso Estado (FULBROOK, 2016).

a influência externa. O outro ponto encontra-se na estreita relação do povo pomerano com o seu passado, com a origem wende. O que é negociado, ou mesmo disputado, não é somente o poder político, mas também a manutenção da tradição pomerana em meio ao domínio étnico germânico; questão a qual deixa claro que há uma identificação do grupo com a cultura wende-pomerana, tanto que é colocada como pauta de negociação com Brandemburgo.

Com o advento da Reforma Protestante, a partir de 1530, na região da Pomerânia, parte da nobreza local e, conseqüentemente, os seus vassallos e servos, são convertidos ao luteranismo (RÖLKE, 1996). No bojo da conversão, a língua alemã<sup>9</sup> passou a ser aprendida na escola e utilizada na esfera escolar, na igreja e nas repartições públicas. A língua pomerana, no entanto, continuou sendo falada nos âmbitos informais e familiares (TRESSMANN, 2005).

A crescente presença e influência alemã no território da Pomerânia permitiram que essa cultura fosse aos poucos sendo incorporada pelos wendes/pomeranos e os que resistiram foram marginalizados, restando-lhes a periferia das cidades ou a imigração para outras regiões, processo que intensificou a perda de suas identidades eslavo-wende-pomeranos (RÖLKE, 1996).

A Pomerânia ficou sob domínio dos brandemburgueses até 1618 – ano em que os Hohenzollerns unificaram a região da Prússia e de Brandemburgo formando um reino único – a Prússia-Brandemburgo (FULBROOK, 2016). Por conseguinte, a Pomerânia, como todas as regiões controladas por esses territórios, passou para o comando do novo reino germânico.

No tocante à configuração do reino, a Prússia-Brandemburgo não se constituía em um Estado unificado, mas composto por uma multiplicidade de territórios agregados, o que era atribuído em parte à dificuldade de governar as províncias orientais do antigo império dos cavaleiros teutônicos (FULBROOK, 2016), pois essas regiões eram localizadas fora dos domínios do Sacro Império Romano e mantinham a língua e as tradições culturais eslavas (FULBROOK, 2016).

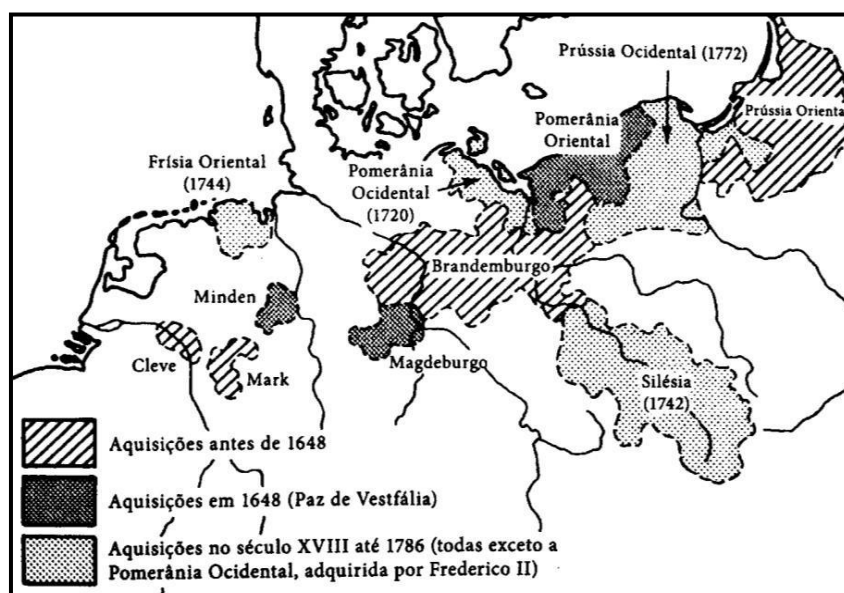
---

<sup>9</sup> A partir de 1226, os Cavaleiros da Ordem Teutônica, numa cruzada religiosa contra os pagãos eslavos, ocuparam a região nordeste fora dos domínios germânicos, formando um amplo e poderoso Estado (FULBROOK, 2016).

Tal apontamento deixa transparecer que os pomeranos conseguiram manter no cotidiano a língua e as tradições wende e pomeranas durante o domínio da Prússia-Brandemburgo, o que não desconsidera as mudanças estabelecidas por meio da influência e do domínio germânico na região.

Passado quase um século da unificação dos reinos, em 1701, o governante da Prússia-Brandemburgo Frederico III começou a reconfigurar o norte europeu sob o poder da Prússia (FULBROOK, 2016). Até aquele período, a área ocupada em território pomerano era somente a parte oriental. O detalhamento dessa conformação territorial prussiana pode ser entendido pela figura 3.

**Figura 3 - O crescimento da Prússia até 1786**



Fonte: Fulbrook (2016)

Observa-se a exposição das inúmeras aquisições da Prússia até 1786 e destaca-se a posse da Pomerânia Ocidental e Oriental. Apesar disso, Rölke (1996, p. 19) salienta que a Suécia manteve algumas possessões na Pomerânia até a derrota de Napoleão em 1815, quando a Prússia assumiu domínio sob esses territórios e formou a Província Prussiana da Pomerânia em 1817.

A partir desse período, houve um longo processo de unificação administrativa e militar na Prússia, bem como em outros territórios do Sacro Império Romano Germânico. A longevidade da unificação se deu em virtude da divergência de interesse de diferentes grupos, como o clero que em situações diversas limitava

o poder político dos governantes ao domínio de suas cortes (FULBROOK, 2016).

A autonomia religiosa estabelecida na Prússia durante o século XVIII apresentou uma diversidade de crenças. Elas advieram tanto da necessidade do governo calvinista<sup>10</sup> de estabelecer formas de lidar com a Igreja Luterana estatal como pelos anseios socioeconômicos dessa mesma administração (FULBROOK, 2016). Valendo-se dessa condição, mesmo tendo sido estabelecidas as Igrejas Católica e Luterana, a crença wende ainda permaneceu entre os pomeranos; o que fica evidente a importância da referida cultura para o grupo.

A introdução do cristianismo e da língua alemã entre os pomeranos mostra como o poder germânico interferiu no modo de vida, bem como na identidade do grupo. Em contrapartida, a relevância da cultura wende e pomerana permitiu que eles encontrassem meios para negociar essa tradição, mantendo-a no cotidiano do grupo.

Não obstante isso, a partir da segunda metade do século XVIII, a Prússia se envolveu numa guerra contra a França em defesa do seu território e do Sacro Império Romano Germânico, dissolvido pelo governo francês no ano de 1806 (FULBROOK, 2016). Sem conseguir conter as tropas napoleônicas, a Prússia assinou a paz de Tilsitem em 1807, segundo o qual perdia grande parte do território e teria por obrigações pagar indenização ao governo francês e contribuir com o exército napoleônico (FULBROOK, 2016).

As perdas com o tratado de paz aguçaram na Prússia o ímpeto de modernizar e reorganizar o seu território e a região do antigo império romano. Valendo-se desse propósito, a Prússia deu início à abolição da servidão em 1807, modificando as condições sociais da população anteriormente definidas por nascimento (FULBROOK, 2016). A mudança possibilitou aos nobres exercerem atividades da classe média e aos burgueses e camponeses comprarem terras. Entretanto, os camponeses não tinham condições nem mesmo de pagar as indenizações referentes à servidão (FULBROOK, 2016).

---

<sup>10</sup> Na Alemanha, o calvinismo assumiu relevância entre o final do século XVI e o começo do século XVII, quando conseguiu adeptos entre o Palatinado, os governantes brandemburgueses e hesse-cassel (FULBROOK, 2016).



De acordo com Rölke (1996, p. 23), com a reforma agrária, os colonos do reino da Prússia não eram mais obrigados a trabalharem nos latifúndios, passaram a ter autonomia para casarem com quem quisessem e poderiam mudar para qualquer lugar sem a concessão dos suseranos, desde que indenizassem os nobres a quem eram vinculados.

A abolição da servidão estendida a todo o domínio do reino da Prússia tornou a situação dos camponeses da Província Prussiana da Pomerânia ainda mais difícil. O único dia disponível para os servos trabalharem e proverem os rendimentos da indenização aos senhores e da aquisição da terra para se tornarem proprietários era o domingo, o dia de descanso (RÖLKE, 2016).

Nesse ínterim, a França foi derrotada. A estabilidade proveniente do fim das guerras napoleônicas ajudou a promover entre meados do século XVIII e XIX um significativo aumento populacional na Europa e, por conseguinte na Confederação Alemã – instituída no lugar do Sacro Império Romano Germânico (FULBROOK, 2016).

Mesmo numa fase pré-industrial, a maioria da população da Confederação Alemã era rural e estava desempregada. Para agravar a situação, a ampliação da população não foi acompanhada do aumento na produção de alimentos (FULBROOK, 2016), o que promoveu tumultos por parte da população em busca de alimentação e ampliou a mobilidade tanto em direção às cidades em desenvolvimento como para terras promissoras do outro lado do Oceano Atlântico (FULBROOK, 2016).

No caso da Prússia, ela seguia as mudanças que se configuravam na Confederação Alemã em relação ao aumento populacional e o início da industrialização. Todavia, houve um dissenso no processo: se por um lado houve celeridade da industrialização promovida pela reorganização do território alemão<sup>11</sup>, por outro, conforme assevera Seyferth (1974), os camponeses na Prússia ainda estavam sujeitos a total servidão no início do século XIX.

---

<sup>11</sup> Na reconfiguração territorial que deu origem à Confederação Alemã, a Prússia foi contemplada com os territórios de Renânia e Vestfália, regiões que alcançaram um amplo desenvolvimento econômico, que permitiu o desenvolvimento do processo industrial na região (FULBROOK, 2016).

Ao situar esse contexto na Província Prussiana da Pomerânia, observa-se um aumento significativo da população de 400 mil habitantes para 800 mil ainda na primeira metade do século XIX (RÖLKE, 2016), não acompanhado de desenvolvimento econômico em todas as regiões. Pode-se exemplificar a Pomerânia Oriental,<sup>12</sup> que não apresentou um desenvolvimento industrial capaz de absorver toda a mão de obra desempregada e desqualificada do campo (RÖLKE, 2016) e promover o fim da servidão. Entretanto, na segunda metade do século XIX, a fome, o desemprego e a falta de perspectivas da aquisição de terras passaram a assolar ainda mais a população.

Na tentativa de atenuar o desemprego e a fome, o governo criou decretos que tinham por objetivo empregar os mais velhos, proibindo o trabalho de crianças abaixo de 9 anos, passando depois para 12 anos, e limitando a carga horária de ocupação laboral deste grupo etário em 10 horas diárias (RÖLKE, 1996). Se por um lado o governo tentava assegurar o emprego para alguns, por outro desempregava boa parte dos que ajudavam no sustento familiar.

Tentando fugir dessa circunstância, inúmeros pomeranos, prussianos e alemães de outras regiões passaram a vislumbrar uma terra promissora do outro lado do Oceano Atlântico. O contingente era ainda atraído por propagandas que apresentavam o Brasil como uma opção à situação de crise em que essa população se encontrava. Willems (1946) lembra que “mesmo levando em conta a propaganda intensa feita pelos agentes das companhias de imigração, não se deve esquecer que em muitas regiões já se havia estabelecido uma tradição imigratória, fato esse que reforçava, singularmente, a eficiência de tal propaganda [...]” (WILLEMS, 1946, p. 57-58).

Valendo-se do que consideravam uma grande oportunidade, os grupos deixaram o seu território de origem na Europa e emigraram para a América<sup>13</sup>. Em relação aos imigrantes de origem germânica que se dirigiram ao Brasil, Emílio Willems (1946) faz a seguinte análise:

[...] Os imigrantes germânicos abandonam uma cultura em plena

---

<sup>12</sup> Durante o século XIX, segundo Rölke (2016), a grande maioria de imigrantes provenientes da Pomerânia que vieram para o Espírito Santo era da região da Pomerânia Oriental.

<sup>13</sup> Nesse período, inúmeros grupos de imigrantes europeus se dirigiram a países da América, Oceania, etc.

mudança e, em grande parte, por causa dessa mudança. Cada leva representa não somente um tipo de cultura local, mas também certa fase de transformação, cujo ritmo acusa variações impressionantes de acordo com as condições regionais e locais. É uma sociedade rural que se está secularizando, cujas comunidades se vêm articulando cada vez mais com os mercados urbanos, cujas manufaturas domésticas se desagregam ou se transformam com a industrialização crescente, cujos jovens estão sendo atraídos, em número cada vez maior, pelos centros industriais. É o próprio campo que se urbaniza, cujo estilo de vida sofre modificações profundas com a mobilidade profunda das populações. É o capitalismo, enfim, que penetra, baseado em técnicas científicas, os processos de produção agrícola [...]. (WILLEMS, 1946, p. 52).

As considerações de Willems destacam que, no momento em que o contingente de germânicos (incluindo os pomeranos) imigra para o Brasil, a emergência do capitalismo alterava os meios de produção e o modo de vida dos indivíduos. Na transição do feudalismo para o capitalismo, cada região se encontrava num momento particular do processo, o que influenciou na diversidade de motivos que trouxeram os imigrantes germânicos para o Brasil.

No caso da Província Prussiana da Pomerânia – com a transformação do feudalismo em andamento, mas em um processo mais lento que em outros territórios sob domínio germânico, devido ao atraso no fim da servidão – ela já contava com uma imensa massa de desempregados, o que se tornou um dos principais incentivos à imigração pomerana para o território brasileiro.

A proposta de imigrar para o Brasil, apresentada aos pomeranos nas mais longínquas regiões, era intensificada pelo trabalho dos agenciadores. As notícias e as propagandas que chegavam, faziam com que o interesse em imigrar para o país fosse encorajado entre os pomeranos. Isso os levou a iniciarem um longo processo de imigração em direção ao Brasil e à Província do Espírito Santo no final da década de 1850.

## 1.2 O Brasil na espera da imigração europeia

O movimento imigrantista que trouxe os pomeranos e outros grupos europeus para o Brasil, entre a primeira metade do século XIX e o final década de 1950, foi pensado a partir de legislação própria e trâmite organizacional. A elaboração desse aparato começou a ser tecida antes do início da imigração, o que deixa

transparecer que o movimento já era considerado no país há algum tempo.

Desde o governo de D. João VI, a imigração já era vista como meio de substituição da mão de obra escrava, mas a economia de base escravocrata brasileira opunha-se ao empreendimento capitalista industrial da Inglaterra, principal região de intercâmbio econômico do país. Diante do cenário e numa tentativa de acabar com a escravidão na região, a Inglaterra impôs ao Brasil a assinatura do tratado de comércio que proibia o tráfico de escravos a partir de 1845 (FAUSTO, 2004).

Segundo Fausto (2004, p. 298), para o Brasil atender as imposições que a oferta e a procura estabeleciam à economia de mercado era imperioso um novo ordenamento na utilização da terra, na mão de obra e nas técnicas agrícolas. No caso da mão de obra, o mercado internacional se apoiava na substituição do escravo pelo trabalhador livre e remunerado, o que permitia o acesso aos bens de consumo e à movimentação da economia capitalista. Entretanto, circulavam entre a elite fundiária e política algumas opiniões contraditas a respeito da imigração. Os principais opositores da política eram os grandes latifundiários que dependiam do trabalho escravo e se apresentavam receosos com as mudanças que a imigração e o novo modelo de trabalho e economia trariam ao seu domínio (FAUSTO, 2004).

As determinações impostas pelo mercado mundial desarticulavam as possibilidades de frear as transformações que o fim da escravidão e a imigração promoveriam ao Brasil. Apesar da resistência e das polêmicas em torno do tema, o governo passou a presumir a imigração como a única resposta plausível para a efetivação das mudanças que possibilitariam a manutenção das relações comerciais com a Inglaterra, bem como a entrada do país no novo cenário econômico, político e social que se desenhava.

Desse modo, a imigração em substituição da mão de obra escrava atendia à necessidade do Brasil de assegurar sua integração ao comércio internacional, motivo pelo qual a maioria dos imigrantes foi encaminhado às grandes fazendas de café, enquanto que outros se instalaram nas cidades (PETRONE, 2004).

Ainda que de forma geral a imigração representasse a mudança da mão de obra

nas fazendas, a ocupação territorial do país foi uma das ideias que acompanhou todo o processo imigrantista. Segundo Petrone (2004, p. 96), no decurso da história da imigração para o Brasil duas orientações se destacaram: novos braços para a lavoura e o estabelecimento de pequenas propriedades em núcleos coloniais criados pelo Estado, sendo este em número menor de imigrantes.

Para o estabelecimento dos núcleos coloniais, priorizava-se a baixa densidade demográfica e a existência de áreas totalmente despovoadas. A imigração como forma de ocupação territorial era uma tentativa de amenizar os problemas referentes à “[...] escassa produção, de demanda interna, de acumulação pública e privada e, conseqüentemente, a impossibilidade de modernizar a agricultura, de empreender iniciativas de tipo industrial e de fornecer ao território vias de comunicação [...]” (GROSSELLI, 2009, pp. 165- 166). Com base nisso, o governo brasileiro priorizou a imigração para a Província do Espírito Santo e parte da região sul do país.

Do ponto de vista dos adeptos dessa modalidade de imigração, o povoamento deveria assumir prioridade no Brasil, pois a questão da mão de obra para as lavouras nos latifúndios seria uma consequência da ocupação das colônias, de onde viriam os trabalhadores (PRADO JÚNIOR, 2004). A ideia tinha como base a perspectiva de que os imigrantes brancos localizados nos núcleos coloniais não ficariam nas suas terras, mas se dirigiriam às fazendas em busca de trabalho, porque acreditavam que a agricultura de subsistência não seria suficiente para atender as suas expectativas. Havia também uma parcela que tinha convicção de que a necessidade cultural do imigrante de deixar a terra como herança para os filhos o impulsionaria, em algum momento, ao trabalho na fazenda, uma vez que a terra poderia não ser suficiente para atender a todos os herdeiros (RÖLKE, 2016).

Desse modo, ao povoar o Brasil, o processo imigrantista viabilizaria a substituição da mão de obra escrava e, ao mesmo tempo, impulsionaria o aprimoramento das técnicas de produção, o surgimento da indústria e da nova classe social – a classe média – que se forjara a partir do vislumbre capitalista.

Tendo esse propósito como pano de fundo, D. João VI iniciou o projeto imigrantista com intuito de povoar as hinterlândias, porém era preciso garantir a posse das terras desabitadas aos imigrantes. Com essa finalidade, a coroa portuguesa institucionalizou a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil pelo Decreto de 25 de novembro de 1808.

No decreto, D. João VI justificou a concessão de terras aos estrangeiros que residiam no Brasil com o propósito de aumentar a população e também as lavouras, mas destituiu a necessidade de leis próprias para regulamentar a posse das sesmarias (IOTTI, 2001). Sem a legislação, não haveria também a obrigatoriedade de acompanhamento da administração brasileira no registro das terras.

Garantida a posse das terras aos estrangeiros, a próxima etapa seria a criação de colônias de povoamento. Segundo Fausto (2004, p. 158), o governo de D. João VI patrocinou a criação do sistema de núcleos coloniais instalados em meio às matas de diversas regiões do país. A ocupação deles alcançou uma especificidade, “[...] um decreto com a data de 16 de março de 1820 dirigindo-se expressamente aos ‘diversos povos da Alemanha e de outros Estados’ constituía o fundamento jurídico para a formação de colônias com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas propriedades agrícolas [...]” (FAUSTO, 2004, p. 222).

No caso da Província do Espírito Santo, a exploração e a colonização das terras capixabas foram pensadas a partir de algumas mudanças que se relacionavam. Segundo Franceschetto (2014, pp. 52-53), as alterações consistiram na drástica diminuição da extração do ouro nas minas, no reconhecimento da independência do Espírito Santo da Bahia e na posse de Francisco Alberto Rubim como governante da província em 1812.

Passamani Mariano (2019, p. 66) assevera que entre as realizações do governo de Francisco Rubim está a inauguração do longo processo de imigração europeia para o Espírito Santo com a chegada dos primeiros imigrantes açorianos em 1812. Desses imigrantes, 32 receberam sesmarias no sertão de Santo Agostinho e, ao tomarem posse de suas terras em 1813, inauguraram a

colônia agrícola de Viana, a primeira experiência de povoamento na região (PASSAMANI MARIANO, 2019).

É importante destacar que o empreendimento necessitou da inter-relação dos governos central e local, ou seja, do apoio de D. João VI à administração do novo governo da província, o que permitiu que Francisco Rubim agilizasse “[...] o processo de desenvolvimento, incentivando o trabalho agrícola, o povoamento, a cobertura de caminhos, a criação de aulas públicas e o aformoseamento da capital [...]” (HOLLANDA, 2004, pp. 353-354).

Apesar da aliança entre os governos local do Espírito Santo e o central, a inabilidade do governo português em manter funcionando as colônias recém-fundadas contribuiu tanto com a dispersão dos imigrantes para localidades que provinham melhores possibilidades de trabalho como para o insucesso dessas áreas (FAUSTO, 2004). Grosselli (2009, p. 179) lembra que o movimento imigrantista com a finalidade de ocupar áreas devolutas em colônias de povoamento acompanhou as decisões políticas da província capixaba até pelo menos o ano de 1888.

A frustração com a experiência da imigração como política pública de ocupação de áreas devolutas durante o governo de D. João VI não inviabilizou a continuidade do movimento, nem as ideias de mudanças que envolviam o Brasil nesse período. Mesmo com a independência, D. Pedro I continuou a dar incentivo à imigração em substituição à mão de obra escrava e à ocupação de colônias de povoamento.

Há de se considerar ainda que o incentivo à imigração europeia no Brasil tinha como panorama o aumento populacional. Muitas vezes, o que estava em jogo quando o representante de um país americano se posicionava a favor do assentamento europeu em larga escala entre os séculos XIX e XX era o aumento no número de pessoas no seu território (GOEBEL, 2019).

A proposta de crescimento populacional se deu, em grande parte, pelos eventos vivenciados nos continentes europeu e americano. Na Europa, à medida que o aumento populacional, a urbanização e a industrialização criaram pressões econômicas e fome, na América, o comércio com os países europeus aumentou

e a necessidade de intensificar melhorias nos seus territórios ampliou, o que tornou a imigração uma opção cada vez mais viável (GOEBEL, 2019).

Com essas perspectivas, D. Pedro I deu continuidade ao processo imigrantista no Brasil o qual tinha como uma das características a preferência por imigrantes dos povos germânicos. A garantia para que a escolha se consolidasse era a aprovação do Decreto de 1820, no qual estabeleceu a predileção por imigrantes dessa região da Europa no povoamento de colônias no Brasil. Assim, a Alemanha compôs a primeira corrente de imigrantes europeus que chegou de forma mais organizada às regiões sul e sudeste a partir de 1824<sup>14</sup> (KREUTZ, 2003).

A escolha por imigrantes germânicos tinha como pano de fundo a influência de representantes dessa etnia no governo brasileiro, a exemplo da imperatriz Maria Leopoldina da Áustria, nome que inspirou a denominação de algumas das colônias alemãs fundadas no século XIX (SEYFERTH, 2000).

Além dessa motivação, a predileção por povos germânicos ia ao encontro da ideia de branqueamento da população brasileira. A imigração europeia como incentivo ao branqueamento da população tinha por objetivo a superioridade do trabalhador europeu, condição considerada inata aos colonizadores do Brasil (FURTADO, 2005). Essa teoria se baseava numa suposta superioridade da raça branca e europeia.

Conforme Quijano (2014), no período de introdução do capitalismo na América, o que predominava era a ideia eurocêntrica de colonialidade de poder baseada no trabalho, no gênero e na raça, questão que repercutiu na constituição da sociedade capitalista. Em relação à classificação racial e ao trabalho na colonialidade, a escravidão negra era uma forma explícita e constante de controle da raça dominadora, a branca, o que o fim da escravidão e a exploração do capital não destituíram (QUIJANO, 2014). A esse respeito, Vasconcellos especifica,

O que não se pode deixar de considerar é que a escravidão

---

<sup>14</sup> De acordo com Trespach (2014), sob articulação de José Bonifácio, em atendimento ao processo de independência e à defesa territorial, ancorou no Rio de Janeiro, em 1824, o primeiro navio com aproximadamente 280 alemães encaminhados para colônias no sul do país.



humilha e sacrifica o trabalhador. Não o dignifica, não cria instituições imaginárias onde o trabalho possa ocupar lugares de relevância. Antes pelo contrário, o que a história mostra é que nas sociedades escravocratas o ócio é que marca os bem nascidos. As marcas do trabalho árduo como os músculos fortes eram abominados no Brasil colônia. Eles tornavam visíveis à condição de trabalhadores, algo nada dignificante naquele universo (VASCONCELLOS, 2008, p. 12).

Apesar disso, a ideia eurocêntrica de superioridade baseada no trabalho e na raça, defendida por políticos e intelectuais da época, se apoiava também numa proposta de miscigenação seletiva que pudesse branquear a população brasileira eliminando de forma progressiva os negros e mestiços, considerados raças inferiores, ao mesmo tempo vistos como um dos estorvos ao desenvolvimento da nação (SEYFERTH, 1995).

Ainda que branquear a população fosse um discurso que sustentasse a imigração europeia em terras brasileiras até meados do século XX, vale destacar que nem mesmo o nacionalismo extremado e a oposição ao imigrante alemão, intensificados a partir da Segunda Guerra com a repressão ao nazismo, incentivou a ocupação de nacionais em colônias de povoamento (SEYFERTH, 2002).

A imigração alemã apresentou a particularidade de perdurar por quase todo o governo de D. Pedro I. Trespach (2014, p. 17) afiança que José Bonifácio, quando ocupava o cargo de Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, orquestrou a vinda de imigrantes alemães para a ocupação de colônias em áreas estratégicas que visavam à defesa dos limites territoriais no sul do país, assim como para ocupar a função de soldados no exército brasileiro para as possíveis batalhas pela independência do Brasil.

De acordo com Fausto (2004, p. 220), após a independência, a imigração, para ocupar cargos no exército brasileiro, era vista pelos representantes do império recém-instaurado como uma forma de fortalecer o poder de D. Pedro I diante da oposição e da vontade dos grandes fazendeiros de fragmentá-lo e submeter o governo às suas vontades; fator que concorreu para que a imigração fosse entendida como um dos alicerces do novo império.

Apesar disso, a proposta de inserir imigrantes alemães no exército brasileiro

recebia forte oposição de soldados nacionais, o que já disseminava certa discordância entre os governistas. Contudo, a rebelião de soldados alemães e irlandeses, no Rio de Janeiro em 1828, intensificou a objeção a esse tipo de imigração, promovendo a sua extinção na votação do orçamento nacional em 1830 (TRESPACH, 2014).

A discordância em relação à imigração não se deu apenas no exército, mas também pela entrada de imigrantes para as colônias de povoamento, em que recebeu forte oposição dos representantes das grandes lavouras, pois desejavam os estrangeiros como substitutos da mão de obra escrava (FAUSTO, 2004). Em virtude da objeção dos fazendeiros, cabia ao governo imperial atentar para a necessidade de ocupar as terras devolutas.

Mesmo tendo a oposição de parte do exército e dos grandes proprietários de terras, era necessário pensar a imigração como uma política pública e a urgência de estabelecer a dinâmica organizacional e administrativa da política para a imigração de povoamento. Era uma tentativa de promover uma grande corrente imigratória sem os percalços da dispersão que evidenciou a ineficiência política no governo de D. João VI.

Em vista do acontecimento, em 1829, D. Pedro I dirigiu-se à Assembleia Geral com o intuito de receber apoio dos legisladores para a imigração. No pronunciamento, o imperador enalteceu o projeto imigrantista e o associou ao desenvolvimento econômico do país considerando o trabalho agrícola e a ocupação de áreas devolutas:

[...] Convido auxiliar o desenvolvimento da nossa agricultura, é absolutamente necessário facilitar a entrada e promover a aquisição de colonos prestadios, que aumentem o número de braços, de que tanto carecemos. Uma lei de naturalização acomodada às nossas circunstâncias, e de um bom regulamento para a distribuição das terras incultas, cuja data se acha paralisada, seriam meio conducentes para aquele fim. [...] (IOTTI, 2001, p. 87).

Embora houvesse a contraposição dos latifundiários, o posicionamento de D. Pedro I forjava a continuidade e a ampliação da imigração como forma de ocupar as hinterlândias no Brasil. Assim, a entrada de estrangeiros continuou com o propósito de atender tanto a finalidade do abastecimento da mão de obra das

fazendas, como o povoamento das terras brasileiras (GREGORY, 2007).

No que concerne à imigração para a Província do Espírito Santo, ela não alcançou grande repercussão durante o governo de D. Pedro I, pois “a história da província capixaba, nos dias que se seguem até o fim do Primeiro Império, não se apresentou rica em episódios; o processo de recuperação ou de incentivos ao seu desenvolvimento continuou lento [...]” (HOLLANDA, 2004, p. 359).

Apesar desse aspecto, foi durante o governo de D. Pedro I que aconteceu um movimento inicial da imigração pomerana para o Espírito Santo. Mesmo diminuto, o movimento imigratório – que ocorreu entre os anos de 1829 e 1833 – trouxe trabalhadores pomeranos para atuarem na abertura da estrada entre Vitória e Minas Gerais (DROOGERS, 2008). Quando as obras da estrada se encerraram, eles foram localizados na região que fica a oeste da capital, Vitória (DROOGERS, 2008, apud SCHWARZ, 1952).

Já nas primeiras décadas do governo de D. Pedro II, sucedeu um rearranjo da política imigrantista cuja justificativa de mudança era a proposta de ampliar o número de entrada de imigrantes no Brasil. Uma das alterações versou sobre a responsabilidade da colonização, transferida do governo imperial para as províncias brasileiras, de modo que as províncias assumiriam parte das terras devolutas, as quais, porém, permaneceriam sujeitas ao Ministério da Agricultura (SEYFERTH, 2000).

Em simultaneidade à transferência dos custos e da administração das colônias para as províncias, D. Pedro II apresentou ainda a privatização da imigração. O governo colocou em prática a concessão da colonização às companhias particulares, o que diminuiria ainda mais os custos do império com a imigração, o assentamento e a demarcação das áreas da colônia (SEYFERTH, 2000).

O governo imperial pensava também na imigração em consonância com o desenvolvimento da economia agrícola, em especial, o café. No tocante à cafeicultura, apesar de possuir condições internacionais favoráveis antes desse período, só alcançou prioridade para fins comerciais no Brasil no final do século XVIII, quando houve a diminuição da atividade mineradora e de outras atividades

agrícolas brasileiras, como o açúcar, o tabaco e o algodão que já não conseguiam concorrer no mercado internacional (PRADO JÚNIOR, 2004).

Bittencourt (2017, p. 129) afiança que, a partir do desenvolvimento do capitalismo no Espírito Santo, o café passou a desbravar as fronteiras e monopolizar áreas anteriormente ocupadas por outras culturas, permitindo modificação nas perspectivas do império em relação à província do Espírito Santo.

Segundo Raasch (2010, p. 45), entre as décadas de 1840 e 1850, apesar da manutenção do desequilíbrio orçamentário, a substituição crescente da cultura do açúcar para a do café propiciou tanto o reconhecimento da economia capixaba entre as principais do país, em termos de produção, como a imigração, em atendimento à substituição do trabalho escravo nas fazendas de café e ao povoamento da região.

Quanto à imigração, Rölke (2016, p 200) afirma que existia muita expectativa com a imigração no Espírito Santo, porque o governo capixaba, além de não encontrar empecilho por parte dos grandes fazendeiros do sul e do norte do estado, também tinha interesse na efetivação e na ampliação do projeto imigrantista baseado na venda de lotes em colônias específicas incentivado pelo governo imperial.

O desinteresse dos grandes proprietários capixabas pela imigração, e principalmente, pelas áreas destinadas à ocupação dos estrangeiros, se deu pelo fato de serem regiões de difícil acesso, com florestas e vales, o que poderiam servir de local de fuga, esconderijo ou formação de quilombos para os escravos, a mão de obra das fazendas (RÖLKE, 2016).

Diante dos ideais, capixaba e nacional, foi criada a colônia de Santa Isabel em 1847. Ao estabelecer a colônia, o império iniciou a sua ocupação com 163 alemães originários do Hesse e do Hunsrück. A presença deles em terras capixabas deixa claro que a imigração alemã também assumiu prioridade na Província do Espírito Santo. No entanto, por ser um dos propósitos da imigração brasileira, não se pode destituir a influência do governo imperial nessa escolha.

Com a proposta de ampliação das áreas coloniais na província do Espírito Santo e em outras áreas do território brasileiro, era necessário pensar numa tessitura que legitimasse a ocupação das terras pelos imigrantes. Com esse objetivo, o governo imperial criou a Lei de Terras. A política imigrantista, que se consolidava a partir da promulgação da Lei de Terras em 1850, consistia num tipo de colonização em que o colono estrangeiro recebia uma quantia em dinheiro e a posse de uma pequena área na colônia, devendo ressarcir aos cofres públicos num prazo determinado (FAUSTO, 2004).

À Lei de Terras, Faoro (2004, p. 409) discorre que, a partir da aprovação, as terras públicas só poderiam ser adquiridas por meio de contrato de compra e venda com a presença do poder público. Na verdade, o que se pretendia ao criá-la era uma política de povoamento segundo a qual o imigrante adquirisse a terra por meio de financiamento.

Desse modo, o ano de 1850 representou um dos grandes marcos da ampliação do processo imigrantista, permitindo a formação de inúmeras colônias, bem como a ampliação de demarcações das áreas já existentes. Com o incentivo, a propaganda de imigração para o Brasil chegou a diversos países, empolgando os indivíduos a buscarem melhores condições de vida.

Valendo-se dessa ideia, a Província do Espírito Santo criou outras duas colônias: a de Rio Novo (1854) e a Santa Leopoldina (1856), as quais passaram a compor o cenário da colonização capixaba (GROSSELLI, 2009). As três colônias podem ser observadas na figura 4.

**Figura 4 - Mapa de 1866 das colônias capixabas de Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo**



Fonte: BRASIL, Arquivo Nacional.

Entre os diversos europeus que vieram para o Brasil, os imigrantes de origem germânica se destacaram. Segundo Seyferth (2000, p. 274), foi a partir de 1850 que houve o maior número de entrada de alemães em terras brasileiras. Com eles, outros grupos de imigrantes partiram de suas regiões de origem e desembarcaram no Brasil, mas os alemães representavam “a etnia predominante nas estatísticas da colonização até meados de 1870” (SEYFERTH, 2000, p. 274).

A importância dos grupos germânicos, no contexto mais amplo desse longo período de imigração, não se relacionou apenas à quantidade numérica, mas também se vinculou à sua participação no povoamento dos estados do sul, formando um grupo social com uma cultura, uma estruturação comunitária e uma etnicidade específicas (SEYFERTH, 2000).

Fora das regiões do sul do Brasil, estes imigrantes, em colônias de povoamento, ocuparam o sudeste brasileiro. Dessas colônias, as únicas que mantiveram a

identidade germânica, até mesmo nos dias de hoje, foram as do Espírito Santo (MAGALHÃES, 1993). Dentre os vários grupos de imigrantes que vieram para a província do Espírito Santo, a partir de meados do século XIX, e tiveram sua origem descrita como alemã, o mais representativo foi o pomerano.

### 1.3 Processo imigratório pomerano

Era final da década de 1850 quando inúmeros pomeranos iniciaram a sua trajetória em direção ao Brasil, vindos da Província Prussiana da Pomerânia. Eles embarcavam em navios que iriam transpor o Oceano Atlântico em busca, entre outros motivos, de melhores condições de vida. O que lhes amparava no longo percurso da viagem era a posse do contrato assinado ainda na Alemanha, em Hamburgo.

No contrato de compra e venda, registrava-se a aquisição de lote nas colônias brasileiras nas dimensões de 60 hectares, no período imperial, e de 25 hectares durante a república (SOARES 1997, p. 23). Constava ainda o registro da província e da colônia em que os pomeranos seriam assentados, os nomes e as idades dos que imigravam, o valor das passagens a ser restituído ao governo do Brasil, a aquisição de ferramentas e de algumas sementes consideradas como suprimentos para 6 meses, e também definia o prazo de cinco anos para pagar a terra, as passagens, os mantimentos e as ferramentas.

Em muitos contratos, as colônias indicadas para o assentamento dos pomeranos eram na região do sul do país, considerada estratégica pelo governo brasileiro. Segundo Willems (1946), “foram prussianos da Pomerânia, de Holtsein e Hanover e alguns elementos de Brunswig e da Saxônia que, em 1859, fundaram Blumenau. A Alemanha do Norte continuava fornecendo os principais contingentes imigratórios [...]” (WILLEMS, 1946, p. 62).

Além da ocupação de colônias na região sul, 2.261<sup>15</sup> imigrantes – parte do contingente que veio do norte da Alemanha e tinha como região de origem a Pomerânia – foram assentados na Província do Espírito Santo entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX (FRANCESCHETTO, 2014).

---

<sup>15</sup> Constam 2.272 imigrantes pomeranos nos dados obtidos na base de dados do Arquivo Público do Espírito Santo, incluindo os prontuários de polícia civil.

Os dados a seguir permitem identificar o local de assentamento e a região de origem dos alemães nas colônias capixabas e nas demais regiões brasileiras.

**Tabela 1 - Procedência e região de assentamento de alguns grupos alemães no Brasil entre 1824 e 1878.**

Localidade	Fundação	Procedência
São Leopoldo (RS)	1824	Hunsrück, Saxônia, Württemberg, Saxônia-Coburg
Santa Cruz (RS)	1849	Renânia, Pomerânia, Silésia
Santo Angelo (RS)	1857	Renânia, Saxônia, Pomerânia
Nova Petrópolis (RS)	1859	Pomerânia, Saxônia, Boêmia
Teutônia (RS)	1868	Westfália
São Lourenço (RS)	1857	Pomerânia, Renânia
Blumenau (SC)	1850	Pomerânia, Holstein, Hannover, Braunschweig, Saxônia
Brusque (SC)	1860	Bade, Oldenburgo, Renânia, Pomerânia, Schleswig-Holstein, Braunschweig
Joinville (SC)	1851	Prússia, Oldenburgo, Schleswig- Holstein, Hannover, Suíça,
Curitiba (SC)	1878	Teutos de Volga
Santa Isabel (ES)	1847	Hunsrück, Pomerânia, Renânia, Prússia e Saxônia
Santa Leopoldina (ES)	1857	Pomerânia, Renânia, Prússia, Saxônia

Fonte: Gregory (2007) apud Willems (1980)<sup>16</sup>.

Entre os imigrantes pomeranos que vieram para o Espírito Santo, há o caso da família Manske, emigrada da Pomerânia em 1859 e encaminhada à colônia de Santa Leopoldina, conforme consta no contrato apresentado.

<sup>16</sup> Tabela elaborada por GREGORY (2007).



Figura 5 - Contrato de colono (parte I)

*Carl Manske,*

Nº 115.

**A Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro**, por intermédio do seu Agente Geral o **Dr. F. Schmidt** em Hamburgo, contrata com o Colono abaixo nomeado de baixo das condições seguintes:

**Art. 1.º** A Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro, devidamente autorizada pelo **Governo de Sua Magestade O Imperador do Brazil**, e de baixo da sua responsabilidade, obriga-se:

§. 1. A adiantar ao Colono *Carl Manske de Wolzken na Prússia* e sua família, composta de *2* pessoas, as passagens de Hamburgo até o Rio de Janeiro, pagando, pelos maiores de 10 annos para cima *40* e pelos menores de 3 até 10 annos *20* thalers da Prússia; e nada pagarão os menores até 3 annos.

§. 2. A deduzir da importância das passagens a subvenção do Governo Imperial de 37 \$ 500 Reis por Colono adulto de 10 até 45 annos, e de 22 \$ 500 Reis por menor de 5 até 10 annos.

§. 3. A pagar as despesas que os Colonos fizerem na hospedaria da Associação em quanto não partirem para o seu destino, não sendo estas despesas carregadas em divida.

§. 4. A dar-lhes passagem gratuita até a colonia de *S. Leopoldina ou S. Isabel* na Provincia de *Espírito Santo* e ahí

esperar-lhes tambem gratuitamente alojamento provisório.

§. 5. A pôr á disposição de cada chefe de familia um lote de terras contendo 120,000 braças quadradas ou metade d'essa área á escolha do colono conforme as suas forças. Esse lote de terras será entregue medido e demarcado e com uma derrubada e queimada em extensão de 1000 braças quadradas pouco mais ou menos.

§. 6. A fazer o suprimento de viveres por adiantamento até seis mezes, de ferramentas de lavoura, sementes de milho, feijão, arroz e algumas outras, bem como batatas e mandioca para as primeiras plantações, se o colono d'isto carecer no começo de seus trabalhos.

§. 7. A proporcionar ao Colono os serviços que houver na Colonia, se quizer trabalhar á jornal, o qual será arbitrado entre 1000 e 1200 reis a secco, segundo os costumes no lugar. Neste caso cessará o adiantamento de sustento.

§. 8. As terras serão vendidas a prazo e na razão de 1½ real a braça quadrada, entrando n'este preço as derrubadas e mais trabalhos preparatorios acima declarados.

§. 9. O titulo da venda das terras será passado gratuitamente pelo Delegado da Repartição Geral das Terras publicas na Provincia de *Espírito Santo*.

**Art. 2.º** O Colono se obriga:

§. 1. A reembolsar o preço das terras como todos os outros adiantamentos recebidos (passagem, mantimentos, instrumentos &c.) dentro de cinco annos e em trez prestações iguaes, a contar do fim do segundo anno do estabelecimento na colonia. Durante o dito prazo não se contará juros, e findo elle correrá o juro de 6 por cento.

Nº 115. —

**Der Central-Verein für Colonisation in Rio de Janeiro** hat durch Vermittlung seines General-Agenten, **Dr. F. Schmidt** in Hamburg, mit dem unten genannten Colonisten einen Vertrag unter folgenden Bedingungen abgeschlossen:

**Art. 1.** Der Central-Verein für Colonisation in Rio de Janeiro, unter Verantwortlichkeit der **Regierung Sr. M. des Kaisers von Brasilien** dazu ermächtigt, verpflichtet sich:

§. 1. Dem Colonisten *Carl Manske de Wolzken in Preussen* und seiner Familie, welche aus *2* Personen besteht die Ueberfahrt von Hamburg nach Rio de Janeiro vorzubehalten, und für Personen über 10 Jahre *60*, und von 3 bis 10 Jahren *40* Thlr. Preussisch Courant zu bezahlen. Kinder unter 3 Jahren werden identgeltlich befördert.

§. 2. Von dem Kaufe der Ueberfahrt die Subvention der Kaiserlichen Regierung abzuziehen, welche 37 \$ 500 Reis für jeden erwachsenen Colonisten von 10 bis 45 Jahren, und 22 \$ 500 Reis für jeden unerwachsenen von 5 bis 10 Jahren beträgt.

§. 3. Die Kosten zu bezahlen, welche die Colonisten in der Verberge des Vereines machen, so lange sie nicht nach ihrer Bestimmung abgehen, da diese Kosten nicht als Schuld belastet werden.

§. 4. Ihnen freie Ueberfahrt nach der Colonie *S. Leopoldina ou S. Isabel* in der Provinz *Espírito Santo* zu geben, und ihnen dort auch freie, provisorische Wohnung anzuwiesen.

§. 5. Jedem Familienvater ein Grundstück von 120,000 □ Braffen oder die Hälfte dieses Flächenraumes nach Wahl des Colonisten und in Uebereinstimmung mit seinen Arbeitskräften zur Verfügung zu stellen. Dieses Grundstück wird ihm vermessen und abgemessen, und mit einem verbrannten Holzschlag von etwa 1000 □ Braffen übergeben.

§. 6. Den Colonisten als Vorschuss während sechs Monaten die erforderlichen Lebensmittel, Ackergeräte, Samen von Mais, Bohnen, Reis, wie auch Kartoffeln und Mandioca zu den ersten Pflanzungen beim Anfang ihrer Arbeiten zu liefern, wenn sie es nöthig haben.

§. 7. Ihnen die Arbeiten nach Verhältnis zuzuteilen, welche auf der Colonie vorkommen, wenn sie im Tagelohn arbeiten wollen, welcher auf 1000 bis 1200 Reis ohne Kopf je nach örtlichem Gebrauche geschätzt wird, in welchem Falle jedoch der Vorschuss zum Unterhalte aufhört.

§. 8. Die Grundstücke werden auf Credit zu 1½ Reis für die □ Braffe verkauft, in welchem Preise der Holzschlag und die übrigen oben genannten Vorschüsse begriffen sind.

§. 9. Der Verkaufstittel des Bodens wird durch den Commissar des General-Kandantes in der Provinz *Espírito Santo* identgeltlich angefertigt.

**Art. 2.** Der Colonist verpflichtet sich:

§. 1. Den Kaufpreis des Landes sowohl, als alle andern empfangenen Vorschüsse, nämlich Ueberfahrt, Lebensmittel, Geräte u. s. w., innerhalb fünf Jahren und in drei Terminen, vom abgelassenen zweiten Jahre der Niederlassung an gerechnet, zurückzuzahlen. Während der besagten Zeit werden keine Zinsen berechnet; ist sie aber verstrichen, so werden 6 % verlangt.

§. 1. Den Kaufpreis des Landes sowohl, als alle andern empfangenen Vorschüsse, nämlich Ueberfahrt, Lebensmittel, Geräte u. s. w., innerhalb fünf Jahren und in drei Terminen, vom abgelassenen zweiten Jahre der Niederlassung an gerechnet, zurückzuzahlen. Während der besagten Zeit werden keine Zinsen berechnet; ist sie aber verstrichen, so werden 6 % verlangt.

## Figura 6 - Contrato de colono (parte II)

§. 2. As terras e quaesquer benfeitorias que n'ellas se fizerem, não hypothecadas ao Governo Imperial até ao reembolso da dívida contrahida, e não poderão ser alienadas sem consentimento do mesmo Governo, salvo os casos de herança ou legado, e sempre com sujeição ao onus da hypotheca até ao dito reembolso.		§. 2. Die Grundstücke und irgend welche darauf gemachten Verbesserungen, bleiben der Kaiserlichen Regierung bis zur vollständigen Erstattung der gemachten Schuld verpfändet, und können ohne Zustimmung derselben Regierung nicht veräußert werden, ausgenommen in Fällen von Erbschaft oder Vermächtniß, jedoch immer mit der Bürde der Hypothek bis zur Tilgung der besagten Schuld.	
§. 3. O Colono e sua familia declarão dever ao Governo Imperial do Brazil por adiantamento para a viagem de Hamburgo até o Rio de Janeiro as seguintes quantias:		§. 3. Der Colonist und seine Familie erklären, der Kaiserlichen Regierung von Brasilien für die Reise von Hamburg nach Rio de Janeiro folgende Summen zu schulden:	
Nome	Thal d. P.	Nome	Thal d. P.
Manske, Carl	45 60	Manske, Carl	45 60
" , Susterne	45 60	" , Susterne	45 60
" , Wilhelmine 21	60	" , Wilhelmine 21	60
" , Carl	19 60	" , Carl	19 60
" , Hermann	13 60	" , Hermann	13 60
" , Franz	9 40	" , Franz	9 40
" , August	1 -	" , August	1 -
Leistikow, August	29 60	Leistikow, August	29 60
	<u>R/400.</u>		<u>R/400.-</u>
pagos	. 125.	Loranbo pagos	. 125.
a familia debe	<u>R/275.</u>	die familia schuldig	<u>R/275.</u>
os quaes elles se obrigão á reembolsar segundo as estipulações do presente contracto. Feito triplice Hamburgo aos 10 de Outubro de 1859.		welche sie nach Vorschrift des vorliegenden Contractes wieder zu erhalten sich verpflichten. So geschehen und dreifach ausgefertigt. Hamburg, den 10 October 1859.	
Dor. J. Schmidt.		Carl Manske + + August Leistikow.	

Visto para legalisação das assignaturas acima.

Consulado Geral do Imperio do Brazil em Hamburgo,

aos 14 de Outubro de 1859.



El O Consul Geral

o Charney  
Nave de Linhas

Fonte: [http://imigrantes.es.gov.br/pdf/Contratos\\_de\\_Colonos/Carl\\_MANSKE.pdf](http://imigrantes.es.gov.br/pdf/Contratos_de_Colonos/Carl_MANSKE.pdf).

Acesso em 10/06/2019.

A imigração pomerana representou a grande parte entre os povos de origem germânica alemã que chegaram à região capixaba entre os anos 1846 e 1957<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Datas-limite que constam na base de dados da imigração germânica no Espírito Santo no livro Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. (FRANCESCHETTO, 2014).

Pode-se observar essa relação na tabela 2.

**Tabela 2 - Entradas de alemães no Espírito Santo de acordo com as regiões de origem no período de 1846-1957**

Regiões	Imigrantes	%
Pomerânia	2.261	56,3
Renânia-Palatinado	305	7,6
Hesse	257	6,4
Saxônia	246	6,1
Renânia do Norte-Vestfália	189	4,7
Brandenburgo	163	4,1
Prússia	149	3,7
Baviera	111	2,8
Baden-Württemberg	87	2,2
Baixa Saxônia	36	0,9
Alta Saxônia	35	0,9
Schleswig-Holstein	30	0,7
Outras	149	3,7
Sem Referência <sup>18</sup>	887	

Fonte: Franceschetto (2014).

Conforme consta nos registros de Franceschetto (2014), o número de famílias que imigraram para o Espírito Santo foi bem superior à quantidade de pomeranos que vieram sozinhos. Foram 463 famílias pomeranas e apenas 86 indivíduos, entre homens e mulheres, que estavam sozinhos<sup>19</sup>.

Apesar da grande quantidade de famílias pomeranas que chegaram ao território capixaba, essa modalidade do processo imigratório não era uma particularidade apenas dos pomeranos, nem mesmo dos imigrantes que vieram para a região. Os inúmeros imigrantes de diversas nacionalidades que vieram para o território brasileiro, no século XIX, eram chefes de família, os quais pretendiam obter propriedade para a agricultura (FAUSTO, 2004).

Embora a possibilidade da aquisição de terras no Brasil tenha sido uma das motivações da imigração pomerana para a província capixaba, as guerras e as suas consequências também tiveram importância no processo imigratório do

<sup>18</sup> O quantitativo de alemães sem referência de região de origem, não são utilizados para o cálculo das percentagens.

<sup>19</sup> Dados obtidos pela autora por meio das tabelas do fluxo de imigração pomerana do livro Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX, de Cilmar Franceschetto, publicado pelo Arquivo Público do Espírito Santo em 2014.

grupo. Franceschetto (2014) assevera que entre 1868 e 1869, após duas guerras na qual os alemães foram vencedores contra os dinamarqueses (1864) e austríacos (1866), 450 camponeses saíram das terras alemãs e se dirigiram ao Espírito Santo.

Outros dois eventos, a guerra franco-prussiana em 1870, também vitoriosa pelos alemães, e a unificação do Império Alemão em 1871, intensificaram a imigração de diversos grupos da região europeia para o Espírito Santo entre 1872 e 1873, como os poloneses da Prússia Ocidental, e os numerosos agricultores da Pomerânia (FRANCESCHETTO, 2014, p. 945).

A questão se torna evidente quando é analisado o fluxo de entradas dos pomeranos, em que o número maior coincidiu com as guerras pela unificação da Alemanha e com os 2 anos posteriores à efetivação da unificação, ocorrida em 1871 (FRANCESCHETTO, 2014), conforme consta na tabela 3.

**Tabela 3 – Entrada de imigrantes pomeranos no Espírito Santo entre 1850 e 1950**

Ano de imigração	Número de entradas	Ano de imigração	Número de entradas
1857	6	1878	2
1859	142	1879	1
1860	34	1880	48
1868	31	1881	5
1869	388	1882	10
1870	3	1884	4
1871	1	1885	1
1872	528	1886	20
1873	944	1930	1
1874	64	1934	1
1875	15	1937	1
1876	4	1938	1
1877	5	1942	1
Total			2261

Fonte: Franceschetto (2014)

Apesar dos pomeranos fugirem da situação calamitosa em que se encontravam na Pomerânia, ao chegarem a terras capixabas, o modelo de ocupação das colônias favoreceu a reunião da maioria numa mesma colônia – a de Santa Leopoldina – inclusive os que chegaram em épocas diferentes. Concomitante,

algumas peculiaridades desse modelo engendrou o isolamento do grupo.

Vale lembrar que o modelo de assentamento dos imigrantes adotado na Província do Espírito Santo atendia o mesmo ordenamento das colônias e povoamento das demais regiões do Brasil: o isolamento dos imigrantes em relação à sociedade nacional se constituiu tanto da localização dos lotes nas colônias, como da baixa ocupação de nacionais na formação das áreas de povoamento (SEYFERTH, 2000).

De maneira geral, cada colônia era formada de uma sede, onde eram instaladas a administração da colônia e as primeiras escolas, igrejas, cemitérios, comércios, mas também era o local em que outros indivíduos, cujas atividades atendiam os imigrantes, como, por exemplo, os artesãos, os médicos e os dentistas (FAUSTO, 2004). Além da sede, havia ainda na colônia as picadas, designação dada aos lotes destinados aos imigrantes agricultores (FAUSTO, 2004).

Outra questão referente ao isolamento associado ao modelo de assentamento dos imigrantes nas colônias tem relação com a formação de “[...] grupos que se estabeleceram em núcleos etnicamente homogêneos, caso dos alemães, dos poloneses e parte dos italianos e japoneses” (KREUTZ, 2003, p. 350). Os imigrantes pomeranos que imigraram para a Província do Espírito Santo, em maioria, foram localizados na colônia de Santa Leopoldina (ver tabela 4).

**Tabela 4 - Local de assentamento dos pomeranos no Espírito Santo**

Assentamento	Número de famílias	Sozinho
Benevente	3	0
Cachoeiro de Itapemirim	0	1
Itaguaçu	0	1
Rio Jucu	1	0
Rio Novo do Sul	0	1
Santa Leopoldina	458	80
Serra	0	1
Vitória	1	1
Não indicado	0	1

Fonte: Franceschetto (2014)

Quanto à ocupação dos imigrantes alemães em um mesmo lugar, em família ou mesmo sozinhos, a atividade desenvolvida por todos era a agricultura. Seyferth

(2000) afiança que nesses espaços há a constituição de um grupo social diferente, porém não é considerada apenas a etnia, mas também a importância do significado simbólico étnico do personagem do imigrante, do pioneiro, surgido dos primeiros assentamentos (SEYFERTH 2000).

O modelo de ocupação da colônia de Santa Leopoldina, que acompanhava o das demais colônias nacionais, contribuiu tanto com a construção de traços da cultura originária, como também com a constituição de uma etnicidade peculiar. Ernst Wagemann descreve que se sente admirado pela diminuta influência da nacionalidade, que nomeia por “novas condições e meio estranho”, entre pomeranos e alemães de outras regiões da Alemanha no Espírito Santo, além de destacar a conservação “de seu antigo modo de ser”, ao fazer menção aos territórios de origem dos imigrantes (WAGEMANN, 1949, p. 101).

Entre as causas indicadas por Wagemann (1949) para o reduzido contato com os nacionais e a cultura brasileira está a vontade dos colonos. Para o autor, o conservadorismo, a ligação com o passado e o desejo de continuidade do camponês germânico não lhes motivavam ao contato com os nacionais. Em contrapartida, mantiveram a organização do grupo e permitiram a transmissão de “[...] usos e costumes antiquados, como se fossem uma doença crônica e eterna” (WAGEMANN, 1949, p.102).

O que Wagemann (1949) ratifica, é que as condições da imigração e do assentamento dos pomeranos nas colônias alemãs do Espírito Santo, abrangendo a colônia de Santa Leopoldina, possibilitaram aos imigrantes conservarem traços culturais de sua antiga região de origem, da Pomerânia. Entretanto, na relação de entrada de imigrantes entre os séculos XIX e XX, “[...] os imigrantes da extinta Província da Pomerânia encontram-se relacionados entre os alemães tendo em vista a conexão étnico-cultural, mais próxima dos germânicos do que dos eslavos” (FRANCESCHETTO, 2014, pp. 947-948).

Bergamin (2015) apresenta outro apontamento sobre a origem étnica dos imigrantes pomeranos ao considerar a importância do trabalho não só como parte da identidade étnica germânica, como também da pomerana. Segundo a autora, mesmo não tendo origem germânica e sim eslava, os agricultores

familiares de Santa Maria de Jetibá, em maioria descendente dos imigrantes pomeranos, também têm o trabalho como um dos elementos da identidade étnica do grupo (BERGAMIN, 2015, p. 135)

A comparação da importância do trabalho para os imigrantes germânicos e pomeranos construída por Bergamin tem também por base o texto que afiança: “[...] O trabalho identifica a etnia germânica, sendo um de seus principais atributos. Essa característica ao mesmo tempo em que identifica o grupo social entre si, diferencia-o em relação aos demais” (SCHNEIDER, 1999, p. 125). No entanto, a cultura do trabalho vinculada aos europeus era reconhecida ainda nos imigrantes italianos (VASCONCELLOS, 2008).

No que se refere aos pomeranos, o registro de Gabriel Bittencourt faz menção ao ano de chegada dos imigrantes: “[...] Entretanto, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, tendo como base o jornal Correio da Victória, que registrou a chegada de um grupo de 117 pessoas dessa etnia em terras espírito-santenses, dá como certo o ano de 1859 [...]” (BITTENCOURT, 2017, p. 222). Ao dar seguimento a sua análise, o autor assevera que,

Os alemães de origem pomerana vieram de uma região da antiga Prússia, a Pomerânia, da qual não restou registro geográfico na atual Alemanha, sendo o seu território, historicamente disputado entre a Suécia, Prússia e Polônia. Ficou incorporada a esta última, depois de 1945. Muito embora tenha a Pomerânia Anterior ficado com a República Alemã, a maioria dos pomeranos que emigraram para o Espírito Santo veio da Pomerânia Posterior (menos desenvolvida comercialmente, por se encontrar localizada distante do comércio marítimo), assim sendo, a imigração para a América, terminou por preservar, do outro lado do Oceano, nas terras capixabas, a língua e as manifestações culturais seculares de seu povo. [...] (BITTENCOURT, 2017, pp. 222-223).

Nesse extrato do texto, os imigrantes pomeranos têm a origem indicada como pomerana, mas também são referenciados como alemães. O autor endossa que “[...] até bem pouco tempo, a imigração desse povo de especial etnia não deixava de se confundir com a imigração de etnia alemã” (BITTENCOURT, 2017, p. 222).

A respeito, Bittencourt (2017, p. 222) esclarece que o território pomerano localizava-se entre a Alemanha e Polônia, sendo dominado pelo Império Germânico até 1871, resultando na divisão entre a Polônia e a Alemanha. Vale

salientar que os poloneses têm origem eslava e a Alemanha, germânica.

Quanto à constituição de identidade única, a alemã, João Gualberto Moreira Vasconcellos (2008) fez a seguinte consideração em relação aos pomeranos que vieram para o Espírito Santo: os imigrantes europeus, alemães, pomeranos e poloneses foram considerados, em um período inicial, popularmente e genericamente, alemães por possuírem características similares e línguas originárias de alguma forma próximas ao pronunciarem o português (VASCONCELLOS, 2008).

Mas, se eles eram grupos tão heterogêneos e nem falavam um alemão padronizado, por que eram considerados imigrantes alemães? (SCHULZE, 2014, p. 23). A resposta a esse questionamento encontra respaldo na confusão orquestrada pelos políticos alemães – na época da imigração, anteriormente, à unificação da Alemanha – quando incentivaram o processo imigrantista amparado nos ideais nacionalistas e na constituição de um povo alemão fora do território originário (SCHULZE, 2014).

No tocante a mesma língua, a alemã, ainda que evidenciando grandes diferenças, Jean Roche (1968, p. 278), ao tratar da cultura teuto-brasileira no Espírito Santo, argumenta que a língua falada pelos vários grupos de imigrantes considerados alemães no Espírito Santo nem sempre é a alemã; muitas vezes é um dialeto, problema muito complexo que ele não conseguiria resolver na pesquisa que desenvolveu entre as colônias alemãs.

Ademais, Roche (1968) deixa claro que nas colônias alemães no Espírito Santo as diferenças não se limitam à questão da língua,

Empregamos já um grande número de vezes a expressão “colônias alemãs” (núcleos ou zonas de povoamento germânico) ou o termo genérico “alemães” (isto é, os imigrantes alemães e seus descendentes). Traçamos em grandes linhas a ocupação sucessiva de quatro regiões por uma população em grande maioria de origem alemã (no sentido amplo do termo) ou de “origem” como dizem os próprios colonos. Não soubéssemos, porém, “historicamente” por quem estas regiões foram ocupadas, poderíamos determinar a etnia dos habitantes a traços característicos impressos pelos homens na paisagem que os modelaram? Na afirmativa, quais são estes traços? Vários deles distinguem-se claramente, desde que se percorram as



colônias, mas nem todos são peculiares aos “alemães”, uma vez que não são encontradiços nos estabelecimentos do sul do Brasil, por exemplo, encontrando-se alguns deles também em zonas italianas. É antes a sua coexistência numa região que constitui o cunho germânico, a marca daqueles que à sua maneira, ocuparam e conformaram um novo espaço. (ROCHE, 1968, pp. 41-42).

Todavia, a constante disputa territorial era uma questão que repercutia também na forma de identificação do território de origem dos imigrantes da Pomerânia e das outras regiões da atual Alemanha que vieram para a colônia de Santa Leopoldina ou para outras regiões do Espírito Santo entre os séculos XIX e XX.

Tal apontamento é abordado por Franceschetto (2014) ao indicar a construção da base de dados da imigração capixaba daquele período. De acordo com o autor, inúmeras famílias pomeranas e de outras regiões do território alemão, como Renânia, Nassau, Hanover, Baviera, Hesse, Vestefália, que imigraram para o Espírito Santo, tinham indicado como região originária a Prússia ou mesmo prussianos em documentos de entrada no porto de Vitória, nos livros de matrículas e nos recenseamentos efetuados nas colônias, o que permitiu a indexação desses grupos na base de dados da imigração como alemães (FRANCESCHETTO, 2014).

Se por um lado há essa dinâmica que considera todos os grupos étnicos que imigraram para o Brasil da mesma região da Europa como alemães, por outro, há também as reivindicações de diferença étnica entre os imigrantes. Willems corrobora que a maioria dos imigrantes que veio para o território brasileiro, antes da unificação da Alemanha, era originária de países diferentes e se reconhecia estrangeiros, e que “[...] Até hoje, o prussiano é estrangeiro para o badense e vice-versa, de acordo com as informações de um velho pastor protestante que havia trabalhado muitos anos entre colonos espírito-santenses” (WILLEMS, 1946, p. 63).

Essa é uma antiga reivindicação de alguns grupos étnicos que foram instalados no Espírito Santo e que o tempo ainda não apagou; questão que pode ser observada entre os pomeranos de Santa Leopoldina. Vale especificar que a reivindicação étnica é também, a priori, identitária.

No que diz respeito às reivindicações identitárias e a relação com o uso da língua, Barth (2000, p. 63) afirma que os idiomas diversificam as formas de adequação aos diferentes grupos, seja pela maneira como provém a mobilização, seja como instituem a dinâmica de confronto com outros grupos, além dos desdobramentos em relação aos padrões de estratificação dentro e fora das unidades grupais. É por meio dos idiomas que ocorrem as “[...] diferentes fontes e formas de distribuição de influência dentro do grupo e diferentes reivindicações de reconhecimento por parte de outros grupos, por meio da supressão ou valorização de diferentes formas de estigmatização social [...]” (BARTH, 2000, p. 63).

Embora o uso da língua se constitua numa das formas de reivindicação étnica e identitária, outras conformações fazem parte da dinâmica. Vale destacar que identificar e interpretar as diferenças culturais não é tarefa fácil. Schütz (2010, pp. 125-126) ressalta que a distinção do padrão cultural de um grupo social deve ser um processo de constante questionamento, porque a interpretação dos fenômenos sociais de quem não é integrante do grupo pode diferir do entendimento de quem convive com a cultura.

Essa é uma situação que possivelmente Bahia (2011), Wagemann (1949), Roche (1968), entre outros que discorrem sobre a origem pomerana, tiveram que enfrentar ao retratarem a língua, a cultura e a tradição dos pomeranos e seus descendentes, seja na segunda metade do século XIX, algumas décadas após a imigração ou em pleno século XXI. Encontra-se aí uma das dificuldades na construção da história dos pomeranos e descendentes de Santa Maria de Jetibá, uma vez que nem todos os pesquisadores destacaram esse grupo étnico, apresentando-o muitas vezes como alemães ou germânicos. Por isso, em algumas passagens do texto, os dados dos pomeranos ou dos que deles descendem, foram inseridos num contexto em que retrata o cotidiano alemão ou germânico.

Além de ser uma das formas de identificação, a distinção étnica é relevante por ser também constituída da memória do grupo. O caso da narrativa do autor Granzow (2009), que expõe a história contada na década de 1970 por August Bessert, filho de imigrante pomerano que em 1905 foi um dos pioneiros da

ocupação da região de Lagoa Serra Pelada, atual Afonso Cláudio, município vizinho a Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo,

[...] Depois começou a contar sobre seu pai, que emigrou com 10 anos de idade, trazido pelos pais que vieram de Bublitz. Ele também lembrou que seu avô muitas vezes juntava as mãos sobre a cabeça e lamentava ter saído da Alemanha, pois todos adoeceram de tanta saudade da sua terra. Muitas vezes teria falado sobre a cena horrível das muitas crianças que morreram no meio do caminho e que teriam sido lançadas aos tubarões em alto mar, pois os tubarões ameaçavam derrubar o navio. Após esta terrível viagem, ficaram satisfeitos de finalmente terem alcançado terra firme, mas lá muitos outros problemas os aguardavam. Pois como tinham sido diaristas na Pomerânia, eles pouco entendiam do trabalho no campo num país tropical e muito menos possuíam um ofício profissional. Quando o primeiro pomerano faleceu no meio da mata, eles sequer sabiam como fazer um caixão. Finalmente tiraram lascas das árvores e as fixaram em volta do defunto. (GRANZOW, 2009, pp. 42-43).

No que concerne às lembranças da viagem do avô do Sr. Bessert, os únicos registros de nascimento e óbitos dos imigrantes pomeranos durante as viagens de imigração para o Espírito Santo apresentados por Franceschetto (2014), são as que estão arroladas numa viagem do navio Gutenberg em 1872, o qual saiu da Europa em 22 de maio e em aproximadamente um mês aportou no Brasil. Foram registrados 1 nascimento a bordo e 8 falecimentos de crianças entre 0 e 2 anos de famílias pomeranas diferentes (FRANCESCHETTO, 2014).

As lembranças da viagem de imigração e a saudade da Pomerânia traziam sofrimento ao avô do Sr. Bessert. É como se os acontecimentos tivessem sido concebidos como um trauma e ao rememorá-los o imigrante fosse tomado por melancolia e lamentação. Como afirma Seligmann-Silva (2008), é possível pensar que os indivíduos os quais testemunharam um acontecimento traumático tenham incorporado algo da cena de tal forma que ela se tornou uma memória que não passa. Ao mesmo tempo, a identidade deles se constituiu por meio da relação com o passado, com os predecessores, o que num contexto de imigração, se instituiu a partir da experiência familiar dos primeiros imigrantes que vieram (RUGGIERO, 2018).

O que repercute na narrativa do Sr. Bessert é a importância que a história da família atribui à sua identidade pomerana. O significado da imigração alcança eco entre as gerações de famílias de descendentes pomeranos e, sobretudo, é

a manutenção de uma identidade construída ao longo de muitos anos que encontra permanência nas narrações e na memória.

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós, testemunhas, fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros [...] (HALBWACHS, 1990, pp. 28-29).

Conforme Jan Assmann (2008), a memória é um conhecimento que se relaciona à identidade, ao mesmo tempo é um conhecimento sobre si e sobre a sua própria identidade, seja como indivíduo, como um componente de um grupo familiar, de uma geração, de uma comunidade, de uma nação ou ainda de uma tradição cultural e religiosa (ASSMANN, 2008). De posse desse conhecimento, o Sr. Bessert mantém a memória de sua identidade, da sua família, da imigração, da Pomerânia e da etnia pomerana.

A narrativa do Sr. Bresser indica que o processo imigrantista e os anos que se seguiram após o assentamento na colônia marcou a história de vida de sua família, por isso se fez presente depois de tantos anos do fato ocorrido. Igualmente para o imigrante pomerano, lembrar e contar os acontecimentos de suas vidas anteriormente à imigração significava dar importância à identidade étnica. Candau (2011, p. 101) certifica que uma história de vida é o que dá forma aos acontecimentos considerados pelo indivíduo relevantes para sua identidade. Por isso, a memória e o acontecido estão sempre ligados ao presente de quem narra.

A essência dessa identidade no Espírito Santo se encontrava na vontade de contar e não esquecer as histórias na Pomerânia. Burlar a lei do esquecimento, para Walter Benjamin, (1987) significa lembrar o acontecido e não o vivido, pois o que se vive é finito e a reminiscência é o que mantém com rigor o

acontecimento. Foi assim que a identidade pomerana assumiu relevância entre os imigrantes no novo território.

A figura do imigrante que trazia a identidade pomerana configurou-se no imaginário do grupo, alcançando significado entre as diversas gerações de descendentes no Espírito Santo. Em cada momento do presente vivido havia uma sobrecarga de referências, imagens e memórias do passado que foram reativadas, bem como inúmeras antecipações do futuro foram produzidas. É nesse espaço de tensão, o presente, que a trajetória da história é construída (GRIBAUDE, 2020).

É bem verdade que a identidade étnica foi protegida da extinção pelos pomeranos em um momento histórico anterior do grupo. Durante o domínio germânico, a tendência da etnia pomerana era o desaparecimento. A movimentação do grupo em prol de sua permanência por meio da língua pomerana, da tradição wende, entre outros, permitiu que o imigrante e seus descendentes pudessem reivindicá-la em terras capixabas.

Se por um lado o imigrante e a imigração passaram a fazer parte do arcabouço simbólico da etnicidade pomerana, por outro foi no cotidiano do pomerano na colônia onde estiveram assentados que foram elaboradas formas de identificação inscritas no reconhecimento do grupo na nova terra. Foi assim que a venda estabelecida na colônia de Santa Leopoldina – mais especificamente na região de ocupação dos pomeranos, atualmente Santa Maria de Jetibá – fez parte da construção étnico-identitária.

Na figura do vendeiro, foram tecidas a confiança e a representatividade do pomerano e da sua cultura. Ao mesmo tempo, ele foi o financiador e movimentador da economia local, instituidor da ordem e dinamizador da política entre os pomeranos.

Para compreender como surgiram essas vendas entre os pomeranos e descendentes de Santa Leopoldina, é necessário analisar o desenvolvimento da região a começar do movimento de mobilidade e ocupação da colônia pelo grupo desde a segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX.

## 2. O POMERANO, O DESCENDENTE E A COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA

Os imigrantes pomeranos, ao aportarem em terras capixabas foram encaminhados em maioria à região serrana central do Espírito Santo (VASCONCELLOS, 2008). A figura 7 destaca o momento em que alguns deles desembarcam no porto de Vitória.

**Figura 7 – Desembarque de imigrantes**



Fonte: Castelluber (2014) Apud Acervo da prefeitura municipal de Santa Maria de Jetibá

Na região serrana central, os pomeranos foram assentados na recém-inaugurada colônia imperial de Santa Leopoldina. As primeiras décadas de funcionamento da colônia foram acompanhadas de turbulências sociais, dissonância administrativa e ausência de infraestrutura no acolhimento e atendimento dos novos integrantes da sociedade capixaba vindos das mais diversas regiões da Europa.

Detalhar esse movimento, significa reconstituir os aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais que permitiram o assentamento e a organização dos pomeranos e seus descendentes na região, e, por conseguinte, o nascimento da relação do grupo com as vendas e os vendeiros.

### 2.1 A colônia Santa Leopoldina

Milkau nesse panorama aberto lia a história simples daquela obscura terra. Porto de Cachoeiro era o limite de dois mundos que se tocavam. Um traduzia, na paisagem triste e abatida do nascente, o passado, onde a marca do cansaço se agravava nas coisas minguadas. Aí se viam destroços de fazendas, casas abandonadas, senzalas em ruínas, capelas, tudo com o perfume e a sagração da morte. A cachoeira é um marco. E para o outro lado dela o conjunto do panorama rasgava-se mais forte, mais tenebroso. Era uma terra nova, pronta a abrigar a avalanche que vinha das regiões frias do outro lado do hemisfério e lhe descia os seios quentes e fartos; e ali havia de germinar o futuro povo que cobriria um dia todo o solo e a cachoeira, não dividiria mais dois mundos, duas histórias, duas raças que se combatem, uma com a pérfida lascívia, outra com a tenebrosa energia, até se confundirem num mesmo grande e fecundo amor (GRAÇA ARANHA, 2002, p. 26).

A transcrição feita é um fragmento do livro *Canaã*, romance escrito por José Pereira da Graça Aranha<sup>20</sup>, em 1902, que apresenta a imigração no Espírito Santo e a relevância da colônia de Santa Leopoldina a partir da história do imigrante alemão Milkau. Graça Aranha, através desse personagem, retrata Santa Leopoldina como uma colônia a qual representa tanto as mudanças proporcionadas pelo fim da escravidão, como as expectativas de transformação social que acompanhavam a vinda dos europeus. Inclusive, ele retrata que a vinda dos imigrantes representava ainda a introdução de culturas diferentes ao cenário capixaba.

Ao associarem-se as condições da colônia apresentadas no texto, considerando-a pronta para abrigar os estrangeiros, com a situação do início de sua ocupação pelos inúmeros pomeranos e demais imigrantes na segunda metade do século XIX, encontra-se outro panorama. Graça Aranha descreve Santa Leopoldina na década de 1890, distante quase 50 anos do início da ocupação da colônia.

Para a inauguração da colônia de Santa Leopoldina “providenciaram-se edificações de uma moradia provisória para o diretor da colônia, de armazéns para víveres e um barracão amplo com compartimentos destinados ao alojamento de cinquenta famílias” (ROCHA, 2008, p. 121). Ademais, entre 1856, data da fundação da colônia, e 1857, ano em que começaram a chegar os

---

<sup>20</sup> José Pereira de Graça Aranha nasceu em São Luís, no Maranhão, onde se graduou em Direito. Após a conclusão do curso, assumiu o cargo de Juiz de Direito, no Rio de Janeiro, e depois ocupou a mesma função em Porto de Cachoeiro (hoje Santa Leopoldina), no início da década de 1890, onde conseguiu elementos para criar a obra *Canaã*.

imigrantes, o que prevalecia na região ainda eram as precárias condições observadas na inauguração. Sendo assim, na “[...] chegada dos primeiros colonos à Santa Leopoldina, nada havia sido providenciado, o mesmo acontecendo com a segunda expedição [...]” (ROCHA, 2000, p. 82).

Grosselli (2009, p. 237) relata que no início da ocupação de Santa Leopoldina não havia eficácia na comunicação entre os diversos setores responsáveis pelo processo imigrantista, tanto nacionais como locais. A irregularidade da informação governamental impedia, muitas vezes, que os imigrantes tivessem acesso a informes e esclarecimentos relevantes, ou ainda contribuía que tais notícias fossem repassadas erroneamente. Como havia uma falta de informação entre os administradores, esse fato permitia a chegada de inúmeros imigrantes sem o conhecimento da administração da colônia (GROSSELI, 2009).

O governo também não dispunha de um quantitativo de pessoas qualificadas para ocupar as funções burocráticas e não havia disponibilidade de materiais tidos como essenciais para executar as funções necessárias para o atendimento das necessidades dos novos imigrantes, a exemplo, instrumentos para medir as terras (GROSSELLI, 2009). O que imperava era o despreparo.

Os pioneiros a ocupar a colônia recém-inaugurada foram os suíços, seguidos de hanoverianos, luxemburgueses, prussianos, holstenianos, hessenianos, austríacos, holandeses, badenses e pomeranos (ROCHA, 2000).

Nas duas primeiras décadas de fundação da colônia, os imigrantes foram sendo assentados no núcleo Santa Maria, (ver figura 9) a oeste da sede da colônia, no vale do Rio Santa Maria da Vitória (BERGAMIN, 2015). Os pomeranos predominavam e desde a chegada à colônia fecharam-se enquanto grupo, se enraizaram nesse território de forma tão intensa como nenhum outro, e apesar de não serem os únicos possuíam a cultura e identidade hegemônicas (BERGAMIN, 2015).

Contudo, a vinda desses grupos para o Espírito Santo não reduziu dos países de origem a preocupação com o destino dos imigrantes por meio de missões consulares. Em um dos casos, o governo suíço incumbiu o Barão de Tschudi, Johann Jakob Von Tschudi, de analisar a situação dos imigrantes suíços nas



províncias brasileiras do Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ROCHA, 2008).

Tschudi chegou à província capixaba em 1860 e, na oportunidade, visitou a colônia de Santa Leopoldina e produziu um relato no qual esclareceu ser inimaginável que o império brasileiro tivesse escolhido aquela localidade para estabelecer uma colônia, sendo a Província do Espírito Santo tão cheia de áreas férteis (TSCHUDI, 2004).

Depois da análise, Tschudi (2004, p. 33) ponderou e chegou à conclusão de que se o governo imperial quisesse criar uma colônia em uma província tão despovoada como a do Espírito Santo buscaria uma região que estivesse mais próxima a Vitória, capital, e que provesse meios de comunicação mais acessíveis, o que era possível à região de Santa Leopoldina em virtude do Rio Santa Maria (TSCHUDI, 2004).

As considerações de Tschudi a respeito da colônia que visitava vão ao encontro das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes nos primeiros anos de ocupação. Tschudi (2004, p. 38) acrescentou em seu relato que durante sua estadia conversou com 200 colonos de diversas regiões e países e o que tinham em comum eram as queixas em relação ao alto valor dos produtos e a reduzida produtividade da terra, chegando a ser insuficiente para a alimentação. Os alemães também destacaram que o que ganhavam pelo dia trabalhado era um valor ainda menor do que conseguiam na Alemanha, sem contar que sempre estavam doentes (TSCHUDI, 2004).

O relato de Tschudi a respeito das entrevistas com os colonos converge para os registros históricos sobre a formação inicial da colônia, ou seja, de que não havia uma organização administrativa ou uma estrutura de atendimento aos doentes que conseguisse atender as demandas dos inúmeros estrangeiros que chegavam a Santa Leopoldina. Logo, como sua missão consular ao Brasil aconteceu quatro anos após a inauguração das colônias, seria pouco provável que o Barão de Tschudi ouvisse dos colonos que ali já se encontravam, caso também dos imigrantes pomeranos, comentários muito diferentes dos que ouviu em 1860.

As insatisfações descritas pelos imigrantes tinham fundamento. Um dos problemas apontados era a grande frustração com a produção agrícola nos locais de assentamento. Struck (1989, p. 62) assegura que os primeiros imigrantes se localizaram na área montanhosa de Suíça, Leopoldina e Luxemburgo, localidades que de forma geral eram a sede da colônia e as regiões mais próximas de Santa Leopoldina. Os imigrantes só conseguiram se manter com a ajuda financeira do governo, porque as montanhas, os vales apertados e a infertilidade da terra inviabilizavam a produção de alimentos e desmotivavam o imigrante (ROCHA, 2008). Essas características da colônia podem ser observadas na figura 8.

**Figura 8 – Colônia de Santa Leopoldina**



Fonte: Brasil Arquivo Nacional (Porto de Cachoeiro, Albert Richard Dietze<sup>21</sup>) Rio de Janeiro, 1887

A base econômica dos imigrantes era a produção agrícola. Sem ela e o alto valor cobrado pelos produtos adquiridos na colônia, não havia como se tornarem independentes da ajuda governamental; condições as quais também foram as enfrentadas pelos pomeranos que começaram a chegar a colônias de Santa Leopoldina em 1857.

---

<sup>21</sup> Albert Richard Dietze é um imigrante da região da Alta Saxônia que tem registro de entrada no Espírito Santo em 1869 sem a companhia de familiares e que teve como destino a colônia de Santa Leopoldina. (FRANCESCHETTO, 2014).

No que diz respeito à imigração para o Espírito Santo, aos primeiros anos de ocupação das colônias e à limitação do movimento de entrada dos alemães no território capixaba, Grosselli (2009) ressalta que

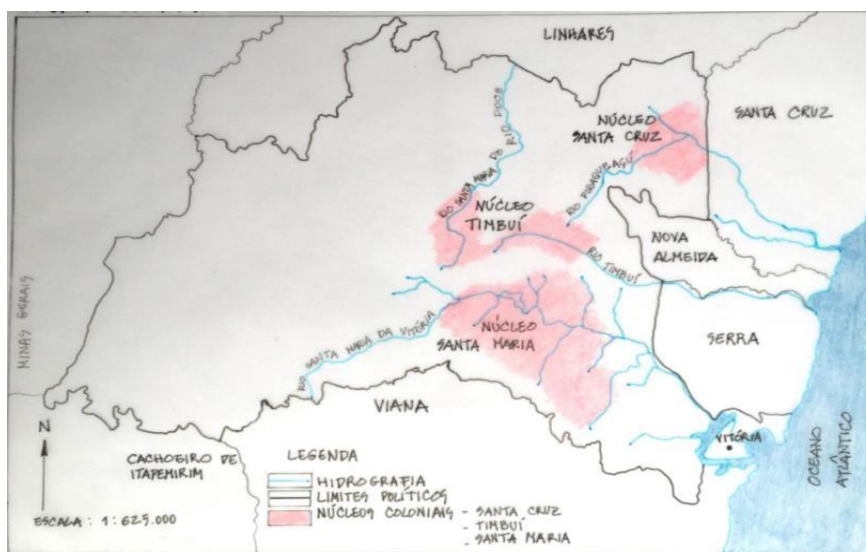
O Espírito Santo estava fora da ótica dos imperialistas alemães, um sintoma de que o estado não era mais, ou jamais fora, um foco de atração da emigração alemã. Uma série de fatores direcionara rumo ao Sul brasileiro o fluxo imigratório de alemães. O clima, considerado malsão e pouco adequado aos europeus; as dificuldades encontradas pelas colônias espírito-santenses, especialmente em seus primeiros anos de vida (e cujos rumores chegaram à Europa através das relações entre cônsules e viajantes); ... são alguns dos motivos que limitaram o fluxo de alemães em direção ao Espírito Santo. Mas a principal razão sem dúvida era outra. Não se formou nas colônias espírito-santenses uma comunidade alemã compósita, e a direção e organização dos núcleos coloniais permaneceu nas mãos dos brasileiros. Os alemães que deixavam a Alemanha não eram recebidos na Leopoldina, em Rio Novo e em Santa Izabel por um grupo de idealistas que haviam decidido criar uma sociedade na floresta (como em Blumenau), ou pelos emissários de uma companhia que decidira fazer o mesmo por lucro, alemães em ambos os casos. À exceção de breves períodos de direção provisória por parte de alguns agrimensores ou farmacêuticos de língua alemã, Santa Leopoldina e Rio Novo foram sempre dirigidas por funcionários brasileiros. Sobretudo por este motivo, não afluíram para o Espírito Santo intelectuais e homens de negócio da Alemanha. (GROSSELLI, 2009, p. 509).

No caso dos pomeranos de Santa Leopoldina, a ausência do acompanhamento dos representantes de companhias interessadas em tirar proveito econômico do processo imigrantista alemão, caso do sul, permitiu que eles conduzissem suas vidas de forma mais autônoma. No entanto, a autonomia dos imigrantes pomeranos em terras capixabas se configurou no abandono do grupo. O sentimento de abandono nas terras do Espírito Santo relacionava-se ao isolamento propiciado pela precariedade dos meios de comunicação, pela disposição dos estrangeiros nas colônias capixabas e pela ineficácia, ou mesmo inexistência, de serviços públicos que os atendessem (SALETTTO, 1996).

Os anos iniciais de ocupação das novas áreas nas colônias capixabas foi um período muito difícil para todos os imigrantes, porque tanto a saída da terra natal como a chegada em um novo mundo com florestas imensas e virgens eram mudanças muito intensas que chocavam os estrangeiros europeus (SALETTTO, 1996). Além dos pomeranos, outras nacionalidades intensificaram a imigração

para a província do Espírito Santo, como os italianos a partir da década de 70. A chegada dos imigrantes italianos em 1874, impulsionou a criação de um novo núcleo de povoamento na colônia de Santa Leopoldina, o de Santa Cruz, estabelecido em 1877 para abrigar o recente contingente de imigrantes europeus (FRANCESCHETTO, 2014). A imigração deu uma nova conformação à colônia de Santa Leopoldina, como mostra a figura 9.

**Figura 9 - Croqui da colônia imperial de Santa Leopoldina em 1878**



Fonte: Bergamin (2015) Apud Planta das colônias da Província do Espírito Santo Rio de Janeiro – 1878, Inspetoria Geral das Terras e Colonização.

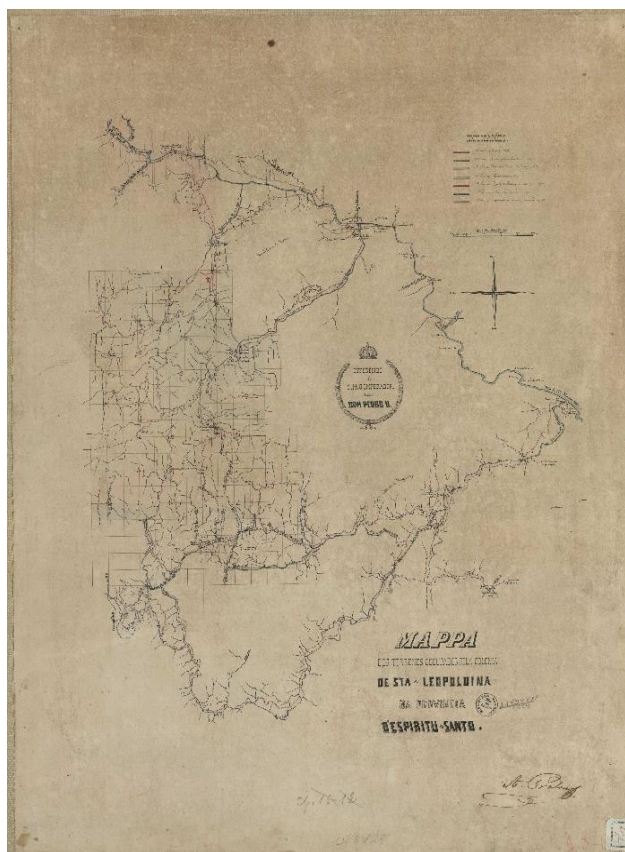
Sobre a colônia de Santa Leopoldina, Buarque de Hollanda (1997, p. 239) assevera que a ocupação expandiu para as áreas montanhosas da região; “Galgando as serras, foram os caminhos que orientaram os imigrantes europeus [...]” (BITTENCOURT, 2017, p. 130). Com a movimentação dos imigrantes da antiga Pomerânia e de outras regiões da Europa, a colônia assumiu uma nova configuração.

Dividida em três partes, a colônia de Santa Leopoldina passou a possuir o núcleo de Santa Cruz, que abrangia o atual município de Ibirajú, o de Timbuy, hoje o município de Santa Teresa, e o do Porto de Cachoeiro, atual município de Santa Leopoldina (HESS, 2014). O Porto de Cachoeiro se dividia ainda em vários distritos, o de Bragança, Suíça, Santa Maria, Holanda, Jaquitibá, Gallo, Melgaço,

Caramuru e Rio da Farinha (HESS, 2014).

Um dado relevante sobre a fundação do distrito de Jaquitibá é que ocorreu quando os imigrantes pomeranos forjaram a ampliação da colônia de Santa Leopoldina para o oeste (DROOGERS, 2008). Anos mais tarde, esse distrito teve a nomeação alterada para Jetibá, permanecendo assim até a instituição do município na década de 1980, quando recebeu o nome de Santa Maria de Jetibá. O movimento dos imigrantes que impulsionou essa nova ordenação pode ser observado na figura 10.

**Figura 10 – Expansão da ocupação imigrante na colônia de Santa Leopoldina em 1860**



Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira

<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/31598>

Roche (1968, p. 28) assevera que a ocupação da região mais alta e fria da colônia localizada a cerca de duas horas a cavalo da sede, possibilitou ainda a separação entre imigrantes protestantes e católicos, sendo os católicos instalados em Tirol e os protestantes espalhados ao longo da subida do rio Santa

Maria. Wagemann (1949, p. 26) aponta que galgar os espaços por entre as montanhas era uma dificuldade que eles não conheciam na terra natal, e acrescenta que essa região se tornou o quinhão principal do protestantismo no Espírito Santo. De maioria protestante, os imigrantes pomeranos foram se instalando na colônia.

O modelo de ocupação adotado foi a dispersão, porque “a colonização típica é a dispersa em forma de sítios isolados que distam meia hora ou mais uns dos outros” (WILLENS, 1946 apud GIEMSA; NAUCK, 1939). Se por um lado a ocupação dispersa se tornou a principal característica da ocupação dos imigrantes pomeranos na colônia de Santa Leopoldina, por outro, como consequência do processo de mobilidade eles chegaram a predominar em toda a colônia (FAUSTO, 2004).

Essa forma de ocupar a região pelos alemães impulsionou ainda a formação de colônias familiares (WAGEMANN, 1949). O processo de nucleação familiar se consolidou no interior pela dificuldade do contato entre os vizinhos propiciado apenas por trilhas entre as matas densas e o relevo acidentado da serra espírito-santense (CELIN, 1984).

Além do mais, as casas “ficavam tão distantes umas das outras que os vizinhos pouco se viam” (RÖLKE, 2016). No entanto, o intuito era a agricultura, por isso os alemães instalaram as casas, em grande parte, no fundo dos vales onde as terras eram mais planas, em contrapartida eram também áreas que possuíam muita umidade e brejo, o que empurrou as pastagens e o plantio para as encostas dos morros ou as terras que desmatavam (RÖLKE, 2016).

Quanto à agricultura na colônia de Santa Leopoldina, num dicionário de cunho histórico, geográfico e estatístico do final dos anos oitocentos, é ressaltada a produção do café pelos imigrantes. Nele, destaca-se: “[...] enquanto os colonos dedicavam-se especialmente à cultura dos cereais, pequena era sua exportação em tempo, porém reconheceram eles esse erro, e, com a nova cultura do café vão colhendo grandes vantagens” (MARQUES, 1879, p. 36). Além dos produtos para consumo familiar como milho, carne, leite e tubérculos, o café passou a ser produzido para fins comerciais na região ocupada pelos imigrantes. (CELIN,

1984).

De acordo com Droogers (2008, p. 21), os primeiros imigrantes pomeranos que chegaram à região de Santa Leopoldina aprenderam a lidar com as espécies cultivadas na localidade e repassaram o conhecimento aos novos imigrantes apesar da distância entre as casas dos colonos, o que possibilitou aos pomeranos desenvolver a agricultura e a criação de animais na região.

A falta de conhecimento das técnicas promoveu a utilização da pequena área de plantio, o que de modo geral era comum entre os imigrantes, de forma inadequada pois utilizavam um sistema de rotação de solo que desencadeava uma economia improdutiva (DADALTO, 2009). A adoção desse sistema de cultivo ao longo dos anos intensificava o uso extenuante da terra; por conseguinte o solo exauria e se tornava a condição que impulsionou as famílias imigrantes a procurarem novas terras, permitindo assim que o grupo ultrapassasse os limites da colônia chegando à parte mais alta, mais fria e montanhosa da região (STRUCK, 1989; WILLEMS, 1946 apud GIEMSA; NAUCK, 1939).

O que prevaleceu na dinâmica foi o sucesso de alguns e a frustração de outros, porque as tentativas de produzir a agricultura da forma como era na Pomerânia não foi uma experiência exitosa e ao mesmo tempo o governo brasileiro havia suspenso o apoio financeiro (DROOGERS, 2008). De acordo com Rocha (2000, p. 28-29), o que inviabilizou o subsídio financeiro aos imigrantes foi: a promulgação do Decreto de nº 7.570 de 20 de dezembro de 1879, que suspendeu provisoriamente um Decreto de 1867 o qual explicitava os favores e auxílios a serem prestados aos imigrantes e as medidas baseadas naquele decreto que pretendiam dificultar a vinda de imigrantes para as colônias. Uma das medidas foi a emissão de avisos do Ministério da Agricultura, de janeiro e abril de 1880, esclarecendo que o governo imperial não assumiria mais nenhuma forma de compromisso com os imigrantes que desembarcassem nos portos brasileiros.

Conforme Saletto (1996, p. 145), apesar das expectativas governamentais em relação ao desenvolvimento agrícola pelos imigrantes, eles não estavam

preparados para o cultivo das terras capixabas uma vez que a agricultura praticada e as variedades cultivadas na terra natal eram muito diferentes das utilizadas aqui, o que comprometia a produção agrícola nas colônias.

Observa-se que pouco valeu a experiência como lavrador/agricultor assinalada nos registros da grande parte dos imigrantes pomeranos que chegou à colônia de Santa Leopoldina. O quantitativo dos imigrantes que possuíam tal profissão pode ser observado nos dados abaixo.

**Tabela 5 - Profissão dos 2.272 imigrantes pomeranos cadastrados na base de dados do arquivo Público do Espírito Santo (Incluindo os prontuários da Polícia Civil)**

Profissão	Nº de imigrantes	Porcentagem do Total
Agricultor/Lavrador	2232	98,2
Camador	1	0,04
Carpinteiro	12	0,52
Diarista	13	0,57
Doméstica	3	0,013
Ferreiro	1	0,04
Guarda Livros	1	0,04
Marceneiro	2	0,08
Padeiro	1	0,04
Sapateiro	2	0,08
Tintureiro	1	0,04
Vaqueiro	1	0,04
Viajante Comercial	1	0,04
Em Branco	1	0,04

Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo

Apesar de agricultores ou outras profissões, como descrito, foi necessário os pomeranos aprenderem a utilizar a terra. Para adequação e aprendizado no processo, o modelo adotado nos sítios de forma geral era constituído de três partes: a área do plantio do cafezal, a da agricultura de subsistência e também uma pequena reserva de mata, o que não pode ser considerado um sistema de monocultura (CELIN, 1984). Em contrapartida, o plantio do café destinado apenas à comercialização era considerado como uma monocultura mercantil (CELIN, 1984).

A começar dessa configuração, foi possível os colonos pomeranos ampliarem a



produção e a comercialização do café e também aumentar a população da região. Celin (1984) afirma que um dos motivos do aumento da população era a salubridade das terras altas. Para Wagemann (1949, p. 26), o fundamento da questão mencionada se encontrava na proliferação natural do grupo.

O consenso existente entre os dois é que além do aumento da população, o método primitivo de cultivo dos imigrantes o qual promovia o esgotamento progressivo do solo impulsionava a saída em busca de outras áreas para povoar (CELIN, 1984, WAGEMANN, 1949). A movimentação, no entanto, somente foi possível devido às características do interior da colônia de Santa Leopoldina, bem como à perspectiva dos administradores do Estado em relação à ocupação das áreas pelos imigrantes.

No que diz respeito ao Estado, a imigração e a ocupação das áreas demarcadas na colônia de Santa Leopoldina eram os únicos processos os quais mereciam a presença de seus representantes. Sendo assim, não houve acompanhamento estatal aos imigrantes após o assentamento, o que também se referia aos lotes ocupados. Essa característica da ocupação da região permitiu que os imigrantes pomeranos fossem galgando outras áreas, além das terras estabelecidas no contrato de imigração.

Apesar da ampliação da ocupação das demais áreas nas terras frias, as casas dos colonos alemães continuavam distantes uma das outras, o que dificultava o contato entre os vizinhos (RÖLKE, 2016). Todavia, a distância e a dificuldade do contato estabelecidos por trilhas nas matas não se configuraram em empecilho para algumas famílias pomeranas vizinhas que se contactavam para a transmissão das técnicas de utilização da terra ou para a realização de atividades específicas, como os mutirões na colônia de Santa Leopoldina. Droogers (2008, p. 20) afiança que entre os vizinhos pomeranos o que prevalecia era a ajuda mútua, o mutirão.

Quanto aos alemães, Rölke (2016, p. 326) ratifica que nas primeiras décadas todas as residências dos imigrantes eram feitas através de mutirões. Para Wagemann (1949, p. 62), não havia dúvidas de que os mutirões eram uma prática comum entre os colonos alemães do Espírito Santo antes mesmo de

imigraram para o Brasil, isto é, em suas regiões de origem. O ajuntamento por ter sido uma relação estabelecida ainda na Alemanha vem ao encontro também da reunião dos pomeranos na colônia de Santa Leopoldina. Vale salientar que tal contexto era ampliado aos descendentes nascidos na região.

Cabe destacar que em Santa Leopoldina, o mutirão – chamado pelos imigrantes alemães por *juntament*, que tem o mesmo significado de ajuntamento, reunião ou agrupamento – acontecia por vários motivos: a limpeza dos cafezais e a colheita do café, a construção das casas e também na ocorrência de doença na família de algum colono (WAGEMANN, 1949). Celin (1984, pp. 142-143) corrobora que o ajuntamento era acionado pelas famílias imigrantes quando não conseguiam realizar determinadas atividades sozinhas; como é o caso da abertura de estradas (ver figura 11). Por isso era uma ação muito comum entre alguns grupos, além de representar uma modalidade de trabalho não remunerado associada à reciprocidade.

#### **Figura 11 – Mutirão para construção de estrada**



Fonte: Castelluber (2014) Apud acervo da Secretaria de Cultura de Santa Maria de Jetibá

Nesse âmbito, a participação no mutirão impulsionava a imprescindível reciprocidade, questão que criava uma interdependência socioeconômica e cultural entre as famílias pomeranas da região. Segundo Mauss (2003, p. 193),

o fundamento das trocas está na obrigatoriedade de dar, receber e redistribuir, ou seja, na obrigação da reciprocidade. O dever de retribuir ocorre quando o que se recebe, e principalmente de quem se recebe, assume significado e importância. É um processo que cria vínculos, mas por sua vez, desfaz alianças (MAUSS, 2003). Para os pomeranos, ao receberem a participação do grupo em eventos como a construção da casa, o casamento, o velório e o enterro de um membro da família, a reciprocidade era assumida como obrigação.

O movimento de apoio e de reciprocidade nas atividades laborais, ou em relação à saúde, aproximava os vizinhos pomeranos do interior da colônia e representava um dos únicos momentos de socialização do grupo, pois era muito incomum a viagem dos alemães a Vitória e mesmo a Porto de Cachoeiro, em Santa Leopoldina, localidade de maioria alemã (WAGEMANN, 1949).

Muitas histórias compartilhadas nos eventos faziam parte das lembranças da Pomerânia, o que mantinha viva a memória do passado e das histórias de vida das famílias nas suas regiões de origem. Isso poderia representar muita história para contar, porque constam entre comunas e distritos 74 procedências diferentes da Pomerânia nos dados da imigração (FRANCESCHETTO, 2014). Os acontecimentos também aproximavam os imigrantes pomeranos que vieram em períodos diferentes para a região de Santa Leopoldina.

[...] Colonos antigos na região foram úteis no processo de aclimação. A maioria das pessoas vivia esparramada pela região, em casas construídas sobre sua terra. As casas de madeira dos pomeranos eram construídas segundo o modelo usado na Pomerânia. Eram pintadas de azul, como era costume lá, provavelmente uma sobrevivência da influência sueca. As pessoas conservavam outros costumes próprios da Pomerânia, como copiosos banquetes de casamento. Eram em geral endógamos dentro de seu grupo pomerano, apesar de às vezes se casarem com pessoas de outros grupos germanófonos da região. Assim, eles continuavam reproduzindo esquemas trazidos da Pomerânia em novo contexto, inclusive na vida eclesial [...] (DROOGERS, 2008, p. 21).

Os casamentos na região impulsionavam cada vez mais a busca por novas terras, porque entre os pomeranos havia a tradição da herança. Existia “[...] a necessidade de se conseguir terras para a colocação dos filhos que desejavam receber a sua herança, muitas famílias foram deixando a “terra fria” rumo ao que

chamavam de “terra quente” (RÖLKE, 2016, p. 312). A propriedade da terra, a posse da terra, passa a assumir importância singular entre os pomeranos e seus descendentes no Espírito Santo.

A relevância da posse da terra constitui-se por ser um dos principais motivos da imigração e por representar “[...] o capital cultural econômico acumulado e redistribuído pela transmissão da herança somado a uma nova estrutura familiar a se constituir no casamento de um membro da comunidade [...]” (BAHIA, 2011, p. 80). Deixar a terra como herança para os filhos passa a ocupar uma das bases da organização socioeconômica e cultural dos pomeranos. Contudo, como não havia intervenção do Estado, a transmissão do patrimônio foi sendo edificada culturalmente por meio das regras de distribuição, ou seja, pela regra do morgadio.

Bahia (2011, p. 81) confirma que o que prevalecia na regra do morgadio entre os pomeranos e descendentes era a patrilocalidade para os herdeiros, ou seja, os filhos se mantinham na propriedade, mas apenas um deles, geralmente do sexo masculino e o mais novo, herdava a parte agrícola onde se localizava a casa, o pomar, estábulos, etc. Na impossibilidade de divisão da terra, o que se mantinha era a neolocalidade para os filhos, à exceção do herdeiro mais novo que herdava toda a propriedade e, na ocorrência de partilha das terras quem recebia o direito hereditário da maior parcela era também o mais novo porque tinha a responsabilidade de guardar a parte indivisível da terra (BAHIA, 2011).

Na década de 1870 com os primeiros inventários dos colonos, a regra de distribuição de herança pelo morgadio causou conflitos com a estrutura brasileira, pois essa prática não era prevista na legislação nacional (PACHECO, 1994). Mesmo assim, a forma de lidar com a herança continuou sendo utilizada entre os pomeranos. A saída de algumas famílias das terras mais altas da colônia de Santa Leopoldina para às terras mais baixas e quentes continuaram ocorrendo, pois “Enquanto nas colônias da “terra fria”, estabelecidas no fim do século XIX, o solo era pouco produtivo, as vertentes sul do Rio Doce eram bem mais férteis [...]” (RÖLKE, 2016, p. 314).

Embora muito utilizada por pesquisadores que estudam a imigração alemã no

Espírito Santo, Bittencourt (2017, p. 243) lembra que a designação que divide as áreas ocupadas pelos imigrantes alemães no território capixaba nos séculos XIX e XX em terras quentes e terras frias, teve como um dos precursores o pesquisador Jean Roche. Em 1968, ao tratar dos assentamentos e da mobilidade dos imigrantes no período em questão, Roche detalhou a ocupação alemã desenhando a trajetória seguida por eles.

Seguindo esse aporte, a área ocupada pelos alemães pode ser entendida a partir da figura 12.

**Figura 12 - Mapa das terras quentes e frias da ocupação alemã no Espírito Santo**



Fonte: Roche (1968).

As duas zonas destacadas na figura são do Espírito Santo: a ítalo e luso-brasileira e a zona das colônias alemãs, onde tem a separação entre a terra fria e a terra quente. Na segunda zona, há uma subdivisão entre norte e sul que tem como demarcador da separação da subdivisão norte e sul o Rio Doce.

Santa Leopoldina e Domingos Martins são apresentadas na figura como regiões da ocupação alemã que compõem a terra fria. Já na terra quente sul, encontram-se Itaguaçu, Santa Teresa, Afonso Cláudio e Baixo Guandu. Na terra quente norte, são indicadas as localidades de Barra de São Francisco, Nova Venécia e Colatina e as demais regiões do estado<sup>22</sup> como áreas da zona ítalo e luso-brasileiro.

O que merece destaque é a terra fria, bem menor que a terra quente como se apresenta no mapa, e está localizada na região de Santa Leopoldina. É a localidade do assentamento da maioria dos imigrantes alemães e pomeranos do século XIX e também a origem da mobilidade dos imigrantes para as terras quentes, especialmente as do norte do Espírito Santo.

De qualquer forma, a imigração europeia e a movimentação dos grupos que representaram a ocupação de novas áreas, inclusive as não demarcadas por ações governamentais, foram ao longo dos anos responsáveis pela criação de vilas, cidades e municípios do Espírito Santo. Bittencourt (2017, p. 244) destaca que a área montanhosa capixaba, tardiamente povoada por europeus, estabeleceu regiões com certa diversidade de imigrantes, diferentemente da ocupação do sul na qual se destacam os que descendem dos portugueses. A área de montanha ocupada pelos imigrantes europeus, e os municípios que surgiram da colônia de Santa Leopoldina, podem ser observados na figura 13.

---

<sup>22</sup> A indicação da zona ítalo e luso-brasileira no mapa do Espírito Santo refere-se às áreas não ocupadas por alemães no movimento imigratório e na mobilidade do grupo até a primeira metade do século XX.



Jetibá, “[...] Contou ainda do medo que sentiu quando viu um negro pela primeira vez. Isto já depois de 1920” (RÖLKE, 2016, p. 362).

O medo e o reduzido contato com os nacionais diminuía cada vez mais a possibilidade da aquisição da língua portuguesa. Por sua vez, as limitações permitiam o uso da língua imigrante. Quanto à língua pomerana, “os numerosos colonos que descendem de imigrantes da Pomerânia Ulterior, mantiveram seu velho dialeto. Muitos dentre eles quase não sabem falar o alto alemão” (WAGEMANN, 1949, p. 92).

É preciso entender como a língua alemã, comumente falada entre os pomeranos, tornou-se pouco a pouco desconhecida entre os descendentes na colônia de Santa Leopoldina. Uma das justificativas pode ser identificada na relação do pomerano com a língua ainda na sua região de origem antes da imigração. Na Pomerânia, desde o século XVI, a língua alemã passou a ser imposta na escola, na Igreja Luterana e nos setores administrativos, fazendo com que a língua pomerana perdesse a função como língua escrita, restringindo-se ao comércio e às relações familiares (TRESSMANN, 2005).

Quando os pomeranos imigraram no século XIX, eles dominavam as duas línguas, mas ao que parece utilizaram as primeiras décadas no Espírito Santo para retomar o pomerano como a principal língua falada pelo grupo. A questão é explicada por Gaede (2012) ao detalhar a dificuldade encontrada pelos primeiros pastores luteranos que vieram da Alemanha para atuar com o grupo:

A forte presença pomerana na Colônia de Santa Leopoldina, já a partir de 1859, foi dando características específicas às comunidades luteranas que se formavam nessa colônia. Pois as famílias pomeranas tinham uma identidade diferente do que aquelas que vinham das diversas regiões da Alemanha. Por um lado, o jeito pomerano contribuiu em muito na edificação e na proliferação das comunidades luteranas por vastas regiões do Espírito Santo. Por outro lado, a história de opressão vivida por esse povo no passado, a cultura e a língua pomerana significaram imensos desafios e trouxeram dificuldades para a atuação dos pastores luteranos, que traziam consigo a língua e a cultura alemãs. [...] (GAEDE, 2012, p. 89).

Um dos desafios que os representantes da Igreja Luterana enfrentaram foi a diferença em relação à língua e à cultura. Enquanto dirigentes das comunidades



religiosas entre os imigrantes protestantes, os pastores luteranos alemães difundiam tanto a língua quanto outras características da cultura alemã, o que tinha por princípio a manutenção dessa tradição (WILLEMS, 1946).

O vínculo existente entre a língua e a etnia se torna mais intenso quando é incentivado por líderes que podem fomentar a convicção de linguagem (FISHMAN, 1999). No entanto, o propósito dos pastores luteranos – uma das lideranças entre os pomeranos e seus descendentes na colônia de Santa Leopoldina – de incentivar e vincular à língua e à cultura alemã entre os imigrantes e seus descendentes ia de encontro à identidade pomerana.

Ademais, Gaede (2012, p. 90) confirma que num relatório de 1912 feito por Fischer, um dos pastores que veio da Alemanha para trabalhar na igreja luterana de Baixo Guandu para onde inúmeros pomeranos migraram, revelou que a primeira geração de imigrantes, de forma geral era alfabetizada, dominava a língua alemã e tinha entusiasmo em relação à formação de comunidades luteranas. O Estado Prussiano era famoso por ter introduzido uma educação básica de qualidade na Europa. Dessa forma, se eram alfabetizados é possível que os imigrantes pomeranos tinham estratégias muito claras para retomar com a língua pomerana.

O mesmo autor explica que Fischer descreve a mudança da língua alemã para a pomerana na segunda geração, mais particularmente a partir de 1890, quando o preço do café teve uma alta muito considerável. Se a primeira geração era alfabetizada, como indicado pelo pastor, era pertinente que os imigrantes construíssem estratégias em defesa da identidade pomerana, como a manutenção da língua.

A economia cafeeira, ao que parece, desde 1880 sofreu aumento no preço do produto e vinha acarretando mudanças significativas à região. O comércio da capital do estado, que dependia em grande parte da produção do café nas colônias imigrantes da região serrana, passou a ser visitado por representantes de grandes empresas estrangeiras que ali se instalaram e dinamizaram as exportações e importação da produção (SALETTTO, 2018).

A dinamização da atividade produtiva entre os pomeranos intensificou a

circunscrição econômica dos moradores da região e a diminuição nas atividades comunitárias. As ações comunitárias envolviam tanto a formação das comunidades luteranas como também a participação nas atividades comuns, como os ajuntamentos. Segundo Rölke (2016), não havia atividade coletiva quando se tratava de comercialização da produção.

A diminuição das ações coletivas confinava cada vez mais os pomeranos e descendentes à realização de atividades exclusivamente nos núcleos familiares. A restrição do grupo no seio familiar permitiu que a língua falada nesse mesmo ambiente na Pomerânia fosse reproduzida na colônia de Santa Leopoldina. Em casa, os descendentes dos imigrantes aprendiam e reproduziam a língua pomerana, o que também incidia na relação do grupo com a língua alemã.

A relação com a língua pomerana se constituía no espaço da casa, porque era um dos locais onde o grupo buscava segurança. O lar, além de ser um lugar real, alcançava simbolismos que agregavam tanto a intimidade como a familiaridade, e também a segurança ontológica e a identidade; por outro lado, era um espaço em que a percepção do ideal não era estática ou mesmo permanente (GEORGIU, 2010). Para o pomerano e descendente, a segurança que o lar lhes proporcionava – associada às condições de ocupação da região, maioria de pomeranos – e a não intervenção do Estado, asseguraram a eles a opção pela língua pomerana.

O relatório do pastor Fischer acrescenta que, mesmo os pomeranos tendo o hábito da leitura e da oração em casa num manual em alemão, havia dúvidas se muitos deles, sobretudo descendentes, tinham compreensão do que liam, por isso a Igreja Luterana iniciou um movimento de criação de escolas onde se aprendia a ler e a escrever em alemão (GAEDE, 2012).

Nas escolas, era muito difícil a alfabetização das crianças pomeranas na língua alemã. Com muita dificuldade e após três anos frequentando a escola, somente algumas crianças conseguiam reproduzir um simples e pequeno texto em alemão, cita o relatório (GAEDE, 2012). O problema dos pomeranos de entenderem a língua alemã estava em não encontrarem um referencial expressivo ou conceitual correspondente na língua pomerana, o que tornava as

experiências escolares com os pastores pouco proveitosas e com os professores colonos ainda menos produtivas (GAEDE, 2012).

As limitações tinham ainda como respaldo o acesso às escolas comunitárias, porque era inviável economicamente ampliar o atendimento escolar a todos os descendentes, uma vez que as escolas eram mantidas pelas comunidades e os professores pagos pelos pais dos alunos (MANSKE, 2015). Além disso, a dificuldade da língua e o jeito introvertido do pomerano tornavam-se um empecilho para a expressão da língua alemã, permitindo que ela se tornasse desconhecida para a maioria das gerações de descendentes que cresceu falando o pomerano (GAEDE, 2012).

O silêncio do uso do alemão entre os pomeranos no distrito de Jetibá demonstra ainda que houve o aumento da resistência do grupo em relação à língua após a imigração, o que teve como tessitura a tradição, a identidade e a memória pomerana. A tradição como parte do jogo identitário se vincula a um passado que é atualizado no presente e ao mesmo tempo compartilhado. No entanto, se na atualização houvesse algo que não fizesse mais sentido no cotidiano, a memória não sobreviveria na tradição do grupo (CANDAU, 2011).

Portanto, se a língua alemã não era utilizada e atualizada pelos pomeranos e descendentes de Santa Leopoldina, mesmo fazendo parte de um passado recente, foi porque não tinha mais importância naquele presente do grupo. Sem o uso do alemão, devido à ausência da ativação da memória social, o que se constituiu foi a indiferença em relação a essa língua, a essa identidade. Por conseguinte, para o descendente, o alemão se tornou uma língua desconhecida, até mesmo porque desconectada do cotidiano.

A língua pomerana, por sua vez, passou ser investida de um valor simbólico que a identificava como representante da etnicidade do grupo. Schütz (2010, pp.125-126) afiança que os idiomas restritos a grupos específicos têm seus próprios códigos, compreensíveis somente aos que partilham de experiências passadas comuns.

Ocorre que a memória é um dos componentes do sentimento de identidade, individual ou coletiva, e também um importante elemento do sentimento de

continuidade de uma pessoa ou de um grupo social (POLLAK,1992). O sentimento de continuidade e de identidade em relação à língua entre os pomeranos e descendentes na colônia de Santa Leopoldina se associou à língua pomerana em virtude da utilização cotidiana e da permanência na memória individual e do grupo.

Se por um lado a língua escolhida pelos imigrantes foi o pomerano, apesar das investidas da instituição da língua alemã nas escolas e nas igrejas luteranas, por outro se tornou motivo de amparo ao isolacionismo do grupo, porque “[...] muitas vezes se sentiam envergonhados ao falar o pomerano em público, por não ser um idioma oficial, como o alemão, ou o português, pois sequer era uma língua escrita. [...]” (GRANZOW, 2009, p. 26).

Tal conjuntura aproximava o grupo às suas origens étnicas. Dessa maneira, “[...] Apesar de se esperar que se tornassem cidadãos brasileiros, e de haverem obtido de maneira formal essa condição, nas condições terríveis do assentamento, eles optaram pela continuação e a segurança de sua identidade étnica, linguística e religiosa. [...]” (DOOGERS, 2008, p. 20).

O apego à identidade étnica pomerana por parte dos imigrantes e descendentes vem ao encontro da definição de Hall. O autor assegura que as identidades são os posicionamentos em que o sujeito é obrigado a assumir, mesmo compreendendo que elas são representações constituídas “[...] ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeitos que são nelas investidos [...]” (HALL, 2000).

Por meio do investimento na tradição étnica, advindo da ausência de assistência do poder público, bem como do lugar do outro, seja brasileiro ou alemão, os pomeranos e os seus descendentes estabelecidos no distrito de Jequitibá posicionaram-se como sujeitos e escolheram a língua e a cultura pomerana que acompanhou os imigrantes da Pomerânia. Ao mesmo tempo,

[...] Senso coletivo só se conhecia quando se tratava de abrir estradas ou carregar doentes até o próximo médico, durante horas, deitados em lençóis que eram presos em varas de bambu. Também se era solidário e praticava-se solidariedade

quando se tratava de carregar mortos até o cemitério. O caixão era amarrado pelas duas extremidades em vara de bambu, que era carregada no ombro pelos vizinhos ou pelos integrantes da comunidade religiosa. (RÖLKE, 2016, p. 308).

Se as atividades coletivas passaram a se resumir às questões de doença, morte ou do vínculo com a Igreja Luterana, a comercialização dos produtos agrícolas, que conduzia as atividades familiares e representava a possibilidade de ampliação do capital por meio do lucro com a venda do café, se tornava um grande dilema para os pomeranos e descendentes.

O dilema se baseava em três aspectos: comunicação, representação do perigo e transporte. A dificuldade de comunicação era proveniente do medo de serem ludibriados em negociar com os alemães e os brasileiros sem o conhecimento de suas línguas e o receio de encontrarem animais perigosos ou o temido negro durante o longo trajeto dos sítios até a área comercial de Santa Leopoldina. Ao mesmo tempo, ficava muito dispendioso ou inviável economicamente tirar dias de trabalho para transportar as mercadorias até a sede da colônia – a única opção para destino final dos produtos agrícolas produzidos na região antes de serem transportados à Vitória.

As trilhas nas matas e a longa distância entre o sítio e o centro comercial dependiam de uma logística de transporte e de adequação do tempo à preservação das mercadorias e ao labor do pomerano nas suas terras, o que compensaria o emprego de tropas. Para os pequenos produtores, maioria entre os pomeranos, o volume a ser transportado não compensava a contratação do serviço, e os mutirões, que poderia agregar economia, não era mais uma prática comum. O que permaneceu da obrigação da reciprocidade foi a participação em casamentos, velórios e enterros.

Convém notar que a organização econômica que escoaria os produtos e vincularia os colonos aos seus núcleos coloniais dependia da superação de especificidades e dos problemas que havia nas colônias (ROCHA, 2000). Nesse sentido, tanto a sede como as áreas mais distantes de Santa Leopoldina teriam que adequar-se as mudanças econômicas, sociopolíticas e culturais que a valorização do café estabelecia à região.

É nessa circunstância – na qual na sede de Santa Leopoldina e no interior da colônia se criou uma estrutura para que o comércio da região ocorresse – que surgiram as vendas como personagens que assumiram relevância nas atividades socioeconômicas, políticas e culturais da história dos pomeranos e de seus descendentes. Sendo assim, serão discutidas as mudanças ocorridas em Santa Leopoldina e o que elas propiciaram da relação entre o comércio e o cotidiano do grupo.

## 2.2 Imigrantes pomeranos na região

Em 1860, as características de Santa Leopoldina eram ainda modestas. Com 979 colonos, além das instalações administrativas, o centro da região possuía apenas uma loja grande e uma padaria (STRUCK, 1989). Questão agravada pelos inúmeros dirigentes que ali chegavam e não dispunham de experiência de empreendimento por serem militares ou assumiam o cargo e não davam continuidade às atividades de seus antecessores (GROSSELLI, 2009).

Mesmo considerando essa adversidade, Grosselli (2009) apresenta o seguinte panorama da ocupação da região pelos imigrantes:

Não há pesquisas específicas sobre aqueles anos, mas é fácil supor que a confusão deve ter sido enorme quando a colônia foi invadida por grupos tão grandes de colonos, estando totalmente despreparada para recebê-los. Foram três anos de chegadas maciças, e estes eram os anos em que se estava formando o embrião de uma estrutura colonial. Faltavam o padre e o pastor, faltava uma enfermaria, faltava um médico... a estrutura administrativa era tão precária que não havia uma contabilidade colonial. Tudo era improvisado. Isso as vezes favorecia os colonos, que não pagavam suas dívidas pelas terras e auxílios que receberam. Outras vezes a falta de escrituras causava-lhes grandes sofrimentos, como quando lhes subtraíam parte de seus lotes ou os obrigavam a mudar de lote quando já havia começado a cultivar. A colônia viveria neste caos administrativo até a sua emancipação, apenas ocasionalmente dirigida por pessoas capazes que tentaram superá-lo. (GROSSELLI, 2009, pp. 238-239).

A desorganização administrativa gerava ainda inconsistência nas informações que chegavam aos colonos; situação que impulsionou as primeiras revoltas alemãs de 1874, ano subsequente ao período de maior número de entrada de imigrantes pomeranos na colônia. Naquele ano, de janeiro a abril, os alemães

entraram em conflito na sede da colônia devido a perturbações provocadas por embriaguez após o pagamento, que na maioria das vezes chegava em atraso, pela lotação dos barracões onde foram localizados e também pela limitada assistência médica (GROSSELLI, 2009).

As revoltas indicavam a grande insatisfação que acometia os imigrantes diante das situações a que eram submetidos. Ao mesmo tempo, a indignação recaía sobre os diretores da colônia. O que prevalecia da relação entre os dirigentes de Santa Leopoldina e os colonos, trabalhadores rurais que não possuíam liderança e nem eram politizados, era a desconfiança das partes (GROSSELLI, 2009).

A instabilidade do período culminou ainda na revolta que aconteceu entre os dias 12 e 13 do mês de maio do mesmo ano, quando cerca de 40 ou 50 descendentes dos imigrantes alemães que ali chegaram entre as décadas de 1850 e 1860, não aceitaram a informação do diretor da colônia de que eles não teriam o direito de receber o salário que reivindicavam, pois os valores já haviam sido pagos aos seus pais e às mães (GROSSELLI, 2009).

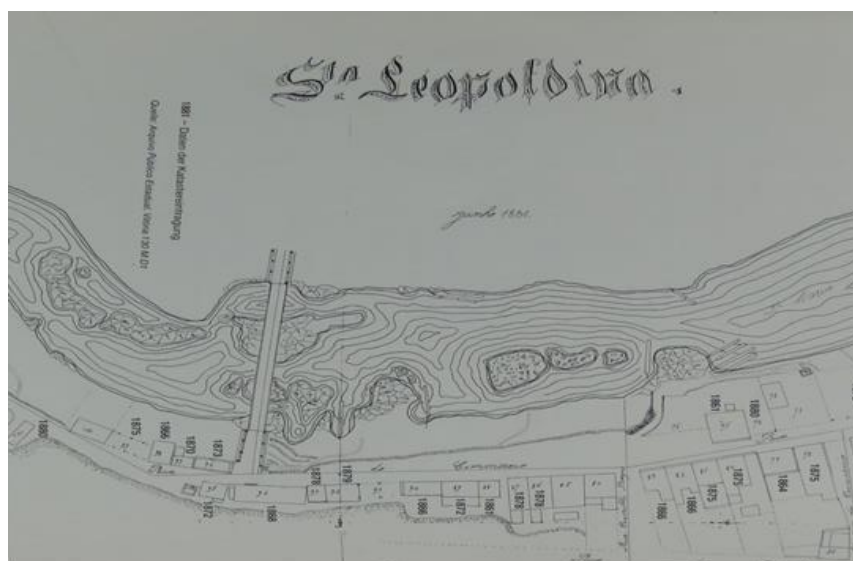
Apesar do posterior apaziguamento, o clima de desconfiança seguiu sem mudanças significativas, porque os imigrantes que chegavam à colônia continuavam sem assistência e sem informações adequadas. Grosselli (2009, p. 543) abona a questão explicando que depois de mais de 25 anos de sua inauguração, o decreto 8.508 de 1882 emancipava a Colônia Imperial de Santa Leopoldina, uma das maiores do império superada apenas pela Colônia de Blumenau, porém abandonada muito cedo pelo governo brasileiro. O abandono do Estado em relação à colônia se configurava pela responsabilidade da educação escolar, da manutenção de estradas, da aquisição de médico e de busca por trabalho pelos próprios colonos imigrantes (GROSSELLI, 2009).

Ressalta-se que muitas indefinições derivadas das demarcações de áreas ou das invasões de terras que provinham da falta de preparo no início da colônia de Santa Leopoldina acompanharam o seu findar com a criação do município em 1884 e continuaram por um longo período a posteriori, pois percebendo a falha de poder, os próprios colonos se lançavam sobre as áreas desocupadas, provocando as confusões (GROSSELLI, 2009).

Apesar dos problemas, a região continuou recebendo um número considerável de imigrantes pomeranos e alemães. A ampliação populacional foi acompanhada pelo desenvolvimento econômico promovido pelo aumento na produção do café, chegando a igualar ao comércio de Santa Leopoldina a outros centros importantes do mesmo setor na província, como o de Cachoeiro de Itapemirim (STRUCK, 1989).

Se os imigrantes eram ao mesmo tempo os responsáveis pelo aumento populacional e pela produção e comercialização do café, pelo menos até no início das duas últimas décadas dos oitocentos quando foi criado o município, pode atribuir-lhes grande participação no desenvolvimento da região, porém o desenvolvimento dependia de uma configuração que abrangia tanto o interior como a cidade de Santa Leopoldina. Para melhor compreensão do processo, se analisa, inicialmente, a sede da região por meio da figura 14.

**Figura 14 - Centro da colônia de Santa Leopoldina em 1888**



Fonte: Struck (1989)

Datada de 1881, a figura acima demonstra que a ocupação da colônia de Santa Leopoldina foi pela margem direita do rio Santa Maria da Vitória. A área assumiu uma conotação histórica ao serem expostos os anos das construções. Contudo, considerando-se como referência as ruas centrais, a Rua Costa Pereira e a Rua do Commercio, observa-se que o maior número de edificações se localiza à direita das ruas.

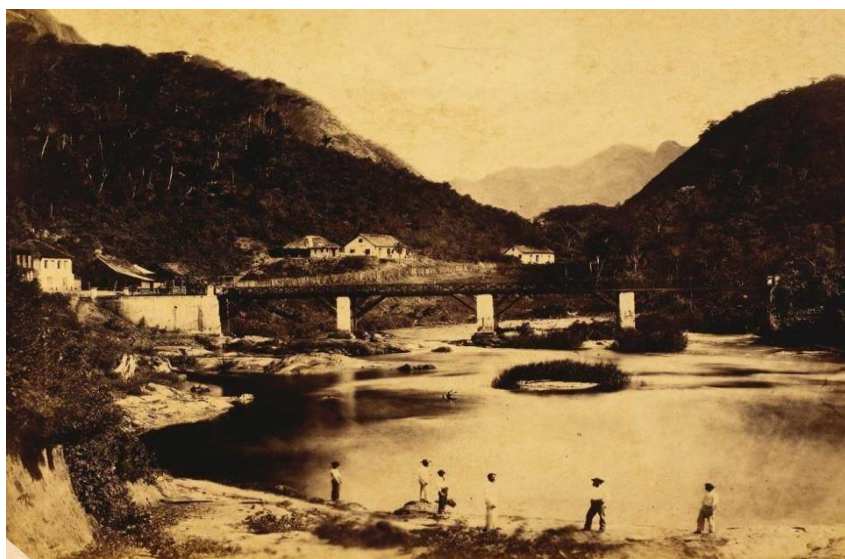


O desenvolvimento da Rua do Comercio, sede da região, se deu pela estrutura de suas edificações. Eram construções imponentes que continham dois andares, tendo a área de baixo a ocupação do comércio e do depósito onde eram guardadas as mercadorias e, em cima, se encontrava a moradia do dono da loja (WERNICKE, 2013). Com essa estrutura, a venda, o depósito e a casa eram em um único lugar, o que agilizava as transações comerciais.

A importância da rua, a própria nomeação de Rua do Comercio indica que ali se encontrava uma ampla atividade do setor. A sede da cidade, até mesmo pela limitação da área de ocupação, se desenvolveu a partir do comércio, bem como das atividades que deram suporte aos comerciantes, como o caso das tropas e as casas comerciais que assumiram importância no desenvolvimento de Santa Leopoldina, porque o comércio dali abastecia “[...] muitas vezes o comércio intermediário composto por grandes lojas de importação e exportação em Vitória [...]” (WERNICKE, 2013, p. 42).

As duas principais ruas se destacavam, ainda, por cortarem a sede da colônia num sentido único, sem direcionamento de início ou fim, e por se encontrarem na entrada do porto, indicação de que a movimentação dos que chegavam à colônia, imigrantes ou não, dependiam desse trajeto (ver figura 15).

**Figura 15 - Porto de Santa Leopoldina**



Fonte: Brasil Arquivo Nacional (Porto de Cachoeiro, Albert Richard Dietze). Rio de Janeiro, 1887.

Ao destacar o porto, a figura acima registrou ainda alguns indivíduos às margens do Rio Santa Maria, ao que parece, eles aguardavam para viajar. Era pelo porto que os cidadãos e os imigrantes eram conduzidos a Vitória ou chegavam a Santa Leopoldina. Um dos viajantes que chegou ao porto e visitou a sede de Santa Leopoldina, na virada do século XIX para o XX, percorrendo também as comunidades evangélicas da localidade, foi o alemão Hugo Wernicke. Ele fez uma descrição da sua chegada:

Atracamos ali onde aparecem os barcos...; subimos a ladeira à direita, passamos entre o armazém de um comerciante tirolês-alemão e um rancho coberto com uma chapa ondulada, sob a qual estavam presos no cabresto do animal de montaria e de carga, e chegamos a rua principal da pequena cidade. [...] (WERNICKE, 2013, p. 42).

O texto de Wernicke apresenta uma fabulosa riqueza de detalhes etnográficos interpretados a partir de sua experiência pessoal, nos quais revelam extratos de uma cultura e de uma região desconhecidas por ele, o que permite captar e decifrar o emaranhado de texto que não é neutro, mas que revela precioso registro histórico (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989).

O viajante destaca que chegou a Santa Leopoldina pela via fluvial. O uso de barcos ou canoas pelo Rio Santa Maria era o único meio de transporte utilizado entre Santa Leopoldina e Vitória, capital do estado (CELIN, 1984). A ligação da cidade de Vitória, por conseguinte do amplo litoral marítimo, e de outros portos do interior era considerada uma condição vantajosa do estado. A vantagem estava na “[...] posição privilegiada que lhe permitia útil navegação de cabotagem, pelos rios e pequenos portos, nos justos limites das condições econômicas locais do início do século XIX [...]” (BITTENCOURT, 2017, p. 164).

As embarcações as quais navegavam pelo Rio Santa Maria da Vitória eram rudimentares, o que exigia muita dedicação dos canoeiros (ver figura 16).

**Figura 16: Canoeiros fazendo o transporte de pessoas e de mercadorias ao porto de Santa Leopoldina**



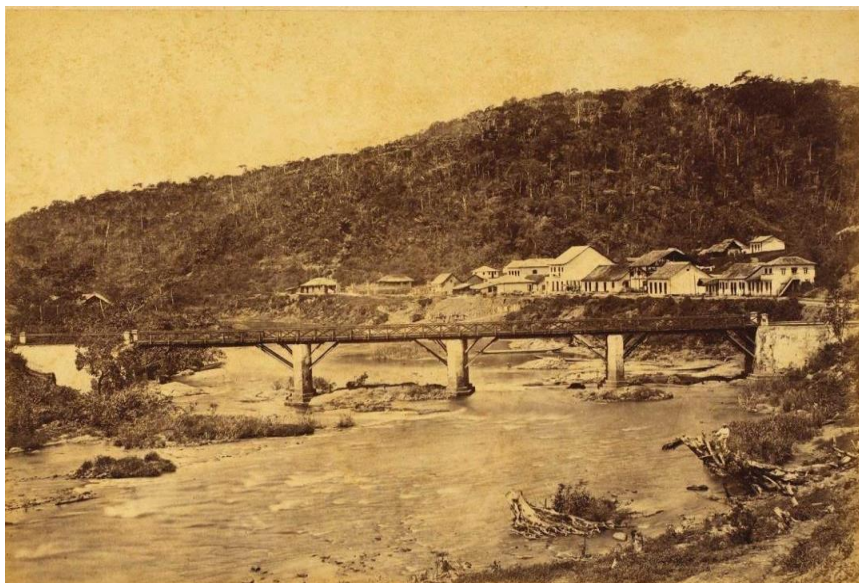
Fonte: [http://imigrantes.es.gov.br/html/caminho\\_imigrante.html](http://imigrantes.es.gov.br/html/caminho_imigrante.html)  
ml Acesso em 23/07/2019

A rusticidade das embarcações era uma das dificuldades enfrentadas pelos canoeiros e passageiros. A figura na parte superior demonstra que as canoas e seus ocupantes, entre a cidade de Vitória e o porto de Santa Leopoldina, percorriam quase todo o trajeto por áreas encobertas por densas florestas e com baixa densidade populacional, inviabilizando possíveis paradas.

A viagem que interligava a capital à cidade exigia também disponibilidade de tempo dos viajantes, pois poderiam durar em torno de três dias, considerando a ida e a volta e o tempo para resolver alguma situação em Santa Leopoldina ou em Vitória (RÖLKE, 2016). Nas longas viagens, além da mobilidade humana, a principal função do transporte fluvial era o carregamento de mercadorias, o que permitiu que o comércio das duas regiões se desenvolvesse (WAGEMANN, 1949). Portanto, o porto da região assumiu vital importância no que se refere às transações comerciais e à movimentação de pessoas.

Quanto à cidade de Santa Leopoldina, como pode ser observada na figura 17, ela se formou incrustada entre o rio e a montanha.

**Figura 17 - Rua do comércio de Santa Leopoldina**



Fonte: Brasil Arquivo Nacional (Porto de Cachoeiro, Albert Richard Dietze). Rio de Janeiro, 1887.

O limite territorial da sede de Santa Leopoldina representou problema à grande quantidade de imigrantes que chegou à cidade durante o processo migratório. Em contrapartida, a pequena área disponível para a instalação dos colonos tornou possível a ocupação de uma vasta região do interior e também a exploração de outros territórios capixabas.

Franceschetto (2014, p. 55) assevera que a colônia de Santa Leopoldina recebeu até o ano de 1900, em média 12 mil imigrantes de várias nacionalidades. O grande número de imigrantes permitiu, segundo Wagemann (1949, p. 13), que a cidade de Santa Leopoldina fosse considerada a terceira cidade mais importante do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XX, sendo a cidade de Cachoeiro de Itapemirim a segunda, um grande centro comercial no sul do estado e, a primeira, a capital, Vitória, com população em torno de 25 mil, luz elétrica, bondes e porto com instalações em construção.

A tabela 6 mostra o aumento populacional da colônia de Santa Leopoldina.

**Tabela 6 - População da colônia de Santa Leopoldina de 1858 a 1873**

Ano	População
1858	351
1859	359
1860	992
1861	1075
1862	1130
1863	1187
1864	1235
1865	?
1866	1279
1867	1340
1868	1395
1869	1452
1870	2000 circa
1871	?
1872	2512
1873	3881

Fonte: Grosselli (2009)

A mobilidade dos imigrantes dinamizou a atividade comercial da região, permitindo que a cidade de Santa Leopoldina se tornasse um dos grandes centros de comércio da colônia e de toda a região central do Espírito Santo (STRUCK, 1989). Os comércios da cidade tornam-se um dos principais locais de visita dos imigrantes, questão que impulsionou a desconfiança dos dirigentes locais.

O comércio como referência para os imigrantes pode ser entendido a começar pelo relato que Wernicke fez ao chegar à cidade de Santa Leopoldina pelo porto, dirigindo-se depois à cidade, “[...] Paramos diante da casa e da loja do Sr. Franz e Müller, que nos receberam com muito carinho numa autêntica hospitalidade teuto-brasileira, prestando-nos a seguir toda a ajuda possível para a nossa viagem” (WERNICKE, 2013, p. 42). Para seguir viagem pelo interior de Santa Leopoldina, o autor esclarece que os imigrantes se encaminharam, inicialmente, aos comerciantes da região. No excerto, Wernicke (2013) também deixa claro que os comerciantes eram a referência da localidade para os viajantes tanto na busca de informações como na aquisição de outras necessidades que lhes permitissem dar prosseguimento às viagens.

Ao dar continuidade ao seu detalhamento, Wernicke (2013) cita uma das ruas percorridas por ele e, ao que parece, o local descrito era a Rua do Comércio,

Um dos lados da rua compõe-se exclusivamente de lojas, enquanto o outro é ocupado por armazéns para abastecer essas lojas e outras do interior do Estado, e por ranchos abertos, nos quais tropas de mulas trazendo produtos agrícolas do interior do Estado em parte do oeste do Estado limítrofe de Minas Gerais (pronuncia-se o “G” sibilante como no francês) amontoavam-se e empurravam-se aguardando a carga e descarga de suas mercadorias [...] (WERNICKE, 2013, p. 42).

A narrativa descreve a ótica de Wernicke na cidade de Santa Leopoldina na época de sua visita. O autor inicia descrevendo uma rua, por onde passava ou minuciosamente avistava, que de um lado existiam lojas, porém não demora muito e desvia a atenção para o outro lado onde observa a presença de armazéns e ranchos. Ele se embrenha no motivo pelo qual aqueles estabelecimentos mereciam um tempo maior de sua explanação: a importante atividade comercial ali desenvolvida e a sua ligação com as áreas mais próximas e, também, com as regiões mais longínquas e limítrofes entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Para finalizar, Wernicke volta o seu olhar para o tumulto que as inúmeras tropas e suas mercadorias impunham aos ranchos da rua que observava.

A forma como Wernicke descreveu o que vivenciou em Santa Leopoldina atribui importância à narrativa histórica por ampliar as perspectivas cognitivas, porque a concepção discursiva da narrativa sempre se vincula à realidade (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989). O fragmento do texto de Wernicke revela ainda duas questões trazidas à tona que se tornaram engrenagens de uma estrutura que moveu a economia e a sociedade capixaba do século XVIII ao XX: as tropas de mulas e o amplo comércio do café desenvolvido entre o litoral e as cidades do interior.

A ampliação do uso de muares no transporte de carga no Espírito Santo ocorreu a partir da segunda metade do século XIX. O processo encontrou respaldo na ampliação da imigração, nas derrubadas das matas e no aumento da produção de café, em especial, nas regiões montanhosas do estado, locais de ocupação dos imigrantes estrangeiros (MORAES, 1989).

As dificuldades proporcionadas pelo acesso montanhoso e pelas picadas nas matas eram superadas pela rusticidade dos animais que se embrenhavam pelo interior do Espírito Santo em busca do café (MORAES, 1989). Produzido nas diversas regiões capixabas, a necessidade do transporte do produto para os portos fluviais e marítimos capixabas intensificou ainda mais o uso dos muares, os quais passaram a se organizar como uma empresa (MORAES, 1989).

A organização das tropas tinha como propósito interligar os grandes centros aos vilarejos, às vilas e cidades do interior do estado que dependiam dos muares para o transporte do café do interior para os grandes centros e a condução das mercadorias consideradas essenciais, como sal, querosene e açúcar, dos centros de comércio para o interior (MARCHINI, 1968).

Em conformidade com Wagemann (1949, p. 15), o meio de transporte utilizado dentro do estado era tanto as mulas ou burros como os carros de boi. Havia ainda, o transporte individual o qual dependia de cavalos ou como Wernicke (2013) caracterizava como animal de montaria. Esse tipo de transporte era o que também interligava as famílias localizadas nos lugares mais remotos de Santa Leopoldina à sede da cidade, da qual muitos colonos se distanciavam de 2 a 4 horas a cavalo (RÖLKE, 2016).

Em Santa Leopoldina, as tropas tinham a função de transportar o café, produto cultivado pelos colonos do interior cujo propósito era a venda. “O comércio é, portanto, a base do transporte, o comerciante é um transportador. Proprietário de barcos no Sta. Maria da Vitória, se mora no Porto de Cachoeiro, de tropas de muares, se no interior [...]” (ROCHE, 1968, p. 49).

Por isso, formou-se em Santa Leopoldina uma logística que visou tanto à proximidade dos comércios com as tropas, como também as atividades com um dos principais meios de transporte e de ligação com a cidade de Vitória, o Rio Santa Maria. Na triangulação, enquanto as casas de comércio ficavam na principal rua da cidade, abaixo dela e próximos ao rio eram localizados os ranchos para os tropeiros (MORAES, 1989).

Struck (1989, pp. 64-65) assinala que na organização o destino das tropas de muares era o local de empilhamento, de aglomeração, próximo às casas de

comércio em Santa Leopoldina e que dessa área os comerciantes encaminhavam as mercadorias via barco para Vitória, distante 60 km da região. A figura a seguir, além de retratar a proximidade do tropeiro e da tropa com a casa de comércio, com o comerciante de Santa Leopoldina, destaca a atração que a atividade exercia sobre a população local, merecendo as atenções dos que ali se encontravam.

**Figura 18 - Tropa em frente ao comércio de Santa Leopoldina em 1920**



Fonte: Ormando Moraes (1989)

A figura evidencia a imponência do tropeiro, personagem o qual nas idas e vindas tinha que lidar não somente com a rusticidade do animal, mas em especial com a avidez do comerciante. A suntuosidade observada na figura do tropeiro, ao que parece, era comum entre os responsáveis pela atividade em terras capixabas. Quem faz menção à característica dos arrieiros, outra designação dos responsáveis pelas tropas, é Renato José Costa Pacheco. Ao escrever a primeira notícia sobre tropas e tropeiros no Espírito Santo, o autor descreve-o de modo geral usando paletó, botinas, chapéu de lebre com abas grandes e, às vezes, com um lenço ao redor do pescoço (PACHECO, 1975).

No que diz respeito à tropa, a figura apresenta a conformação entre a carga e o muar, evidenciando que além de quantidade, o meio de transporte se adequava aos vários tipos de carga, tornando-o priorizado nas empreitadas que seguiam



por entre as florestas das montanhas de Santa Leopoldina e as capixabas.

Os colonos do interior – proprietários de tropas ou de quantidade de muares que permitissem o transporte do café até onde eram estocados – eram os próprios condutores das tropas, se não morassem muito distantes ou não pudessem dispor de dias de trabalho para se afastar da lavoura (WERNICKE, 2013, p. 73). Quando não era possível, por não possuírem nem tropas nem animais para montaria, eles transportavam os produtos nas costas (RÖLKE, 2016).

Ao explicar a origem dos comerciantes da sede de Santa Leopoldina, Wernicke (2013) evidencia um dos problemas que dificultava a vinda dos pomeranos e descendentes do interior para a cidade, a língua pomerana.

[...] Entre os comerciantes do Porto do Cachoeiro encontram-se alemães, tirolezes-alemães, suíços-alemães, húngaros-alemães, belgas, brasileiros e portugueses. Inúmeros artesãos pertencentes também a diversas nacionalidades prestam ótimos serviços, e entre os melhores os alemães aparecem em primeiro lugar; um deles, o marceneiro, faz objetos que poderiam ser considerados trabalhos artísticos. Em quase todas as lojas, os clientes alemães podem se comunicar em sua língua materna. [...] (WERNICKE, 2013, p. 42).

Wernicke (2013) retrata os comerciantes de Santa Leopoldina como brasileiros, belgas, portugueses, alemães ou “meio” alemães, sendo estes últimos os mais comuns na atividade. Se em maioria eram falantes da língua alemã ou da língua nacional, o português, para se comunicarem, os pomeranos teriam que aprender os dois idiomas. Um falante da língua portuguesa ou alemã não compreendia a língua pomerana e vice-versa.

A importância do comércio da cidade de Santa Leopoldina para os moradores da região, inclusive os pomeranos, também impunha aos imigrantes não falantes das línguas ali utilizadas a obrigação de aprendê-las. Graça Aranha, (2002) para destacar a relevância dos comércios e comerciantes e dar um tom de realismo à história de Milkau em Santa Leopoldina, se utilizou de um personagem com sobrenome imigrante e também descreveu de forma minuciosa os detalhes da venda.

Chegados a um grande sobrado, o guia pulou lesto do cavalo e ajudou Milkau apear; despediram-se como bons, e, enquanto o viajante penetrava na loja, o menino voltava com os animais. O

armazém de Roberto Schultz era vasto. Tinha quatro portas de frente, e as mercadorias inúmeras davam-lhe uma feição de grandeza e opulência. Ali se negociavam em tudo, em fazendas, em vinhos, em instrumentos de lavoura, em café, era um desses tipos de armazém de colônia, que são uma abreviação de todo o comércio e conservam, na profusão e multiplicidade das coisas certo traço de ordem e harmonia. A loja àquela hora já estava cheia de gente, e Milkau, para chegar até o balcão, foi desviando os fregueses ali amontoados em pé, todos indecisos, pesados, brancos e tardos alemães. (GRAÇA ARANHA, 2002, p. 20).

Na história de Graça Aranha (2002), a venda de Roberto Schultz é descrita como suntuosa, onde se encontrava de tudo, e que apesar da diversidade, o arranjo dos produtos deixava a venda com uma aparência harmoniosa. Tal descrição apresentava com clareza como eram as vendas da cidade de Santa Leopoldina.

Nas grandes vendas, como a descrita por Graça Aranha (2002), a exposição dos inúmeros produtos era indispensável para atender as mais diversas necessidades dos frequentadores da sede, do interior e das outras localidades. Essa relação é também construída por Wernicke (2013, p. 43) ao relatar que em qualquer uma das vendas adquiria-se de tudo.

Graça Aranha (2002) descreve ainda outra condição que propiciava certa dependência no contato do comerciante com os frequentadores da venda ao se referir à utilização do balcão na organização das vendas da região; o acesso às mercadorias restritas ao comerciante.

Nesse extrato da obra *Canaã*, os alemães são indicados como frequentadores dos armazéns. Wernicke (2013, p. 43) também faz menção a eles como frequentadores das vendas de Santa Leopoldina, mas acrescenta que para os alemães, as mercadorias e os produtos de origem farmacêutica eram de forma geral muito caros devido aos impostos de importação cobrados pelo governo federal.

A importância das transações comerciais desenvolvidas nas vendas de Santa Leopoldina alcançou relevância tanto fora do estado como também em alguns países europeus, no caso, os de origem de alguns dos imigrantes que ali haviam se localizado. Vinham representantes e viajantes de grandes empresas diretamente de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Alemanha, que muitas vezes nem chegavam a circular em Vitória (MORAES, 1989).

Considerando que boa parte das mercadorias das vendas de Santa Leopoldina vinha de outros estados ou país, por isso eram caras para os pomeranos e descendentes, é possível que as idas à cidade – que tinham por objetivo fazer compras nesses comércios – fossem bem reduzidas. Há de se considerar que o valor das mercadorias era alto para a maioria dos imigrantes e moradores da região os quais dependiam economicamente da venda da produção agrícola, em especial do café. Diante dessa realidade, os comerciantes criaram estratégias para a comercialização de seus produtos e para a compra do café produzido nas pequenas propriedades dos imigrantes.

Graça Aranha (2002) ilustra como se dava a relação em conversa que produziu entre o dono da venda com Milkau. Roberto sugere a Milkau: “[...] Olha, a nossa casa está às suas ordens, nós lhe fornecemos tudo o que precisar, e, quando puder, vá nos mandando café. É o costume aqui, nós não pagamos em gênero... o que é uma vantagem para o colono, acrescentou baixando ligeiramente o olhar. [...]” (GRAÇA ARANHA, 2002, p. 21).

Dos 5 imigrantes que vieram para o Espírito Santo e que possuíam Schultz como sobrenome, apenas 1 rapaz que veio da Prússia, em 1868, foi para Itapemirim; os demais, 1 casal que veio da Pomerânia em 1876, 1 rapaz que veio em 1880, mas não indicou o lugar de origem, e a esposa de um chefe da família Schwanz que era da Pomerânia e que veio em 1859, foram encaminhados para a colônia de Santa Leopoldina (FRANCESCHETTO, 2014). Os dados indicam que há uma probabilidade de Graça Aranha ter se inspirado em um comerciante com sobrenome Schultz para compor o personagem que era o dono da venda. Diante da afirmativa, leva a crer que o vendeiro poderia ser pomerano ou descendente.

Entretanto, na ausência da origem pomerana entre os comerciantes de Santa Leopoldina, os imigrantes pomeranos ou os seus descendentes moradores do interior que se dispusessem a vir a Santa Leopoldina para tratar de assuntos econômicos, como a venda do café, ou mesmo outros problemas, teriam que superar as inúmeras questões que dificultavam o processo.

Uma das questões que amenizariam as dificuldades era a aquisição de tropas. Tornar-se dono de uma tropa era o que pomeranos e demais imigrantes

vislumbravam. Haja vista que sem estradas, as tropas eram os únicos meios de transporte de carga que alcançavam as regiões do interior da região. Atender aos tropeiros era um dos principais motivos da relevância e da diversidade de produtos nas vendas da cidade de Santa Leopoldina. Os tropeiros deixavam ali os produtos das suas regiões de origem para serem encaminhados a Vitória e reabasteciam suas tropas com as mercadorias dos grandes armazéns, pois tinham por destino final as vendas espalhadas pelas diversas áreas da cidade.

É nessa vicissitude – com a presença e a mobilidade das tropas e tropeiros, com suas cargas de café e demais produtos que atendiam as necessidades dos colonos – que o comércio de Santa Leopoldina vai se desenvolvendo ao longo dos anos. O contexto propiciou que a cidade se consagrasse com um dos maiores e mais relevantes mercados de atividades dos tropeiros no Espírito Santo do início do século XX até a década de 1940 (MORAES, 1989).

Ressalta-se, no entanto, que na década de 50 os muares ainda mereciam destaque na economia nacional pelo acréscimo no valor dos animais entre 1954 e 1956 e pelo quantitativo nos estados (GOULART, 1961). Em 1954, o Espírito Santo seguia como um dos 9 estados que mais obtinham muares no Brasil. Eram 126 cabeças, perdendo em quantidade apenas para São Paulo com 670, Bahia com 501, Minas Gerais com 440, Goiás com 204, Paraná com 185, Pernambuco com 170, Ceará com 167 e Rio Grande do Sul 146, mas ficando à frente do Rio de Janeiro, possuidor de 111 muares (GOULART, 1961).

Como a cidade de Santa Leopoldina se estruturou à medida que o comércio se desenvolvia, as mais diversas localidades do interior da colônia também acompanhavam o desenvolvimento criando meios para efetivar a ligação entre a lavoura e a cidade de Santa Leopoldina. Contudo, era necessário atender os imigrantes pomeranos e os seus descendentes nas proximidades de seus sítios, burlando as condições que dificultavam a vinda à cidade. Foi assim que uma grande rede de vendas se ergueu Santa Leopoldina adentro. No movimento seguiram também as igrejas luteranas.

### 2.3 Onde o senhor constrói uma igreja, o diabo ergue uma capela ao lado

Depois do assentamento de inúmeros imigrantes pomeranos na sede da colônia

de Santa Leopoldina, houve um movimento de mobilidade que permeou toda a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, o qual permitiu aos imigrantes e seus descendentes a ocupação nas montanhas da região, seguindo depois em direção as terras mais quentes no norte capixaba.

Ao longo da trajetória, houve inúmeros assentamentos de famílias em meio às matas da região e juntamente iam sendo estabelecidas igrejas luteranas e também pequenas vendas. Roche (1968, p. 49) pondera que apesar do número de casas de comércio aumentar à medida que os imigrantes avançavam interior adentro, garantindo a compra e a venda de diversos produtos aos colonos, era muito raro que nas suas proximidades ocupassem outras edificações, resumindo a área do seu entorno apenas a agricultores da região.

O isolamento na localização das vendas muitas vezes era uma estratégia que potencializava a comercialização, porque mesmo distante de outras moradias havia locais na região em que a dinâmica da movimentação das pessoas garantia o aumento nas vendas; era o caso dos entrecruzamentos. Conforme Celin (1984, pp. 156-157), a dinâmica de construir as vendas nos locais mais movimentados seguia, a princípio, duas condições: uma se referia aos cruzamentos dos caminhos frequentemente utilizados por viajantes ou moradores, e a outra se reportava às proximidades das igrejas. Roche (1968), por sua vez, argumenta uma ideia distinta da proximidade das igrejas e das vendas nas regiões ocupadas pela imigração alemã. Para o autor, “[...] A “venda” fica, portanto, isolada por essência. [...]” (ROCHE, 1968, p. 49).

Ao que parece, o isolamento da localização das vendas se relacionava ao excesso do consumo de bebidas alcoólicas nos locais. Em face disso, pode-se considerar que as vendas se tornavam locais frequentemente visitados pelos pomeranos e descendentes; condição que não se alterava quando a venda se estabelecia nas proximidades de uma igreja luterana.

É possível compreender melhor a relação pelo provérbio utilizado por Wernicke (2013) ao observar que a primeira igreja estabelecida entre os imigrantes da Pomerânia e de outras regiões da Europa na localidade de Ribeirão dos Pardos fazia divisa com a venda: “[...] “onde o Senhor constrói uma igreja, o diabo ergue

uma capela do lado” [...]” (WERNICKE, 2013, p. 65).

Em contrapartida, a expressividade que o luteranismo alcançava entre os pomeranos e descendentes foi uma das motivações da união das famílias as quais se encontravam dispersas e isoladas nos sítios em torno de um objetivo comum: a construção das igrejas luteranas. Fica evidente que por meio da religião as comunidades luteranas pomeranas se edificavam.

Na localidade de Ribeirão dos Pardos, a duas horas de cavalgada de Santa Leopoldina, Wernicke (2013) descreve a união dos imigrantes para a edificação da igreja evangélica daquela região. Ali, “Os próprios colonos – antigos diaristas e operários da Pomerânia, de Hessen, da Renânia, de Brandemburgo, de Schleswing-Holstein, Turíngia, Suíça e Holanda – construíram a igreja [...]” (WERNICKE, 2013, p. 62).

A proximidade do assentamento de imigrantes com a cidade de Santa Leopoldina permitiu que o grupo de pomeranos ali localizados tivesse maior contato com os brasileiros e estrangeiros de outras nacionalidades, simultaneamente, possibilitou que consolidassem a construção da igreja evangélica por meio de mutirão; o que demonstra também que a contiguidade da localidade com a cidade não representou apoio ou a presença governamental nas atividades coletivas do grupo.

Se perto da sede de Santa Leopoldina os imigrantes não conseguiam apoio para as questões coletivas da comunidade, o que não dizer das localidades mais altas e distantes da cidade onde a maioria da população era constituída de imigrantes pomeranos. Constata-se que o mutirão responsável pela edificação da primeira igreja evangélica foi também o que possibilitou a construção das igrejas luteranas do interior da região.

A movimentação dos pomeranos e descendentes das localidades, tanto na edificação dos templos religiosos como na participação das atividades desenvolvidas pelas Igrejas, permitiu que se tornassem o centro das decisões comunitárias. Ao mesmo tempo, a Igreja Luterana era a única entre os pomeranos, “[...] pois todos os colonos das redondezas são do mesmo credo. E ela permanece solitária, em lugar escolhido no centro do núcleo de povoamento,

uma vez que para ela concorrem os fiéis” (ROCHE, 1968).

Todavia, a criação de pequenos povoados na região se intensificou somente a partir da virada do século XX, porque até o ano de 1900 os agrupamentos populacionais alemães se restringiam às regiões de Campinho, Santa Isabel, Santa Leopoldina e poucas vendas maiores (RÖLKE, 2016). A igreja luterana assumiu a centralidade dos povoados entre os pomeranos e descendentes do interior de Santa Leopoldina, ao que parece, as grandes vendas das mesmas regiões, apesar de se fazerem presentes desde o século XIX, não impulsionaram a formação de pequenos núcleos populacionais.

Apesar de tal consideração, a proximidade da igreja luterana com a venda não era tão incomum na região de assentamento dos pomeranos. É o caso também da venda e da igreja as quais deram origem ao povoamento que 80 anos depois permitiu a criação do município de Santa Maria de Jetibá, localizado a 80 km de Vitória. A história, no entanto, tem origem com a construção da primeira residência e comércio daquela localidade que, segundo os dados históricos do IBGE<sup>23</sup>, foram construídas pelo alemão Frederico Grulke, que havia chegado à colônia de Santa Leopoldina com 6 anos de idade na década de 1870.

No que se refere aos Grulke, Franceschetto (2014) assevera que apenas uma família veio para o Espírito Santo proveniente da região da Pomerânia em 1872 no navio Gutenberg, e é possível que ela tenha compartilhado das mesmas condições de viagem do avô do Sr. Bessert. A família – que após a chegada foi encaminhada a Santa Leopoldina – era composta por 6 membros, o chefe e a esposa, Wilhelm e Mathilde, com 4 filhos entre 1 e 11 anos de idade, sendo o mais velho Friedrich Grulke (FRANCESCHETTO, 2014). Como eles vieram um ano após a unificação da Alemanha, mesmo estando sob domínio prussiano, é possível que já tivessem traços da cultura germânica e da tradição pomerana.

De acordo com o IBGE<sup>24</sup>, a história da ocupação da cidade de Santa Maria de Jetibá se deu desde a chegada das famílias Schoenrock, Jacob, Amholz, Boldt,

---

<sup>23</sup> Dados obtidos em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-maria-de-jetiba/historico>. Acesso em 28/02/2020.

<sup>24</sup> Dados obtidos em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-maria-de-jetiba/historico>. Acesso em 28/02/2020.

Dettmann, Klens, Henke, Berger, Foesch, Boldt, Hackbart, Bausen, Kosanike, Ruge, Sibert, Holz, Kruger e Seick, consideradas as primeiras a se instalarem naquela localidade. Observa-se na tabela abaixo que muitos indivíduos com os sobrenomes citados vieram da região da antiga Pomerânia (ver tabela 7).

**Tabela 7 – Sobrenomes, região de origem e número de imigrantes que foram assentados em Santa Leopoldina**

Sobrenome	Região	Imigrantes	Sobrenome	Região	Imigrantes
Arnholz	Pomerânia	6	Jacob <sup>25</sup>	Pomerânia	5
				Não indicada	2
Bausen	Renânia	9	Klemz	Pomerânia	19
Berger	Renânia do Norte-Vestfália	4	Kossank	Pomerânia	5
	Alta Saxônia	1			
Boldt	Pomerânia	4	Krüger	Pomerânia	27
Dettmann	Schleswig-Holstein	1	Runge	Berlim	2
	Pomerânia	7		Pomerânia	5
Foesch	Pomerânia	7	Schonrock	Pomerânia	5
Henke	Pomerânia	6	Seibert	Renânia	1
	Nasceu à bordo do navio Gutenberg	1		Pomerânia	4
Hackbart	Pomerânia	9	Seick	Pomerânia	7
	Não indicada	5			
Holz	Brandenburgo	6			
	Pomerânia	9			
	Não indicada	1			
	Berlim	2			

Fonte: Tabela organizada pela autora a partir de Franceschetto (2014) e

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-maria-de-jetiba/historico>, acesso em 28/02/2020

Os dados anteriores evidenciam que as famílias as quais deram origem à Santa Maria de Jetibá eram em sua maioria pomeranas, juntamente com pequenos grupos familiares vindos de outras localidades da Alemanha, o que pode ter representado diferença na língua ou mesmo na tradição, mas ao que parece tinham em comum a religião cristã e o luteranismo<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Não constam no fluxo de imigração dos pomeranos do livro *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*, de Cilmar Franceschetto, publicado pelo Arquivo Público do Espírito Santo, em 2014, os sobrenomes Amholz, Ruge, Sibert, Jacob, Klens, Kosanike, Kruger e Schoenrock, mas Arnholz, Runge, Seibert, Jacob, Klemz, Kossank, Krüger e Schonrock.

<sup>26</sup> Os proprietários rurais eram em sua maioria protestantes e pomeranos, mas havia uma minoria de imigrantes italianos católicos que tinham vindo do norte do estado, da região de Colatina, onde muitos italianos tinham se estabelecido e que, como os pomeranos, tinham recebido terras na região de Santa Leopoldina (DROOGERS, 2008, p. 20).



As primeiras evidências de que as famílias se organizaram como luteranos foi a construção de uma pequena escola que depois de inaugurada em 1892 também servia de local para os cultos religiosos, bem como a organização de um cemitério datado de 1888 (GAEDE, 2012). A escola-igreja pode ser observada na figura abaixo.

**Figura 19 - Primeira capela escola do vilarejo do distrito de Jetibá**



Fonte: Gaede (2012)

O templo religioso – construído da mesma forma que a escola-igreja, por mutirão comunitário e com acompanhamento de pastores luteranos vindos da Alemanha – foi inaugurado somente em 1903 (GAEDE, 2012). Conforme se pode observar na figura a seguir, a igreja luterana tornou-se um dos locais da região mais visitados pelos pomeranos e descendentes tanto nos cultos como nas atividades propostas pela comunidade luterana.

**Figura 20 - Primeira igreja e a escola capela do vilarejo do distrito de Jetibá**



Fonte: Gaede (2012).

A construção da escola-igreja, à esquerda da figura acima, ocorreu aproximadamente 20 anos após o surgimento das primeiras residências e da venda, já a igreja foi edificada no início do século XX. Fica evidente que, mesmo luteranos, uma das primeiras preocupações dos pomeranos foi com a venda. O que se pode concluir do cenário que inaugurou a ocupação populacional do vilarejo de Santa Maria é que a grande parte era de agricultores pomeranos, além de deixar transparecer que eram cristãos luteranos. Todavia, há ainda a presença de dois personagens cujas funções divergiam dos demais do grupo: o vendeiro e o pastor.

Se por um lado a figura do pastor era destaque por ser o representante da única igreja entre os imigrantes e descendentes, por outro, surge a singularidade do vendeiro. Resta diante disso, buscar entender como os vendeiros atuaram diante da força do pastor e como conduziram questões étnicas, sociais, políticas e econômicas entre os pomeranos e descendentes e entre os demais grupos vindos da Alemanha que povoaram o distrito de Jetibá.

### 3. OS POMERANOS E DESCENDENTES EM SANTA MARIA DE JETIBÁ

O século XX dava os primeiros acordes de sua longevidade centenária quando o distrito de Jequitibá despontava como um vilarejo do interior do município de Santa Leopoldina. O vilarejo teve origem a partir das primeiras casas, da escola e da igreja luterana, edificadas por meio de ajuntamentos dos que professavam a mesma fé, o luteranismo, e das vendas ali estabelecidas. Se a construção da escola e do templo tinha por finalidade atender a demanda educacional e religiosa, as vendas, por sua vez, atendiam às necessidades econômicas comerciais da comunidade local.

O olhar sobre a relação que os imigrantes pomeranos e os seus descendentes estabeleceram com as vendas não deixa claro como, ou mesmo por que a identidade é acionada nesses locais. Os apontamentos feitos a partir daqui visam alcançar a década de 50, sem perder de vista os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e étnicos que engendraram a relação ao longo dos anos.

#### 3.1 O agricultor, o vendeiro e o pastor

No início do século XX, as mudanças pleiteadas pelas oligarquias as quais comandavam a república no Brasil se intensificaram. A imigração alcançava prioridade, a proposta era o encerramento do incentivo governamental a tal política; motivo pelo qual houve uma redução significativa no número de imigrantes que chegavam ao Espírito Santo, reduzindo-se também a ocupação das áreas montanhosas de Santa Leopoldina. A região onde hoje é Santa Maria de Jetibá se manteve sem novos estrangeiros, permanecendo ocupada pelos imigrantes da Pomerânia e de outras regiões da Alemanha.

Os pomeranos e descendentes localizavam-se nas inúmeras pequenas propriedades e nas poucas vendas em meio às matas da região, onde continuavam reproduzindo traços da cultura imigrante no cotidiano, a exemplo, do uso da língua pomerana e da crença cristã do luteranismo. A manutenção da tradição pomerana era favorecida pela dificuldade de acesso à região, propiciado por pequenas picadas abertas nas matas e montanhas, pelo limitado contato com a cultura local em virtude da opção do grupo em falar a língua pomerana e pelo compartilhamento do território com reduzido número de imigrantes de outras

áreas da Alemanha. As razões elencadas eram reforçadas pelo apego à identidade étnica como forma de proteção frente à cultura diferente (DROOGERS, 2008).

A superioridade numérica de imigrantes pomeranos em relação aos demais grupos de origem germânica na colônia de Santa Leopoldina, permitiu que os germânicos fossem absorvendo a língua e a religião luterana dos pomeranos (VASCONCELLOS, 2008). Pacheco (1964, pp. 239-240) afiança que os Hunsbucklers e os pomerânios absorveram os grupos menores da Renânia, Prússia, Hesse, Palatinado, Holstein, Saxônia e Nassau. Ao que parece, foi o caso também dos imigrantes de origem alemã que se assentaram no vilarejo do distrito de Jetibá.

O que ainda acompanhou o assentamento dos pomeranos e descendentes na região foram a inexistência de instituições representativas do Estado na região e a forma como a economia era conduzida no interior do Espírito Santo. A intermediação de vendeiros no processo de compra e venda do café foi estratégia amplamente utilizada com as pequenas propriedades do interior capixaba (SALETTTO, 2018) e com os imigrantes pomeranos e descendentes do interior de Santa Leopoldina.

Na região, os vendeiros localizados próximos aos produtores compravam o café para revendê-lo aos comerciantes de Santa Leopoldina. Os agricultores não precisavam sair de sua região de ocupação para negociar a venda do café. Sem a necessidade de deslocamento, o contato dos pomeranos e descendentes se restringiam, de forma geral, aos demais imigrantes alemães que ali habitavam, até porque nas áreas de colonização alemã a maioria dos vendeiros das localidades eram pomeranos (WAGEMANN, 1949). Assim, a tradição pomerana ia sendo reproduzida por vendeiros e agricultores.

No século XX, a interiorização da população capixaba intensificou, passando a contar com grande número de pequenos agricultores. De acordo com o censo de 1920, as propriedades rurais que ocupavam 52% do território capixaba eram aquelas as quais possuíam até 100 ha e as médias e grandes propriedades, que variavam de 101 a 1.000 ha, eram 25,7% do total da área (SALETTTO, 2018).

É importante destacar a distinção na distribuição das propriedades no território capixaba. De forma geral, no norte do estado havia municípios com grandes fazendas de café, mas também contavam com pequenas e médias propriedades. No sul, prevaleciam as grandes propriedades rurais; já as zonas de pequenas propriedades eram oriundas das áreas de imigração europeia (SALETTTO, 2018).

A base econômica dos agricultores predominante em todo território capixaba era a cafeicultura. Desde o início da república, a grande produção decorrente da ampliação da área plantada permitiu ao país alcançar o título de maior exportador mundial de café (FRANCO; HESS, 2003). No Espírito Santo, o produto se tornou a principal fonte de exportação e, até 1930, representou mais de 70% da receita e mais de 90% do valor das exportações capixabas (SALETTTO, 2018).

Como confirma Wagemann (1949, p. 16), a receita do estado dependia da venda do café. Produzido em quase todas as áreas, a dinâmica de produção e de escoamento variava de acordo com a região. No sul, prevalecia as grandes propriedades com ampla mão de obra, financiamento e comercialização estabelecidos por firmas e bancos do Rio de Janeiro, condição que mudou a partir da década de 1920 quando o porto de Vitória assumiu a exportação da maior parte da produção (SALLETO, 2018).

No caso da região alta ocupada por imigrantes, localizada nas serras do centro do Espírito Santo, por possuir uma população basicamente rural a cafeicultura também predominava, constituindo-se no principal produto comercial e representando uma das únicas fontes de recurso dos colonos (CELIN, 1984). O café tornou-se o produto agrícola mais importante para os pomeranos e descendentes que habitavam o distrito de Jetibá.

Apesar da região não possuir grande distância em relação à cidade Vitória, centro exportador do café, os 80 km que as separavam continuavam a caracterizar-se pela dificuldade de acesso. O cavalo e as tropas permaneceram transportando a população e, em especial, a produção cafeeira. Dada a importância do tipo de transporte, Wagemann observa que, “Por hora, é o mar o meio de transporte mais importante no território das colônias de alemães”

(WAGEMANN, 1949, p. 67).

Durante o período em que as tropas percorreram o Espírito Santo, quase não houve interferência do Estado na atividade. Coube aos tropeiros a abertura dos caminhos, das picadas nas matas e a conservação dos trajetos por meio de reconstrução de pontes, remoção de pedras e cobertura dos atoleiros (MORAES, 1989). Conforme se observa na figura 21, o trabalho se tornou essencial, uma vez que trafegavam por caminhos intrincados.

**Figura 21 – Caminhos utilizados pelas tropas**



Fonte: Wernicke (2013)

Com a ocupação do interior do estado, os produtores compartilhavam, de forma geral, os percalços oriundos das estradas e a utilização das tropas no transporte do café descritas no distrito de Jetibá. O uso das tropas representou uma das peculiaridades da economia cafeeira nas localidades no início do século XX e intensificaram-se as relações entre agricultores, vendeiros, comerciantes e exportadores.

[...] Nas zonas de pequenas propriedades a comercialização seguia outro circuito: o café era comprado aos sitiantes por um pequeno comerciante local, o vendeiro, que se ligava a um negociante de porte médio do interior ao qual vendia o café e do qual comprava os produtos com que abastecia os sitiantes. Muitas vezes, esses comerciantes compravam diretamente o café dos sitiantes, tomando o lugar dos vendeiros. Em qualquer dos casos, eram eles que comercializavam o café com as casas exportadoras. Na região polarizada por Vitória era esse o circuito comercial predominante, em benefício do capital mercantil local,

que chegou a constituir importantes casas exportadoras que, juntamente com a Vivacqua & Irmãos, concorrendo com as de fora, chegaram a exportar pelo porto de Vitória a maior parte do café do estado nos anos 20 (SALETTTO, 2018, p. 156).

O circuito do café estruturou-se, porque 67% de toda área do estado estava ocupada por pequenas e médias propriedades (SALETTTO, 2018). Também se integraram à dinâmica as pequenas propriedades do interior de Santa Leopoldina. Estabelecidas em meio às matas, as propriedades produziam o café que era negociado em algumas das vendas do interior da região e os vendeiros negociavam os grãos com os comerciantes da sede de Santa Leopoldina.

A preferência pela cidade de Santa Leopoldina pautava-se na proximidade com a região produtora e a língua pomerana falada por alguns comerciantes, o que permitia a negociação. Mesmo assim, os habitantes da região somente iam a Santa Leopoldina em algumas poucas ocasiões e, muito raramente, viajavam até Vitória (WAGEMANN, 1949).

Com a formação do vilarejo, no distrito de Jetibá, a comercialização do café assumiu nova prática; história que teve início com Frederico Grulke, primeiro morador da vila que ali se casou e constituiu família com uma imigrante pomerana, Albertine Jacob (SCHWARZ, 1994), conforme se apresenta na figura abaixo.

**Figura 22 - Frederico Grulke (à esquerda), a esposa, genro, filha e netas**



Fonte: Acervo da família Berger

Frederico Grulke foi pioneiro na atividade comercial, o que não o desvencilhou do trabalho agrícola, profissão que trouxe da Pomerânia (ver figura 23).

**Figura 23 – Registro de entrada de Friedrich Grulke<sup>27</sup> no Espírito Santo**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROJETO IMIGRANTES ESPÍRITO SANTO

*O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo certifica e registra assim:*

Ilma. Sra. Sofia Anholz Berger

REGISTRO DE ENTRADA DE IMIGRANTE

**GRULKE**

Friedrich

Pai: Wilhelm GRULKE & Mãe: Mathilde WRUCK  
Sua de parentesco em relação ao Chefe da família: Filho

Idade em 1872: 11 \* Profissão: Agricultor \* Religião: Luterana  
Nascimento: /06/1860 \* Casamento: Albertine; Santa Leopoldina; \* Óbito: ---

ORIGEM  
País: Alemanha \* Região/Estado: Pomerânia  
Província/Município: --- \* Comuna/Distrito: ---

VIAGEM  
Embarcou no porto de Hamburgo em 07/04/1872 no navio Guttemberg e desembarcou no porto de Vitória, em 26 de Maio de 1872, do navio Guttemberg.

DESTINO  
Porto/Via fluvial pelo qual entrou no Espírito Santo: Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina através do rio Santa Maria da Vitória  
Colônia/Município: Santa Leopoldina  
Seção/Distrito/Fazenda ou Empresa: Alta Pomerânia

OBSERVAÇÕES

FONTE DOCUMENTAL  
Este livro de registro Guttemberg 2008-2012. Jornal "Tribuna do Espírito" 2008-2012 p. 7 e 24/06/1872 p. 4. L1804 (Livro de Entrada de Imigrantes na Colônia Santa Leopoldina 1871 a 1872) p. 88. L1804 (Livro de Matrícula de Colônia Santa Leopoldina) 1871 a 1872 p. 70 e 240. L1804 (Livro de Matrícula de Colônia Santa Leopoldina de 1872) p. 24.

Formado em Vitória, 26 de maio de 1872. Número: 20088

COLOMBA FALCONEGNETTO  
AGOSTINO LAZZARO

ESPÍRITO SANTO

Fonte: Acervo da família Berger

A experiência com a agricultura não impediu que Frederico Grulke fosse forçado a aprender técnicas de plantio e colheita quando estabelecido no Espírito Santo, atribuição que incluiu os demais imigrantes e descendentes que ali habitavam. A. G. (26/01/2018) explica que a aprendizagem não foi uma tarefa fácil entre os pomeranos, porque o desafio foi começar a plantar algo totalmente diferente de tudo o que haviam vivido lá na Pomerânia. Outra questão que agregou dificuldade foi a ausência do Estado. Segundo A. G., mesmo que não houvesse a promessa de que o governo ajudaria, o fato de simplesmente entregarem um lote no meio da mata, como se dissessem a parte é sua e se vire, a todo custo

<sup>27</sup> O nome de registro de entrada de imigrante é Friedrich Grulke, mas ao longo do texto é utilizado também o nome de Frederico Grulke.



eles tiveram que encarar a dificuldade e, diante da realidade, precisaram se ajudar na vizinhança.

Além da agricultura, o começo das atividades comerciais no vilarejo também não foi uma questão tão simples. Um dos descendentes de Frederico Grulke, que reside na sede do município de Santa Maria de Jetibá, ao falar do começo de vida de seu antepassado no vilarejo, destacou com muito orgulho: “Ele morou aqui nessa propriedade, ele morou aqui dentro do centro, ele foi o fundador de Santa Maria” (W. B., 14/03/2020). Falou também das atividades que Frederico desenvolvia no comércio, em especial, a compra e a venda. Ao detalhar como desenvolvia as duas atividades, W. B. especificou que ele comprava o café e levava com as tropas para Santa Leopoldina e de lá trazia as mercadorias.

A partir da descrição de W. B., é possível identificar que todo o processo, a compra, o transporte e a venda, era realizado por seu antepassado. O interessante é que ao descrever o começo das atividades de Frederico Grulke na venda do vilarejo, W. B. detalha a dinâmica que envolvia a maioria das pequenas vendas do distrito de Jetibá no início do século XX.

Segundo Wagemann (1949, p. 67), os pequenos vendeiros, por não possuírem empregados, tinham que dar conta da venda e ainda exercerem alguma atividade agrícola. As atividades de Grulke e de sua família não se encerravam na comercialização e na agricultura, também criavam animais para o consumo da família.

Sobre o mesmo assunto, S. B. S. (14/03/2020) – outra descendente que conviveu com Frederico Grulke e que ainda reside na sede do município – recordou que ele sempre dava patos e gansos que criava nos rios do fundo do quintal de sua casa para outros moradores da região, pois o acesso à carne não era como hoje, era um produto muito raro.

A ação do vendeiro, prática comum segundo ela, ia além de uma simples doação. Constituía-se, na verdade, em uma forma de compartilhar o que para os pomeranos e descendentes no vilarejo do distrito de Jetibá representava não somente o incomum, o que era de difícil acesso ou até mesmo inacessível a alguns ou a maioria, mas o que contribuía com a sobrevivência do grupo.

Apesar da produção agrícola e da criação de animais com a finalidade de subsidiar a alimentação familiar ser recorrente em quase todas as localidades do interior do estado, nessa região, a dependência da produção local era ainda mais necessária porque o contato com a população residente no estado ocorria de forma muito esporádica. Na maioria das vezes, a busca pelo auxílio se resumia aos próprios pomeranos e descendentes que habitavam o vilarejo ou o distrito de Jetibá. Wagemann (1949) assegura que o colono teuto e a sua família executavam todos os trabalhos nas suas terras, mas quando não conseguiam, contavam com a ajuda de vizinhos e quase nunca contratavam assalariados para o desenvolvimento de tais atividades (WAGEMANN, 1949).

Nas áreas de ocupação alemã, o comércio era ainda muito modesto, consequência em parte do reduzido desenvolvimento monetário nas localidades, em outra parte pela frugalidade em que viviam os colonos (CELIN, 1984). As condições que se formaram na região faziam com que cada vez mais os pomeranos e descendentes se aproximassem, ou mesmo dependessem um do outro, o que intensificava o vínculo entre os vizinhos na localidade.

É provável que as relações de vizinhança tenha sido um dos motivos que S. B.S. (14/03/2020), no momento em que recordava das doações de patos e gansos de Frederico Grulke, destacou um vizinho da família, o dirigente da Igreja Luterana. Segundo ela, o pastor também criava vaca para sustentar a família com leite e manteiga. S. B. S., deixou claro, no entanto, que a maioria da população da região tinha que produzir o que consumia.

O que também pode ter influenciado S. B. S. citar o integrante da comunidade é o fato de ser confessa do luteranismo e ter a crença na Igreja muito presente no seu cotidiano. No entanto, ao indicar o comerciante e o dirigente religioso como indivíduos que tinham as mesmas incumbências, no que se refere à subsistência, é notório o destaque que lhes atribuía. É bem verdade que as funções que exerciam, diferentes dos demais habitantes, permitiam a distinção.

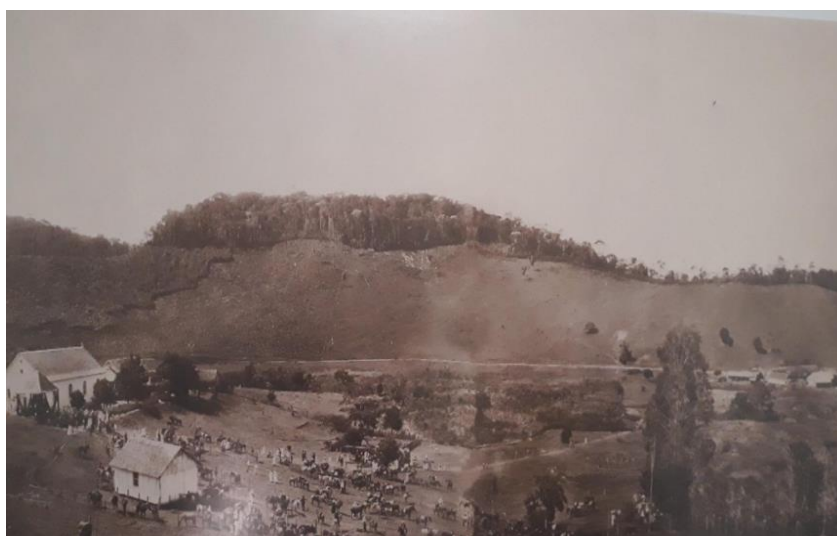
Mesmo que os pastores e os vendeiros da região produzissem seus próprios alimentos e criassem seus animais como os demais, ainda permaneciam como os únicos que poderiam atender a comunidade local nas suas necessidades

religiosas e comerciais. Em contrapartida, as experiências, problemas ou soluções em referência à agricultura e à criação de animais eram situações que compartilhavam com os demais moradores, o que os colocavam em patamar de igualdade.

É por meio da relação de convivência, que S. B. S. (14/03/2020), ao buscar na memória as recordações daquele tempo, lembra também de Frederico Grulke e do pastor. No que tange à memória, ela se estabelece em um tempo íntimo, individual, no qual são arquivados os acontecimentos, e dependendo da força desses eventos integrará o conjunto das lembranças no presente (CANDAUI, 2011). A força dos eventos que envolviam S. B. S., o pastor e o vendeiro permitiu que se lembrasse da forma como viviam juntamente aos demais moradores.

O convívio dos habitantes da região com o vendeiro e o pastor do vilarejo permaneceu ainda muito próximo durante muitos anos. Um dos fatores que pode ter contribuído com a intensidade da relação foi a pequena ocupação populacional do vilarejo, conforme se observa nas figuras 24 e 25.

**Figura 24 – Vista parcial do vilarejo do distrito de Jetibá em 1927**



Fonte: Acervo da família Berger

A figura acima apresenta o vilarejo de Jetibá em 1927. À esquerda, encontram-se a escola e a igreja; à direita e ao fundo, as instalações da casa e da venda de Frederico Grulke. Devido à pequena ocupação populacional da região, para alguns viajantes daquele período, o cenário não se constituía num agrupamento

que pudesse ser considerado como uma povoação. É o caso da transcrição feita por Willems (1946) sobre o relato de viagem dos pesquisadores Gustav Giemsa e Ernst Nauck, ambos da Alemanha, pelas áreas de ocupação germânica no Espírito Santo realizada em 1936. No relato, os viajantes apresentam a ocupação tardia esclarecendo que: “[...] Em parte nenhuma encontram-se entre os colonos teutos, vestígios de povoações ou comunidades aldeãs” [...]” (WILLEMS, 1946 apud GIEMSA; NAUCK, 1939).

Por quase duas décadas, o cenário do vilarejo observado em 1927 permaneceu quase inalterado, como se pode perceber na figura 25, que provavelmente foi registrada a partir do ano de 1946. A imprecisão do ano da figura se dá pela ausência da data no arquivo em que foi retirada.

**Figura 25 – Vista parcial do vilarejo do distrito de Jetibá**



Fonte: Acervo da família Berger

No centro da foto 25, está a residência e o comércio de Frederico Grulke. À direita pode-se observar apenas uma parte da primeira casa e venda do vilarejo, que segundo dados do IBGE<sup>28</sup> eram de pau a pique, ou seja, feitas a partir de paus fincados e reunidos formando as paredes. Ao fundo da mesma imagem, em um pequeno elevado, encontram-se da esquerda para a direita a nova escola construída pelos luteranos da região em 1937, que em substituição à primeira

---

<sup>28</sup> Dados obtidos em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-maria-de-jetiba/historico>. Acesso em 10/04/2020.

também se tornou um centro comunitário, e depois a igreja luterana cuja torre se encontrava em construção, ocorrida entre 1946 e 1948 (GAEDE, 2012). Apesar de não se saber a data da foto, a imagem indica que ocorreu durante a construção da torre.

Notadamente, foi um período em que a igreja e a venda sofreram modificações estruturais. A antiga venda de pau a pique foi substituída por uma edificação mais moderna e a igreja foi contemplada com uma exuberante torre. Tais transformações deixam transparecer que as atividades estavam em pleno funcionamento e se desenvolvendo na localidade, enquanto a ocupação do vilarejo prevalecia sem muita alteração.

Observando as duas figuras, 1927 e 1946-48, pode-se perceber que o vilarejo permaneceu com um reduzido número de habitantes. Struck (1989 p. 67) corrobora que, por volta de 1930, profissionais como sapateiros, seleiros e ferreiros compraram os terrenos das casas de alguns colonos e se instalaram próximos à venda, fato que não promoveu mudanças significativas à rotina da vila.

Com um número reduzido de habitantes, é possível que a rotina do vilarejo fosse tranquila, característica quase sempre alterada pela realização dos cultos e eventos festivos na igreja em que os pomeranos e descendentes da região se dirigiam ao vilarejo e ali se reuniam. A movimentação ocorria pelo grande número de adeptos do luteranismo na região. No final do ano em que ocorrera a inauguração da igreja, em 1903, ela já reunia 100 famílias (GAEDE, 2012), o que pode ter representado quase a totalidade dos moradores da região. O movimento participativo da comunidade local em relação ao luteranismo continuou expressivo ao longo da primeira metade do século XX. Além da crença, a Igreja Luterana era também responsável pela educação escolar, questão que teve origem no final do século XIX e que permaneceu por algumas décadas do milênio vindouro.

W. B. (14/03/2020) explicou que as escolas do município de Santa Maria de Jetibá começaram a ser construídas a partir das primeiras escolas edificadas na época em que era apenas um vilarejo. Ele disse que foi a própria igreja que

construiu a escola e mesmo que ela fosse uma propriedade particular da igreja, mais tarde foi encampada pelo governo estadual.

O instigante é que W. B. além de dizer que a construção da escola foi feita pela Igreja, afirmou também que ela foi edificada em mutirão. O que parece ser contraditório, remete ao entendimento de que os pomeranos e descendentes e a Igreja Luterana se configuram numa única constituição social. Ao mesmo tempo, corresponde uma separação à unidade ao dizer que a escola era propriedade particular da Igreja.

W. B. (14/03/2020) comenta ainda que construíram uma escola muito bonita e moderna para a época e quem ministrava as aulas, as quais eram em alemão, eram os pastores. E finaliza dizendo que o pastor Rölke, um dos pioneiros do distrito de Jetibá, mandou sua filha para o Rio de Janeiro para estudar magistério. Sobre a atuação do pastor, Wagemann reverbera que,

À frente da comunidade e dependendo de suas resoluções, está um ministro (enviado da Alemanha). Exerce sobre ela influência decisiva. É compreensível que diversos pastores cheguem a dispor de poder autocrático; o pároco não é, apenas, o pastor das almas e o predicante, mas, também, o professor, o médico e uma espécie de prefeito; enfim, é a única pessoa que possui instrução superior na comunidade (1949, pp. 89-90).

A pluralidade de atividades exercidas pelo pastor luterano demonstrava a importância do dirigente religioso entre os pomeranos e descendentes. Em grande parte, o poder de assunção das ações pelo pastor era justificado pela ausência da atuação do Estado na região. S. B. S. (14/03/2020) explica que eram os pastores, que em grande parte, intermediavam problemas relacionados às questões familiares, desavenças entre vizinhanças, divisões de terra e herança.

As atribuições dos pastores citadas por S. B. S. (14/03/2020), explicam não apenas os inúmeros afazeres assumidos, mas também a força decisória que os dirigentes da Igreja assumiam entre os pomeranos e descendentes. Era a força política da Igreja sendo cotidianamente reafirmada e respeitada pelos membros da comunidade local.

Acrescentou ainda que, a partir da década de 1950 / 60, algumas das atribuições dos pastores foram assumidas pelos juizes de paz. Segundo ela, os juizes eram

enviados de Santa Leopoldina para atuar no vilarejo e o primeiro foi um Müller. Sobre a atuação de seu tio, que também trabalhou como juiz de paz na localidade, S. B. S. (14/03/2020), falou com carinho:

Meu tio, é eu trabalhei muitos anos com meu tio, ..., ele sempre falava, dê um amor, um carinho, a pessoa trabalha a semana toda no cabo a enxada, quando vem no final de semana, sexta e sábado para o comércio ele quer um boa tarde, um abraço, uma mão e um ombro, eles querem uma palavra amiga da gente. Ele foi muito tempo, muitos anos juiz de paz.

Além de reconhecer o trabalho árduo dos agricultores os quais frequentavam a venda do vilarejo, ao que parece, o tio de S. B. S. fazia questão de sempre lembrar à sobrinha disso. Ademais, ao reforçar a importância de ela cumprimentar e conversar ao atendê-los na venda, o tio era quem incentivava o reconhecimento e a confiança dos agricultores em relação ao vendeiro e sua família, o que aproximava as relações na venda.

Nessa aproximação, os donos das vendas assumiram uma equivalência de poder ao dos pastores entre os pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá. O detalhamento da relação será aprofundada, a seguir, na tessitura que permitiu que o personagem, na vila ou no interior da região, se destacasse nos primeiros 50 anos do século XX.

### 3.2 Na cotidianidade das vendas, confiança e sociabilidade

Ainda que a atividade econômica tenha sido a motivação inicial do vínculo entre os pomeranos e descendentes e os vendeiros do distrito de Jetibá, o que deve estar claro é que nenhum aspecto do comportamento pode ser abordado utilizando apenas a economia (GRIN, 1999). Dentre os inúmeros vieses que permitem associar as vendas ao cotidiano dos pomeranos e descendentes, tem-se a princípio a busca pela sociabilidade.

Na maioria das vezes em que Wagemann (1949) explicava sobre a socialização do grupo, restringia-se aos ajuntamentos, às idas à igreja que agregavam casamentos e batizados, às relações de vizinhança e às visitas às vendas. A delimitação do uso do espaço social às atividades em uma única região, distrito de Jetibá, intensificou a inter-relação das famílias pomeranas e, concomitantemente, tornou comum o matrimônio entre filhos de vizinhos

(WAGEMANN, 1949).

A aproximação do grupo por meio das atividades socioculturais da comunidade atribuiu importância às visitas entre as famílias e aos encontros na igreja e na venda, sendo a venda o âmago social da região (WAGEMANN, 1949). Contudo, é necessário ressaltar que a sociabilidade ativada nas vendas, de certo modo, atendia a um grupo específico.

Em concordância com W. B., quem frequentava a venda de Frederico Grulke era praticamente os homens; a presença das mulheres era uma questão rara, porque “as mulheres vinham muito pouco à venda, muito pouco mesmo” (W. B., 14/03/2020). Quanto à venda dos Potratz, outra importante venda localizada próxima ao vilarejo, M. P. P. (30/01/2020) afirma que a presença das mulheres era sempre acompanhada dos maridos e com objetivo comum, a compra de tecidos, o que reafirma que as mulheres iam muito pouco às vendas do distrito de Jetibá.

Como consequência da participação majoritária masculina, foram criados os botequins, espaços específicos no interior das vendas onde os homens se reuniam (DROOGERS, 2008, p. 20). No entanto, mesmo que a frequência das mulheres fosse reduzida e que houvesse o botequim como local quase que exclusivo para os homens, a venda era um espaço de intensa atuação das mulheres pomeranas e de suas descendentes, chegando algumas vezes a superar o comando dos homens<sup>29</sup>.

O contexto pode ser observado a partir das narrativas de M. P. P. (30/01/2020) sobre o seu relacionamento com a venda. Disse ter trabalhado quase a vida toda na venda e o orgulho do trabalho, bem como da sua história de vida naquele período, permitiu que se lembrasse de seus sentimentos: “eu me sentia tão feliz ...” (M. P. P., 30/01/2020), e também contribuiu para que ela detalhasse três momentos da relação que envolvia trabalho e cotidiano: o período em que trabalhava com o pai na venda da família em Melgaço, Domingos Martins; a

---

<sup>29</sup> Na relação das mulheres com as vendas, há ainda uma sentença proferida em 1947 em Santa Leopoldina, que trata de desordens de colonos pomeranos, inclusive do sexo feminino, provenientes de embriaguês (PACHECO, 1961), o que deixa transparecer a ocupação do bar também pelas mulheres. Contudo, não encontramos mais informações ou relatos sobre o acontecimento para o aprofundamento dessa questão.



época em que atuou com o sogro na venda dos Potratz no distrito de Jetibá, após o casamento; e finalmente, quando ela e o marido, que herdou o comércio do pai, dividiram os afazeres. No longo período, teve um intenso desempenho nas vendas, especialmente na contabilidade, o que também revela com muito brio.

Quando perguntada sobre quem tomava as decisões nas vendas em cada um dos momentos destacados, respondeu que, em Melgaço era o pai, depois que foi morar no distrito de Jetibá ela e o sogro compartilhavam as decisões, e por fim quando era com o marido, foi enfática, “quando o meu sogro morreu era mais eu do que o Luiz, lá dentro da venda era eu” (M. P. P., 30/01/2020). O fato demonstra que mesmo que seja determinado um responsável, o comum entre os pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá era a presença e o trabalho da família nas vendas. Pode-se observar na figura 26, a presença da mulher numa das vendas do início do assentamento do grupo na localidade.

**Figura 26 – Venda no distrito de Jetibá no começo do século XX**



Fonte: Kerckhoff [et. al.] (2012)

Além da importância do compartilhamento do trabalho dos membros da família nas vendas, o caso de M. P. P. evidencia ainda outro apontamento: o casamento entre membros das famílias de comerciantes e entre os descendentes pomeranos. Plaster e Potratz, as famílias de origem de M. P. P., são sobrenomes que constam na base de dados de entradas dos imigrantes com região de origem a Pomerânia (FRANCESCHETTO, 2014). Se por um lado o casamento entre membros das famílias de comerciantes mantinha o poder econômico dos grupos, por outro as duas famílias sendo de origem pomerana permitia a manutenção da cultura e da língua étnica no distrito de Jetibá.

Outra questão que chamou a atenção foi a forma de como M. P. P. começou a atuar na venda do sogro. Segundo ela, quando chegou ao distrito de Jetibá após o casamento, começou a ajudar na casa. Ajudava aqui, depois ali, porém não sabia o que ia fazer, pois desde nova ajudava o pai na venda, explicou ela. Mas a relação que tinha com o sogro e o seu reconhecimento da importância do trabalho que desenvolvia na venda de Melgaço com o pai, permitiu que continuasse atuando na venda. M. P. P. (30/01/2020), explica como foi o processo,

Antes de vir para cá, ele gostava muito de mim. Aí ele falou um dia comigo assim: não, larga esse negócio de lavar roupa para essas mulheres lá. Que morava bastante gente aqui junto, umas irmãs dele que eram casadas e tinham filhos, e muitos empregados. Uma barraca grande tinha umas 10, 12 camas, era tudo dos funcionários. Tinha que lavar aquilo tudo, limpar. Ele falou: larga aquilo tudo para lá e você vai fazer o que você fazia na sua casa, na venda.

Assim, motivada pelo sogro, passou a atuar na venda do distrito de Jetibá. Disse também que vendia bebidas no bar e que a cachaça era a bebida mais vendida, seguida do fernet<sup>30</sup> e da jurubeba<sup>31</sup>, bebidas de gosto amargo. A cerveja, de acordo com ela, não era comercializada no início e, mais tarde, quando chegou às vendas, era consumida quente por não haver geladeira no local<sup>32</sup>. Para

---

<sup>30</sup> Fernet é uma bebida alcoólica de origem italiana resultado de inúmeras ervas e raízes.

<sup>31</sup> Jurubeba é uma bebida alcoólica produzida a partir de raízes, folhas e frutos da planta de mesmo nome.

<sup>32</sup> A primeira energia elétrica que chegou à região de Santa Maria de Jetibá foi produzida numa pequena usina hidrelétrica instalada por Frederico Grulke no desnível do rio São Luiz, e era utilizada nas instalações de uma descascadora de café e também na iluminação pública do vilarejo (SCHWARZ, 1994).

Wagemann (1949, p. 66), o trabalho como taberneiro era uma das funções dos vendeiros.

Nos encontros nas vendas, com o alto custo da cerveja e as variações no preço do café, o que os colonos consumiam em maior quantidade era o mata bicho, nome singular e genérico que fazia menção ao bicho-de-pé dado à dose de aguardente de cana-de-açúcar de boa qualidade produzida em todo o território nacional (WERNICKE, 2013). Quanto ao consumo de bebidas,

É enorme o consumo de álcool. Bebe-se, principalmente, uma aguardente extraída da cana-de-açúcar, a cachaça (Kaschass, na linguagem dos colonos). Também se gasta muito com cerveja; quase não se consome vinho. Todavia, a aguardente e a cerveja não se tomam de ordinário em casa nem durante o trabalho. O consumo de bebidas se limita, costumeiramente, a determinadas ocasiões. Estas, porém, apresentam-se numerosas; a simples visita a uma venda e o ajuntamento já legitimam plenamente a pinga. (WAGEMANN, 1949, pp. 84- 85).

S. B. S. (14/03/2020) explica que,

os antigos bebiam, montavam no cavalo e entravam dentro do comércio com o cavalo, que era de madeira, assoalho; passavam, entravam numa porta e saíam na outra; fazia aquele barulhão.

As recordações do cotidiano na venda permitiram que S. B. S trouxesse à tona detalhes que mereciam destaque: a utilização da palavra “antigos” como referência às pessoas as quais faziam parte daqueles acontecimentos; a descrição das duas portas e do assoalho de madeira como estruturação da venda; a presença do cavalo num indicativo ao meio de transporte; e, finalmente, o barulho, resultado das batidas do casco do cavalo ao trotar no chão de madeira. A importância da interpretação dos elementos da recordação de S. B. S. se dá pelo fato de que embora o conhecimento do passado seja uma composição sem conexão, com muitas dúvidas e lapsos, fundamentado em pedaços e ruínas ele sempre é indício e possibilita aprender algo (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989).

Por tratar-se de uma memória autobiográfica de um passado recente, situada entre os últimos 80 e 100 anos e incorporada em um movimento que emerge da interação de 3 ou 4 gerações, a lembrança de S. B. S. é um exemplo de memória

comunicativa (ASSMANN, 2008). Além da memória, há ainda o uso do termo “antigos”. À luz de Mayol, a palavra antigamente assume referência simbólica, “[...] Nessa maneira de falar a esse respeito, o passado se torna a medida do tempo presente, sempre culpado de um esquecimento ou de uma morte.” (MAYOL, 1996, p. 117).

O que a recordação de S. B. S. destaca é um dos momentos de sociabilidade dos pomeranos e descendentes na venda. Além da busca por sociabilidade, as vendas eram também um dos poucos locais onde os pomeranos e descendentes encontravam remédios. A quantidade de medicamentos era reduzida, uma vez que a comercialização dos produtos era clandestina.

Segundo M. P. P. (30/01/2020), dentre os medicamentos vendidos no comércio onde atuava com o sogro, tinha os que eram para dor de cabeça ou vermífugos. Sobre a falta de remédios, proferiu que um irmão do marido teve febre reumática, ficando até sem andar, quase paralítico, e por isso dormiu muito tempo em cima de samambaias, as quais tinham que ser trocadas de dois em dois dias, pois outro remédio não tinha. Pacheco (1994, p. 60) assegura que os colonos adotaram os mesmos remédios medicinais da cultura nacional.

S. B. S. (14/03/2020) também aponta a comercialização de remédios para dor de cabeça, assim como o medicamento conhecido como bukru, utilizado para a dor de estômago na venda de Frederico Grulke. Nas viagens de Hugo Wernicke, ressalta que nos comércios da região vendia-se o “[...] extrato de hamamelis encontrado em todas as “vendas” com o nome de “maravilha curativa” e usado tanto em homens quanto em animais [...]” (WERNICKE, 2013, p. 76).

Ainda que a comercialização dos produtos fosse limitada, ao que parece, representava uma constante na vida da comunidade local. A distância de Santa Leopoldina e a indisponibilidade de médicos ou farmacêuticos na região permitiram que a venda e o vendeiro assumissem a atividade. A venda de Frederico Grulke é uma referência do tipo de comércio, conforme W. B. (14/03/2020) explica, quando tinham problemas de saúde “não tinha hospital, na verdade a única referência então para esse local era aqui (na venda)”.

As doenças que afetavam os imigrantes da região de colonização alemã no

Espírito Santo, de forma geral, eram as parasitológicas e as infecciosas, como escarlatina, sarampo, rubéola, difteria e varíola, muitas vezes intensificadas pela ausência de higienização, porém com transmissão reduzida em virtude do isolamento das moradias e da falta de grandes concentrações de pessoas (LISBOA, 2013). Wagemann (1914, p. 83), acrescenta que a doença comum entre as crianças era a coqueluche, mas o maior número de mortes estava vinculado à convulsão e à gastroenterite. Nos demais membros do grupo, eram frequentes a febre tifóide, o câncer, a febre puerperal e a ancilostomíase, além das picadas de cobras.

Diante das enfermidades elencadas ou de outras que pudessem trazer incômodos ou mesmo perigo à vida, os pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá saíam em busca de medicamentos. Na viagem dos pesquisadores Gustav Giemsa e Ernst Nauck à região na década de 30, relataram que os colonos se aconselhavam sobre o tratamento de doenças com professores, pastores e donos das vendas, sendo estes possuidores de medicamentos procedentes da Alemanha (LISBOA, 2013 apud GIEMSA; NAUCK, 1939).

Por sua vez, os pastores compartilhavam com os pomeranos e descendentes os que possuíam em casa, dentre eles os homeopáticos (LISBOA, 2013). O compartilhamento do conhecimento por parte dos pastores, entretanto, nem sempre foi reconhecido como uma atribuição dos dirigentes religiosos. Gaede (2012, p. 90), destaca que Friedrich Wilhelm Hasenack, pastor que atuou entre os anos de 1882 e, em Jequitibá, localidade do distrito de Jetibá onde foi instalada a primeira igreja luterana, era difamado pelos integrantes da comunidade por usar o tratamento de doenças com plantas medicinais juntamente às funções religiosas.

Os pomeranos e descendentes, por não conhecerem as causas das doenças, muitas vezes associavam as enfermidades a superstições, recorriam a remédios caseiros ou a consultas com curandeiros que visitavam a colônia (LISBOA, 2013). As iniciativas evidenciavam “[...] a precariedade da assistência médica aliada a muita ignorância e falta de profissionalismo” (LISBOA, 2013).

Importa evidenciar a presença de um médico de origem alemã no vilarejo. S. B.

S. (14/03/2020) comentou que ele veio por iniciativa dos pastores luteranos para atuar no distrito de Jetibá, onde morreu e o seu túmulo se encontra em um dos cemitérios da localidade. Acentuou que quem lhe pagava eram as pessoas da região, porém cobrava barato. Também lembrou, com carinho, sobre a importância das intervenções dele para o desenvolvimento das crianças da localidade: “nós éramos tão pequenininhos, a gente não desenvolvia... e esse médico ajudou a gente a crescer e tomar sol, eu lembro” (S. B. S., 14/03/2020).

Mesmo considerando a importância da presença do médico entre os pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá, o seu atendimento era mais direcionado aos pomeranos e descendentes que podiam pagar pelos serviços. Aos que não dispunham dos valores cobrados, o que talvez representasse a maioria, restava-lhes a busca por outros recursos, sendo um deles, os medicamentos vendidos nas vendas.

Em referência aos vendistas, era reconhecida pela comunidade a ausência de especialização para esse fim, portanto a presença dos medicamentos colocava as vendas e os seus respectivos donos em evidência. Depreende-se que se tratava da confiança dos pomeranos e descendentes na figura do vendeiro.

A segurança dos pomeranos e descendentes, proveniente da confiabilidade em quem praticava a venda dos medicamentos, autorizava a indicação, a compra e o uso de medicamentos, na maioria das vezes, desconhecidos dos habitantes. Ao confiarem a saúde aos comerciantes, os pomeranos e descendentes creditavam às vendas o status de local de referência na busca por remédios passíveis de tratamento das doenças que os acometiam.

É possível considerar que a venda tenha sido prioridade na busca por medicamentos em relação à igreja; o que encontra respaldo nas discordâncias de alguns membros da Igreja Luterana da atuação dos pastores no tratamento das com plantas medicinais, como pontuou Gaede. Esse é um dos prováveis motivos que permitiu a menção de Wagemann (1949, p. 66) de que na relação entre os colonos e os vendeiros, estes exerciam também o papel de médico.

Vale salientar que o tempo das visitas dos pomeranos e descendentes às vendas era quase sempre estendido devido às conversas que ali trocavam. Por serem

locais privilegiados à comunicação, as idas às vendas eram quase sempre regradas de muita informação. Para Certeau; Giard (1996, pp. 336- 337), a prática da oralidade é o espaço primordial da comunicação e do intercâmbio social da comunidade. Na troca promovida pela oralidade, um dos motivos de conversação nas vendas eram os acontecimentos da região. A. G. (26/01/2018), explicou que elas eram o centro de encontro para muitos pomeranos, era onde as pessoas sabiam das coisas, além da igreja, e nesse sentido elas tiveram um papel muito forte.

No tocante às situações cotidianas de interesse do grupo, M. P. P. (30/01/2020) informa que “um falava ‘eu vou plantar isso agora’, ‘eu vou comprar isso’, trocando ideias”. Já S. B. S. (14/03/2020) falou que conversavam sobre a compra de um bom animal, uma boa vaca de leite, as coisas do dia a dia. As conversas nas vendas descritas por elas retratam a convivência dos pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá num cenário basicamente rural, onde a urbanização ainda não se fazia presente. As narrativas deixam transparecer que as vendas eram locais onde os próprios frequentadores tinham a oportunidade de negociar entre eles alguns de seus produtos.

No que diz respeito às informações do grupo, aos casamentos e falecimentos nas vendas, W. B. explica:

Ah, mas tudo isso era falado naquela época, naquela ocasião, tudo se passava ali, porque a única maneira de se divulgar era ali ou na igreja, quando divulgava com o pastor num culto, numa igreja, falava de algum falecimento, de acidente, alguma coisa que houvesse. Eles iam na venda e eles iam se atualizar, ... ouvir os outros, a opinião dos outros a respeito das histórias, do que se passava por aí fora, não é como hoje. (W. B., 14/03/2020).

Mesmo que os casamentos, ou talvez os enterros, de forma geral, se relacionassem à crença no luteranismo, W. B. especifica que a venda e a Igreja tinham a função de divulgar os dois momentos do cotidiano dos pomeranos e descendentes, porque eram os únicos locais onde tudo acontecia. W. B. referenda ainda que o vendeiro divulgava os acontecimentos relacionados à crença religiosa, mas as atualizações das notícias de fora do vilarejo ou do distrito de Jetibá eram feitas somente na venda, o que deixa transparecer a estreita relação que se constituía entre o profano e o religioso no local.

Além das notícias de fora, outros assuntos que mereciam a atenção dos pomeranos e descendentes eram as notícias que chegavam de fora da comunidade. Vindas de Santa Leopoldina, as informações chegavam às vendas do distrito de Jetibá por meio das tropas. No início do século XX, somente algumas localidades do Espírito Santo, de forma geral as principais, possuíam estação de correios e telégrafos (OLIVEIRA, 2008).

As informações que acompanhavam os tropeiros eram repassadas aos seus contratantes: os vendeiros, possuidores das tropas. Os comerciantes obtinham as notícias externas atualizadas por meio das idas e vindas dos tropeiros, e por serem homens de referência pública, transformavam as informações fragmentadas que chegavam até eles cotidianamente e as tornavam uma linguagem pública (MAYOL, 1994).

É bem verdade que os vendeiros poderiam repassar as informações da forma como entendessem os fatos, até mesmo distorcendo ou omitindo, porque os pomeranos e descendentes – por não terem o hábito de saírem e manterem o contato com os nacionais, o que talvez lhes permitissem o acesso direto ou outro entendimento das notícias – se restringiam às informações que os vendeiros lhes disponibilizassem.

Outra questão que poderia permitir aos vendeiros o monopólio das informações a serem repassadas nas vendas era o não entendimento da língua portuguesa por parte do grupo. Os tropeiros, potenciais divulgadores das notícias na localidade, talvez tivessem dificuldade ou mesmo impedimento de se comunicarem com os pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá por desconhecimento da língua.

No entanto, duas questões podem se contrapor à relação. A primeira refere-se aos tropeiros falarem a língua pomerana, o que parece não ser uma possibilidade tão incomum no distrito de Jetibá, uma vez que a maioria da população utilizava apenas a língua pomerana e para se comunicarem com os pomeranos e descendentes, além dos vendeiros, os tropeiros dependiam da aprendizagem da língua, pois trafegavam entre eles. O outro apontamento é que o tropeiro também poderia ser um descendente pomerano falante da língua



étnica que teve que aprender a língua portuguesa para atuar na função.

O caso abordado por H. D. (07/02/2020), integrante da família Dettmann, é um exemplo dessa relação. Segundo ele, seu pai trabalhava como tropeiro para a família Berger quando abriu a venda da família. A informação – que antes poderia vir de um tropeiro – passou a ser transmitida por mais um vendeiro, porém, um Dettmann. A questão reafirma que a comunidade se fechava cada vez mais em torno da tradição, ao mesmo tempo aponta outro grupo, talvez bem pequeno na comunidade, mas que havia aprendido a língua portuguesa e tinha contato com os nacionais. O surgimento de mais um dono de venda demonstra que outras famílias de origem pomerana as quais galgaram o título de vendeiro conseguiram inserir-se no mercado e deixa transparecer que algumas mudanças começam a acontecer no cotidiano do grupo no vilarejo.

Os Berger, citado por H. D., eram famílias imigrantes das regiões da Renânia do Norte-Vestfália e da Alta Saxônia vindos da Alemanha que se estabeleceram no vilarejo na época de sua formação. Dentre eles, Florêncio Augusto Berger casou-se com a neta de Frederico Grulke e herdou a venda. Emílio Anholz casado com a filha de Frederico não ficou ali e, por isso, a venda continuou em atividade com a família por meio da neta de Grulke.

W. B. (14/03/2020) explica como aconteceu:

O Emílio continuou, quer dizer comprou o comércio do Frederico Grulke, e depois com tempo ele veio aqui, houve uma onda, uma época em que o pessoal queria sair, queria mudar daqui, sair daqui e falava em ir para o norte. Chamava o norte, o norte de Colatina, norte pra cima ali, aquela região ali. E lá começou a ser habitado, para lá, então se fazia uma propaganda muito grande. Então, esse, esse avô, ele ficou encantado com essa, com essa história de querer ir mudar para lá e começou a oferecer, querer vender essa propriedade aqui. E aí então, o meu bisavô não deixou que ele vendesse para outras pessoas e comprou, comprou outra vez dele e deu essa propriedade para ser administrada pelo meu pai. Meu pai então que ficou comerciante aqui que continuou o comércio, o meu pai.

O fato de Frederico Grulke querer que sua propriedade e a venda ficassem na família se associava à tradição pomerana do morgadio, o que se apresentava uma questão muito defendida pelo grupo. Na defesa, Frederico Grulke permitiu que a venda continuasse em atividade sob comando dos Berger, assim como de

seus descendentes. Destaca-se que a permanência da família na localidade permitiu aos pomeranos e descendentes que mantivessem os traços da cultura imigrante na venda do vilarejo.

A venda de Frederico Grulke e as demais da região, além da cultura pomerana, eram ainda referências para o conhecimento e a socialização das notícias que vinham de Santa Leopoldina. Michel de Certeau e Luce Giard sustentam que uma informação nova somente é entendida e assimilada pela memória se o indivíduo que a recebe se apropria dela do seu jeito e, a partir de seu saber anterior, a insere em sua narrativa com a língua habitual. Sem as questões expostas, a nova informação se fragiliza e sempre está passível de esquecimento e contradição (CERTEAU; GIARD, 1996). Os vendeiros também falavam a língua pomerana, o que permitia que a conversa nas vendas fosse na língua habitual do grupo.

Para o pomerano e seu descendente, o uso da língua pomerana representava o que Pierre Bourdieu (2008) considera por posse do capital cultural necessário como condição para não se sentirem deslocados ao entrarem num espaço e ao mesmo tempo se apropriarem dos bens públicos. Ou seja, o pomerano, ao identificar que no espaço público da venda a língua utilizada era a pomerana, se apropriava desse bem cultural como meio para integrar-se às diversas situações e discussões ali inseridas.

O isolamento impulsionado pelo limitado tráfico nas regiões de povoamento teuto os fazia se sentirem num pequeno mundo fechado, limitado ao contexto da vida exterior, porque em grande parte ainda não havia aprendido a língua portuguesa (WAGEMANN, 1949). Além da comunicação, o uso da língua imigrante faz menção e reafirma a cultura e a história do grupo no cotidiano (HOLM; CARDOZO, 2015).

O uso da língua pomerana é um dos fatores de mobilização da cultura étnica que contribuiu com a construção do cotidiano dos pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá. Há que se considerar que muitos sentiam apego à língua imigrante e, se as condições fossem no mínimo razoáveis a sua permanência, os indivíduos se identificavam com o idioma ancestral e não tentavam substituí-

lo (DORIAN, 1999).

Em referência à identificação com a língua imigrante nas regiões montanhosas do Espírito Santo, M. P. P. explica que, quando atuava com o pai em Domingos Martins, próximo ao distrito de Jetibá, os pomeranos e descendentes frequentavam a venda de seu pai,

porque eles gostavam mais, porque ele falava pomerano. Tinha um Spíndula que tinha uma venda mais para baixo um pouco, 10 km, e ele falava só o português, então o pessoal que falava só pomerano, preferia vim lá nossa venda (M. P. P., 30/01/2020)

Em se tratando de condições favoráveis à manutenção da língua, por conseguinte o compartilhamento da tradição pomerana no cotidiano do distrito de Jetibá, é preciso pensar nas vendas. As vendas assumem prioridade na análise, porque apesar da igreja luterana também ser um dos locais de sociabilidade para os habitantes da região, o uso da língua alemã nos cultos e na educação escolar, no início do século XX, representava um contraponto em relação ao uso do idioma pomerano.

A utilização da língua alemã nas escolas e nas igrejas luteranas ia de encontro às propostas nacionalistas do Estado; motivo que se fez necessária a presença do governo entre os pomeranos e descendentes da região. As diligências governamentais na região buscavam inspecionar e controlar as instituições que consideravam idealizadoras da cultura imigrante. O intuito era estabelecer meios que pudessem primar pelo nacionalismo, portanto a Igreja Luterana adotou o uso da língua portuguesa nos cultos. À medida que as escolas comunitárias iam sendo fechadas, as instituições escolares se tornavam estatais, ao mesmo tempo em que o uso da língua alemã dava lugar ao português.

Gaede esclarece que, em 1938, Hermann Rölke, pastor da Igreja Luterana do distrito de Jetibá, fez o seguinte registro no Gemeindebericht, o relatório comunitário:

Todas as escolas comunitárias tiveram que ser fechadas por causa do decreto em vigor. O ensino religioso em língua alemã está proibido. Mas as crianças não entendem a língua portuguesa. Assim precisarão crescer sem qualquer educação religiosa. Uma assistência eclesiástica aos jovens confirmados também não nos é permitida. O estado considera isto como uma

interferência em sua tarefa educacional. A comunidade, até agora, está aceitando tudo passivamente. (GAEDE, 2012, p. 174).

As mudanças nacionalistas também afetaram o cotidiano das vendas. Nas ocasiões em que havia a presença de brasileiros na região e nas vendas, o vendista utilizava a língua portuguesa para se comunicar com eles. Mas S. B. S. (14/03/2020) e W. B. (14/03/2020) asseveram que, exceto nesses momentos, a língua pomerana continuava a conduzir as conversas na venda.

Compartilhar narrativas e histórias do convívio dos antepassados na antiga Pomerânia, da imigração e do assentamento em uma mesma língua, a língua materna, era possível no seio familiar e nas vendas. Fica evidente que a venda era o único local público em que o grupo se considerava autorizado a utilizar a língua pomerana, bem como recordar, reconstituir, transformar e partilhar coletivamente traços da cultura pomerana sem uma possível intervenção de outra língua ou tradição.

O processo, no entanto, dependia da constante frequência e do prolongamento da presença dos ocupantes da venda, o que torna a ocupação do lugar legítima por meio do “[...] capital social de relações ou ligações [...]” (BOURDIEU, 2008) e possibilita a elaboração e o hábito da relação do vendeiro com os vizinhos (MAYOL, 1996).

O envolvimento coletivo e individual na venda agregava ainda o capital cultural e linguístico (BOURDIEU, 2008). A expressão e o sotaque do pomerano e de seu descendente vinculado à língua imigrante, tornavam a venda local legitimado por uma cultura e tradição étnica específica. As especificidades representavam o capital necessário ao estreitamento das relações sociais no distrito de Jetibá.

Havia inúmeros motivos para que os integrantes da comunidade fossem ao comércio. Talvez até por isso se identificavam com o local, criando muitas vezes meticulosos rituais como forma de legitimar a sociabilidade pomerana. A ritualização poderia se configurar no local a ser ocupado na venda ou na escolha dos dias da semana a frequentarem o local. Droogers faz menção a essa relação esclarecendo que:

Este (o vendeiro) e o pastor dirigiam os dois lugares nos quais as pessoas se encontravam, o botequim e a igreja. Em razão do isolamento relativo no qual viviam os produtores rurais, a função social daqueles dois lugares era importante, o botequim durante a semana e a igreja aos domingos. Aliás, as pessoas chegavam muito antes do culto e ficavam na igreja depois, socializando e até fazendo negócios. (DROOGERS, 2008, p. 27).

Quanto à duplicidade na vida social, Mauss (2003, p. 500) assegura que, de maneira geral, existem duas formas de agrupamentos: uma com mais unidade do grupo em torno da religião e da moral, o sagrado, e outra na qual há mais dispersão, com laços sociais mais frouxos, o profano. Cada forma de agrupamento assume sua função social, com ritmo de ajuntamento e disjunção, regulamentos e experiências próprias, e oscilação entre as estações do ano, os meses, as semanas e os dias (MAUSS, 2003, pp. 501-502).

Mayol (1996) acrescenta que o bairro se configura a partir de indivíduos que se organizam coletivamente e se encontram, por motivo formal ou mesmo aleatoriamente, em determinados locais para atender as suas necessidades cotidianas, como em supermercados e comércios. Nos encontros, os indivíduos se mantêm “[...] como que “na defesa”, no interior de códigos sociais precisos, todos centrados em torno do fato do reconhecimento, nesta espécie de coletividade indecisa – e, portanto, indecida e indecidível – que é o bairro” (MAYOL, 1996, p. 46).

Se a busca por reconhecimento social era um ritual de participação no comércio, associada às demandas econômicas, de entretenimento, ou não, se deve em parte aos indivíduos terem se identificado com a língua e a etnia pomerana da maioria dos frequentadores da venda. A etnia e o reconhecimento social, no entanto, foram incorporados em um contexto mais amplo. De início, é preciso entender que possuir uma etnia é um status adquirido no momento em que a pessoa nasce em um grupo específico (LANDA, 1994).

Ao pensar na tessitura que emerge da análise da etnia, do reconhecimento social e da identidade, tomam-se por base as seguintes explicações de Karmela Liebkind: a identidade social deriva da participação dos indivíduos em vários grupos que se reconhecem pertencentes a determinados grupos, carregando consigo um conhecimento dos valores associados a esses círculos sociais; e a

identidade étnica é o componente étnico da identidade social (LIEBKIND, 1999).

Apesar de cada indivíduo ser membro de um ou de outro grupo étnico, critérios de subjetividade parecem ser mais relevantes no que se refere à identidade (LIEBKIND, 1999). Dentre os critérios, a crença subjetiva em descendência comum e o significado que a etnia adquire para a identidade de uma pessoa podem ser motivos de escolha (LIEBKIND, 1999).

Entre os pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá a identidade étnica pomerana representava, além do grupo étnico em que nasceu, uma escolha diante do cenário que a primeira metade do século XX lhes propiciavam, porque reconhecer-se membro de um grupo étnico remete à criação de uma linguagem comum, facilitadora da comunicação, bem como o compartilhamento da vida social (COHEN, 1978).

Na cotidianidade, as vendas da região se constituíam partícipes da história do grupo de pomeranos e descendentes do local. É uma história que cria outros vínculos entre os habitantes e os vendeiros e demais integrantes da sociedade capixaba, uma vez que não viviam em isolamento social, questão a ser tratada a seguir.

### 3.3 Die vende

Na primeira metade do século XX, embora os vínculos entre os agricultores e os vendeiros pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá fossem tecidas pela sociabilidade, a etnia, a comunicação e a informação, entremeio ao processo, outros significados eram inseridos. Inegavelmente, um dos motivos que atribuía valor à relação era a negociação de bens e produtos. Em se tratando da movimentação econômica na região, “[...] “Die Vende” (do português a venda), como dizem os colonos, é a casa de negócios, onde eles se provêm de todos os bens que o sítio não lhes fornecer, e onde eles entregam seus produtos, ou seja, o café [...]” (WAGEMANN, 1949, p. 66)

Os produtos vendidos nas vendas, S. B. S. e W. B. recordam os do comércio de Frederico Grulke. S. B. S. (14/03/2020) disse que, logo no início, os habitantes da região encontravam painéis e tecido em metro, o que muitas vezes implicava

nos vestidos das meninas serem todas de uma peça só. Já W. B. (14/03/2020) se lembrou que tinha muita sardela, carne seca e trigo, mas este era raro, disponível somente na época das grandes festas, como o natal e a quaresma. No cotidiano faziam apenas pão de milho.

As mercadorias vendidas no vilarejo do distrito de Jetibá trazem consigo outro significado, a delimitação de escolhas. Tratando-se de locais onde as mercadorias expostas à venda eram escolhas do dono do estabelecimento comercial, é possível que ele tenha influenciado na forma como a comunidade atendida por ele convivia. É bem verdade que a escolha do vendeiro por determinados produtos também tinha como motivação o fator econômico, ou seja, o preço das mercadorias.

A delimitação da escolha dos produtos era uma questão possível na região, porque as vendas atendiam em média 30 famílias (WAGEMANN, 1949). Ao mesmo tempo, muitas famílias negociavam seus produtos agrícolas com apenas um vendeiro, possibilitando a venda tornar-se um ponto de encontro assentido por quase todos os que eram atendidos, o que além de agregar escolhas comuns, criava vínculos e estabelecia ao termo “vou ao (nome do vendeiro)” uso habitual (MAYOL, 1996).

Há que se considerar que todos os vendeiros da região tinham um único fornecedor, as vendas de Santa Leopoldina. Por outro lado, era o vendeiro que indicava ao tropeiro quais os produtos a serem comprados, ou ele mesmo acompanhava as tropas e o tropeiro na comercialização do café e das mercadorias para a venda. Os comerciantes poderiam comprar produtos específicos para épocas do ano associadas às comemorações religiosas e culturais pomeranas.

É o caso da lembrança de W. B., que explicita a compra do trigo somente no período da quaresma e do natal, épocas em que se produziam pães, biscoitos e bolos na comunidade para os festejos que acompanhavam e reproduziam a tradição cristã luterana entre os pomeranos e descendentes. A comemoração se constitui em um processo de reafirmação cultural em um novo ambiente distante da Pomerânia. Assim, venda e vendeiro tornam-se personagens primordiais na

construção da identidade cultural e étnica do grupo.

Os produtos para as festas e para as necessidades cotidianas eram expostos visualmente nas vendas numa certa conformidade com os comércios de Santa Leopoldina. S. B. S. (14/03/2020) lembra-se que na década de 50 havia prateleiras e balcão na venda, inicialmente sem vidros, depois era com vidraças para evitar empoeirar e sujar as mercadorias. Os demais produtos ficavam expostos de outras formas, como as panelas que eram penduradas. Por sua vez, M. P. P. (30/01/2020) também se lembra da organização dos produtos e do balcão nas vendas do distrito de Jetibá.

O uso do balcão representava certo distanciamento, ou mesmo uma distinção entre o local do comerciante e o do freguês na venda, questão desvelada por M. P. P. ao relacionar o lado do balcão em que ficava a sua família na venda: “do lado de lá era só nós” (M. P. P., 30/01/2020). O que remete considerar que do lado de cá do balcão era onde se localizavam os fregueses, ou seja, os demais descendentes pomeranos.

O balcão revelava ainda que a compra e a venda dos produtos dependiam do contato direto das partes envolvidas no negócio. A conversa ditava o tom da negociação, tornando o processo uma condição mais próxima e pessoal. Com o balcão, os frequentadores da venda se “sentiam mais livres e ali a gente botava a mercadoria para eles pegarem, e conversavam” (S. B. S., 14/03/2020).

Devido a essa aproximação, as narrativas entre vendeiros e agricultores pomeranos e descendentes poderiam alcançar confidencialidades. Entretanto, por estarem em local público, na venda, o atributo de confidente do comerciante alcançava uma peculiaridade que era a de decifrar discursos figurados por meio da ironia ou da afirmativa de uma ideia pela negação do seu contrário (MAYOL, 1996). A confiança na venda não era um hábito tão incomum, porque o vendeiro era “[...] a pessoa com quem o colono se aconselha, quando está em dificuldades e apuros [...]” (WAGEMANN, 1949, p. 66).

A substituição da palavra confidente pela expressão conselheiro que foi utilizada por Wagemann para explicar o momento específico da relação entre o comerciante e o agricultor do distrito de Jetibá, não é de tudo inconsequente.



Ocorre porque,

Uma pressão social objetiva proíbe que se consagre, no estabelecimento comercial um tempo específico à palavra confidencial. Deve-se procurar um estatuto para a intimidade, que a torne suficientemente possível para ser bem percebida como tal, mas ao mesmo tempo a mascare na sua apresentação. As confidências não se desvelam tais quais, elas não se utilizam de um discurso no estilo direto, mas vão enxertar-se no discurso funcional da compra e por ele deslizar, de certo modo ligadas a ele [...] (MAYOL, 1996, p. 123).

Um dos principais motivos de aconselhamento se referia à relação econômica entre os agricultores e vendeiros. Os mais recorrentes tinham por base o endividamento do produtor com o dono da venda. As conversas impulsionavam sempre rodas de negociação e renegociação. O endividamento do agricultor com o vendista era uma questão muito comum na região, devido à forma como negociavam e à longevidade do vínculo econômico entre eles.

Desde o início do século XX, os vendeiros da região adquiriam por meio da compra os produtos dos agricultores, ao mesmo tempo em que lhes vendiam o que necessitavam para a casa e a atividade rural (DROOGERS, 2008). Esse era um contexto observável em inúmeras regiões capixabas que tinham por conformação socioeconômica pequenas propriedades agrícolas que desenvolviam a cafeicultura com a finalidade comercial. No entanto, Seyferth afiança que nas colônias alemãs brasileiras,

[...] nas representações sobre o período pioneiro, o lote aparece como uma unidade produtiva autossuficiente, mas, na realidade os colonos dependiam da articulação com as casas comerciais (chamadas “vendas”) existentes nas sedes coloniais e nas cidades mais próximas, num sistema de dependência em que as regras da comercialização eram ditadas pelos comerciantes (“vendeiros”). (SEYFERTH, 2000, p. 289).

Todavia, a forma de negociação na venda assumiu condição de troca em produtos, ou seja, as mercadorias adquiridas pelo agricultor na venda eram pagas ao vendeiro na colheita (CELIN, 1984). O modelo adotado refletia a simplicidade em relação ao modo de vida dos colonos, a limitação das atividades comerciais, a reduzida circulação monetária e a dependência do café como fonte de renda, o que na maioria das vezes não se revertia em dinheiro, mas mantinha ativo o sistema de troca (CELIN, 1984).

Segundo A. G. (26/01/2018), nas negociações na venda, basicamente não vigorava moeda, e sim a troca. Ele informou que os agricultores trocavam milho, café, feijão por algo que eles precisavam, como o sal, o açúcar, o querosene que usavam para iluminar as lamparinas e outros mantimentos. Além de pontuar a troca como forma de negociação, A. G. reconheceu que, por mais que o comércio seja uma atividade de destaque para as sociedades em geral, para os pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá ele é importante no que se refere à construção da história de vida do grupo.

A forma de registro dessa relação comercial pelo vendeiro ocorria por meio de cadernetas. M. P. P. explicou que era tudo anotado em “um livro maior do que esse, dessa grossura ... ali estava o nome de todo mundo” (M. P. P., 30/01/2020). Ela explica que isso ocorria, porque eles não faziam dinheiro no meio do ano, uns pagavam antes, outros no fim do ano, e usavam sempre mais o café, ou também a farinha para quitar a dívida, como cita também S. S. B. (14/03/2020).

Na venda do vilarejo, W. B. (14/03/2020) recorda que ocorria o registro na caderneta, porque o comum na época era a permuta, a troca de mercadorias e o fiado. O comerciante fornecia as mercadorias para receber na colheita e, quando isso ocorria, ele pegava o produto do agricultor e descontava do débito (W. B., 14/03/2020).

Vale acrescentar que o sistema de escambo com base na produção e colheita do café, era sempre acompanhado de muitas dúvidas em relação ao lucro. A quantidade e o valor do café no período da colheita eram sempre imprevisíveis, o que representava um problema tanto para agricultores como para vendeiros (CELIN, 1984). Mesmo considerando a questão, o poder de negociação sempre esteve nas mãos dos vendeiros, o que lhes possibilitaram vantagens econômicas em relação aos agricultores. Uma prática que exemplifica era o pagamento do café num valor inferior ao negociado com os comerciantes de Santa Leopoldina devido à subtração da taxa de transporte (WERNICKE, 2013).

Ainda a título de exemplo, os preços das mercadorias na venda poderiam se manter baixos mediante a permanência do monopólio do comércio pelo vendeiro (DROOGERS, 2008) e poderia ocorrer a posse da terra do agricultor pelo

vendeiro em virtude da impossibilidade de quitação da dívida mediante uma colheita ruim ou doença. O produtor passaria a atuar como arrendatário, recebendo geralmente a meia da produção como pagamento (DROOGERS, 2008). Há que se considerar, no entanto, o que A. G. (26/01/2018) disse em relação à negociação dos comerciantes, que eles vendiam o café na sede do município para gerar o negócio deles, porque viviam disso.

Durante a vigência do sistema de troca ou quando o dinheiro era inserido no negócio, mesmo que utilizado por poucos, apesar de agregar vantagens aos vendeiros, eles dependiam economicamente dos produtos agrícolas de seus fregueses, em especial o café. Dependendo do ano, poderia ter uma colheita boa ou ruim. Por sua vez, os produtores endividados se inseriam num círculo vicioso de obrigações econômicas com o comerciante. Diante das questões expostas, há que se ponderar que a interdependência de vendeiros e agricultores foi o elemento motriz que movimentou além do lucro a reciprocidade, ao mesmo tempo, assegurou as relações socioeconômicas da região.

Ademais, mesmo que os vendeiros manipulassem os preços do café e das mercadorias na negociação com os agricultores, pois na maioria das vezes monopolizavam o contato com os comerciantes em Santa Leopoldina, eles dependiam dos valores do café que lhes eram repassados. Considerando um período de colheita ruim ou de baixa no preço do café, também poderiam arcar com prejuízos. Mauss (2003) ressalta que “[...] Mesmo os fatos econômicos são, por todo um lado, fenômenos de expectativa: a loteria, a especulação, o crédito, o desconto, a moeda (que se acredita que circulará) correspondem a expectativas [...]” (MAUSS, 2003, p. 341).

É necessário considerar que a localidade era parte integrante, e dependente, de um sistema maior que envolvia negociações municipais, estaduais e demandas internacionais, motivo pelo qual encarecia as mercadorias e limitava a circulação monetária na região, seja pelos percalços que ocasionava o aumento no preço do transporte ou pelos direitos de exportação reservados a um seleto grupo de comerciantes (CELIN, 1984).

Entre as idas e vindas da economia capixaba, no distrito de Jetibá, alguns

vendeiros se sobressaíram aos demais. Convergiu para isto o aprendizado da língua portuguesa. Com a intensificação dos ideais nacionalistas em Santa Leopoldina e o impedimento do uso da língua alemã e pomerana no comércio da cidade, ir à sede do município se tornou uma dura realidade para os vendeiros pomeranos e descendentes que não sabiam falar a língua portuguesa.

Apesar de muitos donos de tropas do distrito de Jetibá encaminharem seus tropeiros para negociarem em Santa Leopoldina, era imperioso que as principais negociações fossem feitas diretamente pelos donos das vendas, mas era necessário galgar espaços e assumir representatividade tanto entre os comerciantes de médio porte de Santa Leopoldina quanto com os majoritários da capital como também entre a sociedade capixaba. A aquisição e o uso de uma segunda língua, no caso a língua portuguesa, representavam uma forma de influenciar o corpo social majoritário, bem como suas autoridades (FISHMAN, 1999).

Essa era uma pretensão que nem todos os vendeiros pomeranos ou descendentes da região tinham, pois alguns preferiram negociar com outros comerciantes de sua localidade, manter a língua pomerana e diminuir a margem de lucro, porém, economizavam no custo com transporte. A posse da tropa pelos comerciantes tornou-se, inclusive, uma forma utilizada na distinção dos vendeiros, os que não podiam dispor desse meio de transporte eram tidos como vendeiros menores em relação aos possuidores de tropa, pois somente os comerciantes mais fortes economicamente tinham suas próprias tropas para o transporte das mercadorias (CELIN, 1984).

Inicia-se então um processo de intermediação que culminaria numa diferenciação de poder entre os vendeiros da região. A venda de Frederico Grulke e algumas poucas localizadas mais próximas ao vilarejo – que possuíam máquinas de beneficiamento do café, como descascador, e mais tropas, o que agregava melhor poder de negociação do produto – foram assumindo maior importância econômica e passaram a controlar o comércio do café na região.

Além do mais era viável economicamente para os vendeiros, que atendiam os agricultores mais distantes do vilarejo, receber o café do pequeno grupo de

comerciantes que passou a ter condições de negociar a mercadoria com eles, o caso de Frederico Grulke e dos Potratz, a enfrentar as dificuldades das vias e custear a viagem até Santa Leopoldina. O que pode ter contribuído ainda com a opção dos pequenos comerciantes foi o uso da língua portuguesa entre os comerciantes da sede do município.

Ao tratar do uso da língua pomerana, W. B. (14/03/2020) comentou também sobre a língua portuguesa na cidade-sede. Segundo ele, na época só se usava o pomerano no vilarejo. Mas ao refletir, acrescentou: “ quer dizer, mas eles falavam o português também, porque quando chegava em Santa Leopoldina, lá já tinha mais gente, tinha mais brasileiros, e então tinha que falar o português também, mas aqui, era praticamente só o pomerano” (W. B., 14/03/2020).

É bem verdade que na venda, o uso da língua e da etnia pomerana poderia ser utilizado como um recurso de negociação com o agricultor na comunidade local. Inseridos num contexto social majoritário como Santa Leopoldina e muitas vezes Vitória, os comerciantes poderiam escolher a nova identidade social, uma vez que a etnia também poderia ser uma opção.

Por dispor de uma posição econômica, social e política diferente do agricultor, o dono da venda poderia impor o uso da língua portuguesa no seu espaço de negociação. Todavia, o posicionamento do comerciante de manter o uso da língua pomerana no cotidiano, mais especificamente no comércio, propiciou a manutenção da etnicidade igualmente entre os demais pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá.

Para o vendeiro, o trilinguismo lhe propiciava um deslocamento de identidades e lugares (CAVALLARI, 2004), o qual era praticado ainda no uso da língua alemã, aprendida na comunidade por meio dos pastores luteranos. O uso das línguas pomerana, alemã e portuguesa, além de representar liberdade de acesso e interação com meios sociais mais diversos, permitia a criação de outro vínculo entre vendeiros e agricultores. Muitas vezes, o comerciante assumia a função de intérprete e de conselheiro jurídico do colono com o mundo fora da colônia (WAGEMANN, 1949; DROOGERS, 2008).

Da mesma forma que o uso da língua portuguesa pelo comerciante propiciava a

intermediação das relações sociais dos agricultores com os brasileiros, ocorria dentro da própria comunidade com o uso da língua alemã e a intermediação com os pastores alemães.

É preciso acrescentar que além do alemão oficial (alto-alemão) falado pelos pastores e professores, e também pelos donos de vendas, os produtores pomeranos haviam conservado sua própria língua (uma forma do baixo alemão) e muitas vezes não falavam corretamente a língua do pastor. Nesse caso também o vendista servia de intérprete, por exemplo, quando eram solicitados os serviços rituais do pastor em batizados, casamentos ou enterros. (DROOGERS, 2008, p. 26).

Observa-se que o trilinguismo dos vendeiros, permitia que transitassem e fossem reconhecidos por grupos, instituições e classes sociais que margeavam ou integravam o cotidiano dos pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá. Nesse sentido, toda a tessitura vinculada à língua, à economia, à etnia, à comunicação e à informação que se constituía na relação entre vendeiros e agricultores pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá na primeira metade do século XX pode ter criado, em algum momento ou em vários, dependência.

Acerca disso, salienta-se que “[...] participar do coletivo impele um comportamento de adaptação que objetiva um reconhecimento comum, o que permite a concessão de uma parcela de si ao outro” (MAYOL, 1996). Por outro lado, em vários aspectos da relação, eram mantidas vivas as lembranças da Pomerânia e da tradição étnica no cotidiano do grupo, como nos casos da desobrigação ou redução, da necessidade do contato direto do colono com a outra cultura e também do aprendizado da língua portuguesa (DROOGERS, 2008). Tais aspectos também repercutiam na aprendizagem dessa língua pelos filhos dos pomeranos e descendentes.

O não aprendizado da língua portuguesa e o uso da língua pomerana entre os filhos dos pomeranos e descendentes do município de Santa Leopoldina foi registrado desde o final do século XIX à primeira metade do século XX por Graça Aranha, em 1890, pelo presidente Jerônimo Monteiro, em 1912, pelo Secretário de Educação Fernando Rabelo, em 1921, e por Manoel Diégues Júnior, em 1940 (PACHECO, 1964).

Outro elo da relação dos agricultores e vendeiros pomeranos e descendentes

que permeava as demais referências, contudo assumiu característica própria, se vinculava ao poder. A influência dos vendeiros ia desde os momentos de confiança à escolha do candidato no pleito eleitoral. Nas relações de poder, “[...] Também em assuntos religiosos esses novos ricos muitas vezes assumiam posições de poder sendo eleitos e reeleitos várias vezes por seus clientes para funções no conselho da igreja. Seu poder se espalhava do campo econômico para outros campos [...]” (DROOGERS, 2008, p. 23).

Em muitas situações a influência dos vendeiros sobressaía a dos pastores nos assuntos da comunidade. Sobre a relação de poder que envolvia os dois personagens e sua influência entre os pomeranos e descendentes da região, Wagemann assenta que,

[...] As decisões da comunidade dependem do que se assentou previamente na venda e, muitas vezes, o vendeiro exerce, então, influência decisiva. É frequente valer sua palavra mais que a do pastor, que, nas comunidades, corporifica a autoridade mais alta. Às vezes, a paz da comunidade se perturba por haver rivalidade entre os dois. (WAGEMANN, 1949, pp. 66-67).

A tensão na relação entre pastores luteranos e vendistas se estendia às reuniões do conselho da Igreja, quando em grande parte havia a participação de comerciantes que compunham esse conselho, revela André Droogers (2008), teólogo e pastor<sup>33</sup>.

Se o vendeiro e o pastor eram as principais, e únicas, referências para os pomeranos e descendentes em diversos assuntos, esses eventos reafirmam que, apesar do respeito à autoridade do líder religioso, eram os vendeiros quem recebiam o apoio da comunidade em muitas das decisões locais. Apesar disso, temos que considerar que em certas ocasiões a decisão do pastor se sobressaiu a dos vendeiros, uma vez que se tratava de uma relação de liderança.

Vale sublinhar que até a década de 1950, o vilarejo do distrito de Jetibá e as comunidades do interior da região atendidas por essa paróquia tiveram dois pastores vindos da Alemanha, o pastor Friedrich Heinrich Wrede, que chegou

---

<sup>33</sup> Entre 1982 e 2006, André Droogers desenvolveu uma pesquisa em Santa Maria de Jetibá cujo tema é religião, identidade e segurança entre os imigrantes luteranos da Pomerânia no Espírito Santo, na qual revela a relação dos pastores luteranos e vendeiros com os descendentes pomeranos da região.

em 1904 permanecendo até 1924, e o pastor Hermann Rölke, que permaneceu de 1924 até sua aposentadoria em 1962 (GAEDE, 2012). A mudança do pastor poderia interferir na dinâmica das relações sociais, pois representava um recomeço e demandava reconhecimento e confiança da comunidade, questões que eram adquiridas com o passar do tempo por meio das experiências e da tomada de decisões por parte dos novos integrantes da igreja na localidade.

As ações dos dirigentes religiosos permeavam uma intensa avaliação, movimento que afiançava as relações, mas havia ainda a diferença na língua e na tradição, haja vista que o pastor trazia consigo traços culturais alemães. Eram questões que de certa forma estabeleciam uma vantagem do vendeiro em relação aos pastores na tomada de decisões na localidade. Quanto ao vendeiro, de forma geral, acompanhou a ocupação da região e participava do cotidiano dos pomeranos e descendentes, o que remete a uma relação de longo tempo e, na maioria das vezes, de confiança.

Outra questão era o reconhecimento das famílias dos vendeiros da importância do trabalho dos pastores. É o caso de S. B. S. que, ao mencionar que a igreja luterana se encontrava na sede da cidade de Santa Maria de Jetibá há mais de 100 anos, recordou as dificuldades impostas à família e ao trabalho dos pastores alemães no vilarejo dizendo que, muitas vezes, “o pastor precisava sair a cavalo visitar outras paróquias, e a mulher ficava sozinha em casa” (S. B. S., 14/03/2020).

Se ocorria reconhecimento das famílias de vendeiros em relação aos pastores luteranos, por outro lado havia uma reciprocidade, o que é possível observar em um dos trechos do relato dos vinte anos de permanência da família Wedre em Santa Maria de Jetibá, que é arquivo histórico da paróquia de Santa Maria de Jetibá. Quem escreve o relato, décadas depois da saída da família da localidade, foi Dorothea Hoffmann Wrede, filha do pastor Wrede. Ao comentar sobre sua infância, descreve:

[...] Como ficávamos felizes quando nós, crianças, íamos comprar um mil-réis de roscas secas no comerciante Friedrich Grulke, e quando este homem, que tinha um carinho especial por crianças, nos presenteava com uma mão cheia de balas doces, cujo valor também equivalia a mil-réis. Frederico Grulke



era o maior “vendista” de Santa Maria. [...] (GAEDE, 2012, p. 138)

No entanto, S. B. S. (14/03/2020) afiança ainda que a relação do pastor com o vendeiro não era uma questão simples.

Eles achavam que o comerciante ganhava demais, e não sabiam o sacrifício que faziam para ter e manter essas coisas. Frederico Grulke fez a primeira energia elétrica; quando eu era criança, nós já tínhamos energia ... três horas só de noite a gente tinha energia. ... Meu pai sempre precisava, quando vinha de Santa Leopoldina, papai tinha que dar comida pro pessoal da prefeitura, para poder conseguir que viessem. ... “Como é que vai ser, eles vão trabalhar lá em cima, não, pode mandar falar que vai almoçar na minha mesa” - ele falava, e almoçava junto com eles.

Ao que parece, a relação entre pastores e vendeiros do vilarejo do distrito de Jetibá se encontrava muitas vezes abalada por discordâncias na forma como atuavam aos demais habitantes da localidade, o que se insere em maioria os pomeranos e descendentes; fato que não inviabilizou a ampliação da ligação entre agricultores e vendeiros.

Os agricultores repassaram aos vendeiros outra função econômica que dificultou o contato dos pomeranos e descendentes da região com os bancos de Vitória (WAGEMANN, 1949). Ajustado à confiança, a estratégia adotada era a entrega do dinheiro do agricultor ao vendeiro como forma de preservar e proteger suas economias, apesar da reduzida circulação monetária nas áreas de ocupação alemã.

Além das demais funções, o vendeiro agregou o encargo de banqueiro da região (CELIN, 1984). A adequação ao tipo de transação dependia do que se acordava em cada venda e M. P. P. (30/01/2020) esclarece como ocorria na venda do pai na região de Melgaço:

É. Então, naquele tempo não tinha banco não tinha nada. Aí o pessoal vinha, quem tinha um pouco de dinheiro, aí falavam com ele assim: ‘você podia ficar com esse dinheiro até quando nós vendermos o café, fica com esse dinheiro aqui, aí você me dá qualquer coisa, um pouquinho pra mim não perder em nada, não desvalorizar.’ Aí o meu pai falou: não, eu já estou correndo risco de eu guardar ele aqui, porque eu não tiro um centavo desse dinheiro que você tá deixando aqui, ele fica guardado, você tem que trazer para mim todo ano um peru.’

Sobre a forma como a confiança entre o vendeiro e o agricultor pomerano e descendente era concebida, Mauss esclarece que o mercado é um dos momentos onde a circulação das riquezas se configura num contrato e as “[...] prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntárias, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias [...]” (MAUSS, 2003, p. 191); motivo pelo qual o pai de M. P. P. todo ano recebia um peru em troca da manutenção do dinheiro do pomerano na venda.

A adoção da medida pelos vendistas impedia o crescimento econômico dos agricultores pomeranos e descendentes devido à impossibilidade de aplicação do dinheiro como forma de rentabilidade (CELIN, 1984). Os pastores também assumiram a mesma função na comunidade “[...] Utilizando seus contatos com bancos alemães, alguns pastores tiveram um papel econômico servindo de caixa econômica, prevenindo assim suas ovelhas de utilizarem os bancos brasileiros [...]” (DROOGERS, 2008, apud FISCHER, 1992). A forma de lidar com o dinheiro se legitimou devido ao distanciamento, tanto de espaço como de abnegação ao contato, dos agricultores, vendeiros e pastores em relação aos bancos capixabas.

A maneira como os vendeiros e os pastores organizavam a economia encerrava o círculo econômico do grupo na comunidade, reduzindo assim a possibilidade do contato com a cultura nacional; situação que poderia ser intensificada por existir entre os comerciantes e funcionários estatais da capital o entendimento de que os pomeranos e descendentes eram inaptos à negociação longe de sua localidade de origem, porque também não sabiam falar a língua portuguesa (DROOGERS, 2008).

Se os agricultores não tinham interesse e nem motivo para o contato com os nacionais, os grandes vendeiros por sua vez, se articulavam aos comerciantes de menor porte agregando informação, economia, sociabilidade, comunicação e identidade étnica. Nesse emaranhado que envolvia a população, as relações de poder eram construídas e alcançavam eco também fora do vilarejo e do distrito de Jetibá. Um exemplo disso é a descrição que a filha do pastor Wedre faz de um dos acontecimentos tristes de sua família no vilarejo. Segundo ela,

[...] Logo após ser inaugurado o novo templo, no dia 14 de junho de 1918, seria celebrado um culto com Santa Ceia. Muitas pessoas já tinham feito sua inscrição para participar da Ceia. Um ou dois dias antes da data marcada para o culto, vieram policiais de Vitória e levaram presos meu pai, juntamente, com Friedrich Grulke e Ervin Kerckhoff. Meu pai tinha sido denunciado por um professor que havia planejado um grande baile para a mesma data da festa da inauguração do templo. As lideranças comunitárias haviam proibido a realização deste baile. Como vingança, o dito professor havia feito a denúncia de que meu pai teria falado algo contra o Brasil. O Brasil, nesta ocasião, tinha declarado guerra contra a Alemanha. Por sorte o pastor Weber, de Palmeira de Santa Joana, ainda estava de visita à nossa casa, desde a inauguração do templo. Assim ele celebrou o culto de Santa Ceia. Mas minha mãe chorou muito por causa da prisão de meu pai. Poucos dias depois, meu pai voltou livre para casa. [...] (GAEDE, 2012, pp. 139-140).

O texto de Dorothea deixa transparecer que a prisão de seu pai, de Frederico Grulke e de Ervin Kerckhoff ocorreu por serem considerados pelo professor que os denunciou, os líderes da comunidade que tiveram o poder de impedir a realização do baile que iria realizar no vilarejo. Ao fazer a denúncia, o que o professor apontava à polícia era possíveis lideranças contrárias aos ideais nacionalistas, já muito presente durante a primeira Guerra. Esse acontecimento, além de deixar marcas na família Wedre, evidencia o poder de influência nas decisões locais pelo pastor e o vendeiro.

No que se refere ainda o poder dos vendeiros na política. A força política nas articulações de apoio e nas alianças tecidas, ditava, na maioria das vezes, o desfecho dos pleitos eleitorais. Dependendo do contexto, os vínculos formavam uma rede de influências que assumiam característica própria, sempre tendo como referência a autoridade do comerciante (DROOGERS, 2008). Nas regiões de imigração mais afastadas, era o vendeiro quem possuía mais poder, simultaneamente, nas zonas de pequenas propriedades, o poder político do capital comercial era muito forte no âmbito municipal (SALETTO, 2018, p. 166).

O vendeiro, que comprava o café e fornecia crédito aos produtores familiares, submetia-os a uma relação de dependência econômica, social e política. Ele podia ser um pequeno coronel ou pelo menos um cabo eleitoral, e os comerciantes de maior porte desempenhavam as funções dos vendeiros ou eram intermediários comerciais deles, ou se tornavam, frequentemente, coronéis. (SALETTO, 2018, p. 165).

Tem que se ponderar que no período analisado até a década de 1950, o distrito de Jetibá não havia alcançado emancipação política. As eleições municipais eram direcionadas à escolha de prefeitos e vereadores de Santa Leopoldina, cargos criados na segunda década do século XX. Foi nesse curto período de tempo que também se estruturou uma complexa dinâmica que direcionava o rumo das eleições no país.

Da extensa estrutura que tinha por finalidade a ocupação dos cargos eletivos do comando do país, do estado e do município, nos interessa o coronelismo, configuração legitimada pelo mandonismo local a partir da República (QUEIROZ, 2004). No Brasil, o coronelismo é resultado de um envolvimento sociopolítico de longa data<sup>34</sup>. Indivíduos se colocavam sob a proteção desses senhores, que, por sua vez, recebiam respeito e solidariedade. Quanto mais pessoas tivessem sob sua proteção, maior o prestígio do senhor. (FRANCO; HESS, 2003, pp. 25-26).

Cabe ainda destacar que o comando político no município nem sempre era vinculado a coronéis autênticos (LEAL, 1997). No cenário nacional, também não era incomum o poder estar associado a outros meios de fortuna diferentes das obtidas pelas grandes propriedades de terra (QUEIROZ, 2004; MARTINS, 1981); era também uma questão que refletia na participação capixaba no legislativo estadual e federal.

Os oligarcas os quais eram apenas fazendeiros constituíam uma minoria (18%). A proporção foi um pouco maior no período de forte predomínio de Cachoeiro nos anos de 1910 (22%), e menor na década de 1920 (11%). Os comerciantes eram ainda mais raros: correspondiam a 7,5% do total e, se forem acrescentados alguns que eram também fazendeiros, chega-se a 10%. Os coronéis, fazendeiros e comerciantes preferiam entregar as tarefas político-partidárias aos doutores, filhos, genros ou parceiros, os quais deviam agir como seus representantes e eram reconhecidos por todos como tais. Daí o grande número de filhos e genros de fazendeiros que acabavam herdando propriedades e poder

---

<sup>34</sup> A origem do coronelismo tem base nos primeiros tempos coloniais, sendo resultado do processo de colonização do Brasil. Grandes extensões de terras foram entregues nas mãos de proprietários rurais, possibilitando o surgimento de grupos sociais baseados em fortes vínculos pessoais.

político [...] (SALETTTO, 2018, p. 204).

Agrega-se a isso o esclarecimento de que a origem do poder político do coronel não se constituía na sua riqueza, mas no reconhecimento social do seu poder de mando (FAORO, 2004). Tratando-se dos pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá, pode-se observar o poder de comando entre os vendeiros maiores, em especial, os do vilarejo ou os instalados em áreas próximas a ele, pois em uma sociedade basicamente agrária como o Brasil, as vilas e pequenas cidades assumem inúmeras funções como a de centro comercial, de cerne das relações e comunicações e também de “[...] sede de poder [...]” (QUEIROZ, 2004, p. 180).

Igualmente era o vilarejo para os pomeranos e descendentes habitantes da localidade. Apesar da distância de Santa Leopoldina, os votos galgados e as candidaturas a cargos de vereador ou prefeito do município pelos vendeiros eram representativos, porque “[...] a posse de fortuna – para a qual o comércio parece ter concorrido talvez mais do que qualquer outra atividade econômica – foi fator que pesou fortemente na ascensão sociopolítica dos indivíduos em todos os períodos da história brasileira [...]” (QUEIROZ, 2004, p. 173).

Tanto que nas eleições para prefeito e vereadores do município de Santa Leopoldina, a presença de duas famílias de comerciantes na disputa por votos e cargos agitou a tranquilidade do distrito de Jetibá. Na verdade, quando a disputa política abarcava apenas um coronel, os pleitos eleitorais eram menos tumultuados, mas quando duas ou mais famílias se envolviam, a competição costuma ser terrível (QUEIROZ, 2004).

M. P. P. (30/01/2020), que acompanhou de perto essa realidade no distrito de Jetibá, explicou que “os colonos todos que compravam aqui, só votavam em quem o meu sogro votava, e tinham que votar lá em Santa Leopoldina”. Acrescentou ainda que o seu marido também sempre ia lá, e que foi vereador muitos anos, e também vice-prefeito.

A questão da distância quanto ao local do voto, o que na época talvez representasse dispor de um dia de serviço, o que para o pomerano e seu descendente não era uma questão muito comum, ou do empenho do votante

para transpor a dificuldade da via ou do transporte, remonta ao compromisso do agricultor com o vendeiro no ato de votar.

Em relação à família de S. B. S. (14/03/2020), disse que seu pai e os irmãos dele eram grandes líderes na política, e acrescentou:

Que se a gente não batesse o pé, tinha entrado gente de fora em Santa Leopoldina, e a gente sempre queria pessoas de lá, pessoas que você conseguia comunicar, que você conseguia trazer uma máquina para abrir, consertar uma estrada, fazer, ajudar fazer uma ponte.

O que S. B. S. deixa transparecer, é que a luta política por eleger pessoas de Santa Leopoldina poderia trazer melhorias ao distrito de Jetibá. As benfeitorias eram empreendimentos que poderiam ampliar ou manter o prestígio político e econômico do vendedor com os demais moradores. É o caso também da estrada de rodagem que liga o distrito de Jetibá a Alto Caldeirão, construída por Frederico Grulke e apoiadores. Temos que considerar, no entanto, que por mais que a construção da estrada atendesse às necessidades de transporte e de contato do comerciante com Santa Leopoldina, tal feito auxiliava toda a comunidade, pois era a única estrada que ligava o território a Santa Leopoldina e a Vitória até a década de 1950. A despeito disso Leal assegura que:

A falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou do município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de football, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgoto, a água encanada... E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos seus amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal, constrói ou conserva sua posição de liderança. (LEAL, 1997, p. 58).

Sobre a disputa política ocorrer entre mais de uma família de vendeiros, Queiroz assevera que a multiplicidade dos coronéis é uma característica da organização sociopolítica e econômica do país na Primeira República, baseada em grupos de parentesco com suas alianças e grupos políticos e econômicos agregados (QUEIROZ, 2004). A parentela no Brasil, além de representar a grande família constituída de várias gerações, agregava ainda primos, tios, sobrinhos e avós

numa rede de direitos e deveres políticos, econômicos e de parentesco (QUEIROZ, 2004).

Embora o distrito de Jetibá também tenha seguido a mesma fundamentação que as demais localidades ou regiões do país no quesito da parentela, havia característica que instituiu singularidade à região ocupada por pomeranos e descendentes. Devido ao campo de atuação social dos agricultores que, de modo geral, se limitava à socialização com os vizinhos, na venda e na igreja, eles quase sempre se casavam com pessoas do mesmo lugar (WAGEMANN, 1949).

O que não era diferente aos vendeiros que, mesmo possuindo uma estreita ligação com Santa Leopoldina, também estabeleciam enlaces matrimoniais com moradores locais. Os pomeranos e descendentes que habitavam o distrito de Jetibá promoviam a continuidade de uma descendência comum, a étnica. Tal condição trazia ao pleito eleitoral parentes comuns entre os que disputavam as eleições.

Apesar dessa diferença, a relação entre os vendeiros do distrito de Jetibá e da sede do município no processo eleitoral convergia com as demais localidades brasileiras. Os clientes dos grandes vendeiros eram também seus clientes políticos, o caso também dos pequenos comerciantes (MARTINS, 1981), vínculo que poderia reforçar ainda mais as relações já existentes. Graça Aranha (2002) reproduz o mesmo contexto quando o personagem Roberto, o vendeiro de Santa Leopoldina, se lamuriava com Milkau sobre suas contribuições à política e aos políticos de Vitória.

[...] Que vale hoje o comércio com os impostos, com o câmbio e com as contribuições da política? ... porque nós aqui, apesar de estrangeiros, ou talvez por isso mesmo, somos os que sustentam os partidos do Estado. As eleições não tardam, por aí já devem vir os chefes de Vitória, temos de hospedá-los, dar festas, arranjar eleitores; ora, tudo isto nos vai empobrecendo: o que ganha é uma miséria para esses extraordinários... (GRAÇA ARANHA, 2002, p. 20).

Embora a descrição de Graça Aranha se associasse à relação dos vendeiros da cidade-sede de Santa Leopoldina com os integrantes dos partidos políticos de Vitória, a forma de lidar com a política era também uma realidade comum entre

os vendeiros dos distrito de Jetibá e os grupos políticos da cidade-sede do município. Apesar de toda a dinâmica que envolvia os pleitos eleitorais na região se constituir num importante componente do poder político dos vendeiros em relação aos pomeranos e descendentes, S. B. S. aponta ainda uma outra atribuição dos donos de vendas do distrito de Jetibá.

De acordo com S. B. S. (14/03/2020), a venda de Frederico Grulke era referência para tudo entre os moradores do interior, inclusive nos registros de nascimento e festas de casamento:

Para ajudar como ser testemunha quando registrava uma criança, porque eles não tinham lá da roça para trazer. Então chamava a gente para ir lá assinar, e queria fazer uma festa de casamento. “O que que vai precisar, vocês vão arranjar para a gente, o vinho, trazer as coisas para a festa, tudo”. Empréstava as panelas, empréstava os pratos, os talheres. (S. B. S., 14/03/2020).

A proximidade social entre vendeiros e agricultores lhes propiciava a relação de confiança e reciprocidade. Os pomeranos e descendentes não conheciam distinção social, tanto que não se importavam com diferenças econômicas, por isso dispunham do mesmo tratamento com os comerciantes, os dirigentes religiosos ou os visitantes da comunidade (WAGEMANN, 1949). É possível que o vendeiro pudesse reconhecer as diferenças sociais, uma vez que ele transitava entre a comunidade e os diversos grupos econômicos e sociais da nacionalidade.

Tratando-se do poder político entre os pomeranos e descendentes, no entanto, o sentimento de igualdade poderia assumir um tom de reciprocidade quando há outras questões envolvidas, como a dependência econômica (QUEIROZ, 2004). A necessidade de corresponder às solicitações eleitorais dos vendeiros se tornava, muitas vezes, uma obrigação. Contudo, a obrigação nem sempre deve ser compreendida como algo repressivo, mas também como aquilo que lhe cria vínculos (MAYOL, 1996).

Cabe ainda acrescentar a importância do poder de liderança. Na ausência da capacidade positiva de liderar, que é pessoal, o chefe político local estaria à mercê de outras forças de contraposição que tenderiam a lhe tirar a confiança e



a reciprocidade da comunidade (LEAL, 1997). A capacidade de angariar o apoio dos outros membros locais nas eleições se associava ainda ao carisma dos líderes políticos, importante ingrediente para a conquista do pleito (QUEIROZ, 2004).

Apesar dos muitos apontamentos que tratam da relação do agricultor e do pequeno vendeiro com o comerciante que ampliou seu poder econômico no distrito de Jetibá, Wagemann nos lembra de que esse vínculo apresentou uma outra particularidade.

Mais comerciais ou, se se quer usar a expressão, mais capitalista, são as relações com os negociantes, os vendeiros, que naturalmente contam os juros consuetudinários no país. Eles tornam-se credores, em virtude de adiantamentos e, mais frequentemente, por causa dos fiados, que não parece terem levado o colono à sujeição, como no Sul (WAGEMANN, 1949, p. 66).

A ausência da sujeição atribui ao vínculo político aspectos que permeiam a negociação e o convencimento. Soma-se à relação a liderança econômica e carismática do vendeiro, o que impulsionava a adesão dos demais membros da comunidade local ao propósito político do comerciante, além de habilitar uma obediência espontânea e uma solidariedade entre os membros do grupo (QUEIROZ, 2004).

E assim, embalados pelas relações políticas, socioeconômicas, étnica e identitárias, se foram os primeiros 50 anos do século XX entre os pomeranos e descendentes do distrito de Jetibá.

#### 4. MUDANÇAS POLÍTICAS, SOCIOECONÔMICAS E IDENTITÁRIAS ENTRE OS POMERANOS E DESCENDENTES

Entre o final da década de 1950 e o início de 1960, a cafeicultura capixaba entrou em recessão, gerando uma grave crise econômica no Espírito Santo expondo a fragilidade de uma economia baseada na monocultura do café. A superação da crise incidiu de forma significativa no modo de vida dos pomeranos e descendentes estabelecidos no distrito de Jetibá.

A década de 60 representava apenas o começo de um longo período de mudanças que reverberaram a partir da segunda metade do século XX com consequência no presente. Entender esse processo no cotidiano da comunidade de Jetibá, considerando como mote a relação dos vendeiros com os demais habitantes daquela localidade é o que analisarei a seguir.

##### 4.1 Do café à avicultura: a possibilidade de manter-se na terra.

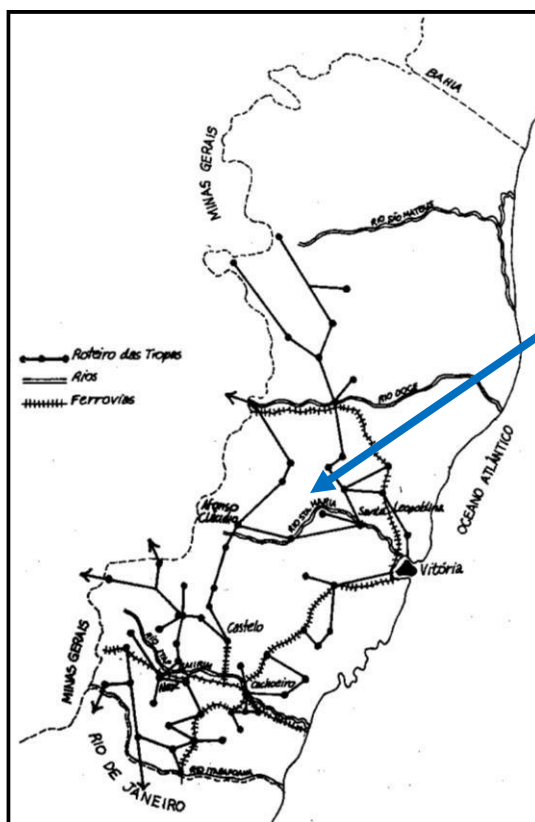
A dinâmica da cafeicultura do estado, baseado na produção e exportação com base em pequenas propriedades e também estabelecido no distrito de Jetibá, dependia de uma estrutura própria de logística visando à mobilidade da produção. Rocha e Morandi (2012, p. 29) afirmam que como resultado desse modelo desenvolveu-se uma infraestrutura de comércios e serviços com centros urbanos, estradas de ferro e melhoria do porto<sup>35</sup>.

A ferrovia interligava o território capixaba aos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e a algumas regiões do interior à capital. Mas o transporte do café ocorria em grande parte pelas tropas, por via fluvial e pelas estradas de rodagem (ver figura 27).

---

<sup>35</sup> O porto de Vitória se tornou o centro de comercialização internacional do café e de importação de produtos industrializados, como também de exportação de minério, produzido pela Companhia Vale do Rio Doce, no estado desde 1942 (BUFFON, 1992). Condição responsável por efetivar a cidade de Vitória como mantenedora de serviços de apoio à comercialização do café.

**Figura 27 – Roteiro das tropas, ferrovias e vias fluviais do Espírito Santo**



Fonte: Moraes (1989)

Como Jetibá não era atendida pela ferrovia (indicado na seta em azul), o café era transportado pelas tropas até Santa Leopoldina. Contribuía para ausência de infraestrutura logística, a reduzida quilometragem de estradas de rodagem no estado e em Santa Leopoldina, até a primeira metade do século XX; limitação que condicionou a manutenção da mobilidade do produto às tropas.

Roche (1968, p 169) sustenta que a ferrovia poderia ter sido um fator de prosperidade para a região de ocupação alemã da terra fria, mas além de ter sido construída muito tarde para influenciar a colonização dessas áreas, contornava a área montanhosa. A dificuldade de acesso é indício, junto com a manutenção praticamente exclusiva da língua pomerana e a estratégia inicial de isolamento, do limitado contato do grupo com os nacionais naquele território e a preferência da intermediação dos comerciantes na venda do café.

O modelo de desenvolvimento implementado no Espírito Santo não conseguiu

superar a crise de superprodução e de redução nas exportações do café iniciadas nos anos 50.<sup>36</sup> A queda na arrecadação exigiu a adoção de medidas que recuperassem a economia nacional e do estado que não possuía capital comercial acumulado para realizar as melhorias técnicas de plantio ou diversificar a produção (MACEDO; MAGALHÃES, 2011).

Sem possibilidades financeiras de desenvolver a agricultura ou mesmo a indústria, o Espírito Santo adotou a proposta do governo federal de queima de parte dos cafezais.<sup>37</sup>

No campo, a disponibilidade de áreas de plantio incrementou a diversificação da agricultura. Grande parte das terras foi reservada para pastagens da pecuária. A indenização do governo federal aos cafeicultores<sup>38</sup> promovida com as medidas de erradicação foi investida, grande parte, na compra de terras inexploradas no norte do estado e em pequenos comércios e indústrias (PAVÃO, 2013).

As transformações reverberavam no Espírito Santo com profundas mudanças nas relações econômicas, demográficas e socioculturais. Contudo, cada região ou localidade apresentou características diferentes, a exemplo do distrito de Jetibá, onde a busca por uma alternativa à cafeicultura teve início em 1962.

Nesse ano, teve início a primeira experiência com a avicultura com o propósito de comercialização por meio do estabelecimento da primeira granja de postura. O responsável pela implementação dessa atividade no distrito de Jetibá, com população inferior a 50 habitantes, foi Erasmo Berger – descendente de Frederico Grulke, cuja família assumiu a continuidade das atividades comerciais do antigo vendeiro (BERGAMIN, 2015). A figura 28 nos dá um panorama da ocupação vilarejo na década de 1960.

---

<sup>36</sup> Nesse período, as exportações brasileiras diminuíram significativamente, motivada em parte pelas recessões de 1953-1954 e de 1957-1958 da economia norte-americana, principal importador do café nacional (MALAN, 2004).

<sup>37</sup> Entre os anos de 1962 e 1967 a metade das plantações de café capixaba foram queimadas, o que liberou mais de 70% da área de plantio e promoveu o desemprego de cerca de 60 mil pessoas, muitas delas que se dirigiram à Grande Vitória. (ROCHA; MORANDI, 2012).

<sup>38</sup> De toda a área ocupada pelos antigos cafezais no estado, aproximadamente 30% foi utilizado para a silvicultura e agricultura de produtos como mandioca, milho, cana, arroz, feijão, mamona, café, algodão, entre outros (MOTA, 2002). Como resultado de 1958 a 1968 a atividade agrícola foi reduzida de 42,18% para 27,05%, a indústria apresentou um crescimento de 4,6 % para 6,74% e as atividades de serviços de 53,22% chegou a 56,21% (SZMRECSÁNYI, 2004).

**Figura 28 - Vista parcial do vilarejo do distrito de Jetibá em 1964**



Fonte: Acervo da família Berger

A avicultura iniciada por Erasmo Berger levava expectativas aos demais habitantes do vilarejo e da região, uma vez que o café, a principal atividade econômica dos descendentes pomeranos, estava ameaçado – pesquisa desenvolvida por Pacheco (1964) a qual mostra que em 12 comunidades de origem alemã em Santa Leopoldina, somente o distrito de Jetibá apresentava progresso acentuado.

Realizada nos três primeiros anos da década de 1960, a pesquisa buscava entender como se encontravam as comunidades locais de Santa Leopoldina após a erradicação do café. O estudo também abarcava outros temas, dentre eles a educação, cuja temática evidenciou que a escola brasileira era uma educação complementar adotada pelos habitantes das áreas de colonização pomerana, predominando ainda a doméstica e religiosa,

A tentativa, a partir de 1918, de assimilar coercivamente os colonos, que um observador alemão (Nauck, op. Bibl., pág. 72) atribui, erroneamente, à ideias integralistas, não logrou bons resultados: levantamento feito em 1961, em quatro classes escolares, no distrito de Jetibá, em 68 alunos do primeiro ano primário, demonstrou que apenas 30 falavam mal o português (PACHECO, 1964, p. 243).

A educação escolar, por não ser obrigatória, não era um atrativo para os descendentes pomeranos do distrito de Jetibá; a presença das crianças na

lavoura era uma força de trabalho considerada indispensável pela família. A escolha da educação das crianças em casa implicava também na continuidade da língua e da tradição pomerana, e complementada pela educação religiosa da Igreja Luterana do vilarejo, já composta nesse período por 6 mil membros (PACHECO, 1964).

Além disso, era um período de profundas mudanças para a Igreja Luterana, a título de exemplo, o pastor Hermann Rölke, responsável pelo comando da igreja da sede do vilarejo, aposentado em 1962 não foi substituído por um enviado da Alemanha, como acontecia até então, mas por um brasileiro. Tal situação devia-se a criação da federação das Igrejas Luteranas no Brasil, em 1954, e a nomeação de Igreja Evangélica Luterana no Brasil, a IECLB (DROOGERS, 2008).

A IECLB, com sede no sul do país, estabeleceu uma escola de formação de pastores brasileiros para atuarem em suas comunidades. O reflexo da mudança na Igreja era sentido também na educação escolar dos descendentes pomeranos, revelação apresentada pela pesquisa de Pacheco e relato de um dos primeiros pastores brasileiros entre os descendentes pomeranos do distrito de Jetibá.

De acordo com a pesquisa, na educação religiosa luterana, cuja finalidade era o preparo para a confirmação<sup>39</sup>, os professores escolhidos pelos pastores, davam aulas aos sábados e também ensinavam um alemão muito rudimentar (PACHECO, 1964). Em contrapartida, um dos grandes desafios relatado foi conseguir que os pais encaminhassem seus filhos à escola brasileira (MANSKE, 2015).

O cenário da Igreja Luterana, no qual o ensino da língua alemã ia de encontro ao incentivo da aproximação do grupo com a língua e a cultura nacional por meio da educação escolar, destacava a transição de um luteranismo baseado na alemanidade para um com característica da brasilidade.

---

<sup>39</sup> A confirmação para os luteranos é o momento em que o (a) jovem, no culto de confirmação, onde se reúnem pais, padrinhos, madrinhas e comunidade, afirma sua fé diante de Deus e da Igreja.

Pacheco (1964, p. 243) ainda aponta que as comunidades luteranas eram integralmente dominadas pelo pastor, o qual permanecia sendo o único com nível universitário entre os descendentes dos imigrantes semianalfabetos; contexto que reafirmava a manutenção do poder do representante da Igreja e sinalizava para o reduzido nível de escolarização dos descendentes pomeranos no distrito de Jetibá.

Contudo, o distrito se destacava também pela presença da usina hidrelétrica de Rio Bonito, pela eletrificação e melhoria nas estradas e a mudança da produção do café para a das hortaliças para fins comerciais (PACHECO, 1964), e que promoveu profundas alteração na relação entre agricultores e comerciantes.

Os agricultores que optaram pela cultura das hortaliças, dada a sua perecibilidade, entregavam a produção na venda semanalmente ou quinzenalmente e recebiam do comerciante em dinheiro e, em contrapartida, também pagavam os valores devidos à intermediação em dinheiro (ROCHE, 1968).

Com as etapas produtivas da horticultura demandando mais insumos, o agricultor precisava receber o dinheiro do comerciante para que pudesse realizar as compras para o novo plantio. Promovia-se, assim, um ciclo monetário impulsionando da circulação do consumo antes inexistente. Os demais produtos, como o café, mandioca, o milho, a banana e tubérculos, também produzidos, continuavam sendo pagos na colheita do café.

Além da diversificação agrícola com a horticultura, nos primeiros anos da década de 1960 e em pleno turbilhão gerado pela queima dos cafezais, alguns agricultores introduziram a avicultura comercial no rastro da experiência de Berger (PACHECO, 1964). Mas por meios ainda rudimentares, pois não havia modernização no processo de produção.

A pesquisa concluiu que além de Santa Maria de Jetibá, somente Recreio<sup>40</sup> alcançou indicativos de progresso. Todavia, o autor considera relevante que nestas comunidades não foram verificadas as condições de urbanização e

---

<sup>40</sup> Atualmente Recreio é uma localidade que integra o município de Santa Maria de Jetibá.

industrialização das colônias alemãs sulinas, pontuando o isolamento geográfico como fundamental para a manutenção do modo de vida pomerano (PACHECO, 1964).

Não havia na época demonstração de interesse por negócios ou comércio lucrativo de base, como no sul do país, mas à medida que se distanciavam das sedes dos municípios ou dos distritos, alguns membros da comunidade, de origem pomerana, assumiam a função. A atribuição às pessoas da mesma origem era (e é) uma questão que se insere no reconhecimento dos integrantes desse grupo étnico. A identificação se dá, muitas vezes, por meio pergunta: “você é de origem”?, situação que ainda ocorre no presente e também no cotidiano da venda por meio de detalhes representativos da etnia.

Alguns detalhes das casas autorizavam, segundo Roche (1968), o reconhecimento entre o grupo na década de 1960: paredes de tábuas, branqueadas de cal ou pintadas, como os portais, preferencialmente em azul, grinaldas de flores cultivadas em louças sem serventia, velhas marmitas e latas de conservas, enfeitando as janelas e canteiros da casa.

Além da casa, Bergamin (2015, p. 88) indica a criação da cooperativa composta, predominantemente, por descendentes pomeranos “[...] caracterizados por serem fechados, reservados e desconfiados, mas que revelaram uma capacidade de se organizarem em prol de interesses econômicos [...]”. Por meio da cooperativa, os filiados compravam ração e outros insumos em maior quantidade e em preços menores.

Salienta-se que para os grandes avicultores no presente é economicamente viável estabelecer suas instalações da avicultura próximas das fábricas de insumos, em outro estado; o que não ocorreu. Vários foram os fatores que sinalizam terem convergido para a opção de permanecer no distrito de Jetibá, principalmente as relações sociopolíticas, culturais, econômicas e étnicas.

Bergamin (2015) garante que, no distrito de Jetibá, a iniciativa da avicultura e da produção das hortaliças foi dos vendedores e não dos agricultores familiares. Para justificar, explica que dois dos sócios que fundaram a cooperativa, e estão atualmente entre os três maiores avicultores da região, são descendentes de



Frederico Grulke. Situação reveladora sobre como as mudanças econômicas se subordinaram, inicialmente, ao investimento e ação dos comerciantes.

No entanto, a avicultura exigia um maior valor de investimento e não era uma opção muito comum entre os agricultores que não haviam acumulado muito dinheiro com o café. Já a horticultura, pela reduzida exigência de investimento financeiro, se tornou amplamente cultivada nas pequenas e médias propriedades da região.

Mesmo considerando que os comerciantes do vilarejo tiveram papel fundamental no desenvolvimento da atividade mencionada, é imprescindível considerarmos a importância daqueles localizados mais distantes. Das 64 casas de comércio do município de Santa Leopoldina na década de 1960, 20 se localizavam nas cidades, 9 nas vilas e 35 no interior do município (ROCHE, 1968). Em número superior, eram essas vendas do interior que também mantinham o poder econômico dos comerciantes das vilas, das cidades e do estado.

Ressalta-se que a sede do município de Santa Leopoldina encontrava-se num movimento de letargia econômica. Ela havia perdido o monopólio do comércio com a substituição do transporte de navegação pelo rodoviário, por isso também, o destaque econômico dado pela pesquisa de Pacheco ser maior ao distrito de Jetibá do que à cidade-sede do de Santa Leopoldina. Cabe salientar que a mudança nos meios de transporte foi realizada pelos comerciantes e não por agricultores (BERGAMIN, 2015).

Nas áreas de ocupação pomerana, Roche (1968, p. 192) constatou ser incomum os colonos possuírem caminhões, o inverso dos comerciantes. É o que W. B. (14/03/2020) indica ao construir uma narrativa a respeito do processo de desenvolvimento das estradas, do transporte e do comércio no distrito de Jetibá:

Primeiro de tudo levavam a produção na base do lombo do burro. As estradas, começaram devagarinho, por Santa Tereza, para (a direção de) Itarana. Elas foram sendo feitas e interligadas. Depois, entrou o caminhão, os primeiros caminhões. Quem comprou o primeiro caminhão foi o meu bisavô, Frederico Grulke, o que permitiu que o comércio aumentasse.

A posse dos caminhões permitiu aos comerciantes o monopólio do transporte da

produção dos agricultores e ainda a divisão do frete (ROCHE, 1968). Esse valor representava a isenção do custo ou ampliação do lucro do comerciante e redução de ganho dos produtores, como era com as tropas. A dinâmica de transporte pode ser observada na figura 29.

**Figura 29 – Transporte de pessoas e de produtos agrícolas do distrito de Jetibá**



Fonte: Acervo da família Dettmann

Na figura, a representação do caminhão de H. D., vindo do vilarejo do distrito de Jetibá, recolhendo as caixas de verduras dos agricultores, para vendê-las na Grande Vitória. Segundo H. D. (07/02/2020),

(eu) descia com verduras para Vitória, mas que naquela época, seguia primeiro para Vila Velha. Quando descia, não enchia nem meio caminhão de verduras, pois botava dois ou três bancos para levar as pessoas. E depois de Vila Velha, com o que sobrava, seguia para a Vila Rubim, chegando lá de madrugada. Além de passageiros, o que eu trazia muito de Vitória era o malote, a gente fala coelho, saco de coelho. Onde tem aquele prédio hoje na cidade, ainda entrava de ré, pegava a mala de coelho e jogava em cima do caminhão e pronto, vinha embora.

O transporte de verduras, das pessoas e dos malotes demonstra a existência de uma relação comercial, onde parte do que fosse vendido ficava com os comerciantes; uma relação de compromisso à venda das verduras e transporte das pessoas; e uma intensa relação de confiança que reverberava no transporte de pessoas, das verduras ou de outros produtos e que, talvez, representassem

a única fonte de renda do agricultor, e conforme fosse o conteúdo do malote, dos documentos ou dinheiro da população local.

É provável que o grupo que se deslocava para Vitória tivesse aprendido a língua portuguesa, ou buscasse ajuda na comunicação. O relato de E. V. (17/01/2012), um dos primeiros pastores brasileiros que chegou para atuar na igreja de Jequitibá no final da década de 1960 e que ainda não sabia falar a língua pomerana, exemplifica a relação citada. Ele destaca a difícil tarefa de os descendentes pomeranos não falantes do português de se comunicarem e até mesmo pedirem ajuda em caso de doenças.

Eu me lembro aqui, logo os primeiros dias quando eu vim para cá, eu vim solteiro para cá ainda, tinha um rapaz que se prontificou a morar comigo e ele sabia um pouquinho o português e o pomerano. Aí veio um senhor que não falava alemão e não falava português, só pomerano, e não tinha jeito de entender esse homem. Chamei o rapaz e disse, o que que esse homem quer afinal? Aí ele entendeu, se entendeu com ele. Ele disse que é para levar ele para o hospital, a mulher dele para o hospital de Santa Tereza, porque ela está esperando neném e caiu. E tudo bem, a gente pegou o carro e fomos levando para Santa Tereza. E quando cheguei no hospital em Santa Tereza, era o doutor Wallace, o médico até hoje ele está lá. Eu fiz a inscrição, dei os dados para a consulta, aí chamei ele. Ele chamou o casal, eles entraram. Depois abriu a porta, e ele perguntou: O senhor é pastor? Sou. O senhor trouxe esse casal? Sim. O senhor quer fazer o favor de explicar a receita para eles que eu vou dar? Eu to na mesma situação. Mas eu tinha estado uns dias antes na casa do líder da Igreja, em Santa Tereza, ele não era pomerano, mas entendia bem o pomerano, ele era Hunsrück, que dizer outro dialeto, hunsrückisch. Eu falei: O senhor vai ter que ajudar a quebrar o galho. Levei ele para hospital para ele explicar para eles, o casal, como é que tomava o remédio.

A saída do distrito de Jetibá em direção a Santa Teresa ou Vitória, representava superar as dificuldades que envolviam a comunicação, e o transporte. Se por um lado a manutenção da língua pomerana dificultava o contato com os nacionais, por outro, a utilização do caminhão amenizava as adversidades do traslado.

O caminhão representava, simultaneamente, um meio de escoamento da produção agrícola e de deslocamento, porém a mobilidade possibilitada se restringia a um grupo reduzido de descendentes pomeranos: àqueles dispostos a superar os problemas da comunicação e os vendeiros. Por sua vez, a presença

do caminhão entre os vendeiros teve por consequência a intensificação de suas atribuições.

Assim, as famílias de vendeiros tiveram que se adaptar. M. P. P. (30/01/2020) destaca como a sua família se dividia para manter a venda e transportar as mercadorias para Vitória,

Enquanto eu ajudava meu sogro na venda, meu marido, que tinha um caminhão studebaker<sup>41</sup>, levava e vendia verdura para Vila Rubim. Naquela época, não tinha a Ceasa, era Vila Rubim. Somente no final da década de 1970 que a Ceasa foi inaugurada.

O caminhão viabilizou, inclusive, o transporte do eleitorado do distrito de Jetibá para Santa Leopoldina, conforme esclarece M. P. P. (30/01/2020): “meu marido enchia o caminhão de gente e levava para votar em Santa Leopoldina.” Era uma troca: resolvia-se a dificuldade do transporte do agricultor e se atendia a necessidade do vendeiro de angariar votos.

Nas disputas eleitorais, o caminhão se tornou tanto um meio de propaganda eleitoral como uma forma de acirrar as disputas locais. M. P. P. explica que,

eles passavam muito com o carro cheio de gente para cá e daqui eles iam para lá. O meu sogro era UDN, eles eram PSD. Aí eles mandavam uma barra de sabão para meu sogro, para ele lavar a ... . E ele devolvia o sabão e falava para eles pegarem para lavar a deles.

Seja por meio de um sabão ou do uso de caminhões, as eleições em Santa Leopoldina se constituíam em momentos de disputas, de alianças, de inventividade, de cumplicidade e de poder. E mesmo que elas fossem distantes de suas vilas, as rivalidades instigadas pelos pleitos movimentavam a comunidade local e eram motivo de conversas inusitadas.

Alguns agricultores das regiões de ocupação alemã desejavam a posse de caminhão, porém a aquisição era fenômeno raro nas áreas de ocupação mais antigas, ou seja, nas áreas mais altas,

Esta resignação dos colonos, ou o seu misoneísmo, alimentado também pelo mito social do comerciante, contribui para avantajar

---

<sup>41</sup> Ao que parece, era comum entre alguns comerciantes do distrito de Jetibá ter um caminhão Studebaker, o caso da família de M. P. P. e da família Dettmann (figura 27).

os comerciantes estabelecidos. Na medida em que, tácita mais coletivamente, lhes é reconhecida uma superioridade, avaliada pelo patrimônio e pelas rendas, expressa pela consideração, mas na medida também em que eles continuam a viver no meio dos colonos e quase como eles, os comerciantes propendem a se tornar ao mesmo tempo os representantes e os chefes naturais dos colonos (ROCHE, 1968, p. 241).

A relevância dos vendeiros estava muitas vezes associada ao simbolismo criado em torno desses personagens. A força que os comerciantes assumiam nos campos da política, da gestão e da liderança em suas comunidades era também parte da constituição do imaginário social (VASCONCELLOS, 2016).

Revela-se, portanto, que as inovações socioeconômicas ocorridas na sociedade brasileira e capixaba, em especial, mantiveram na figura dos vendeiros o monopólio do comércio da produção local. Para Roche (1968), ao se analisar o papel dos vendeiros é necessário pensar para além da organização econômica, e entender o contrato social estabelecido desde o início, na colonização do território.

Em conformidade com Bergamin (2015), para o comerciante não foram importantes somente os recursos financeiros, mas também a experiência na atividade, porque permitiu a orquestração de uma cadeia produtiva com menos intermediação e mais lucrativa. O predomínio dos vendeiros manteve o reduzido contato do grupo com os nacionais e conservou a sociabilidade em torno da venda e da Igreja Luterana, pois eram elas que continuavam praticando a intermediação da comunidade com os brasileiros.

Ao mesmo tempo, por não enviarem seus filhos às escolas, fator possível de introduzir a língua portuguesa no cotidiano, os agricultores permaneceram se comunicando na língua ancestral, contexto que facultou a tradição pomerana entre os descendentes. Entretanto, a Igreja Luterana mudou, indicando uma nova forma de agir dos pastores na década que se iniciava.

#### 4.2 Entre o pastor e o vendeiro, o mais relevante é o vendeiro.

A década de 1970 apresentou-se com a consolidação do crescimento da economia capixaba. As indústrias, as atividades de comércio e serviços

implementados na Grande Vitória<sup>42</sup> foram ampliadas, impulsionando a urbanização em todos os municípios capixabas. No campo, as áreas ocupadas com a pecuária e a silvicultura, ligadas à indústria e produção de celulose e carvão, continuavam em crescimento (ROCHA; MORANDI, 2012).

Em contrapartida, a concentração urbana e a ampliação da mão de obra na indústria aumentavam a demanda por produtos agropecuários, possibilitando o aumento e a diversificação da horticultura e a avicultura<sup>43</sup>, porém tal produção não propiciou um aumento significativo da população local. O reflexo disso pode ser observado pela ocupação do vilarejo na década de 70 (ver figura 30).

**Figura 30 - Vista parcial do vilarejo do distrito de Jetibá em 1974**



Fonte: Acervo da família Berger

Entre as causas da concentração da produção das hortaliças no distrito de Jetibá não impulsionar o aumento populacional estão o modelo organizacional de trabalho entre os membros das famílias de descendentes pomeranos (BERGAMIN, 2015) e a horticultura que se tornou uma opção viável à maioria dos agricultores.

---

<sup>42</sup> A localização e a viabilidade portuária do estado, associado ao incentivo federal, possibilitaram a expansão da Companhia Vale do Rio Doce e a instalação da Aracruz Celulose (atualmente Fibria), da Companhia Siderúrgica de Tubarão (ArcelorMittal) e da Samarco, que aproximaram e inseriram a economia capixaba no processo de desenvolvimento industrial nacional (CALIMAN, 2012).

<sup>43</sup> Dados de 1960 e 1975 demonstram que a horticultura aumentou de 37 estabelecimentos para 489 e a avicultura de 39 passou para 232 estabelecimentos (ROCHA; MORANDI, 2012).

Contudo, o sistema produtivo não gerava grande rentabilidade econômica. Ao realizar pesquisa com a comunidade do distrito de Jetibá, no final da década de 1970, Hess (2014, p. 112) aponta a dificuldade enfrentada pelos agricultores. Ela afiança que os entrevistados afirmavam que após as colheitas e o pagamento das dívidas, compra de insumo e itens de necessidade pessoal, pouco ou nada sobrava de dinheiro.

Apesar da renda limitada, muitos ainda preferiram ficar no campo. As novas atividades, em especial a horticultura, começavam a atrair a presença de novos membros não descendentes de pomeranos. Por conseguinte, ampliavam a interação cultural com descendentes de outros grupos étnicos, assentados no Espírito Santo, na localidade.

Muitos vendeiros absorveram as atividades da avicultura, contratando agricultores e se apoiando nas relações de reciprocidade, confiança e identidade étnica existente na comunidade. A predominância de descendentes pomeranos falantes apenas da língua pomerana permitiu que a tradição étnica e cultural fosse tecida na cotidianidade do grupo.

A exemplo, o protagonismo dos descendentes do vendeiro Frederico Grulke, que continuaram com o comércio iniciado pelo antepassado e investiram na horticultura e avicultura. Ao fazerem esse investimento, eles possibilitaram aos membros da comunidade a manutenção da atividade agrícola e familiar, a integração do quadro de trabalhadores na avicultura, e, paralelamente, os mantinham no lugar.

Os vendeiros não se resumiam aos descendentes de Grulke. Hess (2014) registrou o quantitativo de 36 casas comerciais e enfatizou a relevância dos comerciantes economicamente majoritários, reforçando que eles tinham força política, autoridade e alguns monopolizavam parte da produção. Havia ainda os pequenos comércios, possuidores desde tecidos, chapéus, alimentos, panelas às ferramentas para atender as necessidades dos colonos.

O. P. (20/12/2018), proprietário de uma pequena venda, morador de Alto São Sebastião, interior de Santa Maria de Jetibá, relata como nas vendas próximas ou mais afastadas do vilarejo, as relações econômicas dos descendentes

pomeranos com os vendeiros eram permeadas também pelas relações sociais e de poder. Falando sobre o assassinato dos Krauser, casal que era dono de uma venda que havia nas proximidades, se lembrou de seu antepassado:

Meu avô, ele foi assassinado também, é, foi em 1970 se eu não me engano, é 1970. Ele era, naquele tempo, ele era, como é que chama, delegado, é tipo um delegado assim, se tivesse festa por aqui, então ele que tomava conta do lugar. Antigamente não era polícia, não tinha tanto, então chamavam ele, para assim, na festa como segurança. Aí teve briga lá, foi aqui em cima, e aí eles chamaram ele para acalmar a briga, assim que ele foi no meio e levantou a mão para disparar, assim que levantou a mão levou o tiro ... O cara queria matar o outro e quem levou foi ele.

M. P. P. (30/01/2020) também assinala que sua família, dona de uma venda, era referência para o cotidiano da comunidade, inclusive realização de parto:

Muita gente, eu precisei ir lá aplicar injeção, quanta injeção na veia que nós aplicamos, eu e o Luiz (marido dela), eles iam em Santa Maria no farmacêutico, e não tinha médico. Quando essa igreja aqui começou, já estava assim, subida as paredes, mas não tinha cobertura, ainda era um dia de Sexta-feira Santa, de culto, o pastor já dava culto, era o, como era o nome dele? Era o Kritzman mesmo, o Geraldo. Aí chegou um pessoal para ir para igreja. Eu também troquei de roupa, que eu ia na igreja também. O Luiz já estava lá. Os meninos também, eu já tinha mandado na frente. Ficou eu por último. Quando eu ia saindo, o Denilson estava, tinha pouco tempo de casado, eles moravam até aqui junto, apareceu um homem com uma rural, parou e falou: pelo amor de Deus, a criança nasceu já dentro desse carro, me ajuda, ele falou. Eu cheguei perto, mas não tinha nascido, ela vinha de pé, e só tinha um pé para fora. Eu chamei a mulher do Denilson, os outros já estavam na igreja, mas veio todo mundo correndo para ver o que que era. E, eu falei não, vão embora vocês, todo mundo vai embora, fica, deixa só, somente eu e a Jeane com a mulher e a sogra dela. A mulher que estava ali, eu falei com Jeane, você vai aí embaixo. Não pelo amor de Deus eu vou segurar aqui e ajudar a fazer força ... na barriga. E deixou eu lá. Mas eu, sorte que a minha sogra tinha levado eu junto. Morava aqui no nosso terreno, uma mulher, e buscaram a parteira lá de Santa Maria, era Helena Bolt, e ela me levou junto para fazer o parto, aí o pé também, veio de pé a criança e eu estava junto, eu vi como ela fez. E uns dois ou três anos depois aconteceu comigo. Eu consegui, botei o pé para dentro, botei a mão lá dentro, juntei os dois pés e veio de pé mesmo, custou mas veio, vivo.

Essa relação rendia muitos afilhados aos comerciantes. O que vem ao encontro do que M. P. P. relata,

só eu tenho mais de 50 afilhados ... mais filhos de fregueses ...



de parente, eu nem tenho afilhado de parente quase. Porque eles achavam que era uma estimacão que eles tinham por nós, o Luiz também tinha mais de 50.

S. B. S (2020) também recorda que a mãe dela, quando faleceu, tinha muitos afilhados e que todo ano se lembrava deles, fazendo questão de destacar como ela presenteava seus afilhados:

Quando minha mãe dava presente todo ano (para os afilhados), ela tirava um metro de tecido, um metro e meio. Era sempre para criança pequena, e dava para a mãe fazer um vestidinho, para fazer uma camisa, para fazer uma calça. Esse sempre era o presente.

Associado a relao com os vendeiros, havia a religiosidade que se refletia na escolha dos padrinhos de batismo dos filhos Igreja Luterana. Segundo Hess (2014), estimativas do pastor de Santa Maria, no período de sua pesquisa, apontavam que 98% da populao do distrito eram luteranos. Observou também que na comunidade era normal ver uma bíblia sempre a postos nas residências. Para o grupo, a impressão de que não ser religioso e não frequentar a Igreja poderia significar discriminao entre eles.

A força da Igreja Luterana junto aos descendentes pomeranos na década de 70 continuou repercutindo na educao escolar das crianças com outro propósito: o de instituir novo rumo ao contato dos descendentes pomeranos com a cultura brasileira. Entrevista cedida a Manske (2015) pelo pastor E. V. É reveladora desse objetivo,

Consegui convencer todos os líderes das comunidades, tinha 11 localidades, consegui convencer que a crisma, a confirmao, fosse depois da conclusão do 4<sup>o</sup> ano, com isso eu queria forçar d'eles irem, as crianças, mais regular às aulas, era uma briga, tinha pais que não queriam aceitar 5 dias, de segunda  sexta, porque era costume s 2 dias. Eu sei, que eu li, numa das atas antigas, que dava aquela briga quando o pastor sugeriu em vez de dois dias, colocar três.

Em seu relato sobre a ata, o pastor sugere que a proposta tenha sido feita durante a nacionalizao das escolas, quando havia maior presença de representantes do governo na região e a Igreja precisava demonstrar seu empenho nesse propósito. Quanto a decisão dos pais de enviarem os filhos para a escola por quatro anos antes da confirmao na Igreja, os dados (ver tabela 8)

demonstram que o objetivo não logrou êxito.

**Tabela 8 – Nível de instrução dos participantes no distrito de Jetibá na década de 70**

Nível de instrução	Quantidade
Analfabetos	66
curso primário na escola alemã	19
alfabetizados no exército	2
alfabetizados no mobral	12
primeiro e segundo anos do primário	75
terceiro e quarto anos do primário	103
primário até o antigo curso de admissão ao ginásio	4
ginásio incompleto até o terceiro ano	9
ginásio completo	2
curso colegial primeiro e segundo anos	6
curso de técnico agrícola	1
curso superior incompleto	1

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados obtidos por Hess (2014)

O descontentamento dos descendentes pomeranos com a frequência dos filhos na escola vinculava-se a outros fatores, como a falta contínua das professoras e, também, porque algumas nem compareciam às escolas nas quais estavam lotadas (HESS, 2014). A insatisfação com a escola colocava em cena três problemas que se entrecruzavam do cotidiano dos descendentes pomeranos: o trabalho, a Igreja Luterana e a etnia. Granzow (2009) em visita ao distrito de Jetibá na década 70, expõe um acontecimento que demonstra como essa ligação se constituía.

[...] Na nova igreja de São Sebastião me aguardavam os trabalhadores rurais e os confirmandos com seus pais. A igreja ainda não estava totalmente pronta e ainda trabalhavam ativamente. O novato pastor Gusella contou que não sabia que as cores pomeranas eram o azul e o branco. Desta forma, ele foi contra a pintura e disse: “Vamos deixar esta linda cobertura de cedro em madeira natural, que é muito mais bonita”. Os pomeranos não se opuseram, porém quando o pastor foi prestar exames no sul do Brasil, depois de duas semanas fora, constatou na sua volta que os pomeranos haviam aproveitado a sua ausência e pintaram a cobertura em azul claro. Ele ficou chateado, mas depois que soube que azul e branco eram as cores pomeranas, acabou aceitando a decisão deles e simplesmente achou graça (GRANZOW, 2009, p. 66).

Fica explícita uma característica que acompanhou o dia a dia dos imigrantes pomeranos e seus descendentes: a tentativa de evitar conflito aberto. O

respeitoso ato de resistência aos ditames do pastor, também desvelava a cor azul como símbolo identitário do grupo (WOODWARD, 2000). Levantamento feito por Hess (2014) aponta, entretanto, que a pessoa mais relevante para a comunidade era o vendeiro.

Duas situações contribuíam para a avaliação: no período a Igreja provocava maior adesão das crianças à educação escolar e o descontentamento de alguns pode ter influenciado na decisão. Por outro lado, a relação comercial com o vendeiro continuava reduzindo os lucros do agricultor, mesmo assim consideravam sua importância, o que não impedia a tentativa de alguns burlar as negociações instituídas. M. P. P. (30/01/2020) exemplifica,

Eles traziam o feijão, e eu um dia, eu fiquei reparando, porque eu tinha de vez em quando, eu via que tinha pedra no meio do feijão, no monte, aí um homem trouxe feijão nas costas e deu muitos quilos e o feijão não era para isso ... ele trouxe, aí ele jogou assim em cima do monte, e ele tinha mais pedra do que feijão ... o pimentão, é, enchiam com a seringa para pesar mais.

H. D. (07/02/2020), cujo pai tinha uma venda no vilarejo, relatou outro caso,

Teve um Beling que trouxe o café para o meu tio, que era sócio do meu pai na venda, pesar e anotar. Sempre que pesava, o tio anotava num recibo e ficava com o que havia sido copiado do carbono. Um dia o Beling voltou e disse que ele havia pagado apenas 100 cruzeiros no café. O tio foi olhar no bloco, e quando voltou, comparou as duas vias, e mostrando ao Beling e disse: “olha aqui, deu 23 quilos de café você botou, aumentou o 3, botou 8, 5 quilos de café a mais.

O contexto apresenta o comportamento do agricultor visando obter vantagens econômicas em relação aos vendeiros, situação que era comumente observada nas vendas do distrito de Jetibá. Deixa transparecer que a desconfiança também integrava a negociação dos produtos nas vendas entre os desdentes pomeranos.

A ampliação na produção cafeeira nos anos de 1980, com aumento na disponibilização de recursos para o investimento no interior capixaba, em especial na agricultura (MOTA, 2002), movimentou as atividades realizadas. Entretanto, com a estabilidade dos preços e a concorrência do café, a horticultura não se desenvolveu, já a avicultura aumentou a produção, mas num ritmo mais lento de crescimento (ROCHA; MORANDI, 2012).

No tocante ao investimento na escolarização da população capixaba, não houve muito avanço. Os altos índices de evasão e repetência escolar caracterizaram esse tempo. A educação no campo continuava deficiente,<sup>44</sup> bem como no distrito de Jetibá. Para muitos alunos, os quais se mantiveram frequentando as aulas, não foi um processo fácil. Em entrevista concedida a Manske (2015), uma professora descendente de pomerano desnuda o início de sua própria educação escolar,

Depois de me comunicar bastante com os alunos e com a professora, então eu aprendi o português, mas quando eu chegava em casa, meu pai sempre falava, aqui em casa não pode falar o português, aqui nós somos pomeranos, então, por isso, então, que eu agradeço muito a ele, que até hoje, eu tenho assim, eu sei falar o pomerano.

Notoriamente, a participação na escola permitiu a muitos descendentes pomeranos a identificação com a cultura nacional. No entanto, como também explicou a professora, o processo não se configurou no seio familiar, onde continuaram falando a língua pomerana. Desse modo, se o idioma étnico está disponível e pode atuar como símbolo de identidade étnica, e especialmente se for usado na família, os indivíduos geralmente agem de forma integradora em relação à língua materna, ou seja, se identificam com os falantes e desejam manter a identidade (LIEBKIND, 1999).

No que concerne às vendas ou mesmo aos vendeiros na década de 80 (ver figura 31), se faz necessária uma análise mais aprofundada. Nos pequenos comércios localizados mais distantes da vila, a língua pomerana era a mais utilizada enquanto que a língua portuguesa era acionada apenas na presença dos visitantes da região não falantes da língua pomerana, como já ocorria antes.

O trilinguismo, com predominância do uso da língua pomerana durante as conversas, era possível, porque o trabalho nas vendas continuava sendo mantido pelos membros das famílias e frequentadores, em maioria descendentes pomeranos.

Nos comércios da vila, no entanto, foram registradas mudanças mais intensas a

---

<sup>44</sup> Em 1980, a evasão e os índices de insucesso atingiam 67 % dos alunos matriculados na primeira série do primeiro grau, o que não repercutiu em mudanças nos anos seguintes (ZUNTI, 2008).

respeito do uso da língua e nas relações socioculturais. Alguns fatores, registrados em grande parte do Espírito Santo, convergiram para que as modificações ocorressem. Destacam-se o estreitamento das relações rural-urbano e a consequente ampliação do enredamento das relações econômicas locais (ROCHA; MORANDI, 2012).

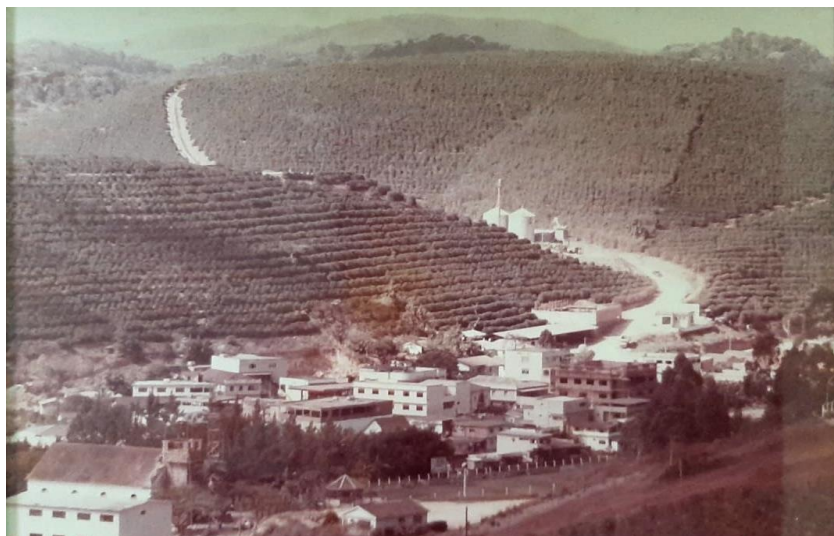
**Figura 31 – Venda no distrito de Jetibá em 1984**



Fonte: Kerckhoff [et. al.] (2012)

Acompanhando as mudanças, houve a melhoria das estradas e do transporte intermunicipal e a ampliação da oferta de serviços institucionais (cartórios, escolas de diferentes níveis de ensino, fórum, postos de saúde, dentre outros) o que permitiu a ampliação da comunidade, e consequentemente, o crescimento populacional, em especial, na vila, como podemos observar na figura 32.

**Figura 32 - Vista parcial de Santa Maria de Jetibá em 1985**



Fonte: Acervo da família Berger

Com a dinâmica socioeconômica e logística, os vendeiros aumentavam seus negócios e buscavam por funcionários que falassem a língua portuguesa. O trilinguismo, agora com predominância da língua portuguesa, foi ampliado entre os descendentes pomeranos. Para Appel e Muysken (2005), esse contexto ocorre quando grupos minoritários desejam integrar-se à sociedade convencional, permitindo que a função cotidiana da língua materna diminua.

Dada a importância atribuída à língua portuguesa, os grandes comerciantes incentivaram o aprendizado do idioma. M. P. P. (30/01/2020) lembra que na sua casa “ficavam de 5 a 6 professoras de Itarana, Itaguaçu e Vitória para dar aulas próximo dali ou em outras escolas da região. Também muitas crianças do interior.”<sup>45</sup> Tessitura que também revela uma estratégia de mudança na sociabilidade do grupo.

A presença dessas crianças na casa de M. P. P. ressalta também a confiança dos pais na família de vendeiros. No entanto, em virtude do jeito “desconfiado” (RÖLKE, 1996) do descendente pomerano, era provável que ele não permitisse a seus filhos residir com outras pessoas se não houvesse confiança.

---

<sup>45</sup> Essa era uma prática comum em diversas localidades capixabas devido às dificuldades, das crianças de frequentar a escola e dos professores para se alojar, causadas pela distância ou ausência de transporte (Dadalto, 2007).

M. P. P (2020) esclarece que na venda eles continuavam atendendo os descendentes pomeranos na língua ancestral. Explicou ainda que a aquisição da língua portuguesa pelas crianças ocorria durante o período em que moravam em sua casa,

As crianças chegavam lá em casa sem falar nada em português, só em pomerano, mas quando saíam já falavam bem a língua portuguesa, porque eles aprenderam na escola e aqui em casa também, eu não deixava ninguém falar pomerano com eles.

A permanência da língua pomerana nas vendas possibilitava o acesso e a manutenção da língua, da tradição e da etnia pelo grupo. De outro lado, a indicação da aprendizagem do português, condizia com o novo contexto identitário a que se inseria no distrito de Jetibá. O apego ao pomerano, por sua vez, refletia as relações estreitas entre a linguagem e a identidade social de um grupo etnolinguístico (APPEL; MUYSKEN, 2005).

O apego a língua e à tradição étnica, associado à desconfiança do pomerano, era acompanhado pelas mudanças na urbanização da vila e na intensificação da relação dos moradores das regiões mais distantes da vila com os pequenos comércios locais. Nas vendas, o grupo continuava sendo reconhecido de forma positiva enquanto que nos comércios da vila não era mais tão comum com ela alcançando o status de cidade. A cidade é um ambiente de incertezas, de atração, rejeição e de medo (BAUMAN, 2009).

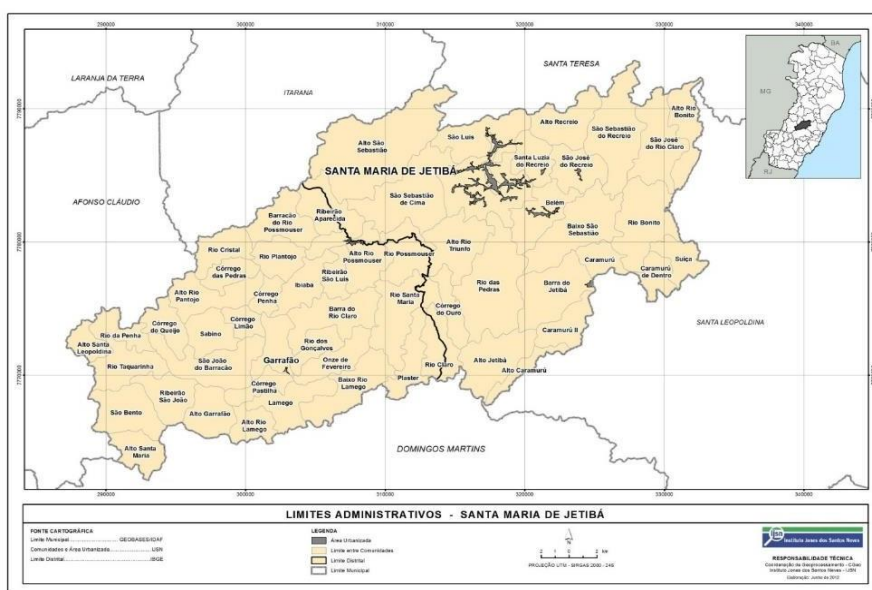
Também se encontravam no mesmo compasso os vendeiros da cidade-sede de Santa Maria de Jetibá que não deixaram de atender na língua materna os descendentes pomeranos falantes apenas da língua ancestral. Mas com a urbanização, o português ocupava um espaço cada vez mais importante em áreas públicas e nas vendas.

Outra mudança que influenciava no modo de vida e na identidade bicultural dos descendentes pomeranos do município de Santa Maria de Jetibá era a Igreja Luterana, que agia no sentido de criar uma aproximação ainda maior entre o grupo e o pastor. Segundo Droogers (2008), vários pastores que passaram a atender as comunidades da região eram de origem pomerana e fluentes na língua pomerana, possibilitando a realização dos cultos nas línguas portuguesa,

alemã e pomerano.

O movimento de renovação, e inovação, da Igreja manteve o trilinguismo no distrito de Jetibá. Para os pastores, “[...] sua missão, tal como eles viam, era totalmente brasileira. A alemanidade era um assunto fora de cogitação [...]” (DROOGERS, 2008, p. 32). A igreja luterana se tornava, além de lugar de professar a crença, palco de reconhecimento da etnia pomerana e construção da identidade nacional. O uso da língua alemã em alguns cultos também se constituía em momento de rememoração da longa trajetória da Igreja e dos pomeranos e descendentes em Santa Maria de Jetibá. Merece destaque ainda, a criação do município de Santa Maria de Jetibá pela Lei Estadual nº 4.067 de 6 de maio de 1988,<sup>46</sup> conforme figura 33 a seguir.

**Figura 33 – Mapa do município de Santa Maria de Jetibá**



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

A partir da criação do município, o comércio e as instituições governamentais deram preferência à contratação de pessoas qualificadas e falantes da língua portuguesa (BREMENKAMP, 2015). A urbanização da cidade-sede e o aumento da renda provocaram mudanças no estilo de vida da população local (BREMENKAMP, 2015), porém a discordância entre a Igreja e vendeiros foi

<sup>46</sup> No Espírito Santo, entre 1983 e 2001, foram criados 24 municípios; desses, 19 somente após a promulgação da Constituição de 1988 (MOTA, 2002).



intensificada.

De acordo com Droogers (2008), para que a Igreja Luterana fosse considerada uma Igreja brasileira ela entendia que deveria promover uma sociedade mais justa e priorizar melhores condições de vida dos pequenos agricultores, fato que ia de encontro aos objetivos dos vendeiros-latifundiários.

Muitos pastores utilizaram os cultos para expor suas ideias políticas e econômicas associadas à religiosidade, e por isso “[...] os vendistas eram às vezes diretamente citados nos sermões, quando erros e abusos de poder eram abertamente condenados, em aplicação do texto bíblico à realidade do dia a dia” (DROOGERS, 2008).

O envolvimento dos pastores, no entanto, não se limitou aos púlpitos da igreja. Eles passaram a influenciar na eleição dos membros do conselho da igreja e nas eleições de prefeitos e vereadores da região (DROOGERS, 2008). Contudo, muitos membros dependiam dos vendeiros e foram contra as ações dos pastores, mas a aproximação propiciada pela identidade étnica trazia cada vez mais adeptos aos ideais propostos pela Igreja.

Em pleno acirramento das relações entre vendeiros e pastores, igrejas de outras vertentes cristãs se estabeleceram na região, dentre elas, Deus é Amor, Testemunha de Jeová e Assembleia de Deus (BAHIA, 2011), consequência, em parte, da urbanização e da presença de outros grupos de ascendência étnica. Diante desse cenário, alguns descendentes pomeranos passaram a integrar essas novas congregações religiosas.

#### 4.3 O comércio citadino e a venda pomerana

A promulgação da Constituição de 1988 instituiu no cenário nacional propostas relacionadas às questões de gênero, políticas identitárias voltadas às minorias étnicas e afrodescendentes. A criação do município de Santa Maria de Jetibá veio acompanhada de discussões que reverberavam sobre o reconhecimento da língua pomerana.

Um dos primeiros indícios do movimento foi o registro em ata de uma reunião que ocorreu em 1991 na igreja luterana da sede da cidade. Vereadores,

professores, integrantes das secretarias municipal e estadual de educação e pesquisadores convidados participaram da reunião cujo objetivo era discutir o Projeto Pró-Pomerano (HARTUWIG, 2011).

Entre os principais temas em debate, encontravam-se a imposição da língua alemã entre os pomeranos e a permanência da falta de distinção entre a língua alemã e a pomerana, assim como o destaque alcançado pelo trabalho com a língua materna iniciado pela professora Marineuza Plaster Waindt, em Alto Santa Maria, 20 km da sede (HARTUWIG, 2011).

De acordo com Marineuza (HARTUWIG, 2011), a língua pomerana era proibida nas escolas da localidade e as supervisoras da Superintendência Estadual de Educação realizavam visitas para acompanhar o desenvolvimento educacional da região, mesmo assim ministrava suas aulas em pomerano no processo de alfabetização. Para tal, ela e os alunos tinham um acordo de não usar a língua pomerana durante as visitas das supervisoras.<sup>47</sup>

Apesar dos descendentes pomeranos e alemães compreenderem a diferença das línguas imigrantes, o que se buscava na reunião sobre o Projeto Pró-Pomerano era a diferenciação das línguas alemã e pomerana e a inserção do ensino da língua, da história e da cultura do pomerano no contexto escolar. Nesse perspectiva, o movimento que se iniciava era uma tentativa de institucionalizar a língua e as tradições culturais da etnia pomerana em Santa Maria de Jetibá.

Vários setores da comunidade se envolveram na construção de uma proposta que promovesse a educação escolar e o aprendizado da língua portuguesa em consonância com a cultura e a língua pomerana. Além de representantes de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da terra, Vila Pavão e Pancas,

---

<sup>47</sup> Destaca-se que a distinção da língua alemã e da língua pomerana não ocorre comumente entre a população brasileira. Porém, os falantes descendentes pomeranos e alemães sempre as distinguiram, considerando a alemã como língua alta e o pomerano baixa. Tressmann, (2005) afiança que o alemão, língua oficial da Alemanha, Áustria e parte da Suíça, pertence à subfamília do alto-alemão, nomeação que deriva da localização geográfica e que tem como característica região montanhosa e altitudes elevadas. Já a pomerana deriva do baixo-saxão, onde se encontram variedades linguísticas faladas ao norte da Alemanha, parte da Holanda e norte da Bélgica, regiões caracterizadas por campos, planícies e pequenas ondulações (TRESSMANN, 2005).

municípios que possuíam muitos descendentes pomeranos<sup>48</sup> falantes da língua, atuaram juntos nessa elaboração (HARTUWIG, 2011).

Um dos desdobramentos desse envolvimento foi a instituição do PROEPO, Programa de Educação Escolar Pomerana, em 2005, nos municípios partícipes (HARTUWIG, 2011). A educação escolar bilíngue estabelecida foi acompanhada de duas publicações em pomerano: um livro texto e um dicionário, resultados da pesquisa realizada por Tressmann e que serviram de apoio para a formação e o planejamento das aulas de pomerano.

Mesmo com o PROEPO, a língua materna e a cultura pomerana continuaram assumindo prioridade nas pautas de reuniões dos legisladores de Santa Maria de Jetibá. Bahia (2011, p. 102) observou que a língua pomerana é a mais usada entre os pomeranos, tanto na cidade como no campo, sendo que na zona rural é frequentemente utilizada entre os familiares e amigos.

A importância da língua étnica entre os descendentes pomeranos assumiu forma de lei em 2009,<sup>49</sup> e em 2013, todas as escolas municipais passaram a ser atendidas pelo PROEPO (MANSKE, 2015), o que ocorre até a atualidade. Esse movimento impactou também nos comércios da cidade priorizando-se a admissão de falantes do pomerano para atuarem nos estabelecimentos. Contexto que provocou a intensificação do bilinguismo português-pomerano na sede do município.

Para a diretora da escola Graça Aranha, situada na sede do município, a valorização da língua pomerana na cidade-sede é um fator importante para a manutenção da identidade dos descendentes pomeranos,

quando alguém tem oportunidade de (oferta de) emprego e daí eles ligam para a escola, eles fazem questão de que essa pessoa seja falante do pomerano, então isso tanto é bom para quem é falante, mas a própria economia do município percebe que nos comércios, nos bancos, nos lugares onde tem pessoas que atendem em pomerano, eles são mais buscados, então é um vai e vem, é bom para manter a identidade do povo e para a

---

<sup>48</sup> Atualmente há cerca de 145 mil descendentes pomeranos, localizados em 13 municípios do estado (CAMPOREZ, 2014).

<sup>49</sup> A Lei nº 1136/2009, que dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, reconheceu o uso da língua pomerana nas escolas e repartições públicas do município.

própria economia do município, percebe nisso um fator de crescimento do município, porque hoje, se você tem as duas lojas, uma que só tem pessoas que não são falantes e outra que são falantes, automaticamente, a que tem falante é mais procurada (MANSKE, 2015, p. 87).

A respeito do bilinguismo, Liebkind (1999) esclarece que a escolha pelo idioma ou por outras estratégias de integração dependem da seleção de marcadores étnicos e culturais a serem preservados ou alterados pelo grupo. Porém, se o resultado da integração for o bilinguismo, por exemplo, significa que o indivíduo possui uma identidade bicultural.

Sobre o processo de manutenção da língua pomerana pelo uso do bilinguismo em Santa Maria de Jetibá, D. H. (04/10/2020) explica que no comércio,

Alguma (venda), um ou outro tem, tem quem não fala pomerano. Mas é a exigência do comércio, para quem contrata a pessoa, tem que saber falar em pomerano por causa dos idosos. Eles já são mais difíceis de entenderem a língua portuguesa. Eles têm que ter um funcionário ou a maioria dos funcionários que sabe falar pomerano para atender o público em geral.

Questionado se essa é uma situação atual ou não, D. H. respondeu que é mais atual sim. Que os vendedores sempre falaram pomerano, também contratavam pessoas que não sabiam falar o pomerano, porém, ultimamente, estão contratando mais quem sabe falar o pomerano por causa de pessoas que não entendem a língua portuguesa tão bem.

É bem verdade que o biculturalismo identitário dos descendentes pomeranos ocorreu mais aceleradamente com a intensificação da urbanização da cidade e com o aumento da diversidade religiosa. Segundo S. B. S. (14/03/2020), além da Igreja Luterana existem em Santa Maria de Jetibá, aproximadamente, umas 12 Igrejas Cristãs, como a Missoure, a Maranata e a Testemunha de Jeová (ver figura 34).

**Figura 34 – Salão do Reino das Testemunhas de Jeová**



Fonte: Acervo da autora

Além do templo da congregação religiosa das Testemunhas de Jeová, a figura acima destaca a presença do trilinguismo. Na escrita da fachada do templo, mais acima, é utilizada a língua portuguesa e a versão traduzida para o alemão, abaixo. No canto à direita, a escrita do quadro de avisos encontra-se na língua pomerana.<sup>50</sup>

Mesmo considerando as mudanças religiosas, a Igreja Luterana continua a permear aspectos da vida social e política da região, a exemplo, a escolha da Igreja como local da reunião que representou um dos marcos iniciais da valorização da língua e da cultura pomerana na educação escolar. Além do simbolismo do templo religioso, Bahia (2011, p. 119) argumenta que a Igreja Luterana é considerada uma das mais representativas para a comunidade.

A relevância da Igreja Luterana continuou influenciando também nas funções do pastor. As atividades que o dirigente religioso assume ultrapassam a representatividade religiosa. Informação que pode ser melhor compreendida nos

<sup>50</sup> Apesar de considerar o trilinguismo parte importante da construção histórica e religiosa dos pomeranos e descendentes em Santa Maria de Jetibá, não desenvolvemos nesta tese análise que relacionasse tal contexto à Congregação das Testemunhas de Jeová. Vale lembrar, que mesmo indicando a presença de 12 igrejas em Santa Maria de Jetibá, S. B. S. (14/03/2020), fez menção de apenas 4, e uma das citadas foi a Testemunha de Jeová, o que nos leva a considerar a importância dessa congregação religiosa para a comunidade local.

encerramentos abruptos das entrevistas cedidas pelos pastores a Bahia (2011) para ajudar na solução de algum tipo de problema.

Uma importante mudança, que incidiu diretamente na relação da Igreja com os comerciantes de Santa Maria de Jetibá, aconteceu no início da década de 1990 com o fim do envolvimento dos pastores na luta em prol dos agricultores. Segundo Droogers (2008, p. 34), por diferenças de ideias e alguns conflitos pessoais, o trabalho dos pastores brasileiros iniciado na década de 80 foi encerrado e as divergências entre os dois agentes foram reduzidas.

S. B. S. (14/03/2020) considera que atualmente a Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá possa ser a maior, dessa religião, no Espírito Santo. Podemos observar esse contexto por meio da tabela 9.

**Tabela 9 – Religião em Santa Maria de Jetibá**

Religião	Pessoas
Sem religião	397
Católica Apostólica Brasileira	2
Católica Apostólica Romana	7.162
Espírita	53
Evangélica <sup>51</sup>	26.405
Não determinada e múltiplo pertencimento	107
Testemunhas de Jeová	39
Outras religiosidade cristãs	11

Fonte: Censo de 2010 (IBGE)

A importância da Igreja e Frederico Grulke fazem parte da construção mitológica da fundação do lugar. Lado a lado, placas em uma esquina da cidade, homenageiam Martinho Lutero e o vendeiro (figura 35). No mesmo patamar, a tradição pomerana é simbolizada por meio das cores azul e branca na representação da arquitetura tradicional das casas dos pioneiros, conforme se observa na figura 36.

<sup>51</sup> O IBGE não distingue as Igrejas Evangélicas, mas conforme explicitado no texto, a maioria absoluta da população do município é composta de Luteranos, de acordo com o quantitativo de descendentes pomeranos, pastores, número de igrejas Luteranas, observações pessoais, dentre outros fatores.

**Figura 35 - Placas localizadas na cidade-sede do município**



Fonte: Acervo da autora

**Figura 36 - Praça da cidade de Santa Maria de Jetibá**



Fonte: Acervo da autora

A casa, onde se vendem artesanatos produzidos pela comunidade, foi reconstituída pela prefeitura e possui as mesmas características das moradias mais antigas de Santa Maria de Jetibá. Chama à atenção a escolha dela como um dos símbolos da cultura pomerana, representação que indica a importância do lugar onde a família manteve a tradição e a língua étnica desde a Pomerânia.

A configuração étnica e socioeconômica disposta atualmente no município se deve à concentração da população na cidade-sede,<sup>52</sup> motivo pelo qual surgiram mais estabelecimentos comerciais, que atendiam setores cada vez mais específicos, como cosméticos, artigos e roupas infantis, calçados, entre outros.

O processo mencionado agiu na sociabilidade da comunidade. No caso das vendas tradicionais, pela diversidade de mercadorias, se encontravam todos os produtos num único local e havia tempo e espaço para conversar com amigos ou com o vendeiro. Com a urbanização, a especialização dos produtos e das lojas e a imposição de um ritmo mais intenso, o tempo é programado e dividido entre as lojas, os bancos e a farmácia.

Com o passar dos anos, outras características foram alteradas nas vendas e na relação com os agricultores. A antiga caderneta e a permuta em produtos foram dando lugar à transação monetária, as caixas registradoras e finalmente ao computador. No lugar dos antigos balcões, surgiram as prateleiras, onde o cliente tem acesso ao produto sem a necessidade de um intermediador. Nesse processo também se alteraram as relações de sociabilidade vivenciadas em décadas anteriores.

As mudanças no atendimento, na disposição do tempo e na sociabilidade provocam entre alguns descendentes pomeranos certo desconforto. É o que deixa transparecer S. K. S. (26/01/2018) ao comentar sobre como são atendidos os frequentadores das vendas da cidade-sede de Santa Maria de Jetibá: “quem atende está na porta te esperando, querendo te vender alguma coisa, te pergunta se você está precisando de alguma coisa”. Contexto que intensifica o distanciamento social.

Apesar disso, é possível que os descendentes pomeranos ainda hoje reconheçam e valorizem alguns traços das antigas vendas nos comércios citadinos. É o que se pode observar na resposta de A. G. (26/01/2018) sobre a localização das vendas pomeranas em Santa Maria de Jetibá.

É, elas não estão mais presentes na cidade aqui em Santa Maria. Eu sempre costume dizer que tem uma Casa Hável. Ela

---

<sup>52</sup> Das 11.797 pessoas que habitavam a área urbana em 2010, 9.957 se localizavam na sede municipal (IBGE)



cultiva um pouquinho dessa ideia, só não vende, assim, grãos, mas se acha de tudo quase. Tem aqui no centro. É, você tem que preservar, então preservar essa ideia, é bonito, eu gosto, eu me sinto bem. Eu sempre compro umas coisinhas lá.

A diversidade de produtos é ainda uma das características que A. G. identifica como sendo uma herança da venda pomerana, o que não significa ser um sentimento comum entre todos os membros da comunidade. Entretanto, a partir da cooficialização da língua pomerana, os donos dos estabelecimentos comerciais possibilitaram a reaproximação do descendente pomerano, que não vivia mais exclusivamente dentro da tradição, de sua etnia. O uso da língua no atendimento ou mesmo na nomeação dos estabelecimentos, como constam nas fachadas de algumas lojas, ajudam no processo exposto (ver figura 37).

**Figura 37 – Cidade de Santa Maria de Jetibá**



Fonte: Acervo da autora

A Pommern Basic, na figura acima, é uma das lojas que adotou o nome vinculados à língua étnica. Diante desse contexto, é possível afirmar que as transformações ocorridas nas últimas décadas contribuíram para que os comércios da cidade de Santa Maria de Jetibá possibilitassem a ressignificação da tradição pomerana.

S. B. S. (14/03/2020), no entanto, se ressenete das ausências que percebe no presente: “as visitas aos domingos, não têm mais, ninguém se visita mais,

antes a gente visitava, a gente acabava de almoçar, e de carro ou a pé, a gente ia se visitar”. Já M. P. P., ao ser indagada sobre o que traduz o pomerano, respondeu com muito saudosismo:

É, como é que eu vou falar isso. Difícil, a gente fica com aquela lembrança na cabeça, que antigamente eles vinham e conversavam com a gente em pomerano, e se visitava, e hoje não tem nada disso mais, você nem conhece muito seus vizinhos.

Mesmo considerando que as transformações socioeconômicas ocorreram nas mais variadas regiões capixabas onde a urbanização e a cultura capitalista se embrenhavam, temos que considerar que em Santa Maria de Jetibá, a língua pomerana e as mudanças em relação à sociabilidade, por meio da ausência das visitas, são inseridas na atualidade num único contexto. Caso expresso nas recordações de M. P. P. e de S. B. S.

Mesmo que as relações comerciais tenham se tornado mais distantes e menos afetivas, não implica assumir que a fidelidade e o costume da tradição pomerana, não possam ser ressignificados, reinventados ou mantidos no comércio de Santa Maria de Jetibá no presente. Há de se considerar, no entanto, que falantes da língua étnica ainda sentem reflexos negativos de sua comunicação em virtude de um contexto histórico de isolacionismo e de proibição do uso da língua nos espaços públicos, em especial na escola.

Contudo, a partir da valorização da língua e da cultura por meio do PROEPO e da lei de cooficialização da língua pomerana, identificar-se descendente pomerano ou mesmo saber a língua atribuiu características positivas e promoveu maior coesão ao grupo (FEHLBERG; MENANDRO, 2015). Praticar a língua pomerana passou a ser decisivo para a identidade do grupo, “na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede de relações sociais inscritas no ambiente” (MAYOL, 1996, p. 40).

No que se refere à língua pomerana, A. G. (26/01/2018) explicou que,

Aqui em Santa Maria de Jetibá ela é cooficializada, e isso veio contribuir mais ainda porque a cooficialização significa um reconhecimento dela, vamos dizer assim. A cooficialização significa que ela, ... ela não é um dialeto apenas ela é uma língua ela tem escrita, ela é falada, ela é ensinada e isso faz com que

algumas pessoas se interessem, inclusive quem não tem nada a ver com o pomerano, que não necessariamente são alunos de escolas, mas que inclusive também, se sentem motivados ... a experimentar isso, eu quero ver isso, eu quero entender isso melhor, e façam até. Na época, até tinha alguns cursos aqui, eu não sei como está isso hoje, em pomerano, mesmo para qualquer pessoa, não só para as escolas. Mas eu penso dessa forma, eu vejo isso que ela vem a contribuir muito, que ela vem justamente a somar forças para que as tradições continuem.

A continuidade do uso das três línguas entre as famílias de vendeiros se constitui ainda em 2020 uma herança do passado do grupo que se faz presente na história de vida de alguns dos comerciantes. É o caso de H. D. (07/02/2020), que até hoje fala, lê, só não escreve a língua alemã, fala o pomerano e o português,

Aprendi a língua alemã na igreja, cantando no coral comandado pelo pastor Hermann Rölke. A língua alemã não é muito utilizada pelos pomeranos, nem nos comércios de Santa Maria de Jetibá. A língua pomerana, é natural da família, aprendi em casa.

H.D. considera que o ensino da língua pomerana permanece sendo um atributo da família, remetendo à continuidade dessa tradição. Mas também há ainda resquícios da relação dos vendeiros e agricultores na política. S. B. S. disse que pelo fato de sua família sempre ter muito envolvimento, “eles (agricultores) confiam, eles vêm e perguntam a gente: o que você acha, em quem nós devemos votar? ... isso até hoje”.

Já H. D. (07/02/2020), ao tratar das eleições de 2020, disse acreditar que seu sobrinho seria candidato a prefeito ou vereador. Tais narrativas demonstram que apesar das mudanças políticas nas últimas décadas, as famílias de vendeiros ainda se fazem presentes e, de certa maneira, se mantêm no centro das decisões de poder em Santa Maria de Jetibá.

O município, por meio da atividade de avicultura iniciada por um vendeiro, se destaca no cenário capixaba e no nacional.<sup>53</sup> W. B., disse que todos os membros da sua família trabalham na mesma produção e no comércio,

na atividade comercial, mas na produtora também, porque hoje

---

<sup>53</sup> Nas últimas décadas, o trabalho de grandes, médios e pequenos avicultores, colaborou para que a produção de ovos em Santa Maria de Jetibá alcançasse, além do mercado capixaba, estados como o Rio de Janeiro e Bahia. Em virtude disso foi necessário o aumento do número de caminhões, demanda que atendeu o transporte da matéria-prima, ovos e esterco, além de permitir ao município alcançar a posição de 8ª maior frota do estado em 2014 (BERGAMIN, 2015).

nós somos produtores de ovos, então nós temos muita gente envolvida com a produção de ovo. Tem muita gente. Então a família toda também está envolvida.

A manutenção da produção de ovos pelas famílias e o desenvolvimento da atividade contribuíram com a expansão da Cooperativa Agropecuária Centro Serrana, a COOPEAVI.<sup>54</sup> Nas grandes empresas de avicultura de Santa Maria de Jetibá, continuam sendo empregados muitos descendentes pomeranos da região.

Além da avicultura, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 15.761 habitantes do município se ocupavam com a criação de animais e com atividades agrícolas como o café, a fruticultura, a horticultura, entre outras (IBGE). O grande número de trabalhadores envolvidos com tais atividades se deve ao fato de mais de 65,5% da população habitarem nas áreas rurais (IBGE, 2010).

Bergamin (2015, p. 130) aponta que, nas atividades citadas, a agricultura familiar é a que predomina quase que absolutamente em Santa Maria de Jetibá e tem agregado inovações e uma significativa melhora na renda dos agricultores. Essa dinâmica foi se consolidando ao longo das últimas décadas em virtude das intensas mudanças sociopolíticas e econômicas realizadas.

D. H. (04/10/2020) explicou como a mudança ocorreu na sua família quando ainda morava na casa dos pais,

Nesse período, eu trabalhava com meu pai, e a gente sempre vendia para outros feirantes, eram um tipo de atravessador. Os feirantes pegavam as mercadorias do meu pai, levavam para a CEASA, onde vendiam mais caro, e ao retornarem, pagavam sempre um preço mais baixo. Mas depois, meu pai foi trabalhando e foi sozinho com os produtos para a CEASA.

A melhoria da renda familiar permitiu que pequenos e médios produtores adquirissem caminhões ou caminhonetes para transportar suas mercadorias até o local da comercialização da produção. A aquisição de veículos desse porte possibilitou que muitos deles se desvincilhassem da dependência dos intermediários, vendedores ou agricultores. Também propiciou autonomia para a

---

<sup>54</sup> A COOPEAVI, possui na atualidade, além de Santa Maria de Jetibá, lojas em 22 municípios capixabas, na Bahia e em Minas Gerais e grande número de associados.

compra dos insumos da agricultura, da criação de animais e no uso diário.

As atividades ligadas à produção e venda das hortaliças pelos agricultores de Santa Maria de Jetibá intensificaram ainda mais a relação dos descendentes pomeranos com o trabalho. É o que indica a narrativa de D. H. (04/10/2020) sobre o trabalho de sua família,

Nos últimos anos, eu e minha esposa, e de vez em quando um diarista pago para ajudar, plantamos e vendemos nossas verduras. Vendemos as hortaliças nos bairros do município de Serra e não em Santa Maria de Jetibá, porque há muita concorrência. Muitos vizinhos meus são agricultores e lidam com hortaliças, o que faz com que nossos produtos sejam vendidos mais barato em Santa Maria. Por isso nós vamos para um município mais distante. Nossa rotina é intensa. Na segunda a noite e terça de manhã eu e minha esposa vendemos na feira do bairro Pitanga, na terça à noite atendemos num condomínio entre os bairros de Manguinhos e Feu Rosa, e voltamos para casa. Na quarta, é o dia em que resolvemos as coisas: plantamos, cuidamos da horta e já preparamos para descer de novo. Trabalhamos na quinta de manhã na roça e descemos à noite para atender em Maringá e Laranjeiras Velha, na sexta e no sábado até meio dia, quando voltamos para casa.

Quando perguntado sobre quem fazia o trabalho de casa, D. H. respondeu ser sua esposa, mas disse ajudar um pouco. Quem também acompanha o casal na roça é o filho de seis anos, “apesar de não existir nenhuma obrigação, ele gosta de ajudar” (ver figura 38). A família e, no que parece, o filho vão dando continuidade à tradição pomerana de trabalhar na terra (ver figura 39). Com a rotina intensa, afirmou que eventualmente, aos domingos, visita familiares, mas que não pode sair sempre porque tem de irrigar e cuidar da plantação.

**Figura 38 – D. H. e o filho no plantio de sementes para a horticultura**



Fonte: Acervo da autora

**Figura 39 – Plantação de horticultura na propriedade de D. H.**



Fonte: Acervo da autora

Alguns agricultores de Santa Maria de Jetibá têm buscado novas formas de produzir, caso da produção orgânica. D. H. (04/10/2020) comentou que,

eu e os meus vizinhos não fazemos produção orgânica, e acredito que são poucos os agricultores que têm toda a produção orgânica no município. Mas meus fregueses têm perguntado se produzimos sem agrotóxico. Eu sempre explico

que uso menos, o que faz com que comprem, mas alguns preferem o orgânico. Eu não gosto de usar agrotóxico porque, vamos dizer, se eu quero comer uma coisa saudável que me faça bem, a outra pessoa, que eu vender já quer comprar uma coisa também que tem menos agrotóxico ou que não faça tanto mal à saúde. Aí eu prefiro fazer assim, do jeito que eu estou fazendo, porque tem algumas pessoas que passam o agrotóxico sem necessidade.

Nas últimas décadas, muitos agricultores de Santa Maria de Jetibá assumiram a negociação de seus produtos diretamente com o comprador final e adquirem mercadorias sem a intermediação dos vendeiros. Com isso, os vendeiros foram perdendo a função de intermediários na compra e venda dos produtos, motivando muitos que se localizavam distantes da sede encerrarem suas atividades. Fato que ocorreu com a família de M. P. P., que decidiu alugar o espaço da venda.

Mas meu filho, continuou vendendo o café e continua sendo uma referência na compra e venda do café, como o pai era. Nós também decidimos alugar a venda, porque Santa Maria começou a crescer, e o povo, esses aposentados, que começaram a se aposentar, iam buscar a aposentadoria, aí eles compravam lá, quando queria fiado eles vinham aqui.

Ao visitar localidades mais afastadas da sede do município, encontrei ainda muitas das vendas onde se encontram de tudo. A. G. explica que,

Elas (vendas) hoje, elas estão mais localizadas no interior do município, onde ainda funciona um pouquinho, onde esse espírito ainda reina um pouquinho do que elas representaram no passado elas foram quase que congeladas, aos poucos, vão se adaptando, mas vivem ainda no jeito mais antigo. Há várias vendas. Quando a gente vê que tem de fato no município.

Como observa A. G., é entre a tradição e o reverberar de novas práticas que se encontra a grande maioria dos vendeiros localizados distantes da cidade-sede municipal. No que se refere a esses vendeiros, D. H. (04/10/2020) assegura que são descendentes pomeranos. Perguntado se os vendeiros só têm as vendas, respondeu:

Não, eles têm roça, eles têm um monte de coisas. Porque isso já é uma tradição, meio assim, desde antigamente também. As pessoas que tinham mais condições, eles tinham a venda, aí eles têm mais terras que os outros, assim, na verdade fazendas. Aí eles já tinham mais condições e eles já desde antigamente, assim, vamos dizer assim, quem têm uma situação melhor, eles

têm venda.

A narrativa de D. H. mostra como o poder econômico dos vendeiros permanece se diferenciando dos agricultores. Na relação construída, a posse de muitas terras e a riqueza dos vendeiros acompanha o grupo há muitos anos e o poder econômico deles é associado à tradição dos descendentes pomeranos em Santa Maria de Jetibá.

Observada na contemporaneidade, a consideração do poder econômico do vendeiro pelo agricultor nos faz refletir sobre o que Roche (1968) identificou na década de 60 como a construção de um mito social, e o que Vasconcellos (2016) pontua no século XXI como a configuração de um imaginário social. Pode-se notar que o simbolismo o qual envolve o vendeiro permaneceu ao longo das últimas décadas e ainda se faz presente entre os agricultores descendentes de pomerano.

Os vendeiros das localidades mais distantes da cidade-sede também mantêm detalhes do cotidiano na venda com a tradição pomerana. Em uma conversa com H. F., perguntei sobre o motivo de vendas, como a dele, serem chamadas pomeranas. H. F. fez questão de primeiro comentar sobre a mudança que estava ocorrendo, para depois responder,

É porque assim, até agora, ainda que a gente já tenha colocado o sistema, mas ainda não está funcionando, mas vai ter que começar essa semana ainda. Mas é por causa do balcão, que a gente ainda atende no balcão, que não tem assim, tipo supermercado que a pessoa vai lá pegar sozinho. A pessoa pede, você leva no balcão, ele é atendido no balcão, então essas vendas são chamadas de vendas pomeranas que é como era antigamente.

A implantação do sistema que representa a atualização dos instrumentos de registro na venda e o balcão (ver figura 40) simbolizam a manutenção da tradição. Para H. F. (24/01/2018), no entanto, a tradição se relaciona ao fato do balcão assumir um significado étnico. Segundo Mayol (1996), quando não se renuncia dos antigos produtos no comércio não há ruptura simbólica.



**Figura 40 - Balcão da venda de H. F.**



Fonte: Acervo da autora

Manter o balcão, mesmo que divirja das mudanças que se inseriam na grande maioria das vendas, significa uma possibilidade de identificação étnica dos descendentes pomerano. Ginzburg, Castelnuovo e Poni (1989) afixam que um mediador cultural não age de forma neutra, podendo distorcer, atenuar ou reforçar os conteúdos e símbolos culturais. Vale destacar que o balcão se associa ainda a sociabilidade e a confidencialidade dos descendentes pomeranos.

Outra questão relacionada à sociabilidade do grupo nas vendas é o atendimento. S. K. S. (26/01/2018) considera-o uma das características que diferem os comércios da sede do município daqueles que estão localizados mais distantes da cidade de Santa Maria de Jetibá, ou seja, das vendas consideradas, por ela, como pomeranas. Segundo S. K. S., a venda pomerana é diferente,

Pela mercadoria que tem, pelo estoque de coisas antigas, muitas vezes panelas, essas coisas assim. Que não é uma venda que tem só, vamos dizer assim, só alimentos. Tem de tudo um pouco, desde o fumo até carne, até roupa a língua, o jeito de ser atendido.

Finalmente, S. K. S. destaca o jeito de atender como parte da representação das vendas. A importância atribuída ao atendimento pode estar relacionada à sociabilidade ou mesmo a liberdade de pedir ou escolher o produto sem sofrer a

interseção de um atendente que tem pressa na relação de compra e venda, como ocorre nos comércios da cidade-sede do município.

O jeito de atender, a língua étnica, a diversidade de produtos e as mercadorias antigas evidenciados por S. K. S, se mantêm nessas vendas, já o balcão citado por H. F., não é mais de uso comum a todos os comércios dessas localidades. Uma das razões apuradas é o fato de os vendedores não adotarem todas as mudanças observadas nos comércios da cidade-sede.

Vale lembrar que muitos comércios da cidade, além de alterar o modelo de atendimento, se especializaram na comercialização de um único produto, motivo que contribui para que os descendentes pomeranos identifiquem mais traços da tradição étnica nas vendas distantes da cidade e as reconheçam como pomeranas, apesar de estar presente nesses estabelecimentos a dinâmica da coexistência da tradição e da mudança.

No comércio de V. S., localizado em Alto São Sebastião, o fiado e o dinheiro comandam a compra e a venda dos produtos. Segundo ele,

Geralmente o pagamento é em dinheiro, mas entra o cheque, entra o fiado, porque tem uns conhecidos da gente que tem que ter um fiado no meio. Os pagamentos geralmente são feitos no fim do mês, quando os fregueses são assalariados que trabalham nas granjas, ou pode ser negociado a forma de pagamento, ou o prazo.

S. K. S. esclarece que têm mercadorias que não são mais encontradas nos comércios da cidade, motivo, que talvez, ajude na fidelidade dos descendentes pomeranos a essas vendas. Nelas eles têm a possibilidade de entrar em contato com o seu passado observando os produtos antigos que fizeram parte de suas histórias de vida. Ela ressalta também que a língua utilizada nas vendas é um dos traços que as identificam como pomerana.

Perguntado sobre o uso da caderneta, respondeu que tem uma ficha do cliente, onde anota. A ficha e o fiado, como destaca o vendedor, são práticas específicas para os conhecidos, o que remete ao costume, à fidelidade e ao reconhecimento dos habitantes daquela localidade. O que também fica explícito quando V. S. (30/04/2018) comenta sobre a sua relação com os frequentadores da venda,

É, não, eu hoje me sinto muito à vontade com meus clientes, eu converso, brinco com eles, qualquer um que chega lá, a gente, quando chega uma pessoa quieta a gente já vê que tem alguma coisa, já pergunta e tal, então a gente passa, tipo um ambiente mais familiar o comércio, não é mais só um trabalho, que você chega lá e você fica quieto, trabalha e não vê a hora de ir embora, eu não vejo a hora assim, a hora passa muito rápido e a gente não consegue nem ver o tempo passar.

O fato de V. S. ter a liberdade para perguntar o motivo pelo qual um cliente está muito quieto demonstra o nível de intimidade e de confidencialidade que ainda permanecem nas relações de vendedores e agricultores. Outro apontamento feito pelo vendedor é a sua disponibilidade de tempo para a conversa com seus fregueses, o que demonstra que a relação com o tempo nessas vendas ainda possibilita sociabilidade. Também se destacam na parede do bar da venda, duas cartas emolduradas junto às certificações de funcionamento (ver figura 41).

**Figura 41 – Bar da venda de V. S.**



Fonte: Acervo da autora

Perguntado se as cartas eram uma tradição pomerana, V. S. (30/04/2018) explica que,

É, isso é o Schutzbrief, isso aí é uma carta do céu Gredoria que

eles falam, Gredoria eu acho que é. Isso é uma reza, uma benção para proteger o lugar. Como hoje, graças a Deus, até agora a gente está abençoado, enfim, nunca aconteceu nenhum, assim nenhum assalto. A gente já foi roubado, mas por pessoas que têm costume de furtar as coisas que a gente não vê, dentro da prateleira, eles vão, escondem e levam embora. A gente até botou câmaras, a filmagem para poder ver, mas isso não adianta muito, é muito pouco, quando vê já passou.

Em relação às cartas de proteção, V. S (2018) explica que são uma tradição que vem dos pomeranos, provavelmente da Pomerânia. Bahia (2011, p. 355), corrobora que a carta do céu e a carta de proteção, Hilmmsbrif e Schutzbrief, são objetos mágicos colocados nas residências que visam proteger o grupo de qualquer mal. Elas são escritas em alemão e compõem-se de versos poéticos que constroem um diálogo entre um camponês e Deus.

No entanto, as cartas que se encontram na venda são escritas na língua portuguesa (ver figura 42), o que indica que a língua nacional se sobrepôs às línguas alemã e pomerana na manutenção de uma das tradições mágicas dos descendentes pomeranos. Como asseveram Ginzburg, Castelnovo e Poni (1989, p. 131), o papel desempenhado por um mediador cultural pode assumir inúmeras formas, depende da posição social que ocupa e da sua ação diante da cultura do grupo que integra. No caso dos vendeiros dessas localidades, a identidade bicultural faz parte dessa mediação.

**Figura 42 – Cartas de proteção da venda de V. S.**



Fonte: Acervo da autora

Um exemplo da mediação é a língua falada na venda: pomerana e portuguesa. Como a venda se localiza em estrada de passagem para outros municípios, permite o atendimento de muitos clientes de fora da região. Sobre o uso da língua étnica pelos descendentes pomeranos nas localidades mais distantes da sede do município, incluindo as vendas dessas localidades, A. G. (26/01/2018) comenta que:

Hoje se você for colocar a língua, a fala, vamos dizer assim, é o que identifica o pomerano. Então, se você vai numa dessas localidades mais remotas, vamos chamar assim, mais distantes, aqui ainda, então se você vai lá e se eles não te conhecem, e se você fala em português as chances de você conseguir um bom diálogo é muito difícil. Agora, basta você dizer uma palavra em pomerano que parece que já identifica, então a língua de fato identifica o povo pomerano, vamos dizer assim. Se justamente o que mais identifica o povo pomerano é a língua, então, e se isso é ensinado acho que dentro das escolas, principalmente da rede municipal, e em vários municípios aqui do estado, isso então faz com que ... segure mais, vamos dizer assim, que isso preserve as tradições, porque dentro da língua perpassa toda a história, passa o folclore, passa o canto, passa as tradições, passa o jeito, passa os contos, vamos dizer assim, então a língua é o que realmente identifica e segura a cultura então eu vejo isso como uma coisa muito, muito bacana.

A narrativa de A. G., referenda tanto o jeito introvertido do descendente pomerano diante do visitante como também mostra a identificação do grupo pelo uso da língua étnica. Ele considera a importância do ensino do pomerano nas escolas de Santa Maria de Jetibá ou onde haja descendentes pomeranos no Estado e relaciona a permanência dessa língua à relevância da manutenção de contos, cantos, e outras tradições da cultura pomerana na atualidade.

Um exemplo da permanência da língua e da cultura pomerana pode ser observado na família de D. H. (04/10/2020). Em casa, a família fala o pomerano e seu filho aprendeu a falar o português na escola. Indagado se falava alemão, D. H. respondeu que não, mas que tinha interesse em aprender. Em relação ao português, disse ter aprendido na escola, mas com uma professora que não sabia falar a língua pomerana. Sobre os vizinhos, explicou que, “todos falam o pomerano em casa. Quando chega ao comércio, onde tiver um pomerano que sabe que o outro é pomerano eles conversam em pomerano”

A língua e a ocupação na agricultura, desde o assentamento em Santa Maria de

Jetibá, reforçam a manutenção das tradições pomeranas do morgadio e da importância da posse da terra. É o que fica claro quando R. S. H. (04/10/2020) narra,

A família constrói em cima da terra, a terra é o sustento da pessoa, então se a pessoa tiver a terra dele sozinho, é muito melhor, porque para morar, como vamos dizer assim, se a pessoa tiver a terra dele sozinho é muito melhor para mexer, porque têm alguns pomeranos por aqui que não tem a terra deles sozinho, aí eles mudam para um lado, para o outro, aí a condição é muito mais difícil. Aí se ganhar a herança de casa, a terra deles, então a coisa, nossa, é muito bom. ... A pessoa fica em cima da terra e continua trabalhando .... Tem pouca gente que assim, que vende para outra pessoa, mas a maioria é assim, é de geração em geração, a terra vai passando sempre para os filhos, sempre para os filhos, sempre dividida para os filhos.

A manutenção da tradição vinculada à terra e a permanência do trabalho agrícola de base familiar possibilitou aos descendentes pomeranos a transmissão da língua e da cultura pomerana em casa, na família. Mas além da casa, H.D. sinaliza a venda tradicional do interior do município como espaço de compartilhamento da cultura étnica. O privado e o público se complementando numa tradição que identifica os de mesma origem pomerana, desde o século XIX até a contemporaneidade em Santa Maria de Jetibá.

Sobre a permanência do bar, que ainda sobrevivem como parte das vendas mais distantes da cidade-sede, os vendeiros tiveram de modificar a sua localização. O. P. (20/12/2018), explicou que hoje, no supermercado é proibido de ter bar, por isso ele fez um bar separado, onde os homens chegam, bebem e jogam uma sinuca.

Mesmo ao lado, o bar da venda (ver figura 43) continua sendo referência para a sociabilidade dos homens da região. Vale lembrar que os mercados ou mercearias são lugares público que podem assumir elevado valor simbólico, e por isso é “[...] onde sempre se pode “perder um pouquinho de tempo”, ou seja, ganhar algum proveito em termos de reconhecimento” (MAYOL, 1996, p. 129).

**Figura 43 - Entradas da venda e do bar de V. S.**



Fonte: Acervo da autora

H. F. também falou sobre esse movimento observado nas vendas localizadas mais distantes da cidade-sede. Para Mayol (1996), eles se apresentam como uma posição de força dos comerciantes, mantendo a modernização das vendas sem perder a sociabilidade.

É que têm aqueles mais conversadores que vêm todo dia, e têm aqueles também que só vêm fazer compra e as vezes vêm uma vez por semana, ou até assim, de duas em duas semanas, mas tem muitos que vêm todo dia (H. F).

Diante desse processo, alguns descendentes pomeranos da região tentam justificar ou mesmo explicar porquê preferem frequentar essas vendas a irem à sede para fazer compras. É o caso de S. K. S. (26/01/2018), que prefere ir às vendas porque é mais tranquilo, tem pouca gente, não fica estressada, com medo de ser assaltada, “você chega tranquilo e sai tranquilo.” Para O. P. (20/12/2018), o motivo da escolha dos descendentes pomeranos é outro,

Eu acho que facilita para eles, todo mundo, assim, eles não precisam ir na rua, se precisar de uma coisa rapidinha ele já vem e compra, funciona de dia, funciona até as 8 horas da noite, então muitas vezes o cara trabalha a dia, até às 5 horas, depois das 5 horas já vem para venda fazer as comprinhas dele, aí já resolve o dia não precisa é perder hora de serviço para ir na rua, na rua, 5 horas fecha tudo. Aí, ou ele perde dia de serviço ou ele

perde a compra que tem que fazer, então aqui, ele já trabalha o dia, já ganha o dia dele, depois das 5 horas já vem para venda e faz a comprinha dele para o outro dia, assim, do que falta ainda.

R. S. H. (04/10/2020), ao explicar a diferença entre vendas do interior e as de Santa Maria de Jetibá, relata,

Eu vejo uma diferença assim, com relação aos preços. Mas eu faço as minhas compras na rua mesmo. As vendas aqui é assim, se estiver faltando alguma coisa básica, alguma coisa pequena assim, aí o pessoal vai nessas vendas aqui do interior. Mas se for feito uma compra grande, alguma coisa assim, eles vão para a rua mesmo. Eles vendem, vendem de tudo, eles têm, eles vendem comida, eles vendem peças, peças de tudo o que precisa na roça. Precisa na roça mangueira, canos, parafusos, coisas básicas da roça, essas coisas que eles vedem lá. E por isso, como eu falei, se tem uma coisa faltando na roça, assim, um parafuso, se precisa de uma mangueira, algo assim, aí rapidamente vai nessas lojas aqui, nessas mercearias aqui do interior.

Questionada se ganhava tempo com as idas a essas vendas, R. S. H. (04/10/2020) respondeu que sim, acrescentando,

Bom, é. Geralmente assim, é rápido, é perto, essas mercearias aqui é perto, então como a gente tem muito trabalho na roça, é uma vantagem, aí, você vai rapidinho lá e compra, volta para casa e instala lá, e faz lá, então é muito lucrativo, porque lá na rua já é longe, na rua tem fila, aqui nas mercearias, é pouca gente que vai, então é tudo rapidinho. Mas na rua a gente já vai especialmente assim, se for fazer uma compra grande, pagar contas, aí já tira um dia. Esse dia eu vou lá e já vou resolver minhas coisas na rua.

Além da proximidade de suas propriedades, o que entra em questão nas justificativas de O. P. e R. S. H. para a escolha dos descendentes pomeranos por essas vendas é a valorização que eles têm em relação ao trabalho, mas também prezam a longa história construída pelo grupo em Santa Maria de Jetibá.

Por isso, o constante vai e vem, do passado ao presente e vice-versa, foram possíveis nas questões aqui analisadas. A esse respeito, Candau (2011, p. 100) julga que a força das memórias depende da estruturação das lembranças a partir de um momento de origem e de uma sucessão de fatos. Nesse sentido, a força das memórias e das lembranças onde se inserem as vendas, foram momentos considerados importantes para os descendentes pomeranos.



É a partir dessa tessitura que S. K. S. (26/01/2018) construiu as suas lembranças quando perguntada sobre o que mudou na venda:

Hoje eu estava pensando nisso. O jeito de embalar as coisas. Antigamente eu ia com o meu avô, aí sempre quando eu ia, eu ganhava bala dele. O jeito de embalar era um pedaço de saco de papel desses de farelo, cortado, dobrado, fazia uma trouxinha para levar, não tinha sacola e o resto ia dentro do saco de pano.

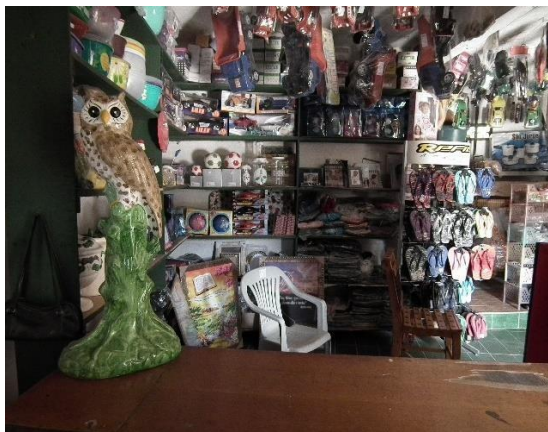
Por mais que a venda tenha sido o motivo de S. K. S. lembrar, o que vem à tona é a associação da relação que ela tinha com o seu avô, com o significado de irem juntos à venda na sua infância e ganhar bala embrulhada numa trouxinha feita de papel. Interessante é que M. P. P. (30/01/2020) também se lembrou das balas ao falar dos produtos que havia na venda do pai:

Tecido, comida, vendia arroz, feijão não, porque cada um colhia, arroz, açúcar, sal, muito tecido, muito, muito tecido, tinha bala, vinha, só que numas latas ... as latas de flandres<sup>55</sup>, umas latinhas, assim quadradas. Eu me lembro que ele, no Natal, ele guardava uma lata daquela e só dava cada um pouquinho de bala, ninguém podia ir na venda pegar uma bala também, nem eu que estava trabalhando lá não podia pegar uma bala.

M. P. P. também recordou como as balas eram controladas pelo pai. Mas o pouco que ganhava no Natal provocava um fascínio que resistiu ao tempo e permitiu que na atualidade detalhasse até mesmo os recipientes, as latinhas quadradas de flanders, onde ficavam guardadas as balas. As narrativas de S. K. S. e M. P. P. revelam a importância desses momentos de origem nas vendas, assim como da sucessão dos fatos que os acompanharam. Para que as vendas (ver figura 44), sejam lembradas nos próximos anos, vai depender da força das memórias que esse local tem/terá como momento originário.

---

<sup>55</sup> A folha de flanders é um material laminado também utilizado na produção de latas.

**Figura 44 - Venda de H. F.**

Fonte: Acervo da autora

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa analisou o papel das vendas e dos vendeiros de Santa Maria de Jetibá para a constituição, ao longo dos anos, da identidade étnica de pomeranos e descendentes. Associados à importância dos vendeiros estão, como demonstrei, os pastores da Igreja Luterana naquele território, apesar do trabalho deles não constituir o foco da minha pesquisa. Juntos, mas com funções e papéis distintos e em contínua tensão, os vendeiros e os pastores luteranos influenciaram a cultura e a vida social dos imigrantes pomeranos e seus descendentes no lugar organizando estratégias e ações que possibilitaram aos imigrantes pomeranos e descendentes a superação de suas mazelas e a união do grupo. Adicionalmente, os vendeiros objetivavam garantir o sustento, a manutenção de valores simbólicos, hábitos e atividades produtivas para os pomeranos e seus descendentes, visando, ao mesmo tempo, assegurar seus poderes - econômico e político.

Além da iniciativa de vendeiros e pastores, a construção da identidade étnica dos imigrantes e descendentes pomeranos de Santa Maria de Jetibá mostrou-se estritamente ligada às questões históricas e ao território imaginário de origem. Tendo em vista o vínculo emocional com a Pomerânia “do outro lado do espelho”, pesquisei também, brevemente, a sua história no primeiro capítulo, demonstrando que, já na Europa, antes da saída dos pomeranos para o Brasil, a busca por se manterem como grupo étnico atuante permeou acordos governamentais com povos germânicos que dominavam aquele território, e o uso da língua pomerana pelas famílias na privacidade dos lares quando a língua alemã era utilizada nos locais públicos e institucionais. Nesse movimento, a etnia pomerana se tornou a escolha identitária que dava sentido às experiências cotidianas daquela população (WOODWARD, 2000).

Seguindo esse pensamento, ficaram latentes as estratégias utilizadas para a manutenção da identidade étnica: desde parar de falar a língua alemã à reinvenção das tradições em um território cuja paisagem ambiental diferia completamente do seu de origem. Os vendeiros, com toda a astúcia comercial que lhes era necessária e o conhecimento da cultura pomerana, junto com os pastores foram os esteios desse enredo.

Outro aspecto constitutivo da relação dos pomeranos, descendentes e vendeiros foi o assentamento na colônia de Santa Leopoldina. Tema discorrido no segundo capítulo desta tese, considere interessante que as limitações administrativas e territoriais da sede da colônia, impulsionaram a ocupação das áreas montanhosas, praticamente desabitadas e sem vias de transporte que dinamizassem a presença de outros grupos nacionais ou estrangeiros, mantendo-os isolados em comunidades familiares em meio as matas da região.

Muitos pomeranos e descendentes se assentaram no distrito de Jetibá, onde tornaram-se a maioria populacional. Os imigrantes germânicos também se estabeleceram na localidade, mas em número reduzido, absorveram a cultura pomerana. Os pomeranos se envolveram na atividade da cafeicultura e alguns criaram vendas, onde, além de outras mercadorias, o café era negociado e encaminhado à Santa Leopoldina para ser comercializado.

No terceiro capítulo, pormenorizei a tessitura sociopolítica, econômica e identitária dos pomeranos, descendentes e vendeiros do distrito de Jetibá e a relação desses vendeiros com os demais comerciantes e autoridades locais. Foi possível constatar que os vendeiros eram em grande número também agricultores. Todos os comércios funcionavam por meio do trabalho familiar, inclusive com a transmissão hereditária geracional das atividades do comércio. Nas entrevistas realizadas descobri a importância das mulheres, esposas, filhas e noras, na gestão das vendas. Também no atendimento dos fregueses, inclusive ao servir as bebidas alcoólicas – o famoso mata bicho.

Os vendeiros partilhavam da língua e da tradição étnica pomerana. Elementos conciliadores para fazer toda a negociação e intermediação da cultura produzida, inclusive com o número muito reduzido de agricultores que falavam português ou alemão. Assim, além de suporte de comunicação da comunidade, conseguiam ofertar produtos que possibilitavam a manutenção de hábitos festivos e cotidianos.

A intermediação dos vendeiros do distrito de Jetibá na comercialização do café – e, posteriormente, das hortaliças que substituíram a cafeicultura após a erradicação desse produto –, entre os agricultores locais e os vendeiros de Santa

Leopoldina, criou dependência entre as partes. A medida reduzia a circulação monetária, beneficiava os comerciantes que decidiam o preço a pagar e ampliava seus lucros.

Aos agricultores poucos benefícios econômicos restavam, pois eles também dividiam os custos do transporte, quando não decidiam fazer o transporte por conta própria, percorrendo o trajeto com sacos de café nas costas. Mas não se deve subestimar os sentimentos e percepções dos colonos ao permanecerem em seus sítios produzindo em família e mantendo sua identidade étnica e tradições.

Os ganhos dos vendeiros se tornaram um dos motivos das tensões protagonizadas pelas duas principais lideranças da comunidade local: os vendeiros e os pastores luteranos. Os dirigentes da Igreja Luterana, que sempre congregou muitos imigrantes e descendentes pomeranos, disputaram, de forma velada ou declarada, suas representatividades junto às comunidades locais.

Os pastores eram enviados da Alemanha, falavam em alemão e instituíram na comunidade uma educação escolar que ensinava nessa língua. Com a nacionalização das escolas essas instituições foram fechadas, mas muitos da comunidade tornaram-se trilingües, assim como os vendeiros.

O domínio da língua portuguesa pelos vendeiros, em virtude da negociação do café em Santa Leopoldina, os aproximou dos membros dos demais grupos e instituições da sociedade. Mas a escolha dos pomeranos de não se tornarem falantes do português, e a proibição do Governo Getúlio Vargas para o uso da língua estrangeira em espaços públicos, manteve-os encapsulados no próprio grupo.

O trilingüismo aumentou o poder dos vendeiros e transformou a venda no lugar das permanências simbólicas e factuais de pomeranos e descendentes. Era nela que eles se reuniam para conversar e beber com outros membros da comunidade, sobretudo em época do governo de Getúlio; também era com os vendeiros que obtinham apoio para a solução de doenças, de ajuda mútua para os momentos de dificuldade. Mas era ali que também se cooptava os votos para os candidatos dos comerciantes.

Por serem também locais em que havia uma diversidade de produtos, as vendas eram o lugar que supria as mercadorias de que se necessitava, muitas vezes com pagamento agendado para o futuro quando da venda da colheita. Eram também os vendeiros os personagens responsáveis pela poupança dos agricultores ao guardar o dinheiro recebido pela produção. Esse sistema de trocas construiu entre as partes uma relação de confiança que se desenvolveu até a implantação de instituições bancárias e mudança do sistema produtivo em Santa Maria de Jetibá.

Foi impressionante perceber que as vendas eram também um dos poucos locais onde o grupo se reunia, tornando-se lugar de socialização, de confidencialidades, confraternização, de compartilhamento de conquistas e percalços da atividade agrícola. Meus entrevistados explicitaram que a presença de um bar em cada comércio contribuiu com a sociabilidade do grupo, impulsionando a ampliação do tempo de permanência nas vendas pelos homens, de modo geral.

As mulheres que não trabalhavam no negócio, frequentavam a venda apenas para aquisição de algum bem necessário para a casa ou família. Mas a importância das mulheres desse grupo étnico não se reduzia a esses papéis, tema que não fez parte do recorte da pesquisa. O que suscita novos estudos, porque elas participaram das estratégias e ações da construção e manutenção da identidade étnica.

Há indícios nas narrativas dos entrevistados e nos relatos dos viajantes sobre a participação feminina, porém, infelizmente, elas não aparecem como protagonistas das revelações apresentadas pelos autores. Não curiosamente, as mulheres surgem como personagens principais das ações somente nas vendas, e no caso do recorte desta tese, quando são elas próprias que narram os acontecimentos.

Me surpreendeu que os vendeiros também tiveram intensa participação e influência nos pleitos eleitorais, achado que desnuda o poder dos vendeiros agindo muitas vezes como coronéis dos sertões. Também atesta sobre a lealdade e a reciprocidade dos agricultores no que se refere aos donos das

vendas. Sustentava a relação, a dependência dos agricultores a determinados vendeiros revelada na opção mandatório do voto depositado nas disputas políticas entre famílias de comerciantes.

Tais contextos confirmaram minha hipótese de pesquisa de que as características do local, as condições de assentamento, o modelo econômico de intermediação dos comerciantes nas negociações do café e as relações sociopolíticas entre vendeiros e agricultores contribuíram com a manutenção da língua e da tradição étnica dos pomeranos e descendentes no distrito de Jetibá. Mas os pastores da Igreja Luterana, não discutidos explicitamente na tese, foram também agentes integradores da dinâmica estabelecida, o que tem que ser reconhecido, à medida em que a presença desses religiosos emergia ao longo da pesquisa.

A permanência da influência dos vendeiros no presente acompanhou as mudanças na crise do café e da diversificação na economia por meio da horticultura e avicultura. As atividades da avicultura inseridas na comunidade pelos vendeiros possibilitaram a estabilidade de grande parte do grupo no município após a erradicação do café. Assim, os agricultores mantiveram o trabalho familiar com a produção das hortaliças ou atuando nas atividades que envolviam a avicultura. Dinâmicas que reforçam a importância dos vendeiros para a manutenção do grupo como etnia; juntos, atuando num mesmo espaço sócio temporal, falando a língua pomerana e compartilhando a tradição pomerana.

No novo modelo de produção implantado em Santa Maria de Jetibá, os descendentes pomeranos, agora também falantes do português, tornaram-se os detentores da negociação, da compra e da venda de seus produtos, fenômeno que retirou dos vendeiros o monopólio desse processo. Muitos assumiram a função de produtores na avicultura e empregam membros do grupo étnico. No que se refere a dominação política, alguns vendeiros disputam os pleitos eleitorais, outros mantêm o poder de influenciar o voto. Minhas observações indicam que eles ainda possuem poder carismático em se tratando de questões decisórias.

A Igreja Luterana passou por mudanças significativas. Os pastores enviados para Santa Maria de Jetibá passaram a ser brasileiros. A partir do terceiro quartel do século XX, muitos pastores luteranos transformaram suas ações na comunidade. O púlpito tornou-se lugar, de denúncias, além de pregação religiosa, ampliando os conflitos com os vendeiros e demais comerciantes, movimento que se dissipou por discordâncias internas da própria Igreja. Na atualidade há a presença de outras Igrejas, mas a Luterana continua sendo a que mais agrega fiéis.

Essencial mudança diretamente relacionada ao fortalecimento da identidade do grupo de descendentes de pomeranos no presente foi a inter-relação entre educação escolar e tradição. Com a criação do PROEPO, as escolas municipais, juntamente com as vendas e a família, se tornaram lugares de reconhecimento étnico identitário por meio da oficialização da língua pomerana e das atividades que envolvem a história e a tradição do grupo.

A urbanização da cidade-sede de Santa Maria de Jetibá diminuiu consideravelmente o tempo reservado para a sociabilidade nas vendas, contribuindo com mudanças nesse lugar. A proibição do bar no mesmo espaço da venda foi fator a impulsionar essas alterações – apesar de que não devemos minimizar a capacidade de burlar normas da população, conforme narrativa de um vendeiro.

Outras transformações acontecidas se referem à troca da negociação dos produtos pela compra em dinheiro ou cartão, a intensificação do uso da língua portuguesa, a redução do tempo de atendimento e a especialização na venda de produtos. Todas essas modificações têm provocado resistências de alguns agricultores, que se ressentem, sobretudo, da pressa no atendimento no comércio.

Contudo, outro fenômeno descortinado após a criação do PROEPO foi a contratação de falantes da língua pomerana no comércio. Com a modernização da economia e a urbanização da cidade muitos falantes dessa língua se sentiram estigmatizados pelos moradores da sede do município. Os comerciantes preferiam contratar apenas falantes de português, o que mantinha a dificuldade



das pessoas que ainda falavam o pomerano.

Com a introdução do bilinguismo no ensino fundamental, a língua pomerana – e seus falantes – ganharam novo estatuto. Foram valorizados como membros de um grupo étnico que venceu o processo de deslocamento migratório, as dificuldades do assentamento, a pobreza. Suas estratégias de manter a língua e a tradição da terra de origem dos seus antepassados estão estampadas na cidade por meio da escrita das fachadas de lojas, na utilização das cores brancas e azuis simbolizando a Pomerânia, numa nova conformação de valorização da língua e da reinvenção da tradição nas vendas da sede municipal.

Nas vendas situadas em lugares distantes da cidade as mudanças acontecem em outro ritmo e forma. Ali se procura reconhecer os traços da etnia pomerana na busca da origem do visitante, do uso da língua pomerana, das cartas de proteção afixadas nas paredes, da valorização da participação da família, da sociabilidade no bar, da negociação das formas de pagamento, da confidencialidade, da forma de atender, da presença do balcão, do modo como organizam os produtos e da diversidade de mercadorias.

De concreto, verifico que na cidade ou longe dela os vendedores ainda assumem um papel simbólico em Santa Maria de Jetibá. Possuir a venda significava, e assim permanece muitas vezes, ter muitos alqueires de terra, empregados, e em especial, ser diferente. Mas também igual na identidade étnica e na reinvenção das tradições do grupo.

A reinvenção da tradição étnica ocorre também por meio das narrativas de acontecimentos passados, onde muitas vezes a memória isola o tempo contraindo-o e esvaziando-o de duração (CANDAU, 2000). Fenômeno que percebi com os entrevistados da minha pesquisa. Ao compartilharem suas histórias de vida traziam o lugar das vendas e de seus protagonistas para um contexto repleto de nostalgia. Para eles, lembrar das vendas era reconstruir a experiência dos pomeranos e descendentes por meio de reencontros, convivências e simbolismos.

Nesse sentido, considero que esta tese traduz uma parcela da história coletiva de imigrantes e descendentes que vêm construindo em Santa Maria de Jetibá

uma vida de trabalho, de sociabilidade, de poder, de religiosidade e de identidade étnica. Experiências de uma tessitura que revelam uma ínfima parte da diversidade cultural do estado do Espírito Santo.

## REFERÊNCIAS

- APPEL, René; MUYSKEN, Pieter. **Language Contact and Bilingualism**. Amsterdam University Press. Amsterdam Academic Archive, 2005.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Hg.) **Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook**. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2008.
- BAHIA, Joana. **O tiro da Bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BALDASSAR, Loretta. Tornare al paese: territorio e identità nel processo migratório. **Altreitalie** 23, luglio-dicembre, 2001.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BATISTA, Márcia Regina. **A ocupação do distrito de Aracê, Domingos Martins (1888-1920)**. 2019, 172 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.
- BAUMAUN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERGAMIN, Maria Cristina. **Da penúria ao sucesso econômico: o processo de formação e desenvolvimento territorial de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo**. 2015. Tese, 193 f. (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.
- BITTENCOURT, Gabriel. **Imigração: a moderna ocupação e povoamento do Brasil e do Espírito Santo**. Vitória: ES: Formar, 2017.
- BREMENKAMP, Elizana Schaffel. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. 2014. Dissertação, 291 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
- BOSI. Ecléa. **O tempo vivo na memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: Bourdieu, Pierre (ed.). **A miséria do mundo**. Tradutores: Mateus S. Soares Azevedo, Jaime A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Guimarães, Marcus Antunes Penchel e Guilherme J. de Freitas Teixeira.

Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2008.

BUFFON, José, Antonio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. 1992, 373 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CALIMAN, Orlando. Formação econômica do Espírito Santo: de fragmentos do período colonial à busca de um projeto de desenvolvimento. **RGIS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. Mai./ ago. 2012 v. 1 n. 2, pp. 37-63.

CAMPOREZ, Patrik. A luta para manter viva a tradição. Disponível em **A Gazeta**, Vitória, ES, 13/07/2014, c.1-6, pp.10-11.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLUBER, Arildo. **Ensino primário e matemática do imigrantes e descendentes germânicos em Santa Leopoldina (1857-1907)**. 2014, 258 f. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

CAVALLARI, Juliana Santana. O lugar da língua materna na constituição identitária do sujeito bilíngue. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, (43): Jan/Jun 2004, pp. 171-183.

CELIN, José Lazaro. **Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. 1984. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Estudos e Pesquisa Econômica, Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Uma ciência prática do singular. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar**. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

COHEN, Ronald. Etnia: problema e foco em Antropologia. **Revisão Anual de Antropologia**, vol. 7 (1978), pp. 379-403.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração tece a cidade: polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

DORIAN, Nancy Currier. Linguistic and ethnographic fieldwork. In: FISHMAN, Joshua Aaron (ed.). **Handbook of language and ethnic identity**. Oxford University Press, New York, 1999.

DROOGERS André. Religião, identidade e segurança entre os imigrantes luteranos da Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005). **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 28 (1): 2008, pp. 13-41.

FAORO. Raymundo. **Os donos do poder 2: formação do patronato político brasileiro**. 16ª ed. São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, Boris. **O Brasil monárquico v. 3: reações e transações**. Por Francisco Iglésias ... [et al.] 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Cadernos de campo** n. 13:, 2005, pp. 155-161.

FEHLBERG, Jamily; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. **Trabalho, igreja e boteco: identidades em transformação entre os descendentes pomeranos do interior do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2015.

FISHMAN, Joshua Aaron. Sociolinguistics. In.: FISHMAN, Joshua Aaron (ed.) **Handbook of language and ethnic identity**. Nova Iorque, Oxford, Oxford University Press, 1999.

FRANSCESCETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HESS, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

FULBROOK, Mary. **História concisa da Alemanha**. Trad. Bárbara Duarte 2ª ed., São Paulo: Edipro, 2016.

GAEDE, Waldemar. **Presença luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GEORGIU, Myrian. Identity, space and the media: Thinking through diaspora. **Revue européenne des migrations internationales**, Les médias des minorités ethniques. vol. 26 - n°1, 2010, pp. 17-35.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de António Marino. Lisboa, Difel, Rio de Janeiro, Editora Bertrand-Brasil, 1989.

GOEBEL, Michael. **Immigration and National Identity in Latin America, 1870–1930**. Printed from the oxford research encyclopedia, latin american history (oxfordre.com/latinamericanhistory). Oxford University Press, USA, 2019.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRANZOW, Klaus. **Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2009.

GRAÇA ARANHA, José Pereira de. **Canaã**. 4ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2002.

GREGORY, Valdir. Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-

brasileira. In. **Brasil 500 anos de povoamento**. IBGE, Centro de Documentação e disseminação de informação. 2ª ed. Rio de Janeiro. IBGE, 2007.

GRIBAUDE, Maurizio. Forma, tensão e movimento: a plasticidade da história. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020.

GRIN, Francois. Economics. In.: FISHMAN, Joshua Aaron (ed.). **Handbook of language and ethnic identity**. Nova Iorque, Oxford.1999.

GROSSELLI, Renzo Maria (Org.) **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras: Espírito Santo, 1874-1900**. Tradução: Márcia Sarcinelli. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2009.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, RJ, n, 5, Primeiro Semestre de 1999, pp. 17-19.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2007, v. 9, pp. 19-46.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Editora Vozes: Petrópolis, 2000.

HARTUWIG, Adriana Viera Guedes. **Professores (as) pomeranos (as): um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escolar Pomerana – Proepo – desenvolvido em Santa Maria de Jetibá**. 2011. Dissertação, 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

HESS, Regina Rodrigues. **Santa Maria de Jetibá: uma comunidade teuto-capixaba**. Vitória, Edufes, 2014.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil Monárquico, tomo II: reações e transações**. Por Francisco Iglésias [et al.]. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HOLM, Carla Caroline; CARDOZO Poliana Fabíula. O uso da língua como fator para a (re)afirmação da identidade étnica: experiências em Colônia Witmarsum. **Horizontes**, v. 33, n. 2, jul./dez. 2015, pp. 89-98.

IOTTI, Luiza (Org). **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KERCKHOFF, Ervin [et. al.]. **Pommerland: a saga pomerana no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Arquimedes; Vitória, ES: SDC, 2012.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greice. (Org.) 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LANDA, Janet Tai. **Trust, ethnicity, and identity**: beyond the new institutional economics of ethnic trading networks, contract law, and giftexchange. University of Michigan Press, Michigan, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIEBKIND, Karmela. Social Psychology. In: FISHMAN, Joshua Aaron (ed.). **Handbook of language and ethnic identity**. Oxford University Press, New York, 1999.

LISBOA, Karen Macknow. Insalubridade, doenças e imigração: visões alemãs sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Mangueiras, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan-mar. 2013, pp.119-139.

MACEDO, Fernando Cezar; MAGALHÃES, Diogo Franco. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, 16 (1). Verão, 2011, pp. 61-99.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães. **Alemanha, mãe pátria distante; utopia pangermanista no Sul do Brasil**. 1993, 320 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

MALAN, Pedro, Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (Dir.) **O Brasil republicano v. 4: economia e cultura (1930-1964)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARCHINI, Plínio. O tropeiro. **Revista Capixaba**. Editora Artenova. Ano II, nº 21. Novembro de 1968, pp. 60-65.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, nº 34, 1991, pp. 197-221.

MARQUES, Augusto Cezar. **Dicionário, histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879.

MANSKE, Cione Marta Raasch. **Pomeranos no Espírito Santo**: história de fé, educação e identidade. Vila Velha, ES: Gráfica GSA, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes, Petrópolis, 1981

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo; Cosac Naify, 2003.

MAYOL, Pierre. Morar. In. CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2 morar e cozinhar**. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endndlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo; a epopéia das tropas e tropeiros**. Vitória, 1989.

MOTA, Fernando César de Macedo. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)**. 2002,166f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo (10), dez, 1993, pp.7-28.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PACHECO, Renato, José Costa. Atitudes perante a lei, em uma sub-cultura brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória, Estado do Espírito Santo, nº 21, Ano 1960, 1961.

\_\_\_\_\_. **Cerâmica popular em Vitória; Casa de farinha em São Mateus; Os presépios de mestre Pedro; Primeira notícia sobre tropas e tropeiros**. Vitória, ES: Comissão Espírito-santense de folclore, 1975.

\_\_\_\_\_. **Estudos Espírito-Santenses**. Ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Colonos alemães no Espírito Santo: progresso ou estagnação?** Separata dos Anais do Primeiro Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. Gráfica da UFRGS, Porto Alegre, 1964.

PASSAMANI MARIANO, Fabiene. **A festa do divino em viana no século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba**. 2019, Tese, 315 f. Tese (Doutorado em História), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PAVÃO, Andressa Rodrigues. **Estrutura socioeconômica do Estado do Espírito Santo: uma análise a partir da matriz de contabilidade social regional**. 2013. Tese, 132 p. Tese (Doutorado), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, 2013.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: BORIS, fausto, dir. PINHEIRO, Paulo Sérgio [et. al.]. **O Brasil republicano, v. 2: sociedades e instituições (1889-1930)**.7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.



POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, vol.5, n. 10,1992, pp. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro:CPDOC-FGV,vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. I, n. 2, 1996, pp. 59-72.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: **O Brasil republicano, v. 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder y clasificación social. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires, CLACSO, 2014.

RAASCH, Silas. **A colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847-1889)**. 2010, 189 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s.n], 2000.

ROCHA, Levy. **Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória, Editora GSA, 2008.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. 2 ed. Vitória: Espírito Santo em ação, 2012.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Trad. Joel Rufino dos Santos. Difusão europeia do livro da universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

RÖLKE, Helmar. **Descobrimos raízes. Aspectos geográficos, históricos e socioculturais da Pomerânia**. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **Raízes da imigração alemã: história e cultura alemã no estado do Espírito Santo**. Vitória. Arquivo Público do Espírito Santo, 2016.

RUGGIERO, Antônio de. O Laboratório de Pesquisa em História Oral da PUCRS e a oralidade como perspectiva nos estudos imigratórios. In: RUGGIERO, Antônio de (Org). **A voz do imigrante: memória e oralidade nos estudos históricos das imigrações**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de**

**trabalho do Espírito Santo (1889-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre política capixaba na primeira República**. Vitória, ES: Arquivo Público do Espírito Santo, 2018.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. **Revista Espaço Acadêmico**, n.113, out. 2010, pp.117-129.

SCHULZE, Frederik. A procura de um fantasma: o imigrante alemão é um personagem fictício: debaixo desse rótulo havia grandes variedades de origens, identidades e culturas. **Revista da História da Biblioteca Nacional**. Ano 9, nº 102, Março, 2014, pp. 20-23.

SCHWARZ, Francisco. **Famílias de Santa Leopoldina**. [s.n.] 1994.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, Vol. 20, N.1, 2008, pp. 65 – 82.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre. Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. **Métis: história & cultura**, v. 11 n. 22, , jul./dez. 2012, pp. 13-39.

\_\_\_\_\_. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, março/maio, 2002, pp.117-149.

\_\_\_\_\_. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. A invenção da raça e o poder discricionário dos esteriótipos. **Anuário Antropológico/93**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, pp. 175-203.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. A comunidade polônica brasileira e a sua visão da Polônia e do polonismo. **Polonicus: revista de reflexão Brasil- Polônia/Missão católica polonesa no Brasil**. Curitiba, ano 2, n. 3 (jan-jun. 2011), pp. 91-104.

\_\_\_\_\_. Entre ideais, estereótipos y realidad: Polonia, la identidad nacional y comunidades de ascendencia polaca en el Brasil contemporáneo. In: DRGAS, Michal; KNOPEK, Jacek; RATKE-MAJEWSKA, Anna. **Polska – Ameryka Lacinska: historia – polityca – gospodarka – Kultura. Wprowadzenie do istoty zagadnienia**. Torun, 2014.

SOARES, Renato Viana. **Spini in fiore**: a “nacionalização” das escolas de imigrantes no Espírito Santo, na era Vargas. Vitória-ES: Darwin, 1997.

STRUCK, Ernst. *Mittelpunktssiedlungen im deutschen kolonisationsgebiet von Espírito Santo (Brasilien)*. **Passau**, 1989.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris (Dir.) **O Brasil republicano. v. 4**: economia e cultura (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e políticos com o passado do exército nacional. **Proj. História**. São Paulo, nº 16, fev. 1998, pp. 277-296.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**. 2009, 383 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação. Centro de Educação. Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2009.

TRESSMANN, Ismael. **Da sala de estar à sala de baile. Estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2005.

TRESPACH, Rodrigo. Alemães para toda obra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 9, nº 102, Março, 2014, pp.14-19.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VASCONCELLOS, João Gualberto Imaginário social, literatura e suas representações na gestão brasileira. **RIGS revista interdisciplinar de gestão social** v.5 n.2, maio / ago. 2016, pp. 15-31.

\_\_\_\_\_. **A construção social-histórica das identidades capixabas: Notas para uma reflexão no Campo da Gestão**. V Encontro de Estudos Organizacionais 2008, Belo Horizonte, Minas Gerais, 18 a 20 de junho de 2008.

WAGEMANN, Ernst. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Rio de Janeiro, Serv. Graf. IBGE, 1949.

WERNICKE, Hugo. **Viagens pelas colônias alemãs do Espírito Santo: a população evangélico-alemãs no Espírito Santo**: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil. Tradução de Erlon José Paschoal. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1946.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e

conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Editora Vozes: Petrópolis, 2000.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. **Entre o legal e o real: História da educação no Espírito Santo: panorama retrospectivo da educação primária (1920/1990) e a educação de jovens e adultos (1970/1990)**. Linhares: Gráfica Rossi, 2008.

### **Sites consultados**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Geral:  
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Geral:  
<<https://censo20110.ibge.gov.br/sinopse/>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Geral:  
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-maria-de-jetibá/histórico>>

**APÊNDICE****Apêndice I****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**Universidade Federal do Espírito Santo  
Centro de Ciências Humanas e Naturais  
Programa de Pós-Graduação em História**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Se você concordar em participar desta pesquisa, será necessário o preenchimento de seus dados e assinatura para concordar com a sua participação na pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, esta pode ser esclarecida com o responsável pela pesquisa.

Obrigado (a) pela atenção, compreensão e apoio.

**A Venda Pomerana: Lugar Sociopolítico Identitário**

A pesquisa tem a finalidade de compreender como os imigrantes pomeranos e os seus descendentes, da imigração ao tempo presente, consideram as vendas como lugares de socialização e da tradição pomerana em Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo, Brasil. Sendo assim, o que se pretende é entender como os pomeranos e descendentes ao longo dos anos reconhecem e preservam a tradição pomerana nas vendas de Santa Maria de Jetibá. Para

compreender esse processo utilizaremos as entrevistas que serão realizadas com 30 participantes<sup>56</sup>, sendo 20 descendentes pomeranos residentes de Santa Maria de Jetibá, 5 descendentes pomeranos não residentes de Santa Maria de Jetibá com história de vida relacionada às vendas dessa localidade e 5 com história de vida relacionada às vendas de Santa Maria de Jetibá.

Os critérios para a entrevista são: a) ser descendente pomerano residente no município de Santa Maria de Jetibá; b) ser descendente pomerano não residente no município de Santa Maria de Jetibá com história de vida relacionada às vendas dessa localidade; c) ter história de vida relacionada às vendas de Santa Maria de Jetibá d) concordar em participar do estudo por livre e espontânea vontade, assinando o Termo de Consentimento livre e Esclarecido – TCLE. Serão excluídos da pesquisa aqueles que não preencherem os itens a), b) e c) dos critérios de inclusão na pesquisa, ou não concordarem em participar do estudo por livre e espontânea vontade, assinando o TCLE.

Os riscos da pesquisa surgem da reação dos entrevistados à nossa interação. Isso pode ocorrer devido a metodologia da pesquisa que permite dialogar com a história do entrevistado. No entanto, não pretendemos expor os entrevistados a nenhum tipo de constrangimento. Outro risco que merece destaque é, no decorrer da pesquisa, o entrevistado desistir de participar da pesquisa e tornar nula a autorização da análise e do uso dos dados. Mas, se houver, esses impedimentos ampliaremos o número de sujeitos pesquisados.

Acreditamos que a pesquisa beneficiará o registro da história dos imigrantes pomeranos e dos seus descendentes em Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo e no Brasil. Acreditamos ainda, que o acesso ao resultado da pesquisa contribua com outros estudos relacionados à diversidade étnica e cultural do país.

É garantido a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. Garante-se ainda que as informações obtidas nesse estudo serão

---

<sup>56</sup> Em virtude da pandemia de COVID 19, reduzi o número de participantes de 30 para 12 entrevistados.

mantidas em sigilo e; em caso de divulgação em publicações científicas, os dados pessoais dos entrevistados não serão mencionados. Como forma de garantia este TCLE será redigido em duas vias que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas pelo entrevistado e pelo responsável pela pesquisa, sendo uma delas entregue ao participante. É reservado ainda ao participante o direito de ressarcimento das despesas com a participação da pesquisa, bem como o direito de buscar indenizações em caso de eventual dano decorrente da pesquisa.

Se, no decorrer da pesquisa, tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar, procurar o responsável pela pesquisa Cione Marta Raasch manske no tel. (27) 998065645, e-mail [craaschmanske@gmail.com](mailto:craaschmanske@gmail.com). Para o caso de denúncias ou intercorrências com a pesquisa, o comitê de ética deverá ser contatado: pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail [cep.goiabeiras@gmail.com](mailto:cep.goiabeiras@gmail.com), pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ e domiciliado \_\_\_\_\_, nascido(a)

em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, atesto que compreendi o termo e os procedimentos envolvidos na participação, nos riscos e benefícios da pesquisa, bem como nas garantias de liberdade e de sigilo das informações concedidas. Concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário da Pesquisa “A Venda Pomerana: Lugar Sociopolítico Identitário”. Afirmo que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Assim, eu e o pesquisador responsável pela pesquisa assinamos e rubricamos as páginas deste TCLE.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do sujeito da pesquisa)

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo projeto: Cione Marta Raasch Manske  
E-mail: [craaschmanske@gmail.com](mailto:craaschmanske@gmail.com)  
Telefone (27) 998065645.